

# ATAS **COLÓQUIO DA LUSOFONIA** 2014



Seia (Serra da Estrela)  
ISBN: 978-989-8607-04-1



*Apoios* CÂMARA MUNICIPAL DE



## Atas 14º colóquio da lusofonia –

1.OS “COLÓQUIOS DA LUSOFONIA – AICL, ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA”, são um movimento cultural e cívico que visa mobilizar e representar a sociedade civil de todo o mundo, para pensar e debater amplamente, de forma científica, a nossa fala comum: a Língua Portuguesa.

2. A Associação tem por objeto promover A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA conducente ao reforço dos laços entre os lusofalantes – no plano linguístico, cultural, social, económico e político - na defesa, preservação, ensino e divulgação da língua portuguesa e todas as suas variantes, em qualquer país, região ou comunidade.

3. Para a consecução destes objetivos compromete-se a

- a) Promover encontros científicos, desenvolver estudos universitários e outros, para ensino, divulgação, preservação e tradução da língua portuguesa, procurando o apoio das Instituições nacionais e internacionais;
- b) Desenvolver outras ações culturais, tais como colóquios, congressos, encontros, exposições, em estreita ligação com outras entidades;
- c) Promover cursos e bolsas de estudo na área da Cultura em parceria com outras instituições universitárias e culturais;
- d) Fomentar a divulgação de obras em português com reedições e traduções;
- e) Criar grupos científicos ligados aos objetivos da Associação

4.Os valores essenciais da cultura lusófona constituem, com o seu humanismo universalista, uma vocação da luta por uma sociedade mais justa, da defesa dos valores humanos fundamentais e das causas humanitárias.

5.A todos nós incumbe o dever de promover a defesa, a expansão e o prestígio da nossa língua comum, patrocinando a publicação, a tradução e difusão por todo o mundo de obras literárias, científicas e artísticas, de autores de língua portuguesa.

6.Em defesa da Lusofonia, da nossa identidade como pessoas e povos, e em prol da variada língua comum com todas as suas variantes e idiossincrasias,

7.

A nossa divisa é “**NÃO PROMETEMOS, FAZEMOS**”

## 2. HISTORIAL DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ATUANTE ATUALIZADO EM 19-06-2021

Aqui se traça em linhas gerais o percurso da AICL. Uma breve resenha do historial dos Colóquios da Lusofonia incluindo a sua ação na divulgação da aforianidade literária ou de como ainda é possível concretizar utopias num esforço coletivo. Um exemplo da sociedade civil num projeto de Lusofonia sem distinção de credos, nacionalidades ou identidades culturais que depois de Portugal Continental, Açores, Brasil, Macau e Galiza continua a negociar idas aos EUA, Canadá, Cabo Verde, Angola, Moçambique, Polónia, Roménia, França e outros países.

Gostaria de começar usando a frase de Martin Luther King, 28 agosto 1963, “*I had a dream...*” para explicar como já realizámos vinte e um Colóquios da Lusofonia. Criados em 2001 passamos a associação cultural e científica sem fins lucrativos em 2010 e cremos que podemos fazer a diferença, congregados em torno de uma ideia abstrata e utópica, a união pela mesma Língua. Partindo dela podemos criar pontes entre povos e culturas no seio da grande nação lusofalante, independentemente da nacionalidade, naturalidade ou ponto de residência.

Os colóquios juntam os congressistas no primeiro dia de trabalhos, compartilhando hotéis, refeições, passeios e, no último dia despedem-se como se de amigos/as se tratasse. Não buscam mais uma Conferência para o currículo (quem vem em busca disso cedo parte por se sentir desajustado/a), mas partilham ideias, projetos, criam sinergias, todos irmanados do ideal de “sociedade civil” capaz e atuante, para – juntos – atingirem o que as burocracias e hierarquias não podem ou não querem. É o que nos torna distintos de outros encontros científicos do género. É a informalidade e o contagioso espírito de grupo que nos irmana, que nos tem permitido avançar com ambiciosos projetos. Aliás, desde a primeira edição abolimos o sistema português de castas que distingue as pessoas pelos títulos apenas aos nomes. Esta pequena revolução tem permitido desenvolver projetos onde não se pretende a autoria mas a partilha do conhecimento. Sabe-se como isso é anátema nos corredores bafientos e nalgumas instituições educacionais (universidades, politécnicos e liceus para usar a velha designação mais abrangente), e daí termos realizado o 21º colóquio numa praia...Felizmente, temos encontrado pessoas capazes de operarem as mudanças. Só assim se explica que depois de José Augusto Seabra, os nossos patronos sejam Malaca Casteleiro, Evanildo Bechara e Concha Rousia.

Desconheço quando, como ou porquê se usou o termo lusofonia pela primeira vez, mas quando cheguei da Austrália (a Portugal) fui desafiado pelo meu saudoso mentor, José Augusto Seabra, a desenvolver o seu projeto de Lusofalantes na Europa e no Mundo e daí nasceram os Colóquios da Lusofonia. Desde então, ao contrário do mundo ocidental que confunde multiculturalismo com islamismo e outros *ismos*, temos definido a nossa versão de Lusofonia. Mas o que entendemos como Lusofonia foi expresso ao longo destes últimos anos, em cada Colóquio. Esta visão é das mais abrangentes possíveis, e visa incluir todos numa Lusofonia que não tem de ser Lusofilia nem Lusografia e muito menos a Lusofolia que por vezes parece emanar da CPLP e outras entidades. Ao aceitarem esta nossa visão muitas pontes se têm construído onde hoje só existem abismos, má vontade e falsos cognatos.

No 1º Colóquio 2002 afirmou-se

*Pretendia-se repensar a Lusofonia, como instrumento de promoção e aproximação de povos e culturas. O Porto foi a cidade escolhida perdida que foi a oportunidade, como Capital Europeia da Cultura, de fazer ouvir a sua voz nos mídias nacionais e internacionais como terra congregadora de esforços e iniciativas em prol da língua de todos nós, da Galiza a Cabinda e Timor, passando pelos países de expressão portuguesa e por todos os outros países onde não sendo língua oficial existem Lusofalantes.*

Há algum tempo (2002) o emérito linguista anglófono Professor David Crystal escrevia

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

*“O Português parece-me, tem um futuro forte, positivo e promissor garantido à partida pela sua população base de mais de 200 milhões, e pela vasta variedade que abrange desde a formalidade parlamentar até às origens de base do samba.*

*Ao mesmo tempo, os falantes de português têm de reconhecer que a sua língua está sujeita a mudanças – tal como todas as outras – e não se devem opor impensadamente a este processo. Quando estive no Brasil, no ano passado, por exemplo, ouvi falar dum movimento que pretendia extirpar todos os anglicismos. Para banir palavras de empréstimo doutras línguas pode ser prejudicial para o desenvolvimento da língua, dado que a isola de movimentações e tendências internacionais. O inglês, por exemplo, tem empréstimos de 350 línguas – incluindo Português – e o resultado foi ter-se tornado numa língua imensamente rica e de sucesso.*

*A língua portuguesa tem a capacidade e força para assimilar palavras de inglês e de outras línguas mantendo a sua identidade distinta. Espero também que o desenvolvimento da língua portuguesa seja parte dum atributo multilingue para os países onde é falada para que as línguas indígenas sejam também faladas e respeitadas. O que é grave no Brasil dado o nível perigoso e crítico de muitas das línguas nativas.”*

*Posteriormente contactei aquele distinto linguista preocupado com a extinção de tantas línguas e a evolução de outras, manifestando-me preocupado pelo desaparecimento de tantas línguas aborígenes no meu país e espantado pelo desenvolvimento de outras. Mostrava-me apreensivo pelos brasileirismos e anglicismos que encontrara em Portugal após 30 anos de diáspora. Mesmo admitindo que as línguas só têm capacidade de sobrevivência se evoluírem eu alertava para o facto de terem sido acrescentadas ao léxico 600 palavras pela Academia Brasileira (1999) das quais a maioria já tinha equivalente em português.*

*Sabendo como o inglês destronou línguas (celtas e não só) em pleno solo do Reino Unido, tal como Crystal afirma no caso do Cumbrico, Norn e Manx, perguntava ao distinto professor qual o destino da língua portuguesa, sabendo que o nível de ensino e o seu registo linguístico eram cada vez mais baixos, estando a ser dizimados por falantes, escribas, jornalistas e políticos ignorantes, sem que houvesse uma verdadeira política da língua em Portugal.*

*A sua resposta em março 2002 pode-nos apontar um de muitos caminhos. Diz Crystal:*

*“As palavras de empréstimo mudam, de facto, o carácter duma língua, mas como tal não são a causa da sua deterioração. A melhor evidência disto é sem dúvida a própria língua inglesa que pediu de empréstimo mais palavras do que qualquer outra, e veja-se o que aconteceu ao Inglês. De facto, cerca de 80% do vocabulário inglês não tem origem Anglo-Saxónica, mas sim das línguas Românticas e Clássicas incluindo o Português. É até irónico que algumas dos anglicismos que os Franceses tentam banir atualmente derivem de latim e de Francês na sua origem.*

*Temos de ver o que se passa quando uma palavra nova penetra numa língua. No caso do Inglês, existem triunviratos interessantes como kingly (Anglo-saxão), royal (Francês), e regal (Latim) mas a realidade é que linguisticamente estamos muito mais ricos tendo três palavras que permitem todas as variedades*

*de estilo que não seriam possíveis doutro modo. Assim, as palavras de empréstimo enriquecem a expressão. Até hoje nenhuma tentativa de impedir a penetração de palavras de empréstimo teve resultados positivos. As línguas não podem ser controladas. Nenhuma Academia impediu a mudança das línguas.*

*Isto é diferente da situação das línguas em vias de extinção como por exemplo debati no meu livro Language Death. Se as línguas adotam palavras de empréstimo isto demonstra que elas estão vivas para uma mudança social e a tentar manter o ritmo. Trata-se dum sinal saudável desde que as palavras de empréstimo suplementem e não substituam as palavras locais equivalentes. O que é deveras preocupante é quando uma língua dominante começa a ocupar as funções duma língua menos dominante, por exemplo, quando o Inglês substitui o Português como língua de ensino nas instituições de ensino terciário.*

*É aqui que a legislação pode ajudar e introduzir medidas de proteção, tais como obrigação de transmissões radiofónicas na língua minoritária, etc. existe de facto uma necessidade de haver uma política da língua, em especial num mundo como o nosso em mudança constante e tão rápida, e essa política tem de lidar com os assuntos base, que têm muito a ver com as funções do multilinguismo.*

*Recordo ainda que não é só o inglês a substituir outras línguas. No Brasil, centenas de línguas foram deslocadas pelo Português, e todas as principais línguas: Espanhol, Chinês, Russo, Árabe afetaram as línguas minoritárias de igual modo.”*

*Por partilhar a opinião do professor David Crystal espero que possam todos repensar a Lusofonia como instrumento de promoção e aproximação de culturas sem exclusão das línguas minoritárias que com a nossa podem coabitar.*

Em 2001, queríamos patentear que era possível ser-se organizacionalmente **INDEPENDENTE** e descentralizar estes eventos sem subsidi dependências e provou-se, em poucos anos como os Colóquios já se afirmaram como a única realização regular, concreta e relevante - em todo o mundo - sobre esta temática, sem apoios nem dependências.

Os Colóquios inovaram nessa sua primeira edição e introduziram o hábito de entregarem as Atas/Anais em DVD/CD no ato de acreditação dos participantes.

No 2º Colóquio 2003 disse-se

*Só através de uma política efetiva de língua se poderá defender e promover a expansão do espaço cultural lusófono, contribuindo decisivamente para a sedimentação da língua portuguesa como um dos principais veículos de expressão mundiais. Que ninguém se demita da responsabilidade na defesa do idioma independentemente da pátria.*

*Hoje como ontem, a língua de todos nós é vítima de banalização e do laxismo. Em Portugal, infelizmente, a população está pouco consciente da importância e do valor do seu património linguístico. Falta-lhe o gosto por falar e escrever bem, e demite-se da responsabilidade que lhe cabe na defesa da língua que fala. Há outros aspetos de que, por serem tão correntes, já mal nos apercebemos: o mau uso das preposições, a falta de coordenação sintática, e a violação das regras de concordância, que, logicamente, afetam a estrutura do pensamento e a expressão. Além dos tratos de polé que a língua falada sofre nos*

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

meios de comunicação social portugueses, uma nova frente se está a abrir com o ciberespaço e com as novas redes de comunicação em tempo real.

Urge pois apoiar a formação linguística dos meios de comunicação social, promover uma verdadeira formação dos professores da área, zelar pela dignificação da língua portuguesa nos organismos internacionais, dotando-os com um corpo de tradutores e intérpretes profissionalmente eficazes.

A atual crise portuguesa não é meramente económica mas reflete uma nação em crise, dos valores à própria identidade. Jamais podemos esquecer que a língua portuguesa mudou através dos tempos, e vai continuar a mudar. A língua não é um fóssil. Também hoje, a mudança está a acontecer. Num país em que falta uma visão estratégica para uma verdadeira POLÍTICA DA LÍNGUA, onde o cinzentismo e a uniformidade são a regra de referência, onde a competição é uma palavra tabu, onde o laxismo e a tolerância substituem a exigência e a disciplina, onde a posse de um diploma superior constitui ainda uma vantagem competitiva, claro que continua a grassar a desresponsabilização. Os cursos superiores estão desajustados do mercado de trabalho, as empresas vivem alheadas das instituições académicas, existem cursos a mais que para nada servem, existem professores que mantêm cursos abertos para se manterem empregados. Ao contrário do que muitos dizem Portugal não tem excesso de licenciados mas sim falta de empregos. Mas será que falam Português?

No 3º Colóquio 2004, cujo tema era a Língua Mirandesa, dizia-se

Estamos aqui para juntos fazermos ouvir a nossa voz, para que Bragança seja uma terra onde se congregam esforços e iniciativas em prol da língua de todos nós, da Galiza a Timor, passando pelos países de expressão portuguesa e por todos os outros países onde não sendo língua oficial existem Lusofalantes. Este colóquio como pedrada no charco que pretendia ser, visava alertar-nos para a existência duma segunda língua nacional que mal sabemos que existe e cujo progresso é já bem visível em menos duma década de esforço abnegado e voluntarioso duma mão cheia de pessoas que acreditaram.

Visa alertar-nos para a necessidade de sermos competitivos e exigentes, sem esperarmos pelo Estado ou pelo Governo e tomarmos a iniciativa em nossas mãos. Assim como criamos estes Colóquios, também cada um de vós pode criar a sua própria revolução, em casa com os filhos, com os alunos, com os colegas e despertar para a necessidade de manter viva a língua de todos nós. Sob o perigo de soçobrarmos e passarmos a ser ainda mais irrelevantes neste curto percurso terreno.

Em 2004, lançamos a campanha que salvou da extinção o importante portal Ciberdúvidas.

No 4º Colóquio em 2005 sobre a Língua Portuguesa em Timor-Leste, escrevia-se

"O português faz parte da história timorense. Não a considerar uma língua oficial colocaria em risco a sua identidade", defende o linguista australiano Geoffrey Hull no seu recente livro *Timor-Leste. Identidade, língua e política educacional*. A língua portuguesa "tem-se mostrado capaz de se harmonizar com as línguas indígenas" e é tanto mais plausível porque "o contacto com Portugal renovou e consolidou a cultura timorense" e quando Timor-Leste emergiu da fase colonial

"não foi necessário procurar uma identidade nacional, o país era único do ponto de vista linguístico".

"O português não é um idioma demasiado difícil para os timorenses pois estes já possuem um relativo conhecimento passivo do português, devido ao facto de que já falam o Tétum-Díli", afirma Hull. "A juventude deve fazer um esforço coletivo para aprender ou reaprender" a língua portuguesa

Estas eram, de facto, as premissas com que partimos para este 4º Colóquio. Não sabíamos ainda que teríamos entre nós a presença do Prémio Nobel da Paz, D. Carlos Filipe XIMENES BELO, e muito menos imaginávamos que teríamos a exposição de fotografia do Presidente Kay Rala XANANA GUSMÃO (Rostos da Lusofonia), e que o Colóquio coincidia com o maior eclipse anular do sol desde o início do século passado.

Durante dois dias foi debatido o futuro do português na ex-colónia, além de temas mais genéricos como as tradições, a literatura e a tradução em geral. As razões desta temática orientada para Timor-Leste têm a ver com um dos aspetos que consideramos de certo modo controverso.

Em termos linguísticos é a primeira vez que se faz uma experiência destas no mundo: impor-se uma língua oficial numa nação onde não existe uma língua própria, mas várias línguas: a franca, o tétum e vários dialetos".

O objetivo destas iniciativas é "aproveitar a experiência profissional e pessoal de cada pessoa dentro da sua especialidade para que os restantes oradores possam depois partir para o terreno e utilizarem instrumentos que já deram resultados noutras comunidades".

De acordo com várias fontes, o aumento do número de falantes do português quase que triplicou desde a independência de Timor, há cinco anos. A organização do Colóquio entende que "foi sobremodo graças à ação da Igreja Católica que a língua portuguesa se manteve em Timor", e daí a relevância da presença do bispo resignatário de Díli, D. Carlos Ximenes Belo, no segundo dia de trabalhos. Dentre os temas debatidos focando aspetos curiosos da Geografia à História de Timor, passando pelo Ensino e Cooperação, é importante realçar que os projetos com melhor e maior acolhimento foram aqueles que saíram das linhas institucionais rígidas. Trata-se de projetos em que os professores e cooperantes adaptaram os programas à realidade timorense e assim conseguiram uma adesão e participação entusiástica dos timorenses, que hoje os substituem já nessas tarefas. Este aspeto é notável, pois colide com a burocracia oficial e rígida que estipula quais os programas a aplicar sem conhecimento da realidade local e suas idiossincrasias.

Em especial dois destes temas foram abordados por cooperantes brasileiros e portugueses, esperando-se que iniciativas semelhantes possam ser reproduzidas no futuro, pois só estes permitem preparar os timorenses para tomarem os seus destinos e os da sua Língua Portuguesa nas suas próprias mãos. A ideia transversal e principal deste colóquio era o futuro do português em Timor. "O tétum está a ser enriquecido com toda uma terminologia que deriva automaticamente do português, e não do inglês. Enquanto as línguas tradicionais cada vez mais se servem do inglês, o tétum está a servir-se do português para criar palavras que não existem na sua língua franca o que enriquece tanto o português como o tétum".



## Atas 14º colóquio da lusofonia –

Quanto ao futuro da língua portuguesa no mundo não hesito em afirmar que “de momento está salvaguardado através do seu enriquecimento pelas línguas autóctones e pelos crioulos, que têm o português como língua de partida. Enquanto a maior parte das línguas tende a desaparecer visto que não há influências novas, o português revela nalguns locais do mundo uma vitalidade fora do normal. A miscigenação com os crioulos e com os idiomas locais vai permitir o desenvolvimento desses crioulos e a preservação do português”. Por isso “não devemos ter medo do futuro do português no mundo porque ele vai continuar a ser falado. E a crescer nos restantes países”.

Em 2006 no 6º Colóquio

No V Colóquio debateram-se os modelos de normalização linguística na Galiza e a situação presente, onde o genocídio linguístico atingiu uma forma nova e subtil, já não através da perseguição aberta e pública do galego, como em décadas passadas, mas pela promoção social, escolar e política de uma forma oral e escrita deturpada, castelhanizada, a par de uma política ativa de exclusão dos dissidentes lusófonos (os denominados reintegracionistas e lusistas).

Debateu-se uma Galiza que luta pela sua sobrevivência linguística, numa altura em que a UNESCO advertiu do risco de castelhanização total nas próximas décadas. Falou-se de história, dos vários avanços e recuos e de vários movimentos a favor da língua portuguesa na Galiza, teceram-se críticas, comentários e apontaram-se soluções, sendo quase universalmente exigida a reintrodução do Português na Galiza através de várias formas e meios. Existe aqui ampla oportunidade para as televisões portuguesas descobrirem aquele mercado de quase três milhões de pessoas. As oportunidades comerciais de penetração da Galiza podem ser uma porta importante para a consolidação da língua naquela região autónoma.

Foi sobejamente assinalada a quase generalizada apatia e desconhecimento do problema da língua na Galiza por parte dos portugueses e o seu esquecimento por parte das entidades oficiais sempre temerosas de ofenderem o poder central em Madrid. Faltam iniciativas como esta para alertar, um número cada vez maior, as pessoas para este genocídio linguístico, desconhecido e que mora mesmo aqui ao lado.

Por outro lado, constatou-se a necessidade de uma maior concertação e união entre as várias associações em campo que propugnam a língua portuguesa na Galiza. A sua presença regular em eventos semelhantes em Portugal pode alargar o número de académicos preocupados com o tratamento de polé dado à língua nossa antepassada num território que por mercê duma conquista histórica de há 500 anos teima em não perder a sua língua original, que é a nossa. O anúncio por Martinho Montero da criação duma Academia Galega da Língua Portuguesa é simultaneamente arriscado e ousado mas pode ser um passo em frente para a concretização do sonho de muitos galegos.

Os problemas da tradução foram também debatidos como forma de perpetuar e manter a criatividade da língua portuguesa nos quatros cantos do mundo, algo que é importante realçar pois as pessoas não se apercebem muitas vezes desta vertente, sendo a mais surpreendente comunicação (Barbara Juršič), uma referente à tradução de obras portuguesas (de Saramago a Mia Couto) na

Eslovénia. “Enquanto a tradução de obras portuguesas não estiver suficientemente difundida, a língua portuguesa não pode alcandorar-se ao nível de reconhecimento mundial doutras línguas. Começa a haver um certo número de traduções de livros de autores portugueses, mas é altamente deficiente e deficitária. Uma das formas de preservar a língua é através da tradução. Só a tradução de obras permite a divulgação, algo muito importante na preservação da língua.” Por outro lado, conseguiu-se que os colóquios se tornassem graças à sua persistência na única iniciativa, concreta e regular em Portugal nos últimos cinco anos sobre esta temática.

A intenção destes colóquios é diferente da maioria das realizações congéneres. Pela sua independência permite a participação de um leque alargado de oradores, sem temores nem medo de represálias dos patrocinadores institucionais sejam eles governos, universidades ou meros agentes económicos. Por outro lado, ao contrário de outros encontros e conferências de formato tradicional em que as pessoas se reúnem e no final há uma ata cheia de boas intenções (raramente concretizadas) com as conclusões, estes colóquios visam aproveitar a experiência profissional e pessoal de cada um dentro da sua especialidade e dos temas que estão a ser debatidos, para que os restantes oradores possam depois partir para o terreno, para os seus locais de trabalho e utilizarem instrumentos que já deram resultados noutras comunidades. Ou seja verifica-se a criação de uma rede informal que permite um livre intercâmbio de experiências e vivências, que se prolonga ao longo dos anos, muito para lá do colóquio em que entrevistaram.

Estes Colóquios podem ser ainda marginais em relação às grandes diretrizes aprovadas nos gabinetes de Lisboa, de Brasília, ou de qualquer outra capital, mas na prática têm servido para inúmeras pessoas aplicarem as experiências doutros colegas à realidade do seu quotidiano de trabalho com resultados surpreendentes e bem acelerados como se viu na edição de 2005, com a campanha para salvar o Ciberdúvidas da Língua Portuguesa e com o lançamento a nível oficial do Observatório da Língua Portuguesa.

Portugal e Brasil continuam a valorizar o acessório e a subestimar o essencial. Os portugueses e brasileiros não têm uma verdadeira política da Língua, e não conjugam objetivos através duma CPLP adormecida, enquanto franceses e ingleses estão bem ativos.

O atual impacto mundial da língua portuguesa existe sobretudo por ação dos outros. A R. P. da China prepara [em Macau] os seus melhores quadros para dominarem a língua portuguesa e desta forma conquistarem os mercados lusófonos. Irá depender sobretudo do esforço brasileiro em liderar que a Lusofonia poderá avançar, levando a reboque os países africanos ainda cheios de complexos do seu velho e impotente colonizador Portugal. A língua portuguesa é alimentada de forma diferente de acordo com as realidades sociais, económicas, culturais, etc., dos países onde está instituída e os quais estão geograficamente distantes uns dos outros. A Língua Portuguesa pode ser o veículo de aproximação entre os esses países lusófonos e as comunidades lusofalantes.

Os meus compatriotas aborígenes australianos preservaram a sua cultura ao longo de sessenta mil anos, sem terem escrita própria, mas a sua cultura foi

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

*mantida até aos dias de hoje, pois assentava na transmissão via oral de lendas e tradições. Este é um dos exemplos mais notáveis de propagação das características culturais de um povo que nunca foi nação. Uma das coisas mais importantes que a Austrália me ensinou foi a tolerância pelas diferenças étnicas e culturais, e o facto de ter aprendido a conviver e a viver com a diferença. Sem aceitarmos estas diferenças jamais poderemos progredir, pois que só da convivência com outras etnias e culturas poderemos aspirar a manter viva a nossa. Devemos aceitar a Lusofonia e todas as suas diversidades culturais sem exclusão, que com a nossa podem coabitar. Essa a mensagem dos 5 colóquios anuais da lusofonia e dos encontros açorianos da lusofonia.*

**Em 2007 no 8º colóquio** buscou-se um tema ainda mais polémico e a necessitar de debate: “O Português no século XXI, a variante brasileira rumo ao futuro. O risco real da separação ou não. Unificação ou diversificação: esta a agenda para as próximas décadas.” Assim, a verificar-se (e creio ser só uma questão de tempo) a emancipação da variante brasileira, a língua portuguesa europeia estará condenada a uma morte lenta associada a uma rápida diminuição e envelhecimento da população de Portugal que aponta para uns meros 8,7 milhões em 2050 contra os atuais 10,7 milhões.

Quanto a Bragança encontrei ali formas vernaculares (quase medievais) da língua que perduraram a todos os níveis da população independentemente da sua classe socioeconómica e da sua educação, mas de que constato uma quase vergonha dos seus falantes por entenderem que não falam português correto, o que aliado à desertificação humana desta região tende igualmente a acabar. Tenho um filho de 7 anos que em pouco mais de ano e meio adaptou para seu uso um vernáculo totalmente distinto do que ouve em casa e que faz rir os seus primos do Porto... a própria construção gramatical é diferente. Creio que como cidadão australiano há mais de 25 anos a lutar em prol da preservação da língua e cultura portuguesa de meus antepassados, ninguém está mais interessado na sua preservação. Creio que ela poderá ser feita numa evolução dinâmica aceitando os desafios e alterações que a própria língua inevitavelmente irá sofrer.

Os Portugueses quase sempre alheados destes problemas e sempre temerosos de ofenderem a vizinha Espanha esquecem-se de que a vizinha e irmã é a Galiza e não a Espanha da velha Castela e da unificação à força. Foi nos primeiros dias do ano de 2006 na RTP num telejornal à hora do almoço, que pela primeira vez ouvimos falar os Galegos sobre os seus problemas com a nossa (e deles) língua.

Qual é a nossa responsabilidade como professores, jornalistas, estudiosos da língua em relação a esta guerra silenciosa que aqui ao lado consome tantos e a nós nos deixa indiferentes. Trata-se dum povo que fala a língua da Lusofonia de que tantos falam mas de que tão poucos cuidam. Ou será que a Lusofonia continua a ser entendida por muitos como uma extensão do ex-Ímpério? Esses velhos do Restelo, amantes dum passado que se espera nunca mais volte têm de despertar para a realidade e confrontar-se com ela por mais desagradável que lhes seja.

Os desafios que se põem nestes Colóquios são grandes. A divisão na Galiza é enorme entre lusistas, reintegracionistas e todos os outros. Será que vão conseguir finalmente criar uma plataforma abrangente que permita o entendimento

*entre algumas das várias correntes de pensamento? Ou irão continuar na sua guerrilha contra tudo e todos que não estejam de acordo com as teorias que professam. A importância do debate é enorme como atrás se inferiu. Ou o Galego é Português mesmo que seja uma variante, como o Brasileiro ou então o que é? Se for uma língua própria teremos todos de nos cuidar, porque o Brasil com mais razão e há mais tempo pode igualmente fazê-lo.*

Creemos que esse não será o caminho. O Português, ao contrário do que muitos pensam não tem pernas para andar sozinho com uma população entre 9 e 15 milhões se incluímos os expatriados, e tem de contar sobretudo com o número de falantes no Brasil, na Galiza, em Angola, Moçambique, Timor, Cabo Verde, S. Tomé, Guiné-Bissau e por toda a parte onde haja comunidades de lusofalantes, mesmo nas velhas comunidades esquecidas de Goa, Damão, Diu, Malaca.

São lusofalantes todos/as aqueles que têm o Português como língua, seja língua-mãe, língua de trabalho ou língua de estudo, vivam eles no Brasil, em Portugal, nos PALOP's, na Galiza, em Macau ou em qualquer outro lugar, sejam ou não nativos, naturais, nacionais ou não de qualquer um dos países lusófonos.

O espaço dos Colóquios Anuais da Lusofonia é um espaço privilegiado de diálogo, de aprendizagem, de intercâmbio e partilha de ideias, opiniões, projetos por mais díspares ou antagónicos que possam aparentar. É esta a Lusofonia que defendemos como a única que permitirá que a Língua Portuguesa sobreviva nos próximos duzentos anos sem se fragmentar em pequenos e novos idiomas e variantes que, isoladamente pouco ou nenhum relevo terão. Se aceitarmos todas as variantes de Português sem as discriminarmos ou menosprezarmos, o Português poderá ser com o Inglês uma língua universal colorida por milhentos matizes da Austrália aos Estados Unidos, dos Açores às Bermudas, à Índia e a Timor. O Inglês para ser língua universal continuou unido com todas as suas variantes.

Ao longo de mais de uma década tivemos colóquios em vários locais. Começámos no Porto, depois tivemos Bragança como base entre 2003 e 2010, Seia em 2013 e 2014, Brasil (2010), Macau (2011), Galiza (2012), e nos Açores, na Ribeira Grande (2006-7), Lagoa (2008-12), Vila do Porto (2011), Maia (2013) e na praia, nos Moinhos de Porto Formoso em 2014.

Os Colóquios são independentes de forças políticas e institucionais, através do pagamento das quotas dos associados e do pagamento de inscrições dos congressistas. Buscam apoios protocolados especificamente para cada evento, concebido e levado a cabo por uma rede de voluntários. Pautam-se pela participação de um variado leque de oradores, sem temores nem medo de represálias. Ao nível logístico, tentam beneficiar do apoio das entidades com visão para apoiar a realização destes eventos. Estabeleceram várias parcerias e protocolos com universidades, politécnicos, autarquias e outros que permitem embarcar em projetos mais ambiciosos e com a necessária validação científica.

Nos Açores, agregaram académicos, estudiosos e escritores em torno da identidade açoriana, sua escrita, lendas e tradições, numa perspetiva de enriquecimento da LUSOFONIA. Pretendia-se divulgar a identidade açoriana não só nas comunidades lusofalantes mas em países como a Roménia, Polónia, Bulgária, Rússia, Eslovénia, Itália, França, e onde têm sido feitas traduções de

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

obras e de excertos de autores açorianos. Tornaram-se uma enorme tertúlia reforçando a açorianidade e vincando bem a insularidade.

De referir que em todos os colóquios mantivemos sempre uma sessão dedicada à tradução que é uma importante forma de divulgação da nossa língua e cultura. Veja-se o exemplo de Saramago que vendeu mais de um milhão de livros nos EUA onde é difícil a penetração de obras de autores de outras línguas e culturas.

Relembremos agora algumas das nossas conquistas não enunciadas antes:

Em 2007 no 8º colóquio atribuíram o 1º Prémio Literário da Lusofonia e debateram, pela primeira vez em Portugal, o Acordo Ortográfico 1990.

Em 2008 no 10º colóquio inauguraram a Academia Galega da Língua Portuguesa e o Presidente da Academia de Ciências de Lisboa Professor **Adriano Moreira** deslocou-se propositadamente para dar “o apoio inequívoco da Academia de Ciências aos Colóquios da Lusofonia”. Na sequência desta vinda, doaria o seu espólio a Bragança onde se encontra na Biblioteca Municipal com o seu nome. Idêntica visita ocorreu em 2009 na Lagoa (Açores).

A partir de 2007 prosseguimos, incansáveis, a nossa campanha pela implementação total do Acordo Ortográfico 1990, com o laborioso apoio de Malaca Casteleiro e Evanildo Bechara na luta pela Língua unificada que propugnamos para as instâncias internacionais.

Em 2009, nos 11º e 12º, definimos os projetos do MUSEU DA LUSOFONIA e do MUSEU DA AÇORIANIDADE que infelizmente não tiveram cabimento financeiro. Nesse ano convidámos o escritor Cristóvão de Aguiar para a Homenagem Contra O Esquecimento, que incluía Carolina Michaélis, Leite De Vasconcellos, Euclides Da Cunha, Agostinho Da Silva, Rosália De Castro. Um protocolo foi estabelecido em 2009 com a Universidade do Minho para ministrar um Curso Breve de Estudos Açorianos que decorreu posteriormente.

Em janeiro de 2010 lançámos os Cadernos de Estudos Açorianos (em formato pdf no nosso portal [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)), que trimestralmente publicámos, estando já disponíveis mais de duas dezenas de cadernos, suplementos e vídeo-homenagens a autores açorianos. Servem de suporte ao curso de Açorianidades e Insularidades que pretendemos levar online para todo o mundo e de iniciação para os que querem ler autores açorianos cujas obras dificilmente se encontram.

Também em 2010, o 13º colóquio deslocou-se ao Brasil, participou na conferência da CPLP em Brasília, visitou o Museu da Língua Portuguesa em São Paulo e no Rio foi recebido na Academia Brasileira de Letras, onde palestraram Malaca Casteleiro, Concha Rousia e Chrys Chrystello, antes de se rumar a essa décima ilha açoriana que é Santa Catarina e Florianópolis.

Em Bragança no 14º colóquio, na Sessão de Poesia, tivemos poemas de Vasco Pereira da Costa, uma vídeo homenagem ao autor e a declamação ao vivo do poema “Ode ao Boeing 747” em 11 das 14 línguas para que foi traduzido pelos Colóquios (Alemão, Árabe, Búlgaro, Catalão, Castelhanos, Chinês, Flamengo, Francês, Inglês, Italiano, Neerlandês, Polaco, Romeno, Russo).

Malaca Casteleiro sugerira no XIII Colóquio que se valorizassem as publicações de trabalhos das Atas através de um ANUÁRIO de comunicações

selecionadas e não editadas em papel do 1 ao 13º colóquios, o qual já está no portal, disponível apenas para os associados.

Em 2011 no 15º colóquio, uma numerosa comitiva deslocou-se a Macau com o generoso apoio do Instituto Politécnico local e lá se firmaram novos protocolos embora ainda não tenham trazido resultados práticos.

Nesse ano de 2011 no 16º colóquio, fomos pela primeira vez a Santa Mª, Ilha-Mãe. Em Vila do Porto, além de apresentar a antologia bilingue de autores açorianos, o XVI Colóquio da Lusofonia aprovou uma **DECLARAÇÃO DE REPÚDIO** pela atitude de Portugal que olvidando séculos de história comum da língua, excluiu a Galiza - representada pela AGLP - do seio das comunidades lusófonas. A Galiza esteve sempre representada desde 1986 em todas as reuniões relativas ao novo acordo ortográfico e o seu léxico foi integrado em vários dicionários e corretores ortográficos. A sua exclusão a posteriori do seio da CPLP representa um grave erro histórico, político e linguístico que urge corrigir urgentemente.

Em 2012 no 17º colóquio na Lagoa, reunimos 9 autores na HOMENAGEM CONTRA O ESQUECIMENTO: Eduardo Bettencourt Pinto (Canadá), Caetano Valadão Serpa (EUA); de São Miguel: Eduíno de Jesus, Fernando Aires (representado pela viúva Dra. Idalinda Ruivo e filha Mª João); Daniel de Sá; da ilha Terceira, Vasco Pereira da Costa e Emanuel Félix representado pela filha e poeta Joana Félix; da ilha do Pico, Urbano Bettencourt, e do Brasil, Isaac Nicolau Salum (descendente de açorianos) com a presença da filha Mª Josefina.

Em outubro 2012, no 18º colóquio, levamos os Colóquios a Ourense na Galiza, parcela esquecida da Lusofonia que foi o berço da língua de todos nós que tenta reunir-se com as demais comunidades lusofalantes. Ali houve uma cerimónia especial da Academia Galega em que foram empossados oito novos Académicos Correspondentes. Foi um evento rico em trabalhos científicos e apresentações mas com fraca adesão de público.

Na Lagoa e na Galiza (2012) difundimos o **MANIFESTO AICL 2012, a língua como motor económico**, (ver no fim) como contributo para uma futura política da língua no Brasil e em Portugal. Vivemos hoje uma encruzilhada semelhante à da Geração de 1870 e das Conferências do Casino. Embora maioritariamente preocupados com aspetos mais vastos da linguística, literatura, e história, somos um grupo heterogéneo unido pela Língua comum e que configura o mundo, sem esquecer que Wittgenstein disse que o limite da nacionalidade é o limite do alcance linguístico.

Falta dizer que dois importantes projetos dos colóquios viram a luz do dia em 2011 e 2012, a Antologia Bilingue de (15) Autores Açorianos Contemporâneos e a Antologia de (17) Autores Açorianos Contemporâneos (em 2 volumes), editadas pela Calendário de Letras da autoria de Helena Chrystello e Rosário Girão, lançadas em Portugal e Açores (2011-2013), Galiza e Toronto (2012).

Na Maia (2013) no 19º colóquio, lançaram-se vários novos projetos, a antologia no feminino (9 ilhas 9 escritoras), um cancionero, o projeto de musicar poemas, e o novo Prémio Literário AICL Açorianidade.

Em Seia (2013) no 20º colóquio, criou-se um projeto de levantamento do Corpus da Lusofonia pelo Grupo Interdisciplinar, de Pesquisas em Linguística



## Atas 14º colóquio da lusofonia –

*Informática (GIPLI) sob a coordenação da Professora Doutora Zilda Zapparoli, grupo criado em 2002 e certificado pela Universidade de São Paulo e cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa de CNPq – Brasil. O Corpus da Lusofonia será composto de textos em língua portuguesa de diversos países lusófonos. A criação do Corpus da Lusofonia foi proposta por José Lopes Moreira Filho durante a sua comunicação ao 20º colóquio, e pressupõe a disponibilidade de ferramentas computacionais para tratamento e análise de textos.*

*Iremos continuar com o projeto de musicar poemas de autores açorianos e dos colóquios, como a Ana Paula Andrade demonstrou no 20º colóquio ao apresentar temas de Álam Oliveira, Luísa Ribeiro, Norberto Ávila, Concha Rousia e Chrys Chrystello. Prosseguiremos com traduções de excertos de autores açorianos.*

*Tenta-se colocar a Antologia de Autores Açorianos no Plano Nacional de Leitura (ela que já consta do Plano Regional de Leitura dos Açores) e lançamos no 21º colóquio mais dois dos nossos projetos: a Coletânea de Textos Dramáticos de autores açorianos da autoria de Helena Chrystello e Lucília Roxo (Álam Oliveira, Martins Garcia, Norberto Ávila, Daniel de Sá, e Onésimo Teotónio de Almeida) bem como a antologia no feminino “9 ilhas, 9 escritoras” BRITES ARAÚJO, JOANA FÉLIX, JUDITE JORGE, LUÍSA RIBEIRO, LUÍSA SOARES, MADALENA FÉRIN, MADALENA SAN-BENTO, NATÁLIA CORREIA, RENATA CORREIA BOTELHO.*

*Este 21º colóquio teve a particularidade de nos obrigar a fechar as inscrições dois meses antes da data prevista por haver excesso de oradores para o idílico local onde se realizou – a PRAIA DOS MOINHOS, PORTO FORMOSO.*

*Este ano lançou-se o 2º Prémio Açorianidade (2014 - Brites Araújo), e publicaremos o 1º Prémio Literário AICL Açorianidade (2013 – Judite Jorge) no 22º colóquio além de tentar criar o Centro de Estudos Virgilianos com apoio do IPG, UBI e outras entidades, sendo o Professor Malaca Casteleiro encarregado de providenciar aos esforços tendentes a conseguir este desiderato.*

Muito resumidamente, foi isto que os Colóquios fizeram numa década, provando a vitalidade da sociedade civil quando se congregam vontades e esforços de tantos académicos e investigadores como aqueles que hoje dão vida aos nossos projetos.

Esperemos que mais se juntem à AICL – Colóquios da Lusofonia - para fazermos chegar o nosso MANIFESTO a toda a gente e aos governos dos países de expressão portuguesa. Ponto de partida para o futuro que ambicionamos e sonhamos. Com a vossa ajuda e dedicação muito mais podemos conseguir como motor pensante da sociedade civil.

Ao terminar podemos questionar quanto vale um idioma? Se a Língua Portuguesa estivesse numa prateleira de supermercado, estaria num nicho de luxo ou esquecida num canto, para promoção de minimercado? Estamos acostumados a medir o valor económico dos objetos a que um idioma dá nome, e não do idioma em si.

Um estudo solicitado pelo Camões ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), em Portugal, encarou o desafio de medir essa grandeza, e revela que 17% do PIB do país equivale a atividades ligadas direta ou indiretamente à Língua Portuguesa.

*“É um percentual interessante, por ter ficado ligeiramente acima do que se apurou na Espanha relativamente ao espanhol (15%)” - analisa Carlos Reis, da Universidade de Coimbra, professor visitante da PUC-RS e um dos fundadores da Universidade Aberta em*

Portugal, da qual foi reitor até julho 2012. O índice leva em conta a importância relativa da comunicação e da compreensão em campos de atividades económicas. Privilegia relações que exigem uma língua e descarta atividades que podem ser executadas por trabalhadores de outra nacionalidade ou competência linguística.

Ramos como ensino, cultura e telecomunicações seriam celeiros automáticos de atividades em que a língua é fulcral.

Além destas "indústrias da língua", há as ligadas a fornecedores de produtos em Português, como a administração pública, o setor de serviços, ou as que induzem maior conteúdo de Língua para a economia como um todo, da indústria de papel à de eletrodomésticos.

A pesquisa indica que o fenómeno se repete em coeficientes aplicáveis aos países lusófonos. Línguas com muitos utilizadores fornecem mercado maior para bens culturais. O crescimento sustentado da última década fez o gigante da Língua Portuguesa saltar aos olhos globais.

O Brasil é líder das relações comerciais entre países lusófonos, movimentando um Produto Interno Bruto que passou de US\$ 1,9 mil milhões em 2009 para US\$ 2,3 mil milhões em 2010, diz o Banco Mundial.

Já o PIB dos imigrantes de Língua Portuguesa noutros países ronda US\$ 107 mil milhões (2009).

A diferença entre os países pobres e os ricos não é a idade do país. Isto está demonstrado por países como o Egito, que têm mais de 5.000 anos, e são pobres. Por outro lado, o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia, que há 200 anos eram inexpressivos, hoje são países desenvolvidos e ricos.

A diferença entre países pobres e ricos também não reside nos recursos naturais disponíveis. O Japão possui um território limitado, 80% montanhoso, inadequado para a agricultura e para a criação de gado, mas é a segunda economia mundial, uma imensa fábrica flutuante, que importa matéria-prima do mundo inteiro e exporta produtos manufaturados.

Outro exemplo é a Suíça, que não planta cacau, mas tem o melhor chocolate do mundo no seu pequeno território onde cria animais, e cultiva o solo durante quatro meses ao ano, no entanto, fabrica laticínios da melhor qualidade. É um país pequeno que passa uma imagem de segurança, ordem e trabalho, pelo que se transformou no cofre-forte do mundo.

No relacionamento entre gestores dos países ricos e os seus homólogos dos países pobres, fica demonstrado que não há qualquer diferença intelectual. A raça, ou a cor da pele, também não são importantes: os imigrantes rotulados como preguiçosos nos seus países de origem, são a força produtiva dos países europeus ricos.

Onde está então a diferença? Está no nível de consciência do povo, no seu espírito. A evolução da consciência deve constituir o objetivo primordial do Estado, em todos os níveis do poder.

Os bens e os serviços são apenas meios...

A educação (para a vida) e a cultura ao longo dos anos devem plasmar consciências coletivas, estruturadas nos valores eternos da sociedade: moralidade, espiritualidade, e ética.

Solução-síntese: transformar a consciência do Português.



## Atas 14º colóquio da lusofonia –

O processo deve começar na comunidade onde vive e convive o cidadão. A comunidade, quando está politicamente organizada em Associação de Moradores, Clube de Mães, Clube de Idosos, etc., torna-se um micro Estado. As transformações desejadas pela Nação para Portugal serão efetuadas nesses microestados, que são os átomos do organismo nacional – confirma a Física Quântica.

Ao analisarmos a conduta das pessoas nos países ricos e desenvolvidos, constatamos que a grande maioria segue o paradigma quântico, isto é, a prevalência do espírito sobre a matéria, ao adotarem os seguintes princípios de vida:

1. A ética, como base;
2. A integridade;
3. A responsabilidade;
4. O respeito às leis e aos regulamentos;
5. O respeito pelos direitos dos outros cidadãos;
6. O amor ao trabalho;
7. O esforço pela poupança e pelo investimento;
8. O desejo de superação;
9. A pontualidade.

Somos como somos, porque vemos os erros e encolhemos os ombros dizendo: “não interessa!” A preocupação de todos deve ser com a sociedade, que é a causa, e não com a classe política, que é o triste efeito. Só assim conseguiremos mudar o Portugal de hoje. Vamos agir!

Muito mais se poderia dizer sobre a ação dos Colóquios quer a nível das suas preocupações com o currículo regional dos Açores e outras questões nacionais e internacionais, mas o que atrás fica dito espelha bem a realidade das nossas iniciativas. Reflitamos sobre o que disse Martin Luther King: “ *O que é mais preocupante, não é o grito dos violentos, dos corruptos, dos desonestos, ou dos sem ética. O que é mais preocupante é o silêncio dos que são bons...*”

Leia o MANIFESTO (2012) CONTRA A CRISE: A LÍNGUA COMO MOTOR ECONÓMICO <https://www.lusofonias.net/aicl-projetos/projetos-aicl-2016.html>  
<https://coloquios.lusofonias.net/projetos%20aicl/manifesto2012aicl.pdf>

### 1. **TEMAS 2014 SEJA**

#### **TEMA 1 AUTORES E TEMAS DAS BEIRAS**

##### **1.1. AUTORES E OBRAS (DE ABEL BOTELHO A VERGÍLIO FERREIRA E OUTROS/AS)**

##### **1.2. FALARES DAS BEIRAS**

##### **1.3. DA HISTÓRIA À TRANSMÂNICA E À GASTRONOMIA, UMA**

##### **IDENTIDADE BEIRÃ**

#### **TEMA 2 LUSOFONIA: 800 ANOS DE LÍNGUA PORTUGUESA**

##### **2.1. LÍNGUA PORTUGUESA: 800 ANOS NO TEMPO E NO ESPAÇO**

##### **2.2. A MULHER NAS LETRAS LUSÓFONAS**

##### **2.3. LÍNGUA DE IDENTIDADE E CRIAÇÃO**

##### **2.4. LÍNGUA PORTUGUESA NOS MÍDIA E NO CIBERESPAÇO**

##### **2.5. ENSINO E CURRÍCULOS. CORPUS DA LUSOFONIA.**

##### **2.6. POLÍTICA DA LÍNGUA**

##### **2.7. LUSOFONIA NA ARTE E NOUTRAS CIÊNCIAS**

## **2.8. OUTROS TEMAS LUSÓFONOS**

### **TEMA 3 AÇORIANIDADES**

3.1. *Homenagem A Autoras Do Arquipélago Da Escrita (Açores) - Brites Araújo, Joana Félix, Judite Jorge, Luísa Ribeiro, Luísa Soares, Madalena Férin, Madalena San-Bento, Natália Correia, Renata Correia Botelho*

#### **3.2. Outra Literatura De Matriz Açoriana**

3.3. *Açorianos Em Macau E Em Timor – D. Arquimínio Da Costa, D. Manuel Bernardo De Sousa Enes, D. João Paulino De Azevedo E Castro, D. José Da Costa Nunes E D. Paulo José Tavares, (Bispos Açorianos Em Macau), Áureo Da Costa Nunes De Castro, João Paulino De Azevedo E Castro, José Machado Lourenço, Silveira Machado*

#### **3.4. Revisitar A Literatura De Autores Estrangeiros Sobre Os Açores, Por Exemplo:**

- Ashe, Thomas / Haydn, Joseph (1813): *History Of The Azores, Or Western Islands.*
- Bullar, Joseph / Henry (1841): *A Winter In The Azores: And A Summer At The Baths Of The Furnas,*
- Henriques, Borges De F. (1867): *A Trip To The Azores Or Western Islands, Boston.*
- Orrico, Maria "Terra De Lídia",
- Petri, Romana "O Baleeiro Dos Montes" E "Regresso À Ilha",
- Tabucchi, Antonio, "Mulher De Porto Pim"
- Twain Mark (1899): *The Innocents Abroad, Volume I, Nova Iorque; Londres: Harper & Brothers Publishers. (Capítulos Sobre Os Açores, Faial), Cap. V/Vi*
- Updike, John. "Azores", *Harper's Magazine, March 64, Pp 11-37*

### **TEMA 4 TRADUTOLOGIA**

#### **4.1. LITERATURA LUSÓFONA TRADUZIDA**

#### **4.2. TRADUÇÃO DE E PARA PORTUGUÊS**

### **2. SESSÕES CULTURAIS (MÚSICA/ARTE, etc.)**

- 1) **RECITAIS DE MÚSICA POPULAR**
- 2) **“DANÇAS DE TIMOR** Grupo Danças Timor Furak e Grupo Le-Ziaval
- 3) **SESSÕES DE POESIA**
- 4) **TEATRO**
- 5) **2 PASSEIOS CULTURAIS, “HERANÇA JUDAICA” + MUSEU DO BRINQUEDO + CISE (Centro de Interpretação da Serra da Estrela)**
- 6) **MOSTRA DE LIVROS DA AICL**
- 7) **LANÇAMENTO · ANTOLOGIA “9 ILHAS, 9 ESCRITORAS” HELENA CHRYSTELLO E ROSÁRIO GIRÃO**

## Atas 14º colóquio da lusofonia –



### 3. COMISSÕES 22º COLÓQUIO

#### COMISSÃO EXECUTIVA DO COLÓQUIO

##### PRESIDENTE,

Chrys Chrystello, MA (Master of Arts), Presidente da Direção da AICL

##### VICE-PRESIDENTES,

1. Helena Chrystello, Mestre, Coordenadora de Departamento, Escola EB 2,3 Maia, S Miguel, Açores
2. Presidente da Câmara Municipal de Seia, Carlos Filipe Camelo Miranda Figueiredo
3. Alberto Trindade Martinho, Universidade Católica Portuguesa.

##### VOGAIS:

1. Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Seia, Cristina M Figueiredo Almeida de Sousa
2. Anabela Naia Sardo, Diretora ESTH, Instituto Politécnico da Guarda, Portugal
3. Perpétua Santos Silva, ESE, I P Santarém

#### COMISSÃO CIENTÍFICA 22º COLÓQUIO DA LUSOFONIA - AICL -

1. Professor Doutor João Malaca Casteleiro Academia de Ciências de Lisboa, Portugal
2. Professor Doutor Evanildo Cavalcante Bechara Academia Brasileira de Letras Brasil
3. Chrys Chrystello, MA (Master of Arts), Presidente da Direção da AICL
4. Dra. Helena Chrystello, Mestre, Escola EBI 2,3 Maia, Vice-Presidente da Direção da AICL, S. Miguel Açores, Portugal
5. Professor Doutor, Luciano B. Pereira, Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico Setúbal, Portugal
6. Professora Doutora, Anabela Naia Sardo, Diretora ESTH, Instituto Politécnico da Guarda, Portugal
7. Dra. Concha Rousia, MSc (Master in Science), Academia Galega da Língua Portuguesa, Galiza
8. Professor Doutor, Alberto Trindade Martinho, Universidade Católica Portuguesa. Centro regional das Beiras

#### SECRETARIADO EXECUTIVO

**PRESIDENTE:** Helena Chrystello, Mestre, Coordenadora de Departamento, Escola EB 2,3 Maia, S Miguel, Açores

#### ADJUNTOS:

1. Professora Doutora, Anabela Naia Sardo, Diretora ESTH, Instituto Politécnico da Guarda, Portugal
3. Professora Doutora, Perpétua Santos Silva, ESE, I P Santarém
4. José Soares, Jornalista, Canadá/Açores
5. Professor Doutor, Rolf Kemmler, UTAD
6. Dr. Humberto Pinto, ESTH
7. António Pereira, Quinta de Crestelo

#### COMISSÃO CIENTÍFICA PERMANENTE DA AICL 2013-15

1. Prof. Doutor João Malaca Casteleiro, Academia de Ciências de Lisboa, Portugal
2. Prof. Doutor Evanildo Cavalcante Bechara, Academia Brasileira de Letras, Brasil
3. Chrys Chrystello, MA (Master of Arts), jornalista/tradutor, Presidente da Direção da AICL, Austrália
4. Helena Chrystello, Mestre, Escola EBI 2,3 Maia, Vice-Presidente da AICL, S. Miguel Açores, Portugal
5. Prof.ª Doutora Mª do Rosário Girão (Dept.º Estudos Românicos) Univ. do Minho, Braga, Portugal
6. Prof. Doutor Rolf Kemmler, (CEL) Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) Vila Real, Portugal
7. Prof. Doutor Luciano B. Pereira, Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico Setúbal, Portugal
8. Prof.ª Doutora Anabela Naia Sardo, Diretora ESTH, Instituto Politécnico da Guarda, Portugal
9. Eduardo Bettencourt Pinto, escritor, Vancouver, Canadá
10. Prof. Doutor Manuel J Silva, Universidade do Minho, Portugal
11. Concha Rousia, MSc (Master in Science), Academia Galega da Língua Portuguesa, Galiza
12. Prof.ª Doutora Mª Zélia Borges, Univ. Mackenzie, S. Paulo, Brasil
13. Prof.ª Doutora Anabela Freitas (Mimoso), Univ. Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Porto, Portugal
14. Dr. Ângelo Cristóvão, Academia Galega da Língua Portuguesa, Galiza
15. Dr J H Álamo Oliveira, escritor, ex- DRC, Terceira, Açores
16. Dr Norberto Ávila, escritor, Lisboa, Portugal

#### 4. LISTA ORADORES/PRESENCIAIS/CONVIDADOS/ORGANIZAÇÃO

	Nome	Instituição	Título	Tema
2.	Afonso Teixeira Filho	Univ. S. Paulo, Brasil	Os Caminhos De Babel	4.2
4	Alberto T. Martinho	Univ. Católica, Beiras, Comissão Executiva, Portugal	Queijos E Transumância Na Rota Judaica	1.3
22	Alexandre Luís	Universidade Da Beira Interior, Portugal	Valorizar O Português Como Língua Científica Internacional: Uma Orientação Estratégica Elementar	2.1

Atas 14º colóquio da lusofonia –

6	Ângelo Cristóvão	Academia Galega Da Língua Portuguesa, Galiza	A Posição Galega No Contexto Da Língua Portuguesa	2.3
23	Carla Sofia Luís	Universidade Da Beira Interior, Portugal	Valorizar O Português Como Língua Científica Internacional: Uma Orientação Estratégica Elementar	2.1
5	Carlos Luna	Esc. Sec Rainha Sta Isabel, Estremoz,	Olivença: Língua De Identidade	2.3
9	Chrys Chrystello	Presidente Direção AICL, Austrália	Sessão Poesia	
11	Evanildo Bechara	Academia Brasileira De Letras, Brasil	Sessão Das Academias	2.1
26	Francisco Madruga	Calendário De Letras	Mesa Redonda Antologia	3.1
24	Helena Chrystello	EBI Maia, Açores / Vice-Presidente AICL,	Mesa Redonda Antologia	3.1
16	Isa Severino	ESTH / Instº Politécº Guarda, Portugal	Florbela Espanca – Ser De Desejo E Desejo De Ser	2.2
10	João Malaca Casteleiro	Academia Ciências De Lisboa, Portugal	Sessão Das Academias	2.1
8	José António Salcedo	Empreendedor, Portugal	Lições Aprendidas A Construir Empresas Tecnológicas Internacionais"	2.8
7	José Carlos Teixeira	Universidade Da Colúmbia Britânica, Canadá	Ensinar A Geografia Da Migração Num Contexto Internacional	2.8
20	José Jorge De Melo	Açores	Francisco De Sousa, Poeta Da Pedreira De Nordeste	3.2
17	José Soares	Açores / Canadá	A Nação Açoriana No Contexto Europeu	2.8
3	Luís Mascarenhas Gaivão	CES, Universidade De Coimbra, Portugal	A Angolanidade E As Artes Plásticas: Travessias, Transculturalidades, Identidade	2.7
1	Maria Helena Ançã	Universidade De Aveiro, Portugal	A Promoção E Difusão Da Língua Portuguesa – Cruzando Atores, Vozes E Perspetivas	2.1
12	Maria Seoane Dovigo	Academia Galega Da Língua Portuguesa, Galiza	"Entre Centros E Margens: As Descobertas Poéticas Da Irlandesa Eavan Boland, Da Galega Xohana Torres E Da São-Tomense Goretta Pina"	2.1
13	Mário Meleiro	ESTH, Instº Politécº Guarda, Portugal	Sessão Poesia	1.1
15	Norberto Ávila	Dramaturgo Açoriano	Novos Contributos De Antedatadoes Ao Dicionário Houaiss Da Língua Portuguesa.	2.3

19	Perpétua Santos Silva	CIES, IUL, Portugal	Comissão Executiva	A Língua Portuguesa Como Traço Distintivo No Contexto Multicultural De Macau	2.1
18	Raul Leal Gaião	Portugal		Açorianos Em Macau – D. João Paulino E Castro: Da Atividade Pastoral À Divulgação Da Língua Portuguesa	3.3
14	Rolf Kemmler	Alemanha		Afinal, Quem São Os Donos Da Ortografia Da Língua Portuguesa?	2.6
25	Susana T Margarido	Açores		Sessão Poesia	
21	Tatiana Guzeva	Universidade De Aveiro, Rússia		Educação Em Língua Portuguesa Para Falantes De Língua Russa: Integração E Interculturalidade	2.1

5. LISTA de todos os participantes

	Nome	Instituição
1.	Afonso Teixeira Filho	Universidade De S. Paulo, Brasil
2.	Alberto Trindade Martinho	Universidade Católica, C R Beiras/Comissão Executiva /Portugal
3.	Alexandre Luís	Universidade Da Beira Interior, Portugal
4.	Ana Paula Tavares Silva	Instituto Politécnico Do Porto, Portugal
5.	Anabela Naia Sardo	Esc. Sup Turismo & Hotelaria/ Portugal
6.	Ângelo Cristóvão	AGLP, Galiza
7.	António Pereira	Portugal
8.	Carla Sofia Luís	Universidade Da Beira Interior, Portugal
9.	Carlos Luna	Esc. Sec. Rainha Santa Isabel, Estremoz, Ponta Delgada, Açores
10.	Carolina Cordeiro	Preside Direção Aicl, Austrália/Açores
11.	Chrys Chrystello	Portugal
12.	Conceição Casteleiro	Academia Brasileira De Letras/Brasil
13.	Evanildo Bechara	Portugal
14.	Fátima Madruga	Portugal
15.	Fátima Salcedo	Portugal
16.	Francisco Madruga	Editora Calendário De Letras, Portugal
17.	Helena Chrystello	EBI Maia, Vice-Presidente Direção Aiclaçores
18.	Isa Severino	ESTH. P. Guarda, Portugal
19.	Isaac Alonso Estraviz	Professor/Dicionarista, Aglp, Galiza
20.	João Carlos Loebens	Porto Alegre, Brasil
21.	João Malaca Casteleiro	Academia Das Ciências De Lisboa, Portugal
22.	João Paixão Marta	Portugal
23.	José Amaral	Adido Cultural Embaixada Timor-Lestelisboa
24.	José António Salcedo	Empreendedor, Portugal
25.	José Carlos Teixeira	University Of British Columbia, Okanagan Canadá
26.	José Jorge De Melo	Escritor, Açores
27.	José Soares	Jornalista, Açores/Canadá
28.	Jucélia Ferreira Loebens	Porto Alegre, Brasil
29.	Luís Mascarenhas Gaivão	Cês, Universidade De Coimbra, Portugal
30.	Mª Do Socorro Pessoa	BRASIL

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

31. Mª Helena Ançã	UNIVERSIDADE DE AVEIRO
32. Mª Manuela Ribeiro Cascudo	Professora, Aglp, Galiza
33. Mª PEREIRA	CANADÁ
34. Mª SEOANE DOVIGO	ACADEMIA GALEGA AGLP
35. Mário Meleiro	Instº Politécnico Da Guarda, Portugal
36. Marlit Bechara	Brasil
37. Norberto Ávila	Dramaturgo, Portugal
38. Pedro Paulo Câmara	Professor, Casa Do Povo De Feteiras, Açores
39. Perpétua Santos Silva	CIES, IUL, Portugal/ Comissão Executiva
40. Raul Leal Gaião	Portugal
41. Rolf Kemmler	Alemanha
42. Susana Teles Margarido	Açores, Escritora
43. Tatiana Guzeva	Universidade De Aveiro, Rússia
44. Célia Graciela Do Rego Sarmento	Grupos Le Zival E Timor Furak
45. Luísa De Marilac Hoffer Soares Pereira	Grupos Le Zival E Timor Furak
46. Ivete De Fátima Sarmento De Oliveira	Grupos Le Zival E Timor Furak
47. Márcia De Jesus Sarmento De Oliveira	Grupos Le Zival E Timor Furak
48. Lúcia Maria De Fátima Costa Tilman	Grupos Le Zival E Timor Furak
49. Laurinda De Sousa Santos Almeida	Grupos Le Zival E Timor Furak
50. Virna António De Castro Nunes	Grupos Le Zival E Timor Furak
51. Dioneia Domingas Antonieta Soares De Carvalho	Grupos Le Zival E Timor Furak
52. Remington Rosário Ribeiro Soares	Grupos Le Zival E Timor Furak
53. João Paulo Baptista Da Costa	Grupos Le Zival E Timor Furak
54. Joanico Espanhol Pinto	Grupos Le Zival E Timor Furak
55. Cornélio Mau	Grupos Le Zival E Timor Furak
56. Victor Maria Lopes Granadeiro	Grupos Le Zival E Timor Furak
57. Helder Luís De Jesus Ximenes De Oliveira	Grupos Le Zival E Timor Furak
58. Lucélia Fátima De Jesus Araújo Henriques	Grupos Le Zival E Timor Furak
59. Maria Josefina De Deus Da Cruz	Grupos Le Zival E Timor Furak
60. Lisete Matos Gomes Pereira Da Rosa	Grupos Le Zival E Timor Furak
61. José Maria Dos Santos Ximenes	Grupos Le Zival E Timor Furak
62. Isabel Francisca	
63. Piki Pereira	

### 6. **HORÁRIO DAS SESSÕES**

as sessões são abertas ao público, mas a participação nos passeios, almoços e jantares está reservada aos pré-inscritos até 1 de setº

**[VER AQUI](#)**

### 7. **DISCURSO DE ABERTURA PRESIDENTE AICL**

- Exmo. Senhor Presidente da Câmara Dr **Carlos Filipe Camelo Miranda Figueiredo**
- **Senhora vereadora da cultura Dra. Cristina de Sousa,**
- **Senhora Diretora da Escola Superior de Turismo e Hotelaria Profª Dra. Anabela Sardo**

- **Senhor Diretor do empreendimento da Quinta de Crestelo Professor Doutor Alberto Trindade Martinho aqui representado pela sua mulher Dra. Manuela Martinho**

- Exmo. Senhor Adido Cultural da Embaixada em Lisboa da República de Timor-Leste, Dr José Amaral,
- Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Montalegre, Dr David Teixeira
- Senhora Vereadora da Cultura da Câmara Municipal do Fundão, Dra. Alcina Cerdeira

- **Demais entidades, caros associados e colegas participantes**

Desde 2001 que é comum a estes discursos formais de abertura que principiem por uma curta resenha histórica do local onde o colóquio se realiza, de interesse redobrado para aqueles que a visitam pela primeira vez, Serei breve, salientando apenas que:

*Seia pertence ao Distrito da Guarda, Região Centro e sub-região da Serra da Estrela, tendo 5.700 habitantes, sendo a segunda maior cidade da sub-região, só superada pela Covilhã. Pertence à grande área metropolitana de Viseu e fica equidistante entre Guarda e Viseu. Aqui, se situa o ponto mais elevado de Portugal Continental e o segundo mais alto do país, apenas suplantado pela mágica Montanha do Pico, nos Açores.*

*A antiga cidade de Oppidum Sena, hoje Seia, foi fundada há cerca de 2400 anos, pelos Túrdulos, sendo apenas suplantada por Loriga que existe há mais de 2600 anos. O rei godo Wamba, que iniciou o seu reinado em 672, fixou os limites da diocese de Egitânia até aos domínios da cidade de Sena, que durante muito tempo foi dominada pelos Árabes, sendo reconquistada por D. Fernando Magno, em 1055, o qual mandou mandado edificar o seu castelo.*

*D. Teresa da Galiza e de Borgonha, no foral de Talavares, referiu-se à cidade nos seguintes termos: "D. Tarasia regnante in Portucale, Colimbria, Viseu et Sena [...]". (Trad.: D. Teresa, que reina em Portugal, Coimbra, Viseu e Seia (...)) e em 1132, o rei D. Afonso Henriques fez doação de Seia ao seu valido João Viegas por reconhecimento dos serviços prestados. O primeiro foral surge quatro anos depois, pelo mesmo monarca que a designa por Civitatem Senam (cidade de Seia). Outros forais se seguiram como o de D. Afonso II, em 1217, o de D. Duarte, em 1433, o de D. Afonso V, em 1479, e, finalmente, o de D. Manuel I, em 1510. No reinado de D. Sebastião, em 1571, foi fundada a Misericórdia.*

*Nos momentos decisivos da História de Portugal, Seia esteve sempre presente como aconteceu na Revolução de 1640, e foi também em Seia que se realizou, presidido por Afonso Costa, o último comício republicano antes da implantação da República em 1910. Dentre outras personalidades da vida pública e política portuguesa saliente-se que Álvaro Cunhal passou a infância em Seia, e aqui nasceram Afonso Costa e Almeida Santos.*

*Neste concelho estão localizados dois monumentos nacionais: as Antas de Paranhos e a Capela de São Pedro, em estilo românico, e antes que alguém me pergunte, dir-vos-ei que os seus habitantes se chamam senenses.*

É com grande alegria que aqui regressamos graças aos apoios da Câmara Municipal e da Quinta de Crestelo na área logística, da SATA nas viagens, da Direção Regional das Comunidades dos Açores que nos permitiu trazer do Canadá, o especialista em Geografia



## Atas 14º colóquio da lusofonia –

Humana, José Carlos Teixeira, da Direção Regional da Cultura que acaba de anunciar um pequeno incentivo aplicável ao 21º e 22º colóquios, da Direção Regional de Turismo com a oferta de pequenas lembranças aos participantes e do Instituto Politécnico da Guarda através da sua Escola Superior de Hotelaria e Turismo e do incansável Dr Humberto Pinto que tem apoiado os nossos colóquios desde a 19ª edição. Para além deste devo realçar a presença do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Montalegre, David Teixeira, que nos vai receber na Páscoa de 2016 e da Vereadora da Câmara Municipal do Fundão, Dra. Alcina Cerdeira, que nos receberá já em março de 2015 sem esquecer o prestimoso, eficiente e incansável António Pereira da Quinta de Crestelo nosso coordenador local.

Estamos muito agradados por aqui regressar depois do caloroso acolhimento que nos foi proporcionado no ano passado. **Estamos num momento particularmente feliz da nossa Associação pois temos já garantido local para os próximos 5 colóquios sendo o 23º no Fundão entre 27 e 31 de março 2015, o 24º vai pela primeira vez à ilha Graciosa entre 24 e 27 setembro 2015, o 25º irá pela primeira vez na Páscoa de 2016 a Montalegre e os 26º e 27º têm 4 locais candidatos e aguardam decisão.**

Desconheço quando, como ou porquê, se usou o termo lusofonia pela primeira vez, mas quando cheguei da Austrália (a Portugal) fui desafiado pelo meu saudoso mentor, José Augusto Seabra, a desenvolver o seu projeto de Lusofalantes no Mundo e daí nasceram os Colóquios da Lusofonia.

Desde então, temos definido a nossa versão de Lusofonia com esta visão das mais abrangentes possíveis que visa incluir todos numa Lusofonia que não tem de ser Lusofilia nem Lusografia e muito menos a Lusofolia que por vezes parece emanar de certas entidades. Ao aceitarem esta nossa visão muitas pontes se têm construído, como foi expresso ao longo destes últimos anos, em cada Colóquio.

Nos Açores desde 2006, os colóquios agregaram académicos, estudiosos e escritores em torno da identidade açoriana, sua escrita, lendas e tradições. Pretendia-se divulgar a *açorianidade* não só nas comunidades lusofalantes mas em países como a Roménia, Polónia, Bulgária, Rússia, Eslovénia, Itália, França, onde fizemos traduções de obras e excertos de autores açorianos, que ali são estudados em mestrados e doutoramentos.

*Sem darmos conta estávamos a fazer mais pela açorianidade que muitos governos regionais* no dizer do falecido escritor Daniel de Sá. Os colóquios tornaram-se uma enorme tertúlia reforçando e vitalizando a açorianidade, registando já a presença de meia centena de autores insulares.

Em Seia, 2013, no 20º colóquio, criamos um projeto de levantamento do Corpus da Lusofonia sob a coordenação da Professora Dra. Zilda Zapparoli, certificado pela Universidade de S. Paulo e no 21º colóquio nos Moinhos de Porto Formoso, em abril 2014 decidimos dar seguimento aos projetos de musicar autores e poetas em versão clássica com a Ana Paula Andrade do Conservatório de Ponta Delgada, e daremos continuidade aos projetos de musicar em versão pop autores açorianos contemporâneos.

Iremos também dar início à recolha de material para o Cancioneiro da Maia com a Helena Chrystello, Madalena San-Bento e Joana Costa.

Um novo projeto surgiu nos Moinhos, que é o da didatização de textos açorianos destinados aos alunos do ensino básico e secundário, com a colaboração de Helena Chrystello, Lourdes Alfinete e de Graça Castanho bem como o projeto de tradução para

esloveno de um conto infantojuvenil (LUNA) de Susana Teles Margarido pela nossa associada eslovena Barbara Juršič.

Iremos prosseguir com a publicação trimestral dos nossos Cadernos de Estudos Açorianos, estando disponível no nosso portal, a partir de hoje, o 25º caderno dedicado a Maria Luísa Soares, escritora incluída na Antologia 9 ilhas.. Neste 22º colóquio apresentaremos a Coletânea de Textos Dramáticos de autores açorianos da autoria de Helena Chrystello e Lucília Roxo (com obras de Álamo Oliveira, Martins Garcia, Norberto Ávila, Daniel de Sá, e Onésimo Teotónio de Almeida) bem como a *antologia no feminino* “9 ilhas, 9 escritoras”, homenageando BRITES ARAÚJO, JOANA FÉLIX, JUDITE JORGE, LUÍSA RIBEIRO, LUÍSA SOARES, MADALENA FÉRIN, MADALENA SAN-BENTO, NATÁLIA CORREIA, RENATA CORREIA BOTELHO. Igualmente faremos o anúncio do vencedor do 2º prémio literário AICL AÇORIANIDADE e será apresentado o livro vencedor do 1º prémio.

Chamo a atenção especial, que muito nos honra, para a presença nesta mesa do adido cultural da embaixada de Timor-Leste em Lisboa, Dr José Amaral, conhecido escritor e músico, que aqui está, pois em boa hora o governo de Timor acedeu ao nosso pedido e apoiou a vinda de 20 membros dos Grupos Timor Furak e Fundasaun Kultural Le-Ziaval que ao longo de 3 dias nos virão encantar com danças e música de Timor.

Lembro que em 2005, no 5º colóquio, fomos a única entidade, até hoje, a discutir e debater de forma científica a adoção da língua portuguesa como língua oficial em Timor com a presença de inúmeras individualidades como o ex-reitor da Universidade de Dili Benjamim Corte-Real, a embaixadora Pascoela Barreto, Prof. Barbedo de Magalhães e o Prémio Nobel, Monsenhor Ximenes Belo, que ainda o ano passado voltou aos nossos colóquios.

Ao longo dos anos têm sempre surgido comunicações sobre a jovem nação e dispomos de um considerável acervo de filmes e imagens no portal dos colóquios. Por último, é curioso salientar que quer eu quer o então Alferes miliciano Alberto Martinho, tenhamos vivido em Timor entre 1973 e 1975 onde lideramos o projeto local do jornal A Voz de Timor.

Como alguns de vocês bem sabem, dediquei a Timor mais de 24 anos da minha vida, sendo um dos jornalistas que mais escreveu sobre o tema entre 1979 e 1994, como poderão ler nas Atas onde se encontra a terceira edição da minha trilogia sobre a História de Timor e que decidi ofertar aos congressistas aqui presentes. Trata-se de uma compilação de três volumes, o primeiro lançado em livro no ano de 1999 com a presença e apresentação dos escritores Henrique Borges e da embaixadora Natália Carrascalão e os restantes em forma digital que agora se agrupam depois de edições eletrónicas e que têm mais de 3700 páginas.

Igualmente nas Atas, para além dos Anais deste 22º colóquio e de toda a informação a ele respeitante, encontrarão ligações para mais de 9900 imagens e vídeos sobre os Açores onde nos encontramos a residir desde 2005.

Muito mais se poderia dizer sobre a ação dos Colóquios quer a nível das suas preocupações com a introdução da Geografia, História, Cultura e Literatura no currículo regional dos Açores quer com outras questões nacionais e internacionais que jamais deixamos de abordar, mas a realidade das nossas iniciativas e o êxito dos nossos projetos fala bem do sucesso desta nossa utopia.

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

Obrigado a todos, pois sem a vossa contínua participação ao longo dos anos, sem o vosso entusiasmo no apoio às nossas iniciativas, sem os vossos incentivos, nunca teria sido possível converter essa utopia nesta realidade que se chama Colóquios da Lusofonia.

e termino desejando que neste colóquio se possa, mais uma vez, cumprir um velho ditado chinês

O MEDIOCRE DISCUTE PESSOAS

O COUMUM DISCUTE FACTOS

O SÁBIO DISCUTE IDEIAS

### 8. SINOPSES E BIODADOS – ORADORES, PRESENCIAIS, CONVIDADOS E ORGANIZAÇÃO

#### 1. AFONSO TEIXEIRA FILHO, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, BRASIL



**AFONSO TEIXEIRA FILHO**, Brasileiro, casado, 52 anos.

Doutor em Estudos da Tradução pela Universidade de São Paulo (USP).

Defendeu tese de doutoramento sobre a obra *Finnegans Wake* de James Joyce.

É tradutor profissional, tendo exercido até há pouco, pesquisa sobre as traduções para o português do poema de John Milton, *Paraíso perdido*, na Katholieke Universiteit de Leuven (Lovaina), Bélgica.

Paralelamente, realiza pesquisa em Filologia Românica, sobre o romance ibérico, com atenção especial para a língua mirandesa.

É SÓCIO DA AICL, JÁ PARTICIPOU NO 18º COLÓQUIO, GALIZA 2012, 20º SEIA 2013, 21º MOINHOS DE PORTO FORMOSO

**TEMA 4.2. OS CAMINHOS DE BABEL, AFONSO TEIXEIRA FILHO, DOUTOR EM LETRAS E, PÓS-GRADUANDO PELO DEPTº DE LETRAS MODERNAS DA FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

#### RESUMO

Antoine Berman, em *La traduction et la lettre*, trata do tema da retradução, como uma tradução de uma determinada obra, que serve de diálogo entre as traduções existentes

dessa mesma obra e o original. De acordo com a definição dada por ele, a retradução parece, mais que um avanço da arte de traduzir, um retrocesso, pois esse tipo de tradução, por apegar-se à sintaxe do original, assemelha-se ao tipo de tradução que os gregos antigos faziam e denominavam metáfrase, ou seja, um texto a ser colocado à frente (ou abaixo) de outro texto. Era aquilo que chamamos hoje de tradução interlinear e que pode também ser chamada de tradução literal.

Berman, de fato, considera a retradução uma tradução literal, mas não por apegar-se somente às palavras, e sim por enfrentar os diversos recursos verbais do original.

Tratamos dessa mesma questão no XXI Colóquio da Lusofonia, mas consideramos, então, as diversas traduções do *Paradise Lost* de John Milton para o português. Desta vez, trataremos de nossa própria tradução desse poema, com o propósito de mostrar diversos problemas relacionados com a retradução. Como exemplo, temos os estrangeirismos. Se, de acordo com Berman, a tradução à letra permite preservar na tradução muito do sabor original, ela, por outro lado, faz com que a tradução perca muito do sabor local e, com isso, quase toda a sua musicalidade.

O que pretendemos mostrar é que existem diversos caminhos para se chegar a uma retradução sem recorrer a desvios sintáticos e sintagmáticos. Isso é possível graças, essencialmente, a duas coisas: 1. Ao enorme glossário da língua portuguesa, o qual é tão rico que nos permite, por exemplo, encontrar palavras que se assemelham foneticamente às palavras que traduzimos do original; 2. Ao uso de termos antigos ou arcaicos, pois as línguas assemelham-se mais umas às outras na origem.

Para este próximo Colóquio da Lusofonia, apresentaremos exemplos, retirados de nossa própria tradução, do uso desses dois recursos descritos acima.

#### INTRODUÇÃO

A formulação da teoria de uma língua indo-europeia, primordial, que estaria na origem da maioria das línguas da Europa e de algumas outras, tem, certamente, inspiração bíblica.

No mito de Babel, os habitantes da cidade intentaram construir uma torre que alçariam aos Céus, em desafio ao Deus da criação. A vingança desse Deus resultou na dispersão do povo de Babel pela terra. Deus fez com que não se entendessem mais, que passassem a falar línguas distintas e, conseqüentemente, não lograssem habitar o mesmo lugar.

Entende-se que, na diáspora desses povos, seus falares foram se tornando cada vez mais isolados e mais distintos, não apenas do falar pré-babélico, mas também dos falares que assumiram por magia de Deus.

O mito serve, contudo, para revelar uma característica histórica das próprias línguas, sua condição de mutabilidade, de evolução. Línguas próximas umas das outras distanciam-se no decorrer do tempo. Quanto mais velhas as línguas irmãs, menos se parecem; quanto mais novas, mais semelhantes são.

Dessa forma, pôde-se, por meio de conjecturas, recompor um certo número de vocábulos até à sua origem indo-europeia. Mas, na Babel indo-europeia, um único termo fará brotar uns poucos ramos, que florescendo, resultarão em um sem-número de palavras nas modernas línguas derivadas. Por exemplo, de um único morfema como \**leg-* surgiram, no latim, *legere*, *lex* (*legis*), *legare*, *legumen*; e, no grego, *legein* e *logos*. Desses seis ramos, brotaram vocábulos como: lógica, léxico, dialética, eleição, legível, leitura, lição, coleta,

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

seleção, elite, inteligência, ligação, religião, diligência, sacrilégio, sortilégio, lealdade, legal, legislar, privilégio, legitimidade, legado, colega, colégio, delegado, alegação, legume, etc.

Essas palavras assemelham-se na maioria das línguas indo-europeias. No entanto, é comum o surgimento de vocábulos substitutos, provenientes de outras línguas, de outras culturas ou da própria língua; o que faria com que determinados termos se dispersassem como entre os primeiros nômadas de Babel. A palavra latina *flumen*, por exemplo, resultou no italiano *fiume*, no francês *fleuve*; mas os ibéricos fizeram seus rios derivarem de *rivus*, cujo sentido era, originalmente, “ribeiro”, “regato”. Por sua vez, *rivus* originou palavras de sentido diverso naquelas línguas, como *rivière*, em francês; ou mesmo nestas, como “ribeira”, em português.

Ao traduzirmos textos de línguas próximas, encontramos muitas semelhanças; e, se recorrermos a sinônimos e mesmo a termos antigos ou arcaicos, o universo das semelhanças amplia-se.

Quando traduzimos de uma língua germânica para uma língua românica, as diferenças são maiores, embora permaneça um antepassado comum no indo-europeu. Quanto ao inglês, a questão é outra. A língua é de origem germânica, mas recebeu do latim metade de seu vocabulário. Deve-se isso à invasão normanda à ilha ocorrida em 1066. O inglês antigo, ou anglo-saxão, foi sendo contaminado paulatinamente por vocábulos de origem francesa. Esse processo, além de introduzir palavras novas na língua, deu origem a novos sinônimos. A língua passou a ter um grande número de palavras de origem francesa que já existiam em anglo-saxão, como é o caso, por exemplo, de *beef*, derivado do francês, e *ox*, de origem saxônica. Houve um momento em que se considerava mais elegante, e mais correto, usar-se o termo latino em lugar do termo saxão; adotar uma construção frásica latina em vez da saxã, muito mais concisa; usar-se a preposição em vez de usar-se o genitivo saxão; trocar o *phrasal verb* por um termo de origem latina; etc.

O inglês médio, ou inglês do final da Idade Média, é a forma mais arcaica da língua; o inglês antigo, ou anglo-saxão, é, na verdade, outra língua, incompreensível para o falante de hoje. Existem, no entanto, mais semelhanças entre o inglês de Chaucer e o português da *Demanda do Santo Graal*, do que entre o inglês moderno e o português atual. Naquela fase dessas línguas, a distância de Babel era menor do que seria depois de Camões e Shakespeare.

Levando-se em conta a proximidade maior entre as línguas antigas, o recurso a vocábulos antigos torna mais fácil a tarefa do tradutor, ainda que torne mais difícil a vida do leitor. Entretanto, o recurso ao dicionário, a riqueza vocabular de um texto e o uso de vocábulos modernos inusitados também dificultam a leitura. Mas o tradutor, como um artista da palavra, não deve dirigir sua obra ao leitor, e sim à própria obra que deu origem à tradução feita por ele.<sup>1</sup>

### Antoine Berman

O crítico francês Antoine Berman dedicou à tradução quase toda a sua obra. Em *La traduction et la lettre ou L’Auberge du lointain*, discorre largamente sobre duas traduções

em especial: a do *Paradise Lost* de Milton, feita por François-René de Chateaubriand, e a *Eneida*, de Virgílio, feita por Pierre Klossowski. Essas duas traduções, de acordo com Berman, fizeram uso de uma língua intermediária entre o francês e a língua do original. No caso do *Paradise Lost*, Chateaubriand recorreu ao latim; no caso da *Eneida*, Klossowski recorreu ao alemão, língua de seus pais. Fizeram-no por motivos diferentes; mas, tanto um como outro, por exigências das próprias traduções.

Chateaubriand percebeu que Milton escorou-se grandemente na *Vulgata* latina e na *Authorised Version* da Bíblia. Como não havia uma versão francesa do texto anglicano, teve de lidar com a imaginação; mas, em relação ao texto latino, soube usá-lo como aproximação entre sua tradução e o original de Milton. Klossowski, por sua vez, escora-se na tradição alemã. O que Chateaubriand e Klossowski têm em comum é o recurso à filologia como auxílio para a empresa da tradução. E ao fazê-lo, ambos atingem o limite das possibilidades do francês. E o deformam, agridem, corrompem.

A esse tipo de tradução, Berman denomina “retradução”, um neologismo que denota uma tradução que se apoia nas outras traduções existentes do mesmo texto, servindo de crítica, ao mesmo tempo, às traduções existentes e ao original. A retradução é uma espécie de ritual de passagem, das primeiras traduções, mais exatas, mais inocentes, para as traduções mais radicais, mais audaciosas, mais subversivas. A retradução estabelece na língua de chegada uma relação íntima com o original e com a língua desse original. Mas, por que a necessidade de deformar a sintaxe e o vocabulário da língua de chegada? Apenas para estabelecer o diálogo mencionado há pouco? Mas uma tradução não se dá em função desse diálogo. Seria possível chegar-se a uma retradução de um texto como o *Paradise Lost*, por exemplo, sem recorrer à violência? É disso que trataremos aqui.

### Odorico Mendes e a tradução de Homero e Virgílio

O poeta neoclássico brasileiro, Manuel de Odorico Mendes<sup>2</sup>, tinha formação clássica. Conhecia perfeitamente o latim e o grego. Dedicou a vida à carreira política e, na aposentadoria, tratou de traduzir os clássicos. Verteu para o português toda a obra de Homero e Virgílio; e o fez nos mesmo moldes da retradução postulada por Berman. Endureceu a sintaxe portuguesa, quase chegando a violentá-la, abusando dos hipérbatos e das sínquises. Embora esse fosse um recurso comum aos poetas barrocos e neoclássicos, Odorico Mendes teve de usá-lo sistematicamente devido a seu projeto de tradução, que almejava verter em decassílabos os versos clássicos e conservar, no português, a qualidade de síntese do grego. Procurou manter na tradução o mesmo número de versos do original, embora não se propusesse a uma tradução interlinear, como era do costume dos gregos.

Mas foi na tradução dos epítetos homéricos que Odorico Mendes mais afrontou a língua portuguesa. Forjou palavras por aglutinações, sendo que tal método de criação de palavras é raro no português. Deu a formas como *rhododáctylos Éos*, “dedirrósea Aurora”, em vez de “Aurora dos dedos róseos”. E grafou coisas como “crinipulcra” e “olhicerúlea” em vez de, respectivamente, “belos cabelos” e “olhos azuis”, para a tradução do texto virgiliano.

<sup>1</sup> “Ao apreciar-se uma obra de arte, ou forma artística, nunca é produtivo levar-se em consideração o receptor... Nenhum poema visa ao leitor; nenhum quadro, àquele que o olha; nenhuma sinfonia, àquele que a ouve.” (WALTER BENJAMIN, 2007)

<sup>2</sup> Manuel de Odorico Mendes (1799-1864) foi um humanista brasileiro nascido na província do Maranhão. Ingressou na Universidade de Coimbra, onde cursou Medicina, Filosofia e Língua Grega. Posteriormente exerceu a carreira política. Foi poeta, jornalista e polemista. Dedicou-se à tradução ao aposentar-se, na França.

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

E, como isso, Odorico Mendes atinge a síntese almejada. Recorre a todos os limites da língua. Forjou frases até onde as fronteiras da língua o permitia; percorreu o léxico português, extravasando do vocabulário ordinário para o vocabulário erudito e para o inusitado; enfim, fez o que pôde para reconstruir um texto estranho em uma língua estranha; o grego antigo num português diferente.

Era, para ele, extremamente difícil estabelecer um diálogo entre seu texto e o original, mas ele logrou o intento. Odorico Mendes é autor das primeiras retraduições em português. Elas são decisivas. Nenhuma tradução posterior dos clássicos foi capaz de fazer tanto. Carlos Alberto Nunes, que também traduziu Homero e Virgílio, procurou inovar em questões de métrica. Tentou reproduzir os hexâmetros gregos em português. Substituiu as sílabas longas do grego por sílabas tônicas no português, e o resultado de suas traduções foi um verso longo em que o ritmo fácil dos pés greco-latinos tornou-se vago e monótono em português, sobretudo quando comparado ao verso ligeiro de Odorico Mendes:

Canta, ó Musa, o varão que astucioso,  
Rasa Ílion santa, errou de clima em clima,  
Viu de muitas nações costumes vários.  
Mil transes padeceu no aquóreo ponto,  
Por segurar a vida e aos seus a volta;  
Baldo afã! Pereceram, tendo, insanos,  
Ao claro Hiperônio os bois comido,  
Que não quis para a pátria alumiá-los.<sup>3</sup>

Musa, reconta-me os feitos do herói astucioso que muito  
Peregrinou, dêz que espez as muralhas sagradas de Troia;  
Muitas cidades dos homens viajou, conheceu seus costumes,  
Como no mar padeceu sofrimentos inúmeros na alma,  
Para que a vida salvasse e de seus companheiros a volta.  
Os companheiros, porém, não salvou, muito embora o tentasse,  
Pois pereceram por culpa das próprias ações insensatas.  
Loucos! Que as vacas sagradas do Sol hiperônio comeram.  
Ele, por isso, do dia feliz os privou do retorno. <sup>4</sup>

Outros tradutores, como Donald Schuler e Trajano Vieira, professores universitários, esforçaram-se, mas não inovaram:

O homem canta-me, ó Musa, o multifacetado, que muitos  
Males padeceu, depois de arrasar Troia, cidadela sacra.  
Viu cidades e conheceu costumes de muitos mortais. No  
Mar, inúmeras dores feriram-lhe o coração, empenhado em  
Salvar a vida e garantir o regresso dos companheiros. Mas  
Não consegui contê-los, ainda que abnegado. Pereceram,  
Vítimas de suas presunçosas loucuras. Crianças! Forraram  
A pança com a carne das vacas de Hélio Hipérion. Este os  
Privou, por isso, do dia do regresso.<sup>5</sup>  
O homem multiversátil, Musa, canta, as muitas

Errâncias, destruída Troia, pólis sacra,  
As muitas urbes que mirou e mentes de homens  
Que escrutinou, as muitas dores amargadas  
No mar a fim de preservar o próprio alento  
E a volta dos sócios. Mas seu sobre-empenho não  
Os preservou: pueris, a insensatez vítima-os,  
Pois Hélio Hiperônio lhes recusa o dia  
Da volta, morto o gado seu que eles comeram.<sup>6</sup>

Trajano Vieira, no entanto, procurou, como Odorico Mendes, reproduzir de maneira sintética algumas expressões do grego. Mas, isso já não era novidade, no que se refere ao grego e ao latim. Talvez Trajano Vieira tenha procurado apresentar uma tradução inovadora em outros aspectos. Sua tradução, contudo, busca, como a de Schuler, a interlinearidade, a forma mais antiga e arcaica de tradução.<sup>7</sup>

Notamos, contudo, que as traduções diferem bastante entre si. Quando se traduz de uma língua distante do português, como o grego, é natural que os textos sejam diferentes. E quando se traduz versos e se pretende acomodá-los em versos na tradução, o resultado distancia ainda mais os textos.

É por essa razão que a tradução que Odorico Mendes fez da *Eneida* é tão estranha para nós quanto suas traduções da *Odisséia* e da *Ilíada*.

O latim está bem mais próximo que o grego do português. E o latim clássico, do final da República e dos primórdios do império, como é o caso do latim de Virgílio é aquele latim que tomamos como modelo: é o mais estudado e seus autores influenciaram toda a literatura europeia.

O que torna a tradução de Odorico Mendes estranha para nós não são os latinismos, as deformações sintáticas e nem a tentativa de latinizar o português, pois há muito pouco disso nela. O que torna o texto estranho ao autor é, justamente, a dificuldade sintática e o rebuscamento vocabular. As construções sintáticas precisam ser decifradas; as palavras precisam ser buscadas no dicionário. Mas, tudo ali é português. Português barroco, quase pedante, mas português.

Chega-se a pensar que mais fácil seria ler o texto original do que a tradução de Odorico Mendes. A língua, porém, não é afrontada. Mesmo assim, percebemos que essa tradução é uma retradução. Nela, encontramos todos os indícios disso: a atenção às palavras, ou à letra (literalidade); a ousadia de expandir os limites sintáticos e lexicais da língua, por influência da língua que traduz (e por imposição do texto original); a proximidade léxico-vocabular da tradução com o original; a marca que ela deixa na literatura em sua língua; a referência que se torna para todas as outras traduções do mesmo texto naquela mesma língua; e, por fim, a intermediação de uma outra língua (nesse caso, o grego).

Odorico Mendes era versado, desde pequeno, no latim. O grego, ele aprendeu mais tarde. O primeiro trabalho de tradução a que se dedicou foi justamente a *Eneida*. E, quando traduziu Homero, fê-lo com a intermediação do latim (recorrendo, inclusive, a traduções latinas dos épicos). Todavia, o texto de Odorico Mendes não é um decalque grego, é um decalque latino, com um ou outro toque grego.

<sup>3</sup> Tradução de Odorico Mendes.

<sup>4</sup> Tradução de Carlos Alberto Nunes.

<sup>5</sup> Tradução de Donald Schuler.

<sup>6</sup> Tradução de Trajano Vieira.

<sup>7</sup> Os gregos, utilizavam o termo *metaphrassos* para designar a tradução; esse termo significa, ao pé da letra, uma explicação de um determinado trecho de texto colocada depois do trecho. O propósito da metáfrase era simplesmente traduzir palavras, sem preocupações de outra ordem, como sintaxe, métrica, som, etc.



Eu, que entoava na delgada avena  
Rudes canções, e egresso das florestas  
Fiz que as vizinhas lavras contentassem  
A avidez do colono, empresa grata  
Aos aldeãos; de Marte ora as horríveis  
Armas canto, e o varão que, lá de Troia  
Prófugo, à Itália e de Lavino às praias  
Trouxe-o primeiro o fado. Em mar e em terra  
Muito o agitou violenta mão suprema  
E o lembrado rancor da seva Juno;  
Muito em guerras sofreu, na Ausônia quando  
Funda a cidade e lhe introduz os deuses:  
Donde a nação latina e albanos padres  
E os muros vêm da sublimada Roma.

Essa retradução difere das outras que ele próprio fez: não afronta a língua, não violenta a sintaxe e não lhe expande o glossário. A razão disso é que não havia necessidade para tal. E isso nos leva a pensar que talvez, até mesmo a tradução do *Paradise Lost*, por Chateaubriand, não necessitasse também.

Odorico Mendes lidou com um texto da maneira que devia ter lidado e indicou-nos um novo caminho para uma retradução.

T. S. Eliot, certa vez, falando de Milton, disse, pejorativamente, que Milton escrevia em inglês como se o inglês fosse uma língua morta.<sup>8</sup> E essa língua morta, para nós, era o latim, a língua que intermediou o texto de Milton. A língua que lhe surgiu na mente quando procurou traduzir as fantasias de sua imaginação para o inglês.

Se o texto de Milton é um decalque latino no inglês, que melhor maneira de traduzi-lo para o português do que decalcando esse mesmo latim no português? Foi o que fez Odorico Mendes em sua versão brasileira da *Eneida*. É o que carece fazer em uma versão do *Paradise Lost* em português.

### O paraíso perdido

Milton, ao escrever o *Paradise Lost*, esteve sob variada influência. O poema está repleto de citações de poetas romanos e italianos. Milton dominava as duas línguas, assim como dominava o hebraico e o aramaico, línguas do Antigo testamento. Para construir um poema épico-religioso, como o *Paradise Lost*, valeu-se de todas essas línguas, ainda que as passagens bíblicas de seu poema viessem, sobretudo da *Vulgata* latina e da *Authorised Version*, do rei Tiago I.

Outra influência que Milton recebeu, e que já estava presente em todos seus outros poemas, foi-lhe dada pela música. Entretanto, ao compor o *Paradise Lost*, o poeta já se encontrava cego. Isso serviu de justificativa para Eliot dizer que o poema é fraco de imagens, mas rico em musicalidade.<sup>9</sup>

Uma tradução do *Paradise Lost* não deverá, portanto, descuidar do aspecto musical.

A mais recente tradução do poema foi feita por Daniel Jonas,<sup>10</sup> um poeta e homem de teatro. Jonas recupera quase tudo do original em sua versão: o número de sílabas, o número de versos (tradução interlinear), a síntese e o sentido. Trata-se de um tradutor excepcional: consegue reter quase sempre todo o sentido do verso original no verso traduzido, e no mesmo lugar.

Da rebeldia adâmica, e o fruto  
Da árvore interdita, e mortal prova  
Que ao mundo trouxe morte e toda a dor,  
Com perda do Éden, 'té que homem maior  
Nos restaure, e o lugar feliz nos ganhe,  
Canta, celestial Musa, que no cume  
Do Orebe, ou do Sinai lá, inspiraste  
O pastor que ensinou a casta eleita,  
De como no princípio céus e terra  
Se ergueram do caos; ou se o Monte Sião  
Mais te encanta, e de Siloé o veio  
Que corria p'lo oráculo de deus,  
Teu favor invoco à canção ousada,  
Que em não mediano voo quer levar-se  
Aos cimos de além Hélicon, buscando

Coisas em prosa ou rima não tentadas.

O primeiro verso não dá ideia da precisão do texto de Jonas. Ele, imaginando que todos nós saibamos que o primeiro homem foi Adão, não viu problema em mudar “desobediência do primeiro homem” [Of man's first disobedience] para “rebeldia adâmica”. O problema aqui é antecipar o que o texto revela depois. Por outro lado, o tradutor soube lidar bem com as frases proverbiais. O último verso aqui citado, “Coisas em prosa ou rima não tentadas”, traduz Milton e também o que Milton traduz. Trata-se, no original, de uma tradução de Lucrécio e Ariosto (*Cosa non detta in prosa mai, ne in rima*), a qual se tornou proverbial em diversas línguas. Contudo, o termo “rima” não fica bem em português, pois a palavra *rhyme* do original (e *rima* de Ariosto) não tem o sentido de “rima” em português, mas de verso. Se o leitor observar, não há rimas no poema de Milton, da mesma forma que não havia rimas na épica latina.

Por outro lado, a tradução de Daniel Jonas carece de música. O texto parece prosa rebuscada. Além disso, não apresenta novidades em relação às outras traduções existentes. Não renova o texto. Não ousa nem arrisca. Não inova nem subverte. O texto de Daniel Jonas, embora seja uma excelente tradução, não pode ser considerado uma retradução. Não se opõe às traduções existentes nem serve de original. Quem lê a tradução de Jonas não estranha as outras traduções anteriores. Quem lê a tradução de Jonas está certo de que está diante de uma tradução e não de um texto original. A retradução é um texto solto, autônomo, subversivo.

### Um novo paraíso

<sup>8</sup> ELIOT, 1975, p. 261.

<sup>9</sup> ELIOT, 1975, *ib.*

<sup>10</sup> MILTON, 2006.

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

Quando decidimos pesquisar as traduções existentes do *Paradise Lost*, nossa intenção era extrair delas, das melhores delas, uma ideia para um projeto de retradução. A pesquisa resultou num universo de 229 traduções diferentes, num conjunto de 36 línguas. Analisamos por volta de 50 traduções e apenas a tradução de Chateaubriand apresentou elementos de uma retradução. Isso talvez se deva ao fato de que a maioria das traduções seja antiga e, portanto, “primeiras traduções”. Quanto às “segundas traduções”, a maior parte delas parece decalque das primeiras.<sup>11</sup>

Aparentemente, nenhum tradutor, além de Chateaubriand, entusiasmou-se com o *Paradise Lost* a ponto de renová-lo. A ideia inicial dos tradutores era apresentar o poema para os leitores de suas línguas, enriquecer a cultura de seus países, tornar o poeta conhecido ali, reforçar a religiosidade de seu povo ou fazer de Milton uma influência para a literatura de seus países (quer pela literatura, quer pela fé). O entusiasmo por Milton foi tardio. A maioria das traduções é do século XIX. O entusiasmo por Milton parece ser um entusiasmo romântico. O interesse do século XX indica mais um entusiasmo editorial do que literário. Compreende-se. O século XX rechaçava os clássicos. E já no XXI temos quase 20 traduções; ao que parece, o interesse deste século não é tanto em Milton quanto em tradução.

Seja como for, os últimos anos do XX fizeram da tradução uma ciência. Inúmeros livros procuraram teorizar o assunto e foram criados, pelo mundo afora, diversos cursos universitários concentrados na teoria da tradução. Hoje a tradução passa a ter uma importância que nunca teve. A literatura traduzida desperta interesse tanto pelo original quanto pela tradução. O leitor procura conhecer o autor por meio da tradução, mas procura também conhecer o tradutor. E a tradução passa a ser considerada obra quase autônoma. Antes, um ofício subserviente, a tradução é hoje tida como recriação.

Dentro desse quadro, encontramos diversos artigos e alguns livros dedicados à disciplina da retradução. Muito se teoriza, mas a prática é difícil e rara, pois não depende apenas da vontade e capacidade do tradutor, mas do momento histórico que recebe a obra traduzida. Nesse sentido, perguntamos: Que importância tem Milton hoje? Que importância tem a poesia épica hoje? Que importância tem a poesia hoje, neste mundo prosaico?

Essas perguntas, no entanto, só serão respondidas pela retradução, pois apenas ela poderá promover uma renovação, uma nova e ao mesmo tempo inédita apreciação de um gênero e de um poeta mortos.

*A retradução é, em suma, a retomada do Paraíso.*

*A tradução que vimos fazendo do Paradise Lost leva em conta os aspectos da retradução. Mas, em vez de subverter a língua com sintaxes e vocábulos estranhos, em vez de anglicizar o português, procuramos decalcar o português no latim, sem escapar às*

*fronteiras da língua portuguesa. Ponderemos, entretanto, que essa atitude talvez restringisse a expansão da língua.*

*A língua de fato se expande pela anexação de vocábulos e construções estrangeiras. Com o tempo, esses vocábulos e construções são assimilados ou desaparecem. A língua determina seus próprios limites e aceita ser subvertida. Mas acaba por submeter aquilo que a subverte; a domesticar aquilo que é estrangeiro.*

*O estrangeiro é útil à língua; útil e necessário. Na tradução, contudo, sobretudo na tradução de poesia, o estrangeiro pode desafinar a musicalidade do poema resultante da tradução. Nesse caso, evita-se essa subversão sem se evitar o subversivo, o inusitado. Nesse sentido, imaginamos que o melhor exemplo que se podia adotar seria a tradução que Odorico Mendes fez da Eneida. Nela, o tradutor decalca seu poema no latim, da mesma maneira que Milton. E o poema resultante não é estranho ao falante do português no que diz respeito à musicalidade da língua. Por outro lado, a influência do latim na confecção do léxico português e na ampliação do léxico inglês aproxima esta língua daquela, sobretudo em uma fase intermediária das duas línguas, quando o português e o inglês estavam se definindo, por volta do século XIV e XV, separando-se, respectivamente, do Galego-Português e do anglo-saxão.*

*Buscamos, portanto, manejar a sintaxe com toda a liberdade que a língua portuguesa permite, sem forçar-lhe os limites. Buscamos, também, ampliar o escopo do glossário português, com a utilização de termos inusitados, termos raros e arcaicos, tanto em função da musicalidade quanto em função da aproximação com o inglês médio. Ainda é cedo para tirarem-se conclusões acerca do resultado, pois o material de que dispomos, ou seja, a tradução que até agora foi feita, é ainda muito incipiente e o próprio texto dirá, à medida que for sendo traduzido, que caminho deveremos seguir. Mas apresentamos aqui, um resultado parcial.<sup>12</sup>*

Of Man's first disobedience, and the fruit  
Of that forbidden tree whose mortal taste  
Brought death into the World, and all our woe,  
With loss of Eden, till one greater Man  
Restore us, and regain the blissful seat,  
Sing, Heavenly Muse, that, on the secret top  
Of Oreb, or of Sinai, didst inspire  
That shepherd who first taught the chosen seed  
In the beginning how the heavens and earth  
Rose out of Chaos: or, if Sion hill  
Delight thee more, and Siloa's brook that flowed  
Fast by the oracle of God, I thence  
Invoke thy aid to my adventurous song,  
That with no middle flight intends to soar  
Above th' Aonian mount, while it pursues  
Things unattempted yet in prose or rhyme.

Canta, ó Musa Celeste<sup>13</sup>, a rebeldia  
Primeira do Homem, e o proibido e amargo  
Pomo que nos tangeu do Paraíso  
E da perenidade até que um Homem  
Maior<sup>14</sup> o gáudio etéreo nos granjeie;  
O que, do alto do Orebe ou do Sinai,<sup>15</sup>  
Inspiraste ao primevo pegureiro<sup>16</sup>  
Para à seleta estema<sup>17</sup> esclarecer,  
Como do caos se ergueram, no princípio<sup>18</sup>,  
O orbe e o chão; se te agradam mais os  
montes  
de Sião, os arroios de Siloé,<sup>19</sup>  
que pela fé do orago de Deus fluem,  
Teu estro exoro ao meu ditoso canto,  
Que adejará além do cerro aônio<sup>20</sup>,  
Por locuções que nunca se lograram

<sup>11</sup> Entre as primeiras traduções francesas destacam-se o *Paradis perdu* de Raymond de Saint-Maur e de Louis Racine (irmão do dramaturgo), ambas em prosa. Se observarmos, por exemplo, a tradução de Jacques Delille, veremos nela um decalque da de St. Maur. Outras traduções rimadas parecem simples versificações de traduções em prosa mais antigas. E muitas traduções em outras línguas se valeram do francês, ou traduziram diretamente dele. O mais comum, no entanto, como acontece com a maioria das novas traduções, é cotejamento, quando o tradutor se vale de uma tradução existente e promove um decalque dela.

<sup>12</sup> Início do Primeiro Canto.

<sup>13</sup> Urânia.

<sup>14</sup> Cristo.

<sup>15</sup> Orebe e Sinais referem-se ao mesmo monte, onde Moisés recebeu, de Deus, as Leis. O termo “Orebe” (heb. *choreb*), significa deserto. Orebe aparece em Deut. IV, 10. Sinai, em Êx. XIX, 20.

<sup>16</sup> Moisés.

<sup>17</sup> O povo da aliança; os hebreus.

<sup>18</sup> Gên. I, 1.

<sup>19</sup> Sião se refere à cidade de Jerusalém; o termo significa “local árido”. Siloé é o reservatório de água da cidade.

<sup>20</sup> Monte Hélição, na Aônia, local consagrado às musas.

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

And chiefly thou, O Spirit, that dost prefer  
Before all temples th' upright heart and pure,  
Instruct me, for thou know'st; thou from the first  
Wast present, and, with mighty wings outspread,  
Dove-like sat'st brooding on the vast Abyss,  
And mad'st it pregnant: what in me is dark  
Illumine, what is low raise and support;  
That, to the height of this great argument,  
I may assert Eternal Providence,  
And justify the ways of God to men.  
Say first - for Heaven hides nothing from thy view,  
Nor the deep tract of Hell - say first what cause  
Moved our grandparents, in that happy state,  
Favoured of Heaven so highly, to fall off  
From their Creator, and transgress his will  
For one restraint, lords of the World besides.  
Who first seduced them to that foul revolt?  
Th' infernal Serpent; he it was whose guile,  
Stirred up with envy and revenge, deceived  
The mother of mankind, what time his pride  
Had cast him out from Heaven, with all his host  
Of rebel Angels, by whose aid, aspiring  
To set himself in glory above his peers,  
He trusted to have equalled the Most High,  
If he opposed, and with ambitious aim  
Against the throne and monarchy of God,  
Raised impious war in Heaven and battle proud,  
With vain attempt. Him the Almighty Power  
Hurl'd headlong flaming from th' ethereal sky,  
With hideous ruin and combustion, down  
To bottomless perdition, there to dwell  
In adamant chains and penal fire,  
Who durst defy th' Omnipotent to arms

Dispô-las nem em prosa nem em verso<sup>21</sup>.  
Santo Espírito, Vós que preferis  
Um coração clemente aos templos todos,  
Instruí-me, pois tudo conheceis,  
Vós, que desde o princípio estais presente,  
O abismo cobris com nébias alas,<sup>22</sup>  
E o fecundais<sup>23</sup>; em mim, o negro luzi,  
Erguei o vale e a ele dai sustento,  
Para que eu, com pretexto valeroso,  
Afirme a providência sempiterna  
E os desígnios divinos prove aos homens.  
Dizei-me vós, de quem o céu e o inferno  
Nada ocultam, por que nossos grandes vos  
Pais deixaram seu feliz estado,  
Validos pelo Céu, a desprezarem  
O Criador, a vontade deludir-lhe,  
Como donos do Mundo, por capricho?  
Quem os dispôs a tal revolta infame?  
Um ódio do inferno, que ardiloso,  
Movido por vingança e pela invidia,  
Intrujou, evasivo, a mãe dos homens.  
Orgulhoso, desceu dos céus, por anjos  
Rebeldes amparado, pretendendo  
Impor-se, em glória, a eles, ajudando-o  
A equiparar-se ao Todo-Poderoso,  
Se o arrostasse, e, olhando cobiçoso  
Para o trono de Deus e seus domínios,  
Pugnou-lhes ímpia luta e vã refrega.  
O Supremo Poder precipitou-o  
Do etéreo Céu envolto em brasa ardente,  
Em hórrida ruína e combustão,  
Para lançar no vórtice eversor,  
Agrilhoado em pírca morada,  
O que hasteou as lanças contra Deus.

Como vemos, há muitas palavras que parecem, ao mesmo tempo, pertencer e não pertencer à nossa língua. Mas todas pertencem. Perseguimos não tanto o inesperado, mas a sonoridade, para compormos um texto musical. Para isso, recorremos às assonâncias, aliterações, rimas internas, à variação rítmica dentro do verso decassilábico sem deixar o assento recair sobre a quinta nem a sétima sílaba, como é de regra. Ali não existem subversões. Mas existem ousadias. Encantos e desencantos, como pede o texto. Força-se a língua para além do vulgar e percebe-se que ela logo se acomoda. Ela sente-se à vontade. Ela domina o palco, ela domina o texto. E o texto flui. A marca da má literatura é a luta do autor contra o texto; o autor procura dominar o texto, enquanto é o texto que deve dominar o autor. Quando o poeta deixa-se vencer pela palavra, adentra o domínio dela. É desse domínio, desse reino, que brotam os versos que dão fluidez à poesia.

Procuramos deixar-nos levar pelo texto, mas não evitamos os defeitos quando esses defeitos foram necessários para abrandar a monotonia da beleza. Assim, modificamos o verso de Milton dando a ele imagem que não tinha; recuperando uma qualidade que não tinha; porque o texto pedia:

<sup>21</sup> Os versos são de Ariosto. *Orlando Furioso*, canto I, 2ª stanza.

<sup>22</sup> João I, 32. Asas de pomba.

<sup>23</sup> Relato da Criação; Gên. I.

A ele se dirige o Conflitante,  
Cujo nome celeste era Satã,  
E faz vibrar o sólido silêncio:  
— Como mudaste! Como decaíste!  
85. Tu, que resplandecias nos ditosos  
Reinos de luz, acima de miríades  
De brilhos...<sup>24</sup>

Pois o texto de Milton não diz “sólido silêncio”, mas “hórrido silêncio”. No entanto, “hórrido silêncio” não diz nada. Sabemos que a cena é o inferno e que, lá, tudo é terrível, tudo é horrível. “Hórrido silêncio” é uma imagem vazia, ao passo que “sólido silêncio” é quase surrealista. Por meio do adjetivo faz um termo abstrato tornar-se concreto. Era um silêncio duro, que golpeava. É ainda mais terrível do que o “hórrido”. E faz lembrar García Lorca:

por donde animan ordenan  
silencios de goma oscura  
y miedos de fina arena.  
Pasan, si quieren pasar,  
y occultan en la cabeza  
una vaga astronomía  
de pistolas inconcretas.<sup>25</sup>

Eis o exemplo do artista que domina os adjetivos: o silêncio é feito de borracha escura, os medos são feitos de areia fina, a astronomia é vaga e as pistolas não são concretas. Que melhor maneira de descrever a repressão?

Mas Milton não foi feliz em descrever o inferno. Foi mais feliz em dar voz ao inferno, dar música ao inferno. Quando chegou ao paraíso, no entanto, soube descrever-lhe muito bem. Quando lemos o Canto IV, que trata do paraíso habitado por Adão e Eva, sentimo-nos como se lá estivéssemos; sentimos a alegria, a sensualidade e o desespero do casal, e percebemos que o pecado foi menos obra de Satanás do que da própria excitação que o lugar proporcionava. A técnica para cantar esse Paraíso deve, portanto ser diversa daquela utilizada para cantar o inferno, e percebemos, desde já, que a linguagem deveria ser outra.

Os demônios que habitam o inferno são mestres da palavra, do discurso. Assemelham-se aos políticos do Parlamento britânico. Adão e Eva são seres ingênuos, cercados por um ambiente ameno no qual nada os ameaça, nada os incomoda a não ser a chegada da noite. A linguagem deles não pode ser rebuscada e, ao mesmo tempo, não pode deixar de ser poética. Deve ter aquela característica que Vico atribui à linguagem dos primeiros homens: poesia e simbologia. Diferente da linguagem dos demônios: dura, difícil e concreta. Concreta como o silêncio do abismo. O *Paradise Lost* é, portanto, um poema de muitas linguagens e sua tradução deve conter essa mesma variedade. Nosso próximo desafio será traduzir em versos a linguagem simples e simbólica do primeiro homem e da primeira mulher. Isso demanda pesquisa e paciência, como deve ser o ofício do tradutor.

### Bibliografia

<sup>24</sup> Canto I (vv. 81-87).

<sup>25</sup> GARCÍA LORCA. “Romance de la Guardia Civil española”.



## Atas 14º colóquio da lusofonia –

BENJAMIN, Walter. "The Task of the Translator", in *Illuminations*. Nova Iorque: Schocken Books, 2007 (reprint).

BERMAN, Antoine. *La traduction et la lettre ou L'Auberge du lointain*. Paris: Seuil, 1999.

\_\_\_\_\_. *A prova do estrangeiro*. Bauru (SP): EDUSC, 2001.

ELIOT, T. S. "Milton I", in *Select Prose of T. S. Eliot*. London: Faber & Faber, 1975.

HOMERO. *Odisseia*. Tradução de Manoel Odorico Mendes. São Paulo: EDUSP, 2000.

\_\_\_\_\_. *Odisseia*. Edição bilingue em 3 volumes. Tradução de Donaldo Schüler. Porto Alegre (RS): LP&M, 2007.

\_\_\_\_\_. *Odisseia*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.

\_\_\_\_\_. *Odisseia*. Edição bilingue. Tradução de Trajano Vieira. São Paulo: Editora 34, 2011.

MILTON, John. *Paradise Lost. A Norton Critical Edition*. Londres e Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 2005.

\_\_\_\_\_. *Paraíso Perdido*. Tradução de Daniel Jonas. Lisboa: Cotovia, 2006.

VIRGÍLIO. *Eneida*. Tradução e notas de Odorico Mendes. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.



**COORGANIZADOR DO 22º COLÓQUIO**  
**MEMBRO DA COMISSÃO EXECUTIVA E CIENTÍFICA**  
**TEMA 1.3. O QUEIJO E A TRANSUMÂNCIA NA ROTA JUDAICA NAS BEIRAS**  
(trabalho final não recebido no prazo)

## 2. ALBERTO DA TRINDADE MARTINHO, UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS

### BIBLIOGRAFIA RESUMIDA:

- Sabugueiro, uma aldeia da Serra da Estrela, 1972, Universidade Técnica de Lisboa, ISCSPU
- As voltas que o fio dá: um caso de luta dos trabalhadores nos têxteis, Guarda, Ed do Autor, 1977. - 153 p.
- O pastoreio e o queijo da serra, 1978, Parque Natural da Serra da Estrela
- O queijo da Serra: subsídios para a demarcação da região, Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1980, 235 p.
- O pastoreio e o queijo da Serra, 2ª ed., Parques Naturais, 3, Lisboa, Parque Nacional da Serra da Estrela, 1981. - 125 p.
- Les enfants d'immigrées portugaises "Cá e lá", Série migrações. Sociologia, Porto, Centro de Estudos da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1986. - 533 p.
- Culatra: um lugar de pescadores, Parques naturais, 11, Lisboa, Serviço nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, 1982, 160 p.
- Alcofra e a sua gente: estudo monográfico, Alcofra, Junta de Freguesia, Casa do Povo, 1999. - 146 p

## 3. ALEXANDRE LUÍS E 4. CARLA SOFIA LUÍS, UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR



**Alexandre António da Costa Luís**

nasceu no Canadá. É licenciado em História (Bom com Distinção, 17 valores) pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde arrecadou os prémios *Curricular Feijó* e *Latim Medieval Gerales Freire*. Obteve os graus de mestre em História Moderna (Muito Bom, por unanimidade) e de doutor em História, especialidade de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (Aprovado com Distinção e Louvor, por unanimidade), igualmente na Universidade de Coimbra. É Professor Auxiliar e Vice-Presidente da Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior. É Investigador Integrado do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, Membro da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa (Secção de História) e Sócio da Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia. Da lista das suas últimas publicações, destacamos *O Portugal Messiânico e Imperial de D. João II na Oração de*



## Atas 14º colóquio da lusofonia –

*Obediência dirigida a Inocêncio VIII em 1485*, LusoSofia:press, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2013; *Algumas Páginas sobre Língua, Cultura e História Portuguesas*, Fundão, Edição: Grafisete, com o apoio da UBI e da AICL, 2013 (elaborado com Carla Luís); *Portugal-África: mitos e realidades vivenciais e artísticas*, Alexandre António da Costa Luís e outros (coord.), Covilhã, UBI, com o apoio da FCT, 2012, onde é também o autor do capítulo “A África na Política Joanina de Consolidação da Independência Portuguesa – o caso da tomada de Ceuta (1415)”, pp. 187-214; “O Papado perante a Expansão Portuguesa: o significado político da bula *Romanus Pontifex* (1455)”, in José Mª Silva Rosa (org.), *Da Autonomia do Político: entre a Idade Média e a Modernidade*, Lisboa, Documenta, com o apoio da FCT, 2012, pp. 269-288; “Cavaco Silva e as Eleições Legislativas de 1985: uma introdução”, *UBILETRAS*, n.º 3, Covilhã, 2012, pp. 141-165; “Uma Potência em Ascensão: Portugal à luz do discurso proferido por D. Garcia de Meneses perante o Papa Sisto IV (1481)”, in André Barata, António Santos Pereira e José Ricardo Carvalheiro (org.), *Representações da Portugalidade*, Alfragide, Caminho, 2011, pp. 243-263.

SÓCIO DA AICL. Participou no 18º colóquio na Galiza 2012 e 20º Seia 2013

**Carla Sofia Gomes Xavier Luís** nasceu em Lamego, em 1977. É licenciada em Português e Inglês (ensino de) pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, mestre em Língua, Cultura Portuguesa e Didática pela Universidade da Beira Interior e doutora em Letras (Linguística Literária Portuguesa) pela mesma instituição. É Professora Auxiliar no Departamento de Letras da UBI e Investigadora no LabCom.IFP. É Coordenadora do Centro de Avaliação de Português Língua Estrangeira (CAPLE) da UBI, Membro da Comissão Científica da *Revista Egíptia Sciencia* e Membro do Conselho da Faculdade de Artes e Letras. Da lista das suas últimas publicações, destacamos os livros *Língua e Estilo: um Estudo da Obra Narrativa de Mário Cláudio*, Vila Real, Centro de Estudos em Letras e Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, (com o apoio da FCT), 2011, 445 páginas, *Algumas Páginas sobre Língua, Cultura e História Portuguesas*, Fundão, Grafisete, 2013 (em parceria com Alexandre António da Costa Luís), *Mário Cláudio e a Portugalidade*, Carla Sofia Luís, Alexandre Luís e Miguel Real (org.), Lisboa, Editora Esfera do Caos (em vias de publicação), os capítulos de livro “Mário Cláudio: Nauta e Guardiã da Portugalidade”, in André Barata, António Santos Pereira e José Ricardo Carvalheiro (org.), *Representações da Portugalidade*, Alfragide, Caminho, 2011, pp. 57-80 e “Espelhos de África na Obra Narrativa de Mário Cláudio: os casos de *Tocata para Dois Clarins e Peregrinação de Barnabé das Índias*”, in *Portugal-África: Mitos e Realidades Artísticas e Vivenciais*, coord. Carla Sofia Luís, Alexandre Costa Luís, Cristina Vieira, Domingos Nzau e José Manso, Covilhã, Universidade da Beira Interior, (com o apoio da FCT), 2012, pp. 27-51, “Um Breve Olhar Sobre a Vida e Obra de Mário Cláudio”, in *A Dinâmica dos Olhares. Um Balanço de um Século de Literatura e de Cultura em Portugal (1912-2012)*, Lisboa, CLEPUL (entregue para publicação), bem como a entrevista a Mário Cláudio, em parceria com Annabela Rita e Miguel Real, *Revista Letras com Vida*, Lisboa, CLEPUL (entregue para publicação).



SÓCIO DA AICL. Participou no 18º colóquio na Galiza 2012 e 20º em Seia 2013

**Tema 2.1 VALORIZAR O PORTUGUÊS COMO LÍNGUA CIENTÍFICA INTERNACIONAL: UMA ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA ELEMENTAR**, Alexandre António da Costa Luís - Universidade da Beira Interior e Centro de História da Sociedade e da Cultura da Univ. de Coimbra, [aluis@ubi.pt](mailto:aluis@ubi.pt) - Carla Sofia Gomes Xavier Luís, Universidade da Beira Interior e LabCom.IFP da UBI, [cxavier@ubi.pt](mailto:cxavier@ubi.pt)

### Resumo

Com o presente trabalho, pretendemos enfatizar a importância de se enveredar por uma política científica e linguística apostada na valorização e na afirmação do português como língua científica internacional. Sem negarmos o estatuto atual do inglês como *língua franca* e hegemónica da ciência, papel outrora desempenhado por outras línguas, especialmente pelo latim, o simples facto de o português integrar a curta lista de “línguas mundiais” implica, necessariamente, que seja potenciado nas suas diversas vertentes, não apenas como língua de cultura, de diplomacia, de negócios, entre outras, mas também de conhecimento e de ciência, não menosprezando, assim, a sua dimensão plurissecular, histórica e patrimonial neste campo ou a especificidade de algumas áreas (as humanidades, por exemplo), bem como conservando e tirando o máximo partido dos seus variados recursos. No fundo, num mundo pautado, de forma crescente, pelo fenómeno da globalização, qualquer língua que aspire reforçar plenamente a sua internacionalização e capacidade de gerar/transmitir inovação deverá desenvolver toda a sua habilidade ou força comunicativa, inclusive como língua de ciência, contribuindo, deste modo, e a título exemplificativo, para o engrandecimento quer do pensamento quer da influência do bloco linguístico que lhe está associado. Enfim, trata-se, sem dúvida, de uma orientação estratégica elementar, pelo que Portugal e os restantes países lusófonos, sem negligenciarem a presente valia do inglês em matéria de produção e circulação de conhecimento científico, não podem encarar a questão da comunicação científica e académica da mesma maneira que outros que não usufruem de uma língua materna, nacional ou oficial de expressão ecuménica. Há, pois, lugar no universo da ciência, de fronteiras ilimitadas, para conferenciar em várias línguas, urgindo, sim, investir na multiplicação de canais e instrumentos indispensáveis à boa consecução deste desiderato.

Como refere Ana Paula Laborinho, Presidente do Instituto Camões, “há espaço na ciência para comunicar nas várias línguas, não desprezando o português” (*In Língua Portuguesa como Língua de Ciência e Inovação é Objetivo da CPLP*, 2013). Justamente, o artigo que se segue constitui um breve exercício de reflexão e de consciencialização em prol da importância de se enveredar por uma política, nas áreas científica e linguística,

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

devidamente concertada, estrategicamente apostada na valoração e na afirmação do português, enquanto língua mundial, em todos os domínios da vida humana, inclusive no campo da comunicação científica internacional. No entanto, como é fácil de perceber, a efetivação deste desiderato implica um esforço coletivo, logo o envolvimento de vários atores, tais como os governos dos países lusófonos, a CPLP, as universidades, os organismos científicos (entre outros, a FCT), as empresas, todos os agentes que estejam interessados no idioma, a sociedade civil em geral. Se não incentivarmos o emprego da nossa língua, obviamente que ela acabará por possuir menor relevância. O grande desafio está em definir uma política científica que possa não só garantir bons resultados em termos de convergência internacional, mas também assegurar a manutenção e o fortalecimento da nossa especificidade identitária. Explícite-se que o português tem uma responsabilidade sobre perto de 300 milhões de pessoas, servindo, portanto, uma vasta comunidade que, no fundo, ostenta vários direitos, entre os quais, a título exemplificativo, o direito de receber informação, incluindo científica, no seu idioma, que suporta a sua educação, consagra a sua identidade e desenvolve o seu pensamento.

Ao defendermos o aumento do peso do português no domínio da comunicação científica, não se pretende desvalorizar o caráter utilitário e pragmático da atual *língua franca* e dominante da ciência, o inglês (papel que é, em larga medida, resultante da forte dominação científica dos EUA), que permite, com assinalável eficácia, a intercompreensão entre cientistas das mais diversas proveniências, americanos, africanos, asiáticos, europeus, etc., confirmando-se, pois, que a perflhação de um idioma comum favorece claramente o avanço científico, permite o intercâmbio do conhecimento e promove as relações entre cientistas à escala global. Não se trata igualmente de assumir uma posição de «patriotismo linguístico» radical, já que, com o sistema/edifício da ciência cada vez mais globalizado, as escolas ditas nacionais perdem irremediavelmente influência, e muito menos de disputar a liderança à língua inglesa, sobretudo porque, usando uma linguagem de inspiração militar, seria uma batalha sem sentido, perdida e inglória. Mas somos da opinião de que o atual paradigma, em certas situações algo fundamentalista e deformador, deve registar determinadas alterações. Cremos, pois, que o melhor caminho passa por cultivar uma política científica mais flexível, até porque podemos apresentar razões objetivas e elementares que justificam a valorização do português como língua de ciência, inclusive internacional, alimentando, repita-se, não uma competição com o inglês, mas, sim, definindo espaços próprios de aplicação ou de coabitação, neste particular de abertura ao bilinguismo, por exemplo, ajustando-se este rumo, menos rígido, muito melhor à especificidade de variadas matérias tratadas, bem como aos públicos-alvo.

Refira-se que a dimensão de uma língua não se expressa apenas pelo número de falantes ou pelo nível de protagonismo dos mesmos, mas também pela relevância dos conteúdos aos quais ela permite aceder, como é o caso da ciência inovadora. Ou seja, a expressão/utilidade internacional de uma língua sai naturalmente enriquecida com a sua presença nos campos da produção e da difusão técnico-científica, reforçando, deste modo, a sua cota de influência, elemento que não deve ser menosprezado, mais ainda quando se vive numa era largamente caracterizada pelo fenómeno da globalização. No seio de um mundo global e de um século amplamente voltado para a sociedade do conhecimento e a economia do conhecimento, esta orientação estratégica, dirigida para a valorização do português como língua de comunicação científica, torna-se ainda mais vital para combater os riscos de mutilação do potencial que aufero o nosso idioma. Com efeito, o não-

investimento no português como língua de ciência enfraquece necessariamente a sua capacidade de abarcar toda a realidade do Mundo (veja-se, aliás, que a nossa vida está crescentemente rodeada pela ciência), limitando, por conseguinte, entre outros aspetos, a sua competência, a sua funcionalidade, o seu valor económico, vertente cada vez mais estudada, enfim, o seu prestígio internacional. Usufruir de uma linguagem científica própria é fundamental se pretendermos que os falantes de um idioma, no nosso caso o português, sejam capazes de contemplar e compreender o Mundo e fazê-lo, ademais, com sentido de identidade, de afeto e de pertença. Adite-se ainda que apostar no incremento do uso do português, designadamente no âmbito da divulgação técnico-científica, pode ajudar a nossa sociedade a aprofundar o gosto e o suporte que presentemente fornece à ciência e à tecnologia. Efetivamente, graças a uma comunicação atrativa, próxima e direta, que está ao alcance da língua portuguesa, é possível elevar o grau de esclarecimento da sociedade, fazendo, por seu turno, com que esta última acabe não só por favorecer o aumento do nível de investimento nessas áreas, como também por contribuir para a multiplicação do número de investigadores e inventores, fatores geradores de desenvolvimento e, portanto, de modernização.

Na verdade, não podemos esquecer que o português integra a curta lista de “línguas mundiais”, o que implica, desejavelmente, que seja potenciado nas suas diversas vertentes, não apenas como língua de cultura, de diplomacia, de negócios, entre outras, mas também de conhecimento e de ciência, não menosprezando, assim, a sua dimensão plurissecular, histórica e patrimonial neste campo ou a peculiaridade de algumas áreas (as ciências sociais, as humanidades, por exemplo), bem como conservando e tirando o máximo partido dos seus variados recursos. Se olharmos para a CPLP, marcada por um idioma e numerosos valores comuns, assim como por uma história em muito partilhada, torna-se indiscutível que existem objetos de investigação próprios desse bloco linguístico, ou seja, bastante familiares e cujo interesse diz respeito a todo o conjunto, devendo o seu estudo ser preferencialmente fomentado em língua portuguesa, por ser a língua de união. Outro tanto se aplica à análise das questões de caráter local ou nacional que, pela sua relevância, apenas importam a uma audiência que não vai além desses âmbitos e, como já se frisou, à divulgação científica, indispensável à elucidação da sociedade.

Já agora, falando precisamente no mundo lusófono, repare-se, por exemplo, na evolução das antigas colónias portuguesas de África, onde, em termos gerais, estão a ser movidos esforços a fim de robustecer o número e a consistência de certas ferramentas e infraestruturas técnico-científicas, tais como universidades, centros de pesquisa, academias. Entre outros aspetos, ninguém poderá negar que muitos destes locais de trabalho têm contribuído ainda mais “para dar ao desenvolvimento do pensamento sócio-científico em português uma perspetiva de relevância global futura” (*Cabral, 2007: 233*).

Como muito bem refere Ivo Castro, a internacionalização de uma língua entende-se como “o conjunto de processos pelos quais uma língua nacional se transforma em língua de vários países; ou é escolhida por cidadãos de outros estados como língua segunda ou língua estrangeira. Em qualquer destes sentidos, é claro que a língua portuguesa é uma língua internacional” (*Castro, 2009: 1*). Aliás, o português, mas também o espanhol constituem, como nos diz Mário Vieira de Carvalho, “duas das línguas europeias mais globalizadas” (*Carvalho, 2013*), isto devido aos “numerosos países que as adotam como línguas oficiais, pela sua expansão através [das] comunidades espalhadas pelo mundo,

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

pelos múltiplos departamentos de estudos portugueses e espanhóis em universidades europeias, norte-americanas ou asiáticas” (Carvalho, 2013).

*Note-se que o português, outrora língua franca e companheira do Império, vive, no presente século, um momento de franca expansão. Embora a posição que ocupa presentemente nas listagens das línguas com maior número de falantes oscile com base nos critérios das organizações que os realizam, nos últimos anos é bastante comum afiançar-se que constitui a terceira língua mais falada no espaço da civilização ocidental, a seguir ao espanhol e ao inglês, e a sexta mais falada em todo o Orbe, situando-se, por conseguinte, à frente do francês e do alemão (Fernandes, 2008: 301). Aliás, ainda sem contarmos com a Guiné Equatorial, como é sabido, recentemente integrada na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, “os 250 milhões de falantes do português representam cerca de 3,7% da população mundial e detêm aproximadamente 4% da riqueza total. Os oito países de língua oficial portuguesa ocupam uma superfície de cerca de 10,8 milhões de quilómetros quadrados, representando 7,25% da superfície continental da Terra” (Reto, 2012: 58).*

Sem dúvida que são vários os organismos e associações que têm levado a cabo um trabalho muito meritório, dando continuidade à afirmação internacional do português. Sem minorarmos o trabalho desenvolvido por outras entidades, tomemos como exemplo o conhecido labor movido pelo Instituto Camões (IC), designadamente no âmbito do ensino da língua e da divulgação da cultura lusitana. Com efeito,

“a rede de leitorados, centros de língua portuguesa e centros culturais do IC está presente em dezenas de países de todos os continentes e constitui um poderoso meio institucional de promoção do português como língua global. Essa rede de instituições tem tido um crescimento acentuado ao longo dos anos. Entre 2003 e 2010 os países abrangidos passaram de 41 para 72 e a generalidade dos indicadores de atividade do IC no estrangeiro aumentaram significativamente” (Reto, 2012: 55).

Ademais, importa relevar, até pela sua crescente pertinência, a apreciável propagação que o português tem vindo a registar no Ciberespaço. Como é do conhecimento geral, “no Ciberespaço, a língua portuguesa posiciona-se no quinto lugar em número de utilizadores (Observatório da Língua Portuguesa, 2013), sendo que os utilizadores do Brasil ocupam a quinta posição nesse espaço” (Guzeva, Gomes, Macário e Ançã, 2013: 174). No caso concreto do Facebook, por exemplo, o português alcançou um crescimento assinalável em número de falantes entre 2010 e 2012, ocupando, na atualidade, o terceiro lugar no âmbito da listagem das línguas mais faladas nessa rede social, logo a seguir ao inglês e ao espanhol, com um total de 58 539 940 falantes (Socialbakers, 2012). Tatiana Guzeva, Belinda Gomes, Maria João Macário e Maria Helena Ançã salientam que

“a presença da língua portuguesa no Ciberespaço ocupa, então, um lugar cimeiro e essa realidade tem, naturalmente, um impacto no valor que lhe é atribuído. De facto, o Ciberespaço faz parte da vida de milhões de utilizadores por todo o mundo e em constante crescimento, ligando-os em rede e permitindo-lhes comunicar, colaborar, partilhar, construir conhecimento e desenvolver competências” (2013: 174).

Feitos estes reparos, todos são unânimes em afirmar que a “língua é um património tanto mais valioso quanto mais parceiros, mais utilizadores, ela tiver”, constituindo “um super bem público, já que a partilha aumenta o seu valor”, como referiu José Paulo

Esperança durante o 1.º Ciclo de Conferências do Observatório da Língua Portuguesa sobre “O Valor Económico da Língua Portuguesa” (Observatório da Língua Portuguesa, 2011). Do nosso ponto de vista, ao vetor número de falantes, urge adicionarmos, entre outros dados, o das áreas que são manejadas através desse idioma, sendo o da ciência, sem surpresa, um dos mais apetecíveis e relevantes.

Ou seja, num mundo pautado pelo fenómeno da globalização, qualquer língua que aspire reforçar plenamente a sua internacionalização e capacidade de gerar/transmitir inovação deverá, compreensivelmente, desenvolver toda a sua habilidade ou força comunicativa, inclusive como língua de ciência, figurando em revistas científicas com indexações e bases de dados oficializadas, e não só, contribuindo, deste modo, e a título exemplificativo, para o engrandecimento quer do pensamento quer da influência do bloco linguístico que lhe está associado. Precisamente, no entendimento de destacados investigadores, a língua portuguesa afirma-se fundamentalmente pelos seguintes aspetos: “pelo número de falantes de língua materna, pelo número de países de língua oficial portuguesa, pela presença e crescimento na Internet e na Wikipédia, pela cultura, sobretudo ao nível da tradução de originais produzidos noutros idiomas e, mais recentemente, na ciência, com um forte crescimento da produção de artigos e revistas científicas” (Reto, 2012: 58). Muito nos apraz constatar o facto de Luís Reto não deixar de mencionar o “forte crescimento da produção de artigos e revistas científicas” operado, o que indicia a existência já de alguma noção de que, para se realizar uma cabal internacionalização da língua e o aumento integral do seu valor, com os inevitáveis benefícios daí decorrentes, tem necessariamente de ser equacionada a questão da língua científica de comunicação.

Assim, por tudo quanto foi dito, não admira que, para Ivo Castro, linguista de renome, importa colocar, com determinação, na agenda académica e política dos países da CPLP a questão da língua portuguesa enquanto língua de ciência, logicamente com o intuito “de defender um território, um património e uma herança”, adiantando ainda que esta “é a obrigação de quem se dedica ao português, não é o desistir do que é o português, não é desistir por Portugal, mas é o de se bater pela manutenção dos nossos recursos”, entendendo que estes “são essenciais para a produção de ciência em língua portuguesa, visto que “pensar ciência em português não é o mesmo que pensar ciência noutra língua”. Afinal, “se estivermos na pele da nossa língua temos recursos criativos e de definição que não temos se estivermos em tradução” (In Língua Portuguesa como Língua de Ciência e Inovação é Objetivo da CPLP, 2013).

Seja como for, são muitas as vantagens do uso do inglês como língua franca da comunicação científica. Até por ser multiplicador de redes de relação e de intercâmbio, tem vindo a possibilitar um melhor funcionamento da comunidade científica, sem dúvida cada vez mais conectada e internacionalizada. Tem operado como um instrumento facilitador da inclusão nessa comunidade e impulsor de crescente mobilidade ao nível dos investigadores, circunstâncias que têm permitido a diminuição de um tipo de trabalho exclusivamente individual, quase omisso. Por outras palavras, sem uma língua dominante do sistema científico internacional, papel desempenhado atualmente pelo inglês, e outrora, por exemplo, pelo latim, muitos estudos, por muita qualidade e rigor ostentados, estariam confinados a uma dimensão de consulta meramente local, regional ou nacional.

Mas, como “não há bela sem senão”, podemos, também, apontar várias desvantagens, mormente no que diz respeito às humanidades e ciências sociais, do uso do inglês e do modelo de avaliação da produção científica em voga, de marca manifestamente



## Atas 14º colóquio da lusofonia –

anglo-saxónica e largamente inspirado nas ciências físico-naturais. Com efeito, os investigadores sociais e das humanidades acabam por ter de usar alguns procedimentos, regras, modos de trabalhar demasiado forçados para o seu campo de intervenção, nem sempre respeitadores das particularidades, da tradição e da existência de níveis de excelência que as citadas áreas exibem. Ocorre assim, e sem espanto, perda de riqueza cultural e de diversidade. Olhando para a questão das bibliometrias científicas em vigor, é, aliás, possível constatar que nem sempre estão centradas na relevância dos conteúdos. Na verdade, em nome de uma avaliação mais objetiva e rigorosa, liberta do preconceito de se conceder, logo à partida, maior validade a um texto redigido em inglês do que noutra idioma, somos da opinião de que deveríamos promover bibliometrias complementares, menos subjugadas a esta língua hegemónica da comunicação científica e menos ligadas a um tipo restrito de publicações que se encontram indexadas em determinadas bases de dados. Deste modo, pode mesmo dizer-se que o grande problema do português como língua científica não se encontra tanto no observado, ou no trabalho que se desenvolve, mas, sim, no observador e no género de exame estereotipado que é utilizado.

No amplo e heterogéneo campo das ciências sociais, a realidade é, de facto, muito peculiar, não podendo obedecer na plenitude ao modelo das ciências físico-naturais, que tende a limitar a produção científica a um único meio (artigos em revistas de impacto), desvalorizando a redação de livros ou monografias, e à língua inglesa. No fundo, antes de mais, há que pensar na natureza dos objetos de análise, se estão mais ou menos ligados a uma determinada sociedade, à realidade local e a legados culturais específicos (logo linguísticos), mas também no público-alvo, ou seja, qual a função e os objetivos que se pretendem atingir e, consequentemente, para quem se destinam os textos, recordando sempre que vivemos numa sociedade de informação e do conhecimento e que, por cá, o português é a nossa língua identitária. Como Emilio Lamo de Espinosa refere, “el propósito define el público objetivo y este define la lengua que se utiliza” (*In El Español, Lengua de Comunicación Científica, 2013: 423*), apontando para a necessidade de as ciências sociais serem bilingues. Por esta ordem de ideias, explica o mencionado autor, um cientista social enfrenta um duplo desafio: por um lado, quando trabalha para outros cientistas é perfeitamente natural que escreva em inglês, posto que é a língua franca da ciência; por outro lado, quando trabalha no sentido de esclarecer os cidadãos, ou seja, de informá-los acerca das condições da sua realidade social, terá de laborar na língua nativa, caso contrário os cidadãos não estarão devidamente inteirados dos assuntos em foco.

“Por tanto, la consecuencia es que las ciencias sociales son ambivalentes, tienen dos tareas y se dirigen a dos audiencias y en función de sus dos audiencias, tienen dos lenguas. [...] Esta es la tensión de un científico social: tiene que trabajar en el ámbito científico, que se hace en inglés, y tiene que trabajar en el ámbito de la ciudadanía [...]” (2013: 424).

No entanto, tal como acrescenta Alfonso Pérez-Agote, reportando-se ao caso do espanhol, mas que pode muito bem estender-se à situação do português:

“También estoy de acuerdo en que hay una parte de la ciencia social, el conocimiento de la realidad social española, que tenemos la obligación de comunicarla en español para darla a conocer a la población en general. Pero no estoy de acuerdo en que esta sea la única razón. También debemos comunicar y publicar en español para los otros científicos sociales no españoles que la tienen como lengua materna. La comunicación puede ser

más estrecha y fácil con los que hablan nuestra misma lengua y puede irse generando así una cultura, o subcultura si se prefiere, científica de lengua española, algo verdaderamente necesario. Hay determinado tipo de temas en los que socialmente nos podemos comunicar mejor en español. Español e inglés no son lenguas excluyentes, y es necesaria la creación de esa subcultura científico-social intermedia de habla española” (*In El Español, Lengua de Comunicación Científica, 2013: 446-447*).

João Pina de Cabral explica que existem apenas quatro comunidades linguísticas de cientistas sociais que comunicam em outras línguas que não a inglesa com peso considerável, ou seja, a francesa, a espanhola, a germânica e a portuguesa, referindo que esta última é das quatro, “porventura, a maior em termos estatísticos, tendo em vista a quantidade de cientistas sociais brasileiros e a vivacidade atual da comunidade científica portuguesa” (*Cabral, 2007: 233*).

Enfim, como se pode aferir, o estatuto do português no domínio da comunicação científica compõe um assunto deveras atual, cada vez mais debatido na comunidade científica em geral, refletido, por exemplo, em jornais, seja em formato de artigo ou de entrevista, em revistas consagradas ou em congressos. Neste particular, a prova viva da vitalidade deste assunto é a 2.ª Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial que se realizou recentemente, em concreto nos dias 29 e 30 de outubro de 2013, e que teve especial enfoque na questão da utilização da língua portuguesa como língua de ciência e de inovação.

Tomando como exemplo o papel outrora desempenhado por outras línguas, especialmente pelo latim, sublinhe-se que a hegemonia linguística no âmbito da comunicação científica não constitui uma questão definitivamente encerrada. Em rigor, o pior que pode suceder ao português é, sim, cairmos numa atitude de mera passividade e resignação face ao paradigma existente, o qual coloca entraves ao ato de acrescentar valor e influência à nossa língua, uma das poucas com projeção mundial. Assim, por exemplo, opinamos que os instrumentos de bibliometria científica têm de apostar no diálogo entre comunidades linguísticas, no bilinguismo científico (inglês-português, inglês-espanhol...) e não na hegemonia de uma só língua, o que é redutor e até, em algumas circunstâncias, anticientífico.

Em suma, a valorização do português como língua científica constitui, sem dúvida, uma orientação estratégica elementar e prioritária, pelo que Portugal e os restantes países lusófonos, sem negligenciarem a presente valia do inglês em matéria de produção e circulação de conhecimento científico, não podem encarar a questão da comunicação científica e académica da mesma maneira que outros que não usufruem de uma língua materna, nacional ou oficial de expressão ecuménica (*Carvalho, 2013*). Há, pois, lugar no universo da ciência, de fronteiras ilimitadas, para conferenciar em várias línguas, urgindo, sim, investir na multiplicação de canais e instrumentos indispensáveis à boa consecução deste desiderato.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Cabral, João de Pina (2007), “Língua e Hegemonia nas Ciências Sociais”, *Análise Social*, vol. XLII (182): 233-237.

Carvalho, Mário Vieira de (2013), “Língua Portuguesa e Ciência”, in *Público* de 29-12-2013.



## Atas 14º colóquio da lusofonia –

Castro, Ivo (2009), “A Internacionalização da Língua Portuguesa”. [Inédito. Comunicação ao colóquio *A Internacionalização da Língua Portuguesa*, Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses, Lisboa, 16.VI.2009].

García Delgado, José Luis; Antonio Alonso, José; Carlos Jiménez, Juan (coords.) (2013), *El Español, Lengua de Comunicación Científica*. Barcelona: Editorial Ariel.

Guzeva, Tatiana; Gomes, Belinda; Macário, Maria João e Ançã, Maria Helena (2013), “Língua Portuguesa no Ciberespaço: difusão, crescimento e valores”, *XX Colóquio da Lusofonia. Livro de Atas/Anais Seia 2013*, Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia, com o apoio do Instituto Politécnico da Guarda, 172-182.

“Língua Portuguesa como Língua de Ciência e Inovação é Objetivo da CPLP”.

Observatório da Língua Portuguesa (2011), “O Valor Económico da Língua Portuguesa”.

Reto, Luís (coord.) (2012), *Potencial Económico da Língua Portuguesa*. Alfragide: Texto Editores.

Socialbakers (2012), *Top 10 Fastest Growing Facebook Languages*. Socialbakers.

pelo denominado Turismo Cultural. Integra, neste momento, a equipa coordenadora e investigadora do projeto “UDI – Observatório de Turismo da Serra da Estrela”, financiado pela Unidade de Investigação para o Desenvolvimento do Interior (UDI) e aprovado pela FCT (Observatório de Turismo da Serra da Estrela – Um Instrumento para a Sustentabilidade do Turismo na Serra da Estrela” | EXPL/ATP-EUR/1530/2012).

Tem publicado artigos na área da Literatura Portuguesa e na do Turismo, na qual tem coordenado publicações. É coautora (com António Melo, Gonçalo Fernandes, José Alexandre Martins, Vítor Roque) do livro *POSTOS DE TURISMO DO DESTINO SERRA DA ESTRELA – ANÁLISE DA SITUAÇÃO E FUNCIONALIDADES* (OTSE – Observatório de Turismo da Serra da Estrela, Escola Superior de Turismo e Hotelaria, Instituto Politécnico da Guarda. ISBN: 978-972-8681-49-4, 2013).



É SÓCIO FUNDADOR DA AICL. MEMBRO SUPLENTE DA DIREÇÃO. TOMOU PARTE NOS COLÓQUIOS BRASIL 2010, BRAGANÇA 2011, MACAU 2011, SANTA MARIA, 2011, GALIZA 2012, SEIA 2013 E MOINHOS 2014.

Modera sessões –

PERTENCE à comissão executiva, ao secretariado executivo E ao comité científico do 22º colóquio

### 5. ANA PAULA TAVARES DA SILVA, INESC, PORTO, PORTUGAL - ASSISTENTE PRESENCIAL



1.

PRESENTE EM VÁRIOS COLÓQUIOS, GALIZA 2012, É SÓCIO DA AICL.

### 6. ANABELA NAIA SARDO, IPG, GUARDA PORTUGAL, ASSISTENTE PRESENCIAL

**ANABELA OLIVEIRA DA NAIA SARDO** é doutora em Literatura Portuguesa, mestre em Estudos Portugueses e licenciada em Ensino de Português e Francês. Foi docente do Ensino Secundário de 1986 até 1991, altura em que ingressou no Ensino Superior Politécnico, tendo começado a lecionar na Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto do Instituto Politécnico da Guarda (IPG). É, desde 2009, Diretora da Escola Superior de Turismo e Hotelaria (ESTH), onde lecionava desde o ano 2000. Faz parte do Conselho Técnico-científico desde 2002, tendo sido, durante cinco anos, presidente deste órgão. Pertence, igualmente, ao Conselho Geral do IPG desde 2008, cargo para o qual foi reeleita em 2012. Desde 2009, é membro do Conselho Superior de Coordenação e do Conselho para a Avaliação e Qualidade do IPG. Para além da investigação que tem vindo a realizar acerca da obra da escritora Ana Teresa Pereira, também faz pesquisa ao nível da área científica do Turismo, tendo um especial interesse

### 7. ÂNGELO CRISTÓVÃO, AGLP, GALIZA



**ÂNGELO CRISTÓVÃO**, Empresário, licenciado em Psicologia, nasceu em Santiago de Compostela em 1965. Responsável pela página web «www.lusografia.org».

Desde 1994 secretário da Associação de Amizade Galiza-Portugal, tendo organizado os Seminários de Políticas Linguísticas (2003, 2004, 2006).

Presidiu à Associação Cultural Pró Academia Galega da Língua Portuguesa, em cujo nome interveio na Conferência Internacional/Audição Parlamentar sobre o Acordo

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

Ortográfico, realizada na Assembleia da República em 7 de abril de 2008. **Alguns artigos e comunicações:**

1984: «Estudo antropológico da aldeia de Bustelo, Concelho de Dodro». Inédito.

1987: «Uma escala de atitudes perante o uso da língua», comunicação ao III Congresso Español de Psicologia Social (Valência) In *Agália* #14 (1988) pp. 157-177.

1989: «Aspetos sociolinguísticos da problemática linguística e nacional na Galiza Espanhola», II Congresso da Língua Galego-Portuguesa na Galiza. Atas, 1989, Ourense, pp. 237-254.

1990 a: «Bibliografia de Sociolinguística lusófona», in *Temas do Ensino de Linguística e Sociolinguística*, vol. VI, n.º 21-26, pp. 71-99; in *Noves de Sociolinguística*, n.º 9, Institut de Sociolinguística Catalana. Barcelona, pp. 3-33.

1990 b: «Medição de variáveis: competência e uso linguístico». Comunicação ao III Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, Ourense, outubro. Publicada em *Cadernos do Instituto de Estudos Luso-Galaicos "Manuel Rodrigues Lapa - Ricardo Carvalho Calero"*. Ass. de Amizade Galiza-Portugal Série "Investigação" vol. I 1994, Comunicações suprimidas n.º 2.

1991 a: «A eficácia da goma de mascar (Nicorette®) no abandono do tabagismo». Estudo com técnicas de meta-análise apresentada no Curso de Doutoramento em Psicologia Social. Programa: "Perceção, Representação e Conhecimento Social". Faculdade de Psicologia. Univ. de Santiago. Inédito. 83

1992 a: «Language Planning: Atitudes», in Atas do «I Congresso de Planificación Lingüística», Santiago de Compostela, pp. 383-400.

1992 b: «Análise causal da Teoria do Comportamento Planeado com dados supostos». 21 pp. Trabalho apresentado no Curso de Doutoramento em Psicologia Social. Programa: "Perceção, Representação e Conhecimento Social". 16 junho. Faculdade de Psicologia. Univ. de Santiago. Inédito.

2003: «Sociolinguística e cientificidade na Galiza», comunicação apresentada ao II Colóquio Anual da Lusofonia, Bragança, outubro. In Atas dos Colóquios

2004 a: «Questione della língua: introdução e bibliografia», comunicação apresentada ao VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Univ. de Coimbra, 17 de set., em: <http://www.lusografia.org/cristovao-questione.htm>

2004 b (org) Luís V. Aracil: Do latim às línguas nacionais: introdução à história social das línguas europeias. Ass. de Amizade Galiza-Portugal, Braga.

2004 c: «O contributo de António Gil à sociolinguística galega», comunicação ao III Colóquio Anual da Lusofonia. Bragança, outubro. In Atas dos Colóquios

2005: «A República Literária e a Lusofonia - Semelhanças, diferenças e exemplos», comunicação ao IV Colóquio da Lusofonia. Bragança, In Atas

2006: «A lusofonia galega: processos e modelos desde 1980», comunicação apresentada ao V Colóquio Anual da Lusofonia. Bragança, In Atas dos Colóquios

2007: «A posição galega ante os acordos ortográficos da língua portuguesa», comunicação apresentada ao VI Colóquio Anual da Lusofonia.

2008: «O processo de criação da Academia Galega da Língua Portuguesa "apresentada ao VII Colóquio Anual da Lusofonia. Bragança, outubro

2009 "Os Discursos Sobre A Língua Na Galiza: Entre O Modelo Nacional e o Patoá" apresentada ao VIII Colóquio Anual da Lusofonia. Bragança, outubro

2012, tomou parte na sessão das Academias, 18º colóquio em Ourense,

TOMOU PARTE NO 1º, 2º, 3º, 4º 5º, 7º, 8º, 10º, 11º, 12º, 14º E 18º COLÓQUIOS, É SÓCIO FUNDADOR DA AICL. Preside à fundação da AGLP

TEMA 2.3. A POSIÇÃO GALEGA NO CONTEXTO DA LÍNGUA PORTUGUESA, ANGELO CRISTOVAO, AGLP

A recente aprovação da lei 1/2014 de 8 de abril, Lei Para o Aproveitamento da Língua Portuguesa e Vínculos com a Lusofonia, ou Lei Paz-Andrade, pela unanimidade dos deputados do Parlamento Autónomo da Galiza, representa uma mudança significativa na orientação da política linguística e na estratégia global da Comunidade Autónoma galega, que precisa de concretização através de ações do governo e da imprescindível colaboração da sociedade civil.

Durante as últimas décadas, e poderíamos dizer durante os últimos séculos, todo o esforço de relacionamento e aproximação linguística e cultural da Galiza em relação aos países de língua portuguesa foi realizado por personalidades e entidades da sociedade civil, em condições de escasso ou nulo apoio político. Estamos agora numa nova etapa em que essa experiência, esse caminho e discurso de integração no espaço lusófono é recolhido e legitimado institucionalmente, politicamente. A base deste sucesso reside no trabalho do movimento lusófono galego, e mais recentemente nas mais de 17 000 assinaturas de cidadãos que apoiaram a Iniciativa Legislativa Popular Valentim Paz-Andrade. Apresentada com grande sucesso pelo porta-voz da Comissão Promotora da ILP, José Morell, foi aprovada pela unanimidade dos deputados para tramitação no Parlamento da Galiza, em 8 de março de 2013. Aceite o texto inicial, num segundo momento foi preciso chegar a um entendimento sobre a redação definitiva da lei. O governo e o grupo parlamentar do Partido Popular que o sustenta decidiu, em outubro de 2013, negociar o texto diretamente com os promotores da iniciativa em representação dos assinantes, da sociedade civil. Nesta negociação procurou-se recolher, quanto possível, as propostas dos grupos da oposição, PSdeG, AGE e BNG, apresentados formalmente através de emendas ao texto originário. Também foi tido em conta o ponto de vista dos representantes de algumas instituições culturais tradicionalmente contrárias à lusofonia galega, de forma que não ficassem excluídas do acordo político.

Desta forma, num processo de consultas e diálogo que se prolongou durante vários meses, a Comissão Promotora da Iniciativa Popular Valentim Paz-Andrade, com a colaboração ativa e discreta de todas as partes implicadas, logrou o mais amplo consenso possível, pondo de acordo o governo e os grupos da oposição numa unanimidade infrequente.

A negociação converteu os promotores da lei Paz-Andrade e, em definitivo, as entidades lusófonas galegas, em interlocutores de facto e cooperadoras necessárias na aplicação da Lei. A Comissão Promotora, com o apoio de personalidades da cultura e o assessoramento das associações lusófonas galegas, entre as quais a AGLP elaborou, durante o verão de 2013, um Parecer sobre as possíveis linhas de atuação a desenvolver na aplicação da lei. Foi apresentado pelo nosso colega João Evans Pim em outubro de 2013 na *II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial*, realizada na Universidade de Lisboa, e entregue ao governo galego e grupos do Parlamento Autónomo, recebendo uma excelente acolhida. O documento, disponível na Rede, inclui algumas das medidas que o governo autónomo poderia aplicar nos próximos

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

tempos nas três áreas de intervenção dispostas na lei: a) Introdução do ensino do português no sistema escolar galego; b) Produção, intercâmbio e divulgação de produtos audiovisuais em português nas televisões e rádios da Galiza; c) Participação da Galiza em foros internacionais de língua portuguesa, como os da CPLP.

A Lei, aprovada por unanimidade dos deputados em março de 2014, foi publicada no Diário Oficial da Galiza em 8 de abril e posteriormente no Boletim Oficial do Estado espanhol, entrando em vigor sem que o governo de Madrid tenha apresentado reparo algum ao seu conteúdo, o que constitui outra prova da abrangência do consenso que esta iniciativa tem gerado.

Do ponto de vista das políticas linguísticas no Estado espanhol, é o único caso em que uma Comunidade Autónoma aprova uma lei para promover uma língua de um estado vizinho que é, também, língua oficial em outros 8 estados geograficamente situados em todos os continentes. Contudo, dizer isto é ficar muito aquém da intenção do legislador e do significado do texto, pois a própria lei, no seu preâmbulo, reconhece a singular relação entre a variedade portuguesa e a variedade galega da língua comum, assinalando o facto de existir uma fácil “intercompreensão” entre os falantes de aquém e além Minho. Ficou estabelecida, deste modo, uma fórmula de compromisso aceitável por todas as partes que não acarreta mudanças na legislação vigente, amparando a promoção da língua portuguesa nas “competências em línguas estrangeiras” da Comunidade Autónoma Galega. Aceite este princípio, com um consenso alargado a todas as forças políticas e administrações implicadas, estamos certos que este passo legal facilitará a criação das fórmulas institucionais para que o amplo abano de associações e instituições culturais e cívicas lusófonas da Galiza possam desenvolver em pleno todas as suas potencialidades, e a sociedade venha tirar proveito da nossa língua comum como instrumento eficaz de comunicação e vertebração nacional.

A situação faz virar a atenção para diversos reptos, dificuldades e carências que se abrem nesta altura. É preciso perceber adequadamente a relação da língua portuguesa com os cidadãos galegos. Atendendo à realidade social, sabemos que podem existir vários tipos de motivações para aprender o português padrão. Enquanto para alguns é adquirir conhecimentos da língua nacional da Galiza, que lhes permite usar o galego com plenitude, para outros será uma língua de relação instrumental, laboral ou cultural. Todos são legítimos e coexistem na nossa sociedade. Uma grande maioria se aproxima do português com um nível alto de compreensão prévia, por conhecimento da variedade galega. Poderíamos dizer que, em termos gerais, os galegos não começam no grau zero, mas no nível intermédio. Dar aulas de português padrão na Galiza não é o mesmo que ministrar noutras latitudes linguísticas. Os docentes conhecem este facto e são conscientes da necessidade de adaptar os manuais escolares ou criar uns novos, específicos, para os nossos estudantes.

Por outro lado, a ninguém escapa que o período de políticas antilusófonas, desenvolvidas durante os últimos 30 anos pelos sucessivos governos autónomos, criou uma rede de interesses que, nesta altura, manifesta uma evidente resistência à mudança, resultando difícil de ultrapassar no curto prazo. Será preciso tê-lo em conta e fazer uma gestão apropriada desta questão.

A necessidade de promover uma norma do português galego, ideia até agora restrita a poucas entidades, começará a ter em breve uma maior audiência pela força do desenvolvimento dos factos. Precisa-se entender que a norma galega se insere no

português europeu e dentro dos critérios aprovados pelo Acordo Ortográfico de 1990, mas apresenta características próprias na pronúncia, léxico, algumas formas verbais e, em geral, uma maior proximidade do antigo galaico-português. A articulação de fórmulas para a participação galega nos foros internacionais da língua portuguesa leva consigo esta opção que, como oportunidade, se revela também de grande versatilidade discursiva, entre a unidade gráfica e o necessário reflexo de traços identitários da Galiza. A este respeito, cabe lembrar que a utilização do português padrão em foros internacionais é cada vez mais normal entre os representantes políticos eleitos, como se tem evidenciado no Parlamento Europeu, e não só.

A recente revisão, ampliação e adaptação do Dicionário Estraviz ao Acordo Ortográfico, primeiro dicionário galego da língua portuguesa, é mostra da capacidade para contribuir de forma eficaz e atual a este património comum. Com 130 000 entradas é o maior dicionário produzido na Galiza, sendo atualizado diariamente. Em breve o Vocabulário Ortográfico Galego, em cuja elaboração está trabalhando uma comissão da AGLP sob a direção do académico Carlos Durão, com um número similar de entradas, virá completar o perfil lexicográfico galego.

A mudança que se está a operar na Galiza, com a aprovação da lei Paz-Andrade, não pode deixar indiferentes as instituições da CPLP nem os governos representados. Especialmente Portugal, que tem, nesta altura, uma dupla responsabilidade. Os redatores da lei Paz-Andrade quiseram manter e consolidar um dos signos mais enraizados na tradição da cultura galega, assinalando Portugal como sócio preferente da Galiza. Um privilégio que, em ocasiões, não tem encontrado correspondência em determinados governos portugueses. São umas relações alicerçadas no intercâmbio cultural que, desde meados do século XIX se vem produzindo entre intelectuais galegos e portugueses, e que, no nosso entender, ninguém tem direito a dilapidar.

Vistos os factos e consideradas as condições atuais, podemos dizer que a posição galega no contexto da língua portuguesa foi representada até agora por entidades privadas, da sociedade civil e de cariz claramente reintegracionista, participando em numerosos eventos de âmbito cultural ou académico, estabelecendo relações perduráveis, criando iniciativas transfronteiriças, tecendo relações e amizades. Em breve serão também outros atores, como o Governo Galego, a manter uma posição e um discurso institucional público em relação à língua portuguesa. Não é previsível que esta coincida com a da Academia Galega da Língua Portuguesa, pois aquele tem outros compromissos e atende outros critérios, menos técnicos, mais políticos. Contudo o interesse geral aponta para a necessidade de manter esta colaboração mútua, já solicitada e confirmada publicamente pelo Secretário-Geral de Política Linguística do governo autónomo, durante a sua intervenção no Seminário que sobre a Lei Paz-Andrade organizou a AGLP em Santiago de Compostela em 26 de junho de 2014. O grande repto que temos pela frente é manter a coordenação entre todos os atores galegos, o que reforçaria esta posição já conhecida e elaborada durante as últimas décadas por diversos agentes culturais, universitários e intelectuais galegos no espaço da língua portuguesa. A estratégia da Galiza no processo de aproximação da Lusofonia beneficia desta tradição consolidada, do facto fazer parte do território originário da língua comum, da sua localização geográfica, da longa tradição de país com vocação marítima e atlântica, das amplas redes tecidas pela emigração nos quatro cantos do mundo, da ausência de conotações históricas negativas no imaginário coletivo dos falantes de português, e de ser um espaço com um alto nível económico e de



## Atas 14º colóquio da lusofonia –

desenvolvimento humano próximo da média europeia, o que poderá resultar atraente para os países emergentes e em vias de desenvolvimento. A Galiza conta, portanto, com uma boa posição de partida, com vantagens claras que deverá saber maximizar, mesmo em relação a outros atores próximos, no desejável horizonte de um relacionamento triangular estável entre a Europa, América e África, sem esquecer Timor, Macau e os territórios de língua portuguesa da Ásia.

Muito obrigado

Ângelo Cristóvão

Da Academia Galega da Língua Portuguesa

### 8. CARLOS LUNA, ESCOLA SECUNDÁRIA RAINHA D. LEONOR, ESTREMOZ



**CARLOS EDUARDO DA CRUZ LUNA** nascido em 1956, acidentalmente em Lisboa, Carlos Eduardo da Cruz Luna, cuja família é de Estremoz e como estremocense e alentejano se considera, desde os bancos da Escola Primária foi um apaixonado pela História.

Pode-se dizer que a História e a Cultura em geral, especialmente no que toca à Lusofonia, cedo começaram a fazer parte da sua vida. Dessa forma, ainda no liceu, foi-se afirmando como um "produtor" de textos vários, desde poemas e reflexões sobre a vida, a política, o evoluir da sociedade. Na adolescência, tornou-se um opositor ao Estado Novo, com militância ativa.

Após inúmeras vicissitudes, e de forma mais ou menos independente da sua profissão de Professor de História, tornou-se um estudioso de Olivença e de toda a problemática que rodeia esta antiga localidade alentejana.

Desta forma, desde 1988 que escreve sobre o tema e contacta com as realidades locais, escrevendo mesmo um livro sobre a região. Especializou-se na divulgação dos resquícios lusófonos ainda existentes, que tem descoberto serem mais importantes do que se poderia supor.

Tem acompanhado o recente ressurgimento do interesse pela lusofonia entre os habitantes, e não perde uma oportunidade para, muitas vezes em vão, tentar divulgar tudo o que em Olivença se tem passado, principalmente desde 2008.»

**TOMOU PARTE NO COLÓQUIO DE 2005 E DE 2007 EM BRAGANÇA**

### TEMA 2.3. A LUSOFONIA EM OLIVENÇA E A BUSCA DE IDENTIDADE DOS SEUS FILHOS

Em 2005, em Bragança, falava-se do risco que corria a Cultura portuguesa em Olivença. Felizmente, algo de muito positivo sucedeu! Em março de 2008, surgiu um grupo cultural autóctone local, o "Além Guadiana".

Sem entrar em polémicas de soberania, iniciou um combate pelos valores lusófonos da região. A sua primeira vitória foi a recuperação das antigas denominações portuguesas de 34 ruas e praças.

Ultimamente, em 30 de maio de 2014, levou a cabo uma sessão pública, no castelo dionisino de Olivença, com a população, apelando à recuperação do Português, que muitos dos assistentes revelaram ainda dominar.

Apesar do seu trabalho, amplamente divulgado, a esmagadora maioria dos órgãos de comunicação portugueses, incluindo os de índole cultural, prefere ignorá-lo, chegando o mau gosto ao ponto de o transformar em motivo de anedota.

#### 1) PREÂMBULO

Há surpresas agradáveis. Em 2005, em Bragança, num colóquio afim, chamei a atenção para os riscos que corria a alma lusófona em Olivença. Pedi apoio, após denunciar uma situação que tinha todos os contornos da destruição de uma cultura por via de um colonialismo dissimulado que ninguém tinha a coragem de estudar e, menos ainda, de denunciar.

Pois bem, meus caros amigos, a cultura lusófona guardava uma surpresa, que mostra a profunda capacidade de resistência da mesma. Em março de 2008, logo após um encontro em Olivença, em fevereiro de 2008, surgiu uma associação cultural autóctone oliventina favorável à lusofonia ("Além Guadiana"). Nada melhor do que ler um texto meu produzido na altura, e que quase nenhum jornal ou revista quis publicar!

Portugal é um País de contradições. Ambiciona ser conhecido, reclama que a sua cultura é pouco divulgada... mas, contraditoriamente, parece envergonhar-se de assumir manifestações concretas da sua cultura. Ora veja-se!

#### 2) A JORNADA DE FEVEREIRO DE 2008

Em 28 de fevereiro de 2008, um grupo (que, em março, se transformaria no "ALÉM GUADIANA") decidiu organizar uma "Jornada do Português Oliventino", que decorreu na Capela do Convento português de São João de Deus (em Olivença, naturalmente).

Quer se queira, quer não, fez-se História: pela primeira vez desde 1801, a Língua Portuguesa manifestava-se livremente em Olivença, com a "cobertura" das autoridades espanholas máximas a nível local e regional. Quase 200 pessoas foram testemunhas disso, entre as quais o arqueólogo Cláudio Torres, o "herói" do mirandês Amadeu Ferreira, e outros!

Falou primeiro o Presidente da Junta da Extremadura espanhola, Guillermo Fernández Vara. Curiosamente, um oliventino. Foi comovente ouvi-lo confessar que, na sua casa paterna, o Português era a língua dos afetos. O Presidente da Câmara de Olivença, Manuel Cayado, falou em seguida.

Joaquín Fuentes Becerra, presidente da Associação "Além Guadiana", que fazia a sua apresentação não oficial, destacou e insistiu no aspeto cultural da Jornada.



## Atas 14º colóquio da lusofonia –

Juan Carrasco González, um conhecido catedrático, falou depois. Seguiu-se Eduardo Ruíz Viéytez, Consultor do Conselho da Europa, que explicou as recomendações críticas deste, ao Estado Espanhol, em relação ao Português de Olivença. Falou depois Lúgia Freire Borges, do Instituto Camões, que destacou o papel da Língua Portuguesa no mundo. Após o almoço, foi a vez de ouvir a voz de alguns oliventinos, em Português, bem alentejano no vocabulário e no sotaque, não faltando críticas e denúncias de situações de repressão linguística não muito longe no tempo.

Falaram depois domingo Frade Gaspar (pela fala galega) e José Gargallo Gil (Línguas minoritárias).

Seguiu-se Manuela Barros Ferreira, da Universidade de Lisboa, que relatou a experiência significativa de recuperação do Mirandês.

Falou finalmente o Presidente da Câmara Municipal de Barrancos, a propósito dos projetos de salvaguardar o dialeto barranquenho.

No final, foi projetado um curto filme sobre o Português oliventino, realizado por Mila Gritos (Milagros Rodríguez Perez). Nele surgiam oliventinos a contar a história de cada um, sempre em Português.

Deu por encerrada a sessão Manuel de Jesus Sánchez Fernandez, da Associação Além-Guadiana, ainda em formação.

Os assistentes e os promotores da Jornada abandonaram o local, já de noite, convictos de que tinham assistido a algo notável. Estava dado um passo de gigante para a recuperação de cultura lusa em Olivença.

### 3) QUASE TODOS OS ANOS, UM FESTIVAL DE LUSOFONIA E. TOPONÍMIA EM PORTUGUÊS!

Seria algo fastidioso relatar todos os aspetos dos festivais de Lusofonia promovidos pelo "Além Guadiana" nos anos seguintes. Revelaram uma imensa vontade de recuperar a identidade oliventina no Quadro da Lusofonia. A pressão em Olivença acentuou-se, mesmo sobre os órgãos locais e regionais de Poder, mesmo quando, em resultado de eleições, eles foram mudando. O Festival de 2011 mostrou melhor uma gigantesca modificação já em marcha!

A Câmara Municipal de Olivença decidiu começar a recuperar os antigos nomes em português das ruas da localidade. A iniciativa partiu, claro, da associação cultural "Além Guadiana", que apresentou à Câmara e aos diferentes representantes políticos de Olivença um projeto pormenorizado para a valorização da toponímia oliventina, com unânime aceitação.

O projeto, com início a 12 de junho de 2010, e que prosseguiu, estando já quase concluído em janeiro de 2011, contemplou a adição dos antigos nomes das ruas aos atuais, mantendo a mesma tipologia e estética nas placas. Assim, resgataram-se as denominações das ruas, dos becos, das calçadas, etc., que configuram o conjunto histórico encerrado nas muralhas abaluartadas, com um total de 74 topónimos (!!!).

Recorde-se que a maior parte da toponímia urbana de Olivença foi substituída ou modificada na primeira metade do século XX, embora quase todos os nomes continuassem a ser utilizados pela população apesar das alterações, como nos casos da rua da Rala, da rua da Pedra, da Carreira, etc.

A Associação "Além Guadiana", num comunicado, esclarecia: «os antigos nomes das ruas falam-nos do passado português da "Vila", como popularmente é conhecida a cidade, desvelando aspetos diversos, amiúde desconhecidos, da sua história.

Estes remontam a séculos atrás, muitos deles à Idade Média, aludindo a pessoas ilustres da História, a antigos grémios de artesãos, a santos objeto da devoção popular ou à fisionomia das ruas, entre outros aspetos. A rua das Atafonas, a Calçada Velha, o Terreiro Salgado e o beco de João da Gama? são alguns exemplos.»

Mais dizia a comunicado. «Com esta iniciativa pretende-se, enfim, realçar um interessante componente da rica herança cultural oliventina, a toponímia, contribuindo para testemunhar a história partilhada deste concelho e para a tornar visível em cada recanto intramuros. Os nomes ancestrais dos espaços públicos conformam uma janela que convida a assomar-se e a explorar a apaixonante história de Olivença.

Expressados na sua originária língua portuguesa, constituem o testemunho vivo de uma cidade onde se respiram duas culturas e são um veículo que encoraja os mais novos a manter a língua que ainda falam as pessoas mais velhas do município. Para a associação Além Guadiana, trata-se de uma iniciativa com fins didáticos, culturais e turísticos, com a qual se resgata para o presente uma parte do passado oliventino.»

### 4) (AINDA A TOPONÍMIA EM PORTUGUÊS) UMA ESPÉCIE DE «DIA DE PORTUGAL»... DOIS DIAS DEPOIS

A inauguração das primeiras ruas com os nomes em Português, teve lugar no meio de uma espécie de festival promovido pela Associação citada desde a sua fundação, denominado «Lusofonias». No sentido de promover a cultura e a língua portuguesa, a organização do evento elegeu como imagens promocionais da iniciativa Amália Rodrigues, Fernando Pessoa e Vasco da Gama.

O "Além Guadiana" justificou estas escolhas: «São ícones de Portugal e da sua história. Como curiosidade posso dizer que os familiares de Vasco da Gama são originários de Olivença e desta forma vamos lembrar esse facto.»

A iniciativa cultural contou com a colaboração do Ayuntamiento de Olivença, da Associação para o Desenvolvimento Rural da Comarca de Olivença e da Junta da Estremadura, e consistiu ainda num vasto conjunto de atividades, entre as quais se destacaram peças de teatro, música, literatura e animação de rua.

Em paralelo, houve uma zona reservada a exposições, onde estiveram artesãos, um espaço dedicado à gastronomia e a instituições do espaço lusófono, bem como trabalhos ao vivo e animação musical a cargo de grupos de Portel (Évora). Procedeu-se a uma leitura pública contínua em português, na qual participaram oliventinos de todas as idades lendo ou recitando na língua de Camões. Este foi um dos pontos altos que a organização destaca deste dia dedicado ao mundo lusófono. Durante a manhã ocorreu também uma demonstração de folclore, através do grupo "La Encina" de Olivença e a atuação das Cantadeiras de Granja (Évora). No período da tarde foi projetado no "Espácio para la Creación Joven", o filme "O Leão da Estrela", e houve atividades de animação nas ruas, bem como ainda a atuação dos alunos de português da escola pública Francisco Ortiz, de Olivença. A "Estória da Galinha e do Ovo" e "O Canto dos Poetas", ambos interpretados pela associação "Do Imaginário" de Évora, foram dos atrativos desta iniciativa promovida pela associação "Além Guadiana".

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

### 5) EXEMPLOS (E CONSIDERAÇÕES VÁRIAS) DE (SOBRE) TOPONÍMIA OLIVENTINA

A dupla toponímia foi-se vulgarizando em Olivença. Reproduzi aqui um texto com esses topónimos, escrito na altura, e que contém algumas críticas aos nomes castelhanos/espanhóis. Assim, «Paseo Tolosa e Calle Tolosa (Rua da Corna; nome dado a um corno tornado oco para se beber água; havia uma Fonte da Corna); Calle Conde de Lages (Rua do Conde das Lages, ou do Marquês das Lages); Calle Nuñez de Balboa (Rua do Aljube; "Nuñez de Balboa" é, nesta zona de Olivença, um anacronismo); Paseo de Pizarro (Largo do Calvário; na zona velha de Olivença, este "Pizarro" resulta num Anacronismo, no mínimo); Paseo del Obispo (Cerca do Bispo); Calle Mª de la Cruz (Rua da Madre Mª da Cruz; espanholização do nome duma heroína de Olivença); Calle Díaz Brito (Rua dos Oleiros); Calle San Juan (Rua do Postigo); Calle San Roque (Rua da Junta Pequena); Calle San Cristóbal (Rua da Junta Grande); Calle Calderón de Barca (Rua das Figueiras, e outros nomes ainda); Calle Espronceda (Rua do Poço); Calle José Soto (Rua Álvaro Frade, e Rua de São José); Calle Badajoz (Rua de Badajoz); Calle San Sebastián (Rua se São Sebastião); Calle Concepción (Rua da Conceição); Calle Santa Quitéria (Rua de Santa Quitéria); Calle Santa Lucia (Rua de Santa Luzia, outra espanholização); Calle Santa Ana (Rua de Santana); Calle Santiago (Rua de Santiago, ou Rua Nova, ou Rua dos Enterros); Calle Gabriel y Galán (Rua João Caldeira); Calle Cervantes (Rua da Pedra; Cervantes é um nome inquestionável da Literatura, mas nesta rua é um anacronismo); Paseo del General Infante (já mudado) (Largo de Santa Quitéria); Calle Lope de Vega (Rua dos Quartéis; Não se discute o valor de Lope de Vega, mas... mais uma vez... temos um anacronismo); Calle Ruerto Chapí (Calçada Velha ou Calçada de Nossa Senhora); Plaza de la Magdalena (Adro da Madalena); Paseo Hernán Cortez (Largo do Castelo; O que faz o nome de Hernán Cortez, um herói espanhol, na zona histórica portuguesa de Olivença?); Plaza de Santa Mª (Praça de Santa Mª do Castelo); Calle Duque de Cadaval (Rua dos Poiais, ou "Piais"; um dos poucos casos onde a mudança de nome respeita a História); Plaza de la Constitución (Praça (principal)); Calle del Fuero (Rua do Foro); Calle San Miguel (Rua das Sete Casas (alfândegas)); Calle Victoriano Parra (Rua das Atafonas); Calle Vasco de Gama (Rua Vasco da Gama; a forma DE Gama (espanhola) em vez DA Gama é absurda... mesmo porque o Pai de Vasco da Gama, Estêvão Vaz da Gama, era de Olivença); Calle Santa Bárbara (Rua de Santa Bárbara); Calle Reyes Católicos (Rua El-Rei D. Manuel I; os Reis Católicos nunca foram reis em Olivença); Calle Moreno Nieto (Rua do Buraco do Juiz, ou Rua dos "Baldosines" (pedrinhas)); Calle Caridad (Rua da Caridade, em tempos Calçada do Espírito Santo; Rua da Misericórdia); Calle Francisco Ortiz (Rua de Entre-Torres); Calle Marquez de Santillana (Rua de Rui Lobo, um oliventino); Calle del Carmen (Rua do Carmo); Calle José Melero (Rua de Xeres); Calle Lopez de Ayala (Rua da Rala); Calle Espíritu Santo (Rua do Espírito Santo); Calle Fernando Alfonso (rua das Parreiras, ou Rua de Fernando Afonso Durão, um oliventino...que nunca se chamou Alfonso); Calle Bravo Murillo (Rua dos Saboeiros); Calle Santo Antón (Rua do Cotrão de João Dias); Calle S. Agustín (Rua de Juromenha (Parte)); Calle Manuel Gómez Castaño (Rua de Juromenha (parte)); Paseo del Cid (Rua de Juromenha (parte); Calle San Pedro (Rua de São Pedro); Calle las Flores (Rua das Flores); Paseo de Portugal (Carreira; teve outros nomes: Passeio de Santo António, Passeio da Farola, Terreiro do Chão Salgado, e

outros); Plaza de España (Carreira; outros nomes teve, como Terreiro do Chão Salgado (parte), Passeio Velho, e outros); Calle del Fuerte (Rua do Forte); Ronda del Pilar (Av. Quinta de São João, e Avenida da Quinta dos Marçais); Avenida de la Quinta de San Juan (Av. Quinta de São João (parte), e Avenida da Quinta dos Marçais (parte)); Calle Lavadero (Rua do Lavadouro); Calle Sagado Corazón (Rua do Sagrado Coração); Calle Hernando de Soto (Faceira de Afonso Mouro; outro anacronismo histórico); Calle Huertas (Rua das Hortas); Calle Juan Fuentes (Passeio de João Fontes, outra espanholização); Calle Señor de los Pasos (Rua do Senhor dos Passos); Calle San Blas (Rua de São Brás Grande); Calle Santa Catalina (Rua de São Brás Pequeno); Calle Rodríguez (Rua de Escalda-Rabos) Calle San Lorenzo (Rua de São Lourenço); Calle San Francisco (Rua de São Francisco); Avenida Ramón y Cajal (Rua da Carreira (a maior parte)); Calle Donoso Cortes (rua Pequena; outro anacronismo); Paseo de La Sociedad Filarmónica (Praça do Mercado); Calle José Mª Marzal (Rua de São Bento); Calle Padre Pestania (Rua do Padre Pestana; espanholização do nome); Calle Mendez Nuñez (Faceira de São Francisco); Calle Gregório López (Faceira do Marrão; o cúmulo do absurdo, pois este Gregório López é um Pintor espanhol, e não o Português Gregório Lopes, do qual (suprema ironia, se descobriu um quadro em Olivença, na Igreja da Madalena!); Calle Cristóbal Colón (Rua Grande, ou antiga Rua de São Francisco; outro anacronismo; não se trata de por em causa a importância histórica de Cristóvão Colombo, mas sim a presença da forma castelhana do seu nome na velha Olivença Portuguesa); Plaza del Callao (Largo de São Francisco; o que faz o nome da expansão espanhola "Callao" neste largo, dominado pelo Convento de São Francisco?).»

### 6) OUTRAS INICIATIVAS

Entretanto, o final de 2010 e o princípio de 2011 viram realizar-se mais uma iniciativa deste prolixo grupo oliventino: um mercado mensal de artesanato e antiguidades portuguesas. O primeiro efetuou-se a 11 de dezembro de 2010, o segundo a 8 de janeiro de 2011. Pela primeira vez, em mais de duzentos anos, ressurgiu o mercado antigo tradicional de Olivença era aos Sábados, nas suas características originais. Na verdade, este evento efetua-se num local distinto do mercado mais convencional (Adro da Igreja manuelina da Madalena), que é no mesmo dia da semana. Foi curiosa a primeira edição, não só pelo afluxo de interessados, mas também por algumas das motivações expressas. Muitas louças tradicionais (do Redondo, por exemplo), e mobiliário, também tradicional, foram adquiridos porque lembrava aos compradores objetos vistos em casa de antepassados seus, onde constituíam uma espécie de relíquias. Note-se que, na falta do seu tradicional mercado, muitos oliventinos, durante mais de cem anos, se deslocavam a Elvas ou a outras localidades, procurando obter os produtos (então de utilidade doméstica, ou de decoração) a que estavam tradicionalmente habituados. Infelizmente, por falta de capacidade logística, o "Além Guadiana" acabou por deixar de promover este mercado.

Entretanto, as declarações de membros do "Além Guadiana" sucediam-se, começando a reclamar com cada vez maior insistência a integração no espaço cultural lusófono. "A língua de Camões fala-se "ininterrompidamente" em Olivença desde finais do século XIII". Estas foram palavras do Presidente da Associação Além Guadiana, Joaquín Fuentes Becerra, no início de 2011 "Este o mais importante legado português. Até meados do século XX, 150 anos após a mudança de nacionalidade, a língua maioritária era o Português, apesar de não ter tido qualquer apoio institucional". Becerra acrescenta que,

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

hoje em dia (2011), para além de conservada pelos mais velhos, a língua portuguesa já está a ser ensinada nas escolas. "Estamos no caminho correto, mas faz falta uma aposta mais forte para que a língua portuguesa não se perca em Olivença. A língua é tudo". E, sem abordar aspetos políticos, Becerra reclamou para a localidade a sua "INTEGRAÇÃO NA LUSOFONIA". Algo de novo, e talvez um tanto inesperado, estava a surgir no espaço lusófono. Ignorá-lo, fingir que não existe, começava a ser impossível. E insuportável!

### 7) EM 20 DE OUTUBRO DE 2012, NOVA (A 3.ª) EDIÇÃO DE LUSOFONIAS

Tudo decorreu com a maior naturalidade, no dia 20 de outubro de 2012. Em Olivença, decorreram as Lusofonias, na sua III Edição, portanto quatro... Quase cinco anos depois do aparecimento do grupo autóctone "Além Guadiana", que, recordemos, luta, sem entrar em polémicas de soberania, pela recuperação da Língua (portuguesa), da Cultura, e da História de Olivença, as quais, nos últimos 200 anos, sob administração espanhola, foram vítimas de uma consciente e deliberada "limpeza", que tocou as raízes do absurdo.

As atividades do Grupo "Além Guadiana", não é demais repeti-lo, surgem, pois, como uma agradável surpresa para a Lusofonia, tão inesperada que os órgãos de informação portugueses, na sua esmagadora maioria, parecem não se aperceber do que se está a passar. Colaboraram várias Instituições: a CCDR ALENTEJO/ÉVORA; o EUROACE (Alentejo: Centro; Extremadura), o Ayuntamiento De Olivenza (Câmara Municipal De Olivença), o Gabinete De Iniciativas Transfronteiriças, e outras.

Tudo correu como o previsto, com desfiles na rua, a cargo do "Pele & Fole" (12:00 espanholas, 11:00 portuguesas), seguindo-se a abertura oficial, no espaço "Para La Creación Joven (Antigo Mercado de Abastecimento), às 12:30 espanholas, 11:30 portuguesas; seguiu-se a leitura contínua, por vários intervenientes, incluindo alunos de escolas, de textos em Português. Note-se a presença do grupo de Évora "Associação do Imaginário", que desde as primeiras edições deste evento tem estado presente. Um texto lido por um membro do "Além Guadiana", e que recebeu o assentimento, em linhas gerais, de todos (todos, mesmo: P.P., P.S.O.E., I.U.) os grupos políticos locais, historiava o "milagre" da ação do "Além Guadiana", com a aproximação (que passou até pela colocação dos antigos nomes portugueses na toponímia da cidade) a Portugal e à Cultura Portuguesa, com a consciencialização de muitos oliventinos da sua condição lusófona (em termos culturais gerais, históricos, e linguísticos), até culminar com uma recente tendência que já tinha sido aventada numa reportagem televisiva em Olivença em 6 de outubro de 2012, quando um repórter atento tinha dito (citando): "Aqui em Olivença existem 157 cidadãos portugueses, um número oficial confirmado pelo "Ayuntamiento"; mas é um número que vai disparar nos próximos meses: há muitos oliventinos que querem ter a nacionalidade de Portugal: equivale (isto) a dizer que cada vez mais Olivença está a olhar para Portugal; falta apenas saber se Portugal quer olhar para Olivença..."

A leitura comovida do texto pelo membro do "Além Guadiana" confirmou essa tendência. Mais de, diz-se, cem oliventinos, em nome do seu passado e das tradições familiares, da História, querem adquirir a nacionalidade portuguesa. Sem que isso cause estranheza ou reações de qualquer força política de Olivença, de Esquerda ou de Direita. Não se trata de colocar o problema da soberania, que não tem nada a ver com este processo. É, antes de mais nada, reatar os laços com Portugal, que independentemente

dos problemas políticos entre Estados, nunca deveriam ter sido cortados. Tal como comunidades várias, em todo o mundo (Malaca, Sri Lanka [Ceilão], e outros lugares) o estão a fazer, em nome de laços ancestrais. Foi um momento comovente. Para muitos, um reencontro com o passado, projetado no presente, visando o futuro. Após duzentos anos de isolamento, um reencontro com as raízes. O deputado do C. D. S., Ribeiro e Castro, a nível particular, presenciou o momento, prometendo todo o seu apoio.

Depois das 17:00 espanholas, 16:00 portuguesas, decorreu, no espaço citado, o que foi denominado um "Ateliê de instrumentos e músicas de Portugal "Sons da Tradição"; com notório sucesso. O encerramento destas jornadas consistiu numa representação teatral: "O Retábulo de Mestre Pedro e Dom Quixote" (19:30 espanholas, 18:30 portuguesas). Assim decorreram estas jornadas, que confirmam a recuperação da lusofonia em Olivença, apesar do silêncio dos "media" portugueses, que, aliás, não se fizeram representar. Talvez tal facto seja um sintoma da crise que Portugal atravessa. Neste caso, da falta de valores, e da descrença em si próprio. Permanece, mesmo assim, por explicar, o silêncio das elites, principalmente culturais, que deveriam contrariar esta apatia. A História não se detém por isso. Mas, diga-se desde já, essas elites começam a ficar, como se diz-se, "muito mal na fotografia"...

### 8. ALGUNS DESABAFOS SOBRE AS ELITES PORTUGUESES E OLIVENÇA

Principalmente depois da notícia de pedidos de nacionalidade portuguesa por parte de alguns oliventinos. o silêncio da intelectualidade portuguesa e dos órgãos de comunicação social (todos convidados para o evento atrás referido) tornou-se ainda mais conflagrador. Recordo aqui um texto (mais um!) por mim escrito a esse propósito, e que só um jornal reproduziu:

«Elogiar a Lusofonia é politicamente correto. Fá-lo qualquer intelectual português de forma automática. Delira em dissertações sobre o Português em Timor Leste. Medita sobre a sobrevivência de vocábulos e apelidos portugueses na Malásia (Malaca). Estremece com a referência a goeses que ainda sabem algo da língua de Camões. Ainda se deleitará com placas toponímicas com apelidos portugueses no Sri Lanka (Ceilão)

Se tiver alguma coragem, referirá as afinidades entre o Português e o Galego. Se não falar numa língua única com dois dialetos, falará numa origem comum ou numa alma comum. Mas... nada de confusões políticas. A Galiza tem de ser tratada sem compromissos! Poderá referir ruas de cidades dos Estados Unidos ou da Inglaterra onde se fala algum Português. Ou de vestígios de lusismos no Uruguai. Fica tão bem a um homem de cultura, consagrado, falar destas coisas!! Afinal, ele não é uma pessoa qualquer. É a elite moderna de Portugal, aberto, europeu, obediente a regras internacionais, algo crítica (talvez) em relação aos mercados desregulados que estão a destruir o mundo e até uma determinada ideia de Europa, mas.. sem tocar em assuntos mais polémicos! Fica mal. Uma elite assim é assética. Gosta de receber prémios... ou de ler opiniões em que se diz que, se ainda os não recebeu, esse dia chegará!

Enchem-se páginas de fino recorte literário, como se diz-se, com dissertações sobre palavras soltas, almas, recordações lusitanas um pouco por toda a parte. Bonito, tudo isto. É História! É "chique"! Fica mesmo bem!! É uma cultura que "já deu quase tudo o que tinha a dar" (passe a vulgaridade), e que importa realçar. Afinal, ela até tem aspetos

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

interessantes. Mas, por favor, não se fale de Olivença. Muito menos da recuperação, por locais, de valores culturais e linguísticos (caso de 73 topónimos) portugueses para "aquelas bandas"! Desfaçatez suprema! Ao fim de duzentos anos, tal tipo de eventos assusta! Como é possível ressurgir uma cultura que foi duzentos anos reprimida? E logo...cultura portuguesa e alentejana? Que heresia! Ainda se fossem algumas palavras em Ormuz, ou nas Ilhas Hawai, ou entre holandeses descendentes de portugueses. Em Olivença? As elites não gostam de surpresas destas. Calam. Silenciam. Para que ninguém saiba. Elites, isto? Não, não são. Pensam que são. Como dizia Zeca Afonso, "os eunucos devoram-se a si mesmos". Grande Zeca, como tenho saudades tuas!!!» Um pouco "duro", este texto? Não sei. Mas exprime o que senti, e o que sinto ainda!

### 9. SEMPRE EM LUTA PARA QUE O QUE SE ESTÁ A PASSAR EM OLIVENÇA SE TORNE CONHECIDO.

Tentar "furar" o bloqueio informativo tornou-se premente. Deste modo, numas jornadas no Alandroal, em 1 de fevereiro de 2014, produzi algumas "considerações" sobre o tema, já na sessão final, que reproduzo: «A minha Intervenção, no final destas jornadas, vai ficar um pouco à margem dos debates finais, e por isso peço as minhas desculpas, mas foi-me pedido que o fizesse. Será curta, para não perturbar a Ordem dos trabalhos. O tema, não o revelarei desde já. Começo por vos ler umas quadras, em toada alentejana, tal como o fizeram quem as disse e diz. Forçarei um pouco essa pronúncia, pois, embora seja alentejano, sou já um produto de cidade, e não tenho esse sotaque no dia-a-dia. Cá vão: «Ó Vila Real dos coxos,/São Bento dos aleijados,/São Domingos dos bons moços,/São Jorge dos mal talhados»; outra: «A fonte do Val de Gral/está no alto da Serra d'Olor./É água que a ninguém faz mal,/e dali bebe o meu amor.»; uma outra: «O meu coração é teu,/o teu é de quem tu queres./Uma troca faria eu,/lindo amor, se tu quiseres.»; e ainda outra: «Se eu tivesse não pedia/coisa nenhuma a ninguém./Mas, como não tenho, peço/uma filha a quem a tem.»

Não sei se alguns dos presentes sabe a origem destas quadras. Elas são, ainda hoje, 1 de fevereiro de 2014, conhecidas por idosos, e agora alguns jovens, das aldeias e da própria sede do concelho de uma terra próxima: Olivença.

É verdade, sim. Olivença, a poucos quilómetros do Alandroal. Ainda vos podia dizer mais noventa quadras, mas apenas acrescento uma última: «Daqui para a minha terra/tudo é caminho e chão!/Tudo são cravos e rosas/postos pela minha mão.» Este é o "fundo" cultural de uma região alentejana que se quer ignorar. Uma região que resiste, e que mostra porque o Alentejo é uma realidade cultural, material ou, neste caso e se preferirem, imaterial.

Poucas regiões do mundo se terão visto rodeadas de tanto preconceito e ignorância. Falar-se de Olivença é falar de algo antiquado, louco, próprio de malucos. Tenho a dizer-vos que têm sido os loucos, mais que os sábios, que têm construído culturas e civilizações. Fernando Pessoa era louco, e só me apetece dizer que fazem muita falta loucos como ele. Faço aqui um elogio à loucura construtiva, que nos permite ultrapassar os nossos próprios limites.

Diz-se que essa "coisa" de Olivença é algo de salazarista, e esse preconceito estúpido tem perdurado. Os "Amigos de Olivença" não eram salazaristas. Em 1974, o seu presidente era o intelectual antifascista alentejano (do Redondo) professor Hernâni

Cidade. Mas eu não vos quero falar da Questão política de Olivença. Este Fórum, e a estas horas não é para isso.

Quero dar-vos uma notícia. Em março de 2008, surgiu em Olivença um grupo autóctone favorável à Cultura portuguesa. Esse grupo não quer NADA com a política, mas veio reivindicar algo mais simples e complicado: o renascimento da cultura portuguesa/alentejana em Olivença. Essa Associação não se tem poupado a esforços. Fez-se anunciar em todos os jornais e revistas portuguesas. Quase nenhum noticiou. Tem promovido encontros lusófonos, que quase não são alvo de notícia. Chegou a promover um Encontro em Lisboa, na nossa querida Casa do Alentejo. Nenhum órgão de comunicação (e todos foram contactados) se fez representar, salvo a Agência Lusa. Uma vergonha!

O «Além Guadiana» foi mesmo entrevistado, durante uma hora, na televisão portuguesa, num programa de Inês Pedrosa (22 de março de 2013, repetido em 24), que não mereceu referências na Imprensa. Nele, oliventinos como Joaquín Fuente Becerra (Presidente) e Eduardo Machado, ambos em Português, deram-se a conhecer, e manifestaram o seu espanto. Por que razão Portugal os parece ignorar, esse mesmo Portugal que se mobilizou por Timor, lá tão longe?

Repare-se que eles falavam dos aspetos culturais, e não outros. Como eles dizem, são alentejanos! E deixo aqui este apelo: vão a Olivença, contactem o «Além Guadiana», vejam o que Olivença tem e ouçam-nos. Como alentejanos, se o não fizermos, estaremos a cometer um crime contra a NOSSA cultura.

Há aspetos preocupantes nesta aparente guerra contra as coisas de Olivença! Já que todos me estão a escutar sem protestos e, pelo que vejo, com atenção, revelo outro dado: em 2011, o «Além Guadiana» conseguiu influenciar todas as forças políticas de Olivença, e foram restituídos 74 nomes portugueses a ruas de Olivença. Eu disse setenta e quatro!

Só o Diário de Notícias deu cobertura a esta notícia. Um outro jornal diário de referência, cujo nome não cito por quase pudor, atreveu-se a ironizar com a situação, dizendo que os oliventinos estavam meio maluquinhos ao recuperar estes antigos nomes, pois deveriam preferir nomes modernos como "Amália Rodrigues" e "Cristiano Ronaldo". Isto só tem um nome: é uma vergonha e uma afronta. Aos oliventinos. Aos portugueses. A nós. alentejanos. Não podemos consentir que esta situação continue, e por isso faço esta intervenção e deixo aqui o eu apelo.

Penso que estamos perante um fenómeno incómodo. Após duzentos anos de repressão, que, meus amigos, passou até pelo enforcamento de alguns oliventinos partidários de uma Olivença portuguesa, passou pela falsificação da História (mais de 90% da população da "vila" desconhece a sua História), que continua, pois ela não é ensinada em parte alguma, que passou pela substituição compulsória de apelidos, de santos, e sabe-se lá mais o quê, a cultura portuguesa/alentejana resiste, e quer renascer. Deviam pensar bem os nossos intelectuais que dão a cultura portuguesa como morta ou como sem valor antes de continuarem a dizer disparates. É que, abstraindo questões políticas, a cultura tem uma incrível capacidade de resistência. Alentejana. Portuguesa. Duzentos anos não são para desprezar! Não brinquem com coisas sérias, caras elites que só olham para si próprias e para valores alheios. Cabe-nos a nós, portugueses e alentejanos, principalmente daqui, da Vila do Alandroal, vizinha de Olivença, dar a conhecer este fenómeno. Estendermos a mão a Olivença. E pouco importa se pensamos que Olivença deve pertencer a Portugal, Espanha, ou a qualquer outro país. É a cultura que está em causa! E viva o Alentejo!»



## 10. UM MANIFESTO QUE NÃO CONSEGUE SER PUBLICADO

Em 30 de maio de 2014, o "Além Guadiana", no âmbito das comemorações dos 800 anos do primeiro documento oficial em Língua Portuguesa, levou a cabo uma sessão pública, com cidadãos de Olivença e das suas aldeias (e de Táliga, antiga aldeia de Olivença até 1850), para reforçar o seu apego à língua portuguesa e à cultura lusa (fugindo sempre a aspetos políticos mais "comprometedores").

Elaborei então um texto, com a data de 14 de junho de 2014, a que dei o nome de "MANIFESTO (A PROPÓSITO DO MANIFESTO DE CELEBRAÇÃO DOS 800 ANOS DA LÍNGUA PORTUGUESA)", e enviei-o a intelectuais e órgãos de comunicação. Em vão, até agora. Aqui deixo o texto. Talvez alguém o difunda a partir de agora!

«É notícia e é oficial. A Língua Portuguesa completa 800 anos (1214, testamento de Afonso II). E, nestes dias de junho de 2014, surge um Manifesto que junta nomes vários da Lusofonia para assinalar o facto. Veio nos jornais, com pompa e circunstância. «O deputado José Ribeiro e Castro é um dos promotores do manifesto, que reúne "professores, autoridades, escritores, linguistas, cineastas, homens e mulheres da cultura", era um dos títulos. Repetido ou "adaptado", em quase todos os órgãos de comunicação.

É a História de uma língua que tem os seus primórdios na Galiza, lá pelos séculos IX ou X; que passa a galaico-português nos séculos XI e XII (ainda hoje há quem defenda que o Galego e o Português são dialetos duma mesma língua); que se assume como própria nesse texto de 1214.

Espalhou-se pelo território português, deixando apenas um pequeno espaço para o Mirandês (um dialeto ásture-leonês). Ganhou cada vez mais consistência e firmeza. Depois dos Séculos XV e XVI, ganhou projeção mundial. Hoje, tem mais de 240 milhões de falantes, incluindo um gigante (o Brasil).

É língua mãe dos mais desvairados sentimentos e aspirações. Língua culta e popular. Celebrá-la é celebrar a forma de expressão de uma boa parte da humanidade. Já a têm dado como imprópria para alguns níveis de cultura. Alguns dos seus falantes preferem outros idiomas em simpósios internacionais (e até, o que é pior, nacionais!). Mas ela está aí. Evoluindo. Basta estar atento.

Mas... nem sempre tem tido a atenção merecida. Veja-se o que sucede em Olivença. Sim, digo bem, Olivença. Aquela terra esquecida, conotada, quase sempre por preconceito, com as mais variadas orientações políticas, ou com aspirações fora de moda, de esquerda ou de direita. Na verdade, o Português foi sendo falado na região, e foi maioritário até às décadas de 1960 e mesmo 1970. Na de 1980, começou a perder terreno. Alguns intelectuais, ao longo dos séculos XIX e XX, preocuparam-se com tal, mas pouco conseguiram fazer, mesmo porque poucos os escutavam. Agora, a Língua Portuguesa faz 800 anos... a nível de um primeiro uso "oficial". E refere-se a sua capacidade de resistência e de adaptação. Mas (há sempre um "mas"), ninguém parece estar a dar-se conta de um fenómeno curioso. Em Olivença, pois então! Na verdade, desde março de 2008, círculos oliventinos, autóctones mesmo, mobilizaram-se. E começaram a lutar por uma língua e cultura que era a sua, e que resistia, apesar de parecer estar em perigo. Nascia o "Além Guadiana". Que, desde então, e evitando debruçar-se sobre problemáticas de soberania (que existem, mas são pouco relevantes para o caso), tem lutado pela cultura e língua da sua Região. Procura reafirmar-se como lusófono, e querer fazer parte desse espaço. Em

2008, 2009, e 2010, promoveu espetáculos/encontros a que chamou "Lusofonias", para os quais convidou intelectuais e órgãos de informação. Em 2011, a par de mais um encontro, conseguiu que fossem repostos os antigos nomes portugueses em 74 ruas de Olivença. O que, pasme-se, foi pouco noticiado.

Atualmente, em Olivença, têm surgido casos de pedidos de nacionalidade portuguesa, referidos até na televisão portuguesa (22 e 24 de março de 2013). Sempre, sublinhe-se, sem intenções políticas ou controvérsias sobre soberania. O "Além Guadiana" pede apenas respeito e reconhecimento. Quer ajuda portuguesa desinteressada, para tentar fazer Olivença aproximar-se da situação linguística das décadas de 1950 e 1960. A 30 de maio de 2014, a Associação "Além Guadiana" apresentou, no pátio do velho castelo dionisino, o esboço de uma recolha de Português "oliventino". Inúmeros populares, incentivados, usaram da palavra, em Português, e apelou-se aos oliventinos em geral no sentido de usarem a sua língua no dia-a-dia. O próprio "alcalde" interveio, apoiando. Infelizmente, muitos convidados portugueses não apareceram, embora outros estivessem presentes. Não é possível, numa altura em que se celebram 800 anos de uma língua, ignorar este fenómeno de recuperação do Português em Olivença. Quem persistir nesta atitude estará a ser hipócrita. Ou a ser apenas "politicamente correto", o que, neste caso, vai dar ao mesmo.

## 11. CONCLUSÃO (COM UM TEXTO DOS OLIVENTINOS DO "ALÉM GUADIANA")

A melhor maneira de terminar este meu trabalho é com um texto (com algumas formas regionais interessantes... de uso corrente no Alentejo) e um site" <https://www.youtube.com/watch?v=Lbkdu7dOVsk> produzido (s) pelo grupo de Olivença cuja causa tenho vindo a defender.

Ei-lo: «Objetivo, **salvaguardar o português em Olivença**

Na já passada mas ainda próxima sexta-feira, 30 de maio pelas 18:30 horas, celebrou-se, no pátio do Museu Etnográfico Francisco González Santana, em Olivença, a apresentação de um Estudo Compilatório do Português Oliventino. Este trabalho foi promovido por a Câmara Municipal de Olivença em cooperação com a Associação Cultural Além Guadiana, contando com a colaboração da Universidade da Estremadura e o financiamento da Iniciativa Comunitária POCTEP, no quadro do projeto "Por terras raianas".

Este projeto consistiu num dossiê sobre as características do português de Olivença e uma Compilação que recolhe numerosas gravações sonoras a pessoas lusófonas oriundas de Olivença e das suas aldeias, como São Bento da Contenda e São Jorge da Lor, entre outras. Assim, pretendeu-se de criar a base de um banco de dados sonoro que permita constituir uma preciosa fonte no futuro para estudos linguísticos, mas também sociológicos, históricos ou etnográficos, com fins didáticos ou culturais, entre outros. Na apresentação, teve lugar uma explicação do trabalho realizado, a exposição de um breve vídeo promocional e, para terminar, uma ação dinâmica que permita aos presentes interagir conversando em português. A organização animou a velhos e jovens, falantes do português ou amantes da língua, a assistir a este ato.

O português oliventino é uma variedade dialetal, fruto da história partilhada de Olivença. Em meados do século XX, a língua de Camões era de uso maioritário, embora hoje, restringido o seu uso aos estratos mais idosos, se encontre em risco de desaparecer. Sucessivos relatórios do Conselho da Europa recomendaram às instituições medidas para

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

a sua proteção e promoção. Da cidadania e da câmara municipal, crescentemente sensibilizadas, surgiram diversas iniciativas como a sinalização turística bilingue e a recuperação dos antigos nomes das suas ruas em português, existindo uma vigorosa demanda de ensino da língua portuguesa.

Em Olivença, o português é considerado um dos tesouros da sua cultura imaterial, que não só faz parte da sua identidade, mas que, pela sua vez, constitui uma ferramenta de promoção cultural e económica. Ciente da sua necessidade de salvaguarda, a associação Além Guadiana solicitou a declaração do Português em Olivença como Bem de Interesse Cultural. No dia 27 de junho, comemoram-se 800 anos de vida da língua portuguesa. O português oliventino faz parte deste importante património imaterial, e é tão rico como o dialeto que se fala em Lisboa, na Madeira ou em Braga. O Além Guadiana junta-se às celebrações desta histórica data, contribuindo com este vídeo (já referido: <https://www.youtube.com/watch?v=Lbkdu7dOVsk>), que quer formar consciência do incalculável valor da nossa própria língua. /ALÉM GUADIANA»

Estremoz, 31 de agosto de 2014, Carlos Eduardo da Cruz Luna



Chrys CHRYSTELLO (n. 1949-) é um cidadão australiano que acredita em multiculturalismo, numa família mesclada de Alemão, Galego-Português e Brasileiro paterno, Português e marrano materno.

Publicou “Crónicas do Quotidiano Inútil” (poesia, 1972).

O exército colonial português levou-o a Timor (1973-75) onde foi Editor-chefe do jornal local antes de ir à Austrália adotá-la como pátria.

Dedicou-se ao jornalismo (rádio, TV e imprensa) e escreveu sobre o drama de Timor Leste (1975-96).

Desempenhou funções executivas na Eletricidade de Macau (1976-82), foi Redator, Apresentador e Produtor para a TDM/RTP (Rádio Macau) e para a TVB - Hong Kong. Depois, em Sydney (e Melbourne) Austrália, esteve envolvido na definição da política multicultural.

Foi Jornalista no Ministº Federal do Emprego, Educação e Formação Profissional e no da Saúde, Habitação e Serviços Comunitários.

Foi Tradutor e Intérprete no Ministº da Imigração e no de Saúde (NSW). Divulgou a descoberta na Austrália da chegada dos Portugueses (1521-25, mais de 250 anos antes do capitão Cook) e difundiu a existência de tribos aborígenes falando Crioulo Português há quatro séculos.

Membro Fundador do AUSIT lecionou na Universidade UTS, Sydney, sendo por mais de vinte anos responsável pelos exames dos candidatos a Tradutores e Interpretes (NAATI).

Foi Assessor de Literatura Portuguesa do Australia Council (1999-2005), e orador em conferências (Austrália, Portugal, Espanha, Brasil, Canadá, Macau, etc.),

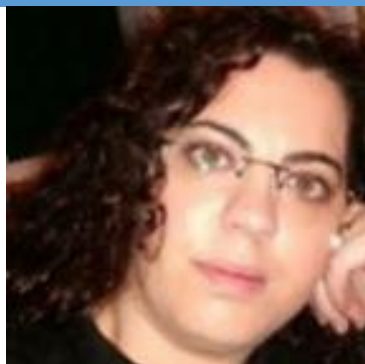
Mentor dos finalistas de Literatura da ACL da University of Brighton (UK 2000-2012); Revisor da Universidade de Helsínquia; Consultor do Programa REMA da Univ. dos Açores. (2008-12).

Proferiu uma Palestra na Academia Brasileira de Letras em março 2010 com Malaca Casteleiro, Evanildo Bechara e Concha Rousia, organizada pelo então Presidente da ABL, Marcos Vilaça.

Foi admitido (out.º 2012) como **Académico Correspondente** (Academia Galega AGLP). É Membro do Conselho Consultivo do MIL. Organiza desde 2001 os Colóquios da Lusofonia. É Editor dos **CADERNOS (DE ESTUDOS) AÇORIANOS**26, publicação trimestral, *online*, De 2006-13 traduziu obras e excertos de autores açorianos para Inglês, **em projetos vários publicados.**

**BIBLIOGRAFIA** (e-livros <http://www.scribd.com/cchrystello/shelf>)<sup>i</sup>

## 9. CAROLINA CORDEIRO, GINÁSIOS DE EDUCAÇÃO DA VINCI, PONTA DELGADA, AÇORES, ASSISTENTE PRESENCIAL



**PARTICIPA PELA PRIMEIRA VEZ**

## 10. CHRYS CHRYSTELLO, AICL – AÇORES/ AUSTRÁLIA

<sup>26</sup> <http://www.lusofonias.net/conteudo/estudos-acorianos/>

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

2014. Prefácio “O voo do Garajau” Rosário Girão & Manuel Silva, ed. Calendário de Letras AICL [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0807-89672015000300016](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0807-89672015000300016)

2013, Crônicas Austrais 1978-98, 3ª ed. <https://www.scribd.com/doc/3051472/cronicasaustrais>

2012, Trilogia da história de Timor, ed. AICL Colóquios da Lusofonia, ISBN: 978-989-95641-9-0 (Timor Leste O Dossiê Secreto 1973-75 vol. 1, Timor-Leste 1983-92 vol. 2 Historiografia de um repórter, Timor Leste vol. 3 As guerras tribais, a história repete-se (1894-2006) ed. AICL

2012, *Crónica do Quotidiano Inútil. Obras Completas (poesia) 5 volumes, 40 anos de vida literária*, ed.

*Calendário de Letras ISBN 9789728985646* <https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1001/CRONICA-DO-QUOTIDIANO-INUTIL-VOL-1-5--2012.pdf>

2012, *trilogia da História de Timor*, vol. 3 *As guerras tribais, a história repete-se 1894-2006*, 1ª ed.

<https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1006/TRILOGIA-vol.-3-Historia-de-Timor.pdf>  
[https://www.lusofonias.net/index.php?preview=1&option=com\\_dropfiles&format=&task=frontfile.download&catid=429&id=1006&Itemid=100000000000](https://www.lusofonias.net/index.php?preview=1&option=com_dropfiles&format=&task=frontfile.download&catid=429&id=1006&Itemid=100000000000)

2012, *trilogia da História de Timor: East Timor - The Secret Files 1973-1975* 1ª vol. 3ª ed.

<http://www.ebooksbrasil.org/adobebook/timore.pdf>

2012, *Trilogia da história de Timor*, ed. AICL Colóquios da Lusofonia, ISBN: 978-989-95641-9-0 (Timor Leste O Dossiê Secreto 1973-1975 vol. 1, Timor-Leste 1983-1992 vol. 2 Historiografia de um repórter e Timor Leste vol. 3 - As Guerras Tribais, A História Repete-se (1894-2006) ed. AICL Colóquios da Lusofonia, ISBN: 978-989-95641-9-0

2012, *Crónica do Quotidiano Inútil. Obras Completas (poesia) 5 volumes, 40 anos de vida literária*, ed.

*Calendário de Letras - ISBN 9789728985646* <https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1001/CRONICA-DO-QUOTIDIANO-INUTIL-VOL-1-5--2012.pdf>

2012, vol. 3 da *trilogia da História de Timor, As Guerras Tribais, A História Repete-se 1894-2006*, 1ª ed.

<https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1006/TRILOGIA-vol.-3-Historia-de-Timor.pdf>,  
[https://www.lusofonias.net/index.php?preview=1&option=com\\_dropfiles&format=&task=frontfile.download&catid=429&id=1006&Itemid=100000000000](https://www.lusofonias.net/index.php?preview=1&option=com_dropfiles&format=&task=frontfile.download&catid=429&id=1006&Itemid=100000000000)

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

- 2012, vol. 1 da trilogia da História de Timor: East Timor - The Secret Files 1973-1975 3ª ed.  
<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timore.pdf>
- 2012, Tradução “A lonely person is not enough people, the sex and the divine” de Caetano Valadão Serpa
- 2000, vol. 1 da trilogia da História de Timor: Timor-Leste O Dossiê Secreto 1973-1975, 2ª ed.  
<https://www.scribd.com/doc/39958581/Timor-Leste-1973-1975-o-dossie-secreto>
- 2012, volume 2 da trilogia da História de Timor: Historiografia de um repórter - Timor-Leste 1983-1992 DVD  
<https://www.scribd.com/document/40234122/Timor-Leste-Historiografia-de-um-reporter-vol-2-193-1992>  
<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timor2.pdf>
- 2011, Tradução da Antologia Bilingue de (15) autores açorianos contemporâneos, ed. AICL e Calendário de Letras
- 2011, *Crónica Açores uma circum-navegação* vol. 2, ISBN 978-9728-9855-47 Ed. Calendário de Letras
- 2010, tradução para inglês *Guia de Mergulho da Madeira; Guia de Mergulho das Ilhas dos Açores*, Ed. VerAçor
- 2009, *Crónica Açores: uma circum-navegação*, vol. 1 esgotado,  
<https://www.scribd.com/doc/39955110/CHRONICACORES-UMA-CIRCUM-NAVEGACAO-DE-TIMOR-A-MACAU-AUSTRALIA-BRASIL-BRAGANCA-ATE-AOS-ACORES-VOLUME-UM-DA-TRILOGIA>  
[https://www.worldcat.org/title/chronicacores-circum-navegacao-de-timor-a-macau-australia-brasil-braganca-ate-aos-acores/oclc/357576846&referer=brief\\_results](https://www.worldcat.org/title/chronicacores-circum-navegacao-de-timor-a-macau-australia-brasil-braganca-ate-aos-acores/oclc/357576846&referer=brief_results)
- 2009, *Crónica Açores: uma circum-navegação*, vol. 1, 2009 ISBN 989-8123-12-1 VerAçor
- 2008, Tradução para inglês de “S. Miguel uma ilha esculpida” Daniel de Sá. Ed. VerAçor.
- 2008, Tradução de “Ilhas do Triângulo, viagem com Jacques Brel” Victor Rui Soares, VerAçor.
- 2008, Prefácio e Revisão “A Freira do Arcano, Margarida Isabel do Apocalipse” de Mário Moura, ed. Publiçor, Ponta Delgada
- 2007, Tradução para inglês “E das pedras se fez vinho” de Manuel Serpa ed. VerAçor,
- 2007, Tradução para inglês, “Santa Maria Ilha Mãe” Daniel de Sá, ed. VerAçor, Açores,
- 2005, coautor tradução para português “The Lost painting” Jonathan Harr, ed. Presença
- 2005, *Cancioneiro Transmontano*, ed. Santa Casa da Misericórdia Bragança,  
<https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1000/cancioneiro-braganca-2005.pdf>
- 2004, tradução para português “A People’s War” de Vo Nguyen Giap, Editora Sílabo Portugal
- 2004, tradução para português, “Dien Bien Phu” de R. H. Simpson, Editora Sílabo Portugal
- 2002, tradução de “La familia: el desafío de la diversidad” Adelina Gimeno (castelhano, Psicologia), Instituto Piaget Portugal
- 2000, *Crónicas Austrais - 1978-98 (monografia)* 1ª ed. <http://www.ebooksbrasil.org/REB/cronicasCA.rb>,  
<http://www.ebooksbrasil.org/micreader/cronicasCA.lit>
- 2000, vol. 1 da trilogia da História de Timor: Timor-Leste O Dossiê Secreto 1973-1975, 2ª ed.  
[www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timorp.pdf](http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timorp.pdf)
- 2000, vol. 1 da trilogia da História de Timor: Timor-Leste The secret files 1973-1975, 2ª ed.  
<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timore.pdf>, <https://www.scribd.com/doc/253855631/East-Timor-the-Secret-Files-1973-1975-Eng->, <https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1004/TRILOGIA-VOL-1-East-Timor-secret-file-73-75-eng.pdf>
- 1999, vol. 1 da trilogia da História de Timor: Timor-Leste O Dossier Secreto 1973-1975, Porto, ed. Contemporânea (Esgotado) 1ª ed. ISBN 10: 972-8305-75-3 / ISBN 13/EAN: 9789728305758
- 1991-2011 Yawuji Bara e Yawuji Baia Os avós de barra e Avós de Baía,  
<https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1003/Yawuji-Os-Avos-de-Barra-e-os-Avos-de-Baia.pdf>
- 1985 *Crónica X Aborígenes na Austrália* <https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1002/cronicaX-aborigenes-na-australia.pdf>



## Atas 14º colóquio da lusofonia –

1981, *Crónica do quotidiano inútil* vol. 3&4 (1973-81) poesia, ed. Macau (esgotada)

<https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1016/cronica-do-quotidiano-inutil-vol.-3-4-.pdf>

<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/quotidianoinutil.pdf>,

<http://www.scribd.com/doc/77870662/cronica-do-quotidiano-inutil-cqi-Volume-3-4#scribd>

1974, *Crónica do quotidiano inútil* vol. 2 (poesia) ed. abril 1974 Dili, Timor Português (esgotada)

<https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1015/cronica-do-quotidiano-inutil-vol.-2-.pdf>

1972, *Crónica Do Quotidiano Inútil* vol. 1 (Poesia) Porto (Esgotado)

<https://www.lusofonias.net/arquivos/429/OBRAS-DO-AUTOR/1017/cronica-do-quotidiano-inutil-vol.-1-1972-original-1%C2%AA-ed-CQI.pdf> <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/quotidianoinutil.pdf>,

### POEMAS DO CHRYS NA SESSÃO DE POESIA

#### 654. LES PARAPLUIES DE CHERBOURG, 2014 SU MARGARIDO

quando a louca de chaillot  
encontrou as demoiselles d'avignon  
virginia woolf deu um brado  
aos pássaros de hitchcock  
e bob dylan lamuriou  
the times, they are a changing

#### 505. O BUDA 5 MAIO 2011 CHRYS

o buda sorriu à minha mulher  
descrente de orientes  
e ela acreditou

queimou incenso e orou

quem sabe se a saúde cura  
e a vida prospera

serena aguarda  
que o buda sorria de novo

#### 652. LITERÁRIOS VOOS, MOINHOS, MAIO 2014 SU MARGARIDO

o pássaro furtivo  
veio debicar a palavra  
migalha de frases  
que o poeta jorrara

na ilha do arcanjo  
e noutras ilhas dos açores  
os pássaros chilreiam poesia

#### 524. REINVENÇÃO DO AMOR, A DANIEL FILIPE, OUTUBRO 2011 CHRYS

o pássaro descreve o seu voo

na sinusoide deste tempo  
a voz e a palavra são campos floridos  
evocam verdes infâncias

é preciso inventar o amor  
com caráter de urgência  
dizia Daniel Felipe

mas são precisos homens e mulheres  
dispostos a amar  
capazes de ouvir e perdoar

os sentimentos podem esfriar  
mas não se gastam  
nem devem ser mudados  
com a frequência das camisas  
não são fraldas descartáveis

precisam de ser regados  
com a humidade das neblinas  
e o orvalho das lágrimas  
neste deserto com vozes

a felicidade é um mito  
o mundo é um inferno  
a paixão uma utopia

e tu acreditas, meu amor?  
andam pássaros à solta nos jardins de Eros

#### 603. PÁTRIA A SALDO, 2013 SU MARGARIDO

em dias de glória  
conquistamos mundos  
monstros adamastores  
cabos das tormentas

políticos traidores  
vendedores de pátrias  
novos senhores  
desbaratadores de reinos  
exterminadores de idosos  
hipotecadores de jovens

e eu sem gládio

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

nem escudo que me defenda  
e o povo no seu torpor  
sem revolta que o liberte  
caminha para o estertor

### 528. AH COMO EU GOSTAVA 16/11/2011 CHRYS

portugal lembra o filho ingrato  
que sai de casa levando as malas  
cresce como um sem-abrigo  
vivendo de expedientes  
sujo, maltrapilho e destituído  
orgulhosamente só mas dependente  
altivo olha a galiza do tempo dos aguadeiros  
da pobreza, fome e sofrimento  
e sente-se superior  
não reconhece pai ou mãe  
nem partilha um cobertor  
comporta-se como assaltante  
aliado ao invasor  
esqueceu a história e perdeu os genes

ah como eu gostava de ser galego

### 617. GEOMETRIAS, MOINHOS 02 AGO 2013 SU MARGARIDO

a elipse veio à janela  
mordaz sorriu com malícia  
lenta, descreveu um círculo  
com um dichote brejeiro  
triangulou um piscar de olho  
e numa hipérbole sensual  
com uma risada estrídula  
sentou-se quadrada no meu colo

### 632. SER AÇORIANO, MOINHOS, 19/8/2013 CHRYS

não se é ilhéu  
por nascer numa ilha  
é preciso sentir-lhe a alma  
partilhar raízes e dores  
acartá-la nos partos difíceis  
tratá-la nas enfermidades  
acariciá-la nas alegrias  
plantar, semear e colher seus frutos  
alimentar as suas tradições  
preservar a sua identidade

não se é açoriano  
sem amar as suas ilhas  
levá-las ao fim do mundo  
morrer por elas  
com elas  
para elas

### 644. AO CRISTÓVÃO DE AGUIAR 2011 SU MARGARIDO

descobriram no pico  
marroços milenares  
piramidais construções  
galerias ocultas  
sem múmias nem tesouros  
sem origem nem fim conhecido  
falaram de fenícios, cartagineses  
gente da pré-história

mas a verdadeira pirâmide  
reside mais a norte  
em s miguel arcanjo  
numa atulhada falsa  
com vista para s. roque  
é a universal biblioteca  
da nova alexandria

é lá que todas as noites  
os livros se põem a dançar  
debatem e trocam impressões  
dão conselhos e admoestações  
referem prodigiosas citações  
partilham bailhos e saber  
da universidade da açorianidade

sob o olhar grave e atento  
do cristóvão de aguiar

### 621. RANDWICK SYDNEY 2013 CHRYS

acordei ao som das kookaburra  
agitando o jacarandá e a waratah  
planta nativa no brasão estadual

da varanda avistei o mar em bronte  
sem ouvir o pequeno ribeiro de randwick  
respirei aquela paz profunda  
antes de sair para o bulício de sydney

...

parafrazeando emanuel félix  
pode-se amar uma casa?  
sim, mas a casa nunca mais  
será a mesma  
e uma casa amada  
jamais será esquecida

---

**665. CANSEIRAS, 2014 SU MARGARIDO**

*a canseira da vida  
só vale a pena  
se for vivida*

*[que a canseira da morte  
nunca vale a pena  
ser morrida]*

---

**525. GALIZA COMO HIROSHIMA MON AMOUR, 2011 CHRYS**

acordaste e ouviste o teu hino  
bandeira desfraldada ao vento  
ao intrépido som  
das armas de breogán  
amor da terra verde,  
da verde terra nossa,  
à nobre lusitânia  
os braços estende amigos,  
desperta do teu sono  
pega nos irmãos  
caminha pelas estradas  
ergue bem alto a tua voz  
diz a quem te ouvir quem és  
orgulhosa, vetusta e altiva  
indomada criatura  
nenhum poder te subjugará  
nenhum exército te conquistará  
nenhuma lei te aniquilará  
és a Galiza mon amour

**559. ALABOTE 2012 (AO VASCO PEREIRA DA COSTA) SU MARGARIDO**

o mar de novo  
e sempre  
as ondas e a espuma  
sem sabor a maresia  
esperma salgado do atlântico  
  
não se vive sem mar  
numa ilha

---

**590. A ALMA DOS POETAS, 3 JUNHO 2013 CHRYS**

não sei da alma dos poetas  
nem mesmo da do ramos rosa  
não conheço o cheiro da poesia  
nem mesmo do nuno júdice  
nem sei a cor de qualquer verso  
nem mesmo do alexandre o'neill  
perco-me em Maiakovski  
visito o uivo de allen ginsberg  
por entre as denúncias de daniel filipe  
e os alertas de lawrence ferlinghetti

não sei da alma dos poetas  
não sei nem dos poetas  
emigraram todos desgostosos  
fugiram envergonhados  
desta escravidão que nos impõem  
destas grilhetas invisíveis  
meros robôs em mundos alternativos  
comandados à distância  
dentro de um jogo de computador  
a que insistimos em chamar vida  
e alguém joga com ela  
sem o sabermos

não sei da alma dos poetas  
não sei dos poetas  
não sei da vida

---

**541. JOANA FÉLIX POETA FELIZ QUE NÃO FÉNIX 2012 SU MARGARIDO**

joana caminhava  
nas negras areias  
carregava a pesada cruz  
dos sapatos do pai  
não deixava pegadas  
na leveza do seu ser  
era onda era maré  
maremoto de palavras  
figura gentil e frágil  
caravela de mil descobertas  
escrevia amor  
nas entrelinhas do pai  
acordou e era poeta  
na leveza do seu ser

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

por mérito próprio  
nascera de novo  
joana de mil sorrisos  
porto de mil abrigos  
cais de mil partidas

estas as palavras que eu disse  
e joana se fez livro e partiu  
à descoberta do mundo  
que era seu como o infinito  
neste rio sem margens  
nascido na praia com aban  
trazia nos cabelos a brisa do mar  
e nos lábios as cerejas geladas do japon  
dizia que depois de escritas as palavras tinham vida  
mas ainda não tinha aprendido a vivê-las  
com os anjos que habitam na terra.-

### 507 TANTO MAR (AO VASCO) [2011] CHRYS

NO BOEING 747

entre nuvens escrevo  
tanto mar  
e nele flutua

a tua prosa

tanto mar

e não cabem nele

os teus fogos ocultos

pairando sobre as ilhas

te deram vida

sustento

inspiração

tanto mar,

no teu pequeno bote

prenúncio de liberdades

cravos e rosas

espinhos e espigas

tanto mar

tanta montanha

vulcões por trepar

marroços por construir

baleias por harpoar

pescador de palavras ilhíadas

lavrador de poemas

da prainha do pico

à heroica angra

ao choupal das letras

tanto mar

e não cabem nele

teus livros por acabar.

### 527. HOMENAGEM A LUIZ VAZ DE CAMÕES LEONOR SEM VERDURA NEM FRESCURA 2011 SU MARGARIDO

Luís Vaz de Camões

Descalça vai para a fonte

Leonor pela verdura;

Vai fermosa, e não segura.

Leva na cabeça o pote,

O testo nas mãos de prata,

Cinta de fina escarlata,

Sainho de chamelete;

Traz a vasquinha de cote,

Mais branca que a neve pura.

Vai fermosa e não segura.

Descobre a touca a garganta,

Cabelos de ouro entrançado

Fita de cor de encarnado,

Tão linda que o mundo espanta.

Chove nela graça tanta,

Que dá graça à fermosura.

Vai fermosa e não segura.

Chrys Vale Tostões

Descalça vai para a farra

Leonor pela noitinha

Vai trémula pela cocaína

Leva preservativo na calcinha

Pílula do dia seguinte na bolsinha

Tanga de fina seda encarnada

Minissaia de cabedal rascote

Não usa sutiã no decote

A pele branca que nem neve pura

Vai trémula pela cocaína

Cantarola já rouca a garganta

Cabelo desgrenhado

Bandolete china de plástico usado

Tão pedrada que a todos espanta

Engole o ecstasy de graça tanta

Que dá graça à pouca gordura

Vai trémula pela cocaína

### 594. AUTONOMIAS NOMINAIS (FLA, 6 JUNHO 2013 CHRYS

*“para saberes quem te governa descobre quem não podes criticar”*

*Voltaire*

hoje acordei sem voz

sem mãos,

sem pés

sem coração.

habito nove ilhas de mil cores

arquipélago de mil autores

num fiasco de autonomia

pobreza sem alegria

na independência poucos confiam

em busca de subvenções porfiam

melhor é ficar mudo e quedo



## Atas 14º colóquio da lusofonia –

viver dos subsídios esmoleres  
submissos e acomodados  
pobres despreocupados  
servos enfeudados  
ingénuos explorados  
na eterna espera de Godot  
de um Mandela que não nasceu

assim se explicam os açores  
ilhas de mil e uma dores

### 615. BRUMAS 02 AGO 2013 SU MARGARIDO

eram de espuma  
as palavras  
eram de sal  
as ondas  
eram de gaze  
as nuvens  
eram de orvalho  
as lágrimas  
eram de névoa  
os montes  
o verde surreal  
as lagoas  
eram de medos  
os vulcões  
e procissões  
eram de espuma  
as ilhas dos açores

### 529. HOMENAGEM A NATÁLIA CORREIA 2011 CHRYS

em homenagem a Natália Correia - *Poema destinado a haver domingo*

*Deixem ao dia a cama de um domingo  
Para deitar um lírio que lhe sobre.  
E a tarde cor-de-rosa de um flamingo  
Seja o teto da casa que me cobre  
Baste o que o tempo traz na sua anilha  
Como uma rosa traz abril no seio.  
E que o mar dê o fruto duma ilha  
Onde o Amor por fim tenha recreio.*

Natália Correia, Poesia Completa, Publicações Dom Quixote 1999

hoje  
decididamente  
vou escrever um poema

dedicado aos feriados  
que nos roubaram  
decreto  
que todos os dias  
feriados sejam abolidos  
os dias da semana  
também  
e para não esquecermos  
tais dias e feriados  
se comemorem todas as datas  
ao domingo

e seja domingo todos os dias

(e se nos convertermos ao catolicismo  
não poderemos trabalhar ao domingo)

### 449. EROS NOS JARDINS DE LESTE. DILI NOV. 25, 1974

os corpos se venderam  
por dez reis de nada  
assim se serviam  
do que criam inútil  
e se davam  
fáceis e apáticas  
faziam amor  
como quem respira  
isto é  
o rimo cósmico da órbita do poema  
descrevia uma senoide irregular  
e de tanto engravidarem  
sentiam na carne  
o vício de todas as necessidades  
e de tantas fomes acalentarem  
o instinto as agulhoava  
nascituras  
logo então vitimadas  
- eros senhor e amo nos jardins de leste –  
pequenas  
saracoteantes  
delicado delinear  
de dietas forçadas  
figuras de cabaia e lipa  
dos agrestes picos montesinos  
às estéreis planuras  
frágeis ninfas  
na terra que "o sol em nascendo vê primeiro"

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

diac ca lai? la diac malai  
e a gente compra  
escudo iha . né  
la coi! ata!  
lima escudo  
cabeça bulak! menina lá diac... ossam b́arac

lulic  
loro mai massimida  
os lábios de carmim da viva cal e da harecan  
haneçam laha malirin.

### 548. QUERIA SER TOKÉ 2012 CHRYS

eu queria ser tóké e contar o que vi  
desde que partiste em 1975  
queria saber falar  
dar os nomes os locais e os atos  
de todas as atrocidades, violência e mortes  
que testemunhei mudo na minha parede

eu queria ser tóké e escrever tudo  
queria contar o que não querem que se saiba  
queria contar o que não queriam que se visse  
queria contar os gritos que ninguém ouviu

queria ser água e apagar os fogos  
que extinguiram a nossa história  
como se não fora possível reconstruí-la

queria ser pássaro e levar nas asas  
todos os que foram chacinados  
violados, torturados e obnubilados  
voar com as crianças que morreram de fome  
as mulheres tornadas estéreis

tanta coisa que queria dar-te timor  
e não posso senão escrever palavras  
lembrar teu passado heroico  
sonhar futuros ao teu lado

### 450. O TETO DO MUNDO. DILI, DEZ 3, 1974

como romper as palavras?  
o som e o lamento do ai-tassi

sagrado lenho

em ti se moldaram

faces e rugas milenárias  
caminhos de teto do mundo  
nas mãos vazias viaja o passaporte

para que não sucumbas hoje  
há muitas mortes nos amanhãs

teus pés ligeiros voam vinte quilómetros  
o cacho solitário que colheste  
bananas com que não matas as fomes  
enganas *malai* com parco lucro

escudo *lima*<sup>1</sup>

e teu rosto infantil e puro

sorria

vendeste a sobrevivência duma semana

caminhas curvado e galgas montanhas  
teus os reinos de railaco e tatamailau<sup>1</sup>  
na cal e harecan misturas o prazer e o engano  
também teu estômago sorri confiante  
também tua a linguagem do corpo

no regresso de braços dolentes

firme em teu braço direito

o teu combate de penas

pobre mercador de ilusões em galos de luta  
acaricias teu ganha-pão

e apostas mais

sempre mais

são tuas as lágrimas

a revolta e a derrota

é teu o sangue e o alimentaste  
guardas o estilete acerado

não decepou medos

por isso retornas e teu sorriso é jovem  
são tuas as planícies e as ribeiras  
as torrentes inundaram o arrozal

levaram pontes e caminhos

e ris do grande engenheiro *malai*

como do búfalo do china luís  
navegando rumo à liberdade  
nem pensas na tua

das árvores pendem camarões doces do rio  
e o pequeno jacaré

faz o cruzeiro oceânico ribeira de seiçal-dili

*maromác*<sup>1</sup> sabe

*maubere é diac*<sup>1</sup> e vai passar

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

esse o lado outro do abismo.

---

### 547. ELEIÇÕES SEM LIÇÕES EM TIMOR, 2012 CHRYS

dili 23 setembro 1973  
cheguei a timor português  
sem o saber nunca mais nada será igual  
o futuro começa hoje e aqui  
entrei no tempo da ditadura  
sairei na democracia adiada

na bagagem guardo sabores,  
imagens e odores  
sonhos de pátria e amores  
divórcios e outras dores  
cheguei sem bandeiras nem causas  
parti rebelde revolucionário  
tinha uma voz e usei-a  
tinha pena e escrevi sem parar  
para bi-beres e mauberes

48 anos de longo inverno da ditadura  
24 de luta independentista  
agora que a lois vai cheia  
e não se passa na seissal  
já maromác se apaziguou  
crescem os lafaek nos areais  
perdida a riqueza do ai-tassi  
gorada a saga do café  
resta o ouro negro  
para encher bolsos corruptos  
sem matar a fome ao timor

perdido nas montanhas  
sem luz, água ou telefone  
repetindo gestos seculares  
mascando sempre mascando  
o placebo de cal e harecan  
mas com direito a voto  
para escolher quem o vai explorar  
sob a capa diáfana da lei e ordem  
do cristianismo animista

oprimido sim mas enfim livre.

---

### 551. LÁGRIMAS POR TIMOR, ATÉ QUANDO? 16 JULHO 2012 IN MEMORIAM ARMINDO SOARES PEREIRA

confesso sem vergonha nem temores  
hoje os olhos transbordaram  
lágrimas em cascata como diques  
pior que a lois quando a chove

nas covas e nas valas comuns  
muitos se agitaram com a morte gratuita  
poucas vozes serenas se ouviram  
velhos ódios, vinganças acicatadas  
o povo dividido como em 1975

sem alguém capaz de congregar o povo  
de governar para todos  
acima de agendas pessoais

de partidos

temos de ultrapassar agosto 75  
udt e fretilin  
a invasão indonésia e o genocídio  
faça-se ou não justiça  
é urgente um passo em frente

é urgente alguém com visão  
um sonhador, um utópico  
um poeta como xanana já foi  
alguém que ame timor  
mais do que ama suas crenças  
mais do que ama suas ideias  
mais do que ama sua família  
talvez mesmo uma mulher  
sensível e meiga  
olhar almendrado  
pele tishada  
capaz de amar  
impulsiva para acreditar  
liberta de injustiças passadas  
solta de ódios, vinganças e outras  
capaz de depor as armas  
todas e liderar.

---

### 549. ALUCINAÇÃO NA AREIA BRANCA DE TIMOR 2012 CHRYS

era maio em 1975  
havia luar na areia branca  
sem ondas na ressaca  
caranguejos azuis na fina areia  
baratas voadoras à frente dos faróis  
eram pequenos os lafaek e raros

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

quase se ouviam os corais a falar

ao longe sem luzes em dili  
o escuro dos montes

entre nós e o ataúro  
deslizavam barcos espíões  
antecipavam a komodo  
ensaivavam invasões

corri a alertar  
ninguém quis ouvir  
escrevi e denunciei  
chamaram-me alucinado

nunca imaginei o genocídio

### 550. TIMOR NAS ALTURAS 2012 CHRYS

queria subir ao tatamailau  
pairar sobre as nuvens  
das guerras, do ódio, das tribos  
ffalar a língua franca  
para todos os timores  
queria subir ao matebian  
ouvir o choro dos mortos  
carpir os heróis esquecidos  
queria subir ao cailaco e ao railaco  
consolar as vítimas de liquiçá  
beber o café de ermera  
reconstruir o picadeiro em bobonaro  
tomar banho no marobo  
ir à missa no suai  
buscar as joias da rainha de covalima  
passar a fronteira e voltar  
chorar todos os conhecidos e os outros  
e quando as lágrimas secassem  
regressaria à minha palapa imaginária  
à mulher mais que inventada  
oferecer-lhe um pente de moedas de prata  
percorrer as suas ribeiras e vales  
sussurrar por entre as folhas do arvoredado  
navegar nos seus beiros  
rumar ao ataúro e ao jaco  
desfrutar a paz e as belezas ancestrais  
ouvir os tokés enquanto as baratas aladas voam

os insetos projetados contra as janelas  
atraídos pela luz do petromax  
a infância e a juventude são como uma bebedeira  
todos se lembram menos tu  
**É SÓCIO FUNDADOR DA AICL E DA AGLP,  
É PRESIDENTE DA DIREÇÃO DA AICL.  
TOMOU PARTE NOS 21 COLÓQUIOS JÁ EFETUADOS,  
Modera sessões,  
INTERVÉM NAS SESSÕES DE POESIA**

11. CONCEIÇÃO CASTELEIRO, LISBOA, PORTUGAL ASSISTENTE  
PRESENCIAL



É Sócio Da Aicl. Acompanha Os Colóquios Desde 2010

12. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA, ACADEMIA  
BRASILEIRA DE LETRAS, AICL, PATRONO DOS COLÓQUIOS DESDE  
2007 -



## Atas 14º colóquio da lusofonia –



**EVANILDO CAVALCANTE BECHARA** nasceu no Recife, a 26 de fevereiro de 1928.

Quinto ocupante a Cadeira nº 33, eleito em 11 de dezembro de 2000, na sucessão de Afrânio Coutinho e recebido em 25 de maio de 2001 pelo Acadêmico Sérgio Corrêa da Costa.

Evanildo Cavalcante Bechara nasceu no Recife (PE), em 26 de fevereiro de 1928.

Aos onze para doze anos, órfão de pai, transferiu-se para o Rio de Janeiro, a fim de completar sua educação em casa de um tio-avô.

Desde cedo mostrou vocação para o magistério, vocação que o levou a fazer o curso de Letras, modalidade Neolatinas, na Faculdade do Instituto La-Fayette, hoje UERJ,

Bacharel em 1948 e Licenciado em 1949.

Aos quinze anos conheceu o Prof. Manuel Said Ali, um dos mais fecundos estudiosos da língua portuguesa, que na época contava entre 81 e 82 anos.

Essa experiência permitiu a Evanildo Bechara trilhar caminhos no campo dos estudos linguísticos.

Aos dezassete, escreve seu primeiro ensaio, intitulado Fenômenos de Intonação, publicado em 1948, com prefácio do filólogo Lindolfo Gomes.

Em 1954, é aprovado em concurso público para a cátedra de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II e reúne no livro Primeiros Ensaios de Língua Portuguesa artigos escritos entre os dezoito e vinte e cinco anos, saídos em jornais e revistas especializadas.

Concluído o curso universitário, vieram-lhe as oportunidades de concursos públicos, que fez com brilho, num total de onze inscritos e dez realizados. Aperfeiçoou-se em Filologia Românica em Madri, com Dámaso Alonso, nos anos de 1961-62, com bolsa do Governo espanhol.

Doutor em Letras pela UEG (atual UERJ), em 1964. Convidado pelo Prof. Antenor Nascentes para seu assistente, chega à cátedra de Filologia Românica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UEG (atual UERJ) em 1964.

Professor de Filologia Românica do Instituto de Letras da UERJ, de 1962 a 1992.

Professor de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da UFF, de 1976 a 1994.

Professor titular de Língua Portuguesa, Linguística e Filologia Românica da Fundação Técnico-Educacional Souza Marques, de 1968 a 1988.

Professor de Língua Portuguesa e Filologia Românica em IES nacionais (citem-se: PUC-RJ, UFSE, UFPB, UFAL, UFRN, UFAC) e estrangeiras (Alemanha, Holanda e Portugal).

Em 1971-72 exerceu o cargo de Professor Titular Visitante da Universidade de Colônia (Alemanha) e de 1987 a 1989 igual cargo na Universidade de Coimbra (Portugal).

Professor Emérito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1994) e da Universidade Federal Fluminense (1998).

Doutor Honoris Causa da Universidade de Coimbra (2000).

Distinguido com as medalhas José de Anchieta e de Honra ao Mérito Educacional (da Secretaria de Educação e Cultura do Rio de Janeiro), e medalha Oskar Nobiling (da Sociedade Brasileira de Língua e Literatura).

Foi convidado por acadêmicos amigos para candidatar-se à Academia Brasileira de Letras, na vaga do grande Mestre Afrânio Coutinho, na alegação de que a instituição precisava de um filólogo para prosseguir seus deveres estatutários no âmbito da língua portuguesa.

É o quinto ocupante da Cadeira nº 33 da Academia Brasileira de Letras, eleito em 11 de dezembro de 2000, na sucessão de Afrânio Coutinho e recebido em 25 de maio de 2001 pelo Acadêmico Sérgio Corrêa da Costa.

Foi Diretor Tesoureiro da Instituição (2002-2003) e Secretário-Geral (2004-2005).

Criou a Coleção Antônio de Moraes Silva, para publicação de estudos de língua portuguesa, e é membro da Comissão de Lexicologia e Lexicografia e da Comissão de Seleção da Biblioteca Rodolfo Garcia.

Entre centenas de artigos, comunicações a congressos nacionais e internacionais, escreveu livros que já se tornaram clássicos, pelas suas sucessivas edições.

Diretor da revista Littera (1971-1976) – 16 volumes publicados; da revista Confluência (1990-2005) – até agora com 30 volumes publicados.

Orientador de dissertações de Mestrado e de teses de Doutorado no Departamento de Letras da PUC-RJ, no Instituto de Letras da UFF e no Instituto de Letras da UERJ, desde 1973.

Membro de bancas examinadoras de dissertações de Mestrado, de teses de Doutorado e de livre Docência na Faculdade de Letras da UFRJ, no Instituto de Letras da UERJ e em outras IES do país, desde 1973

Membro de bancas examinadoras de concursos públicos para o magistério superior no Instituto de Letras da UFF, no Instituto de Letras da UERJ e no Departamento de Letras da USP, desde 1978.

Foi Diretor do Instituto de Filosofia e Letras da UERJ, de 1974-80 e de 84-88;

Secretário-Geral do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro 1965-75;

Diretor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, de 1976 a 1977;

Membro do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, de 1978 a 1984;

Chefe do Departamento de Filologia e Linguística do Instituto de Filosofia e Letras da UERJ, de 1981 a 1984;

## Atas 14º colóquio da lusofonia –



Chefe do Departamento de Letras da Fundação Técnico-Educacional Souza Marques, de 1968 a 1988.

Membro titular da Academia Brasileira de Filologia, da Sociedade Brasileira de Romanistas, do Círculo Linguístico do Rio de Janeiro.

Membro da Société de Linguistique Romane (de que foi membro do Comit  Scientifique, para o quadri nio 1996-1999) e do PEN Clube do Brasil.

Sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

Foi eleito por um colegiado de educadores do Rio de Janeiro, uma das dez personalidades educacionais de 2004 e 2005.

A convite da Nova Fronteira integra o Conselho Editorial dos diversos volumes do Dicionário Caldas Aulete.

Em 2005 foi nomeado membro do Conselho Estadual de Leitura do Rio de Janeiro e da Comissão para a Defini o da Política de Ensino, Aprendizagem, Pesquisa e Promo o da Língua Portuguesa, iniciativa do Ministério da Educa o.

Dentre suas teses universitárias contam-se os seguintes títulos:

- o A Evolu o do Pensamento Concessivo no Português (1954),
- o O Futuro em Rom nico (1962),
- o A Sintaxe Nominal na Peregrinatio Aetheriae ad Loca Sancta (1964),
- o A Contribui o de M. Said Ali para a Filologia Portuguesa (1964),
- o Os Estudos sobre Os Lusíadas de José M  Rodrigues (1980),
- o As Fases Históricas da Língua Portuguesa: Tentativa de Proposta de Nova Periodiza o (1985).

Autor de duas dezenas de livros, entre os quais a Moderna Gramática Portuguesa, amplamente utilizada em escolas e meios acad micos, e diretor da equipe de estudantes de Letras da PUC-RJ que, em 1972, levantou o corpus lexical do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, sob a dire o geral de Ant nio Houaiss.

É professor da UERJ e da UFF, membro da ABL e patrono dos Colóquios da Lusofonia desde 2007.

Foi nomeado ACAD MICO CORRESPONDENTE DA ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA em outubro 2012.

**  SÓCIO FUNDADOR DA AICL.**

TOMOU PARTE NOS COLÓQUIOS DE BRAGANÇA 2007,2008, 2009 E 2010, LAGOA 2008, 2009 E 2012, BRASIL 2010, MACAU E SANTA MARIA 2011, GALIZA 2012, MAIA 2013, MOINHOS 2014.

**13.FÁTIMA MADRUGA, m dica, VILA NOVA DE GAIA, ASSISTENTE PRESENCIAL**



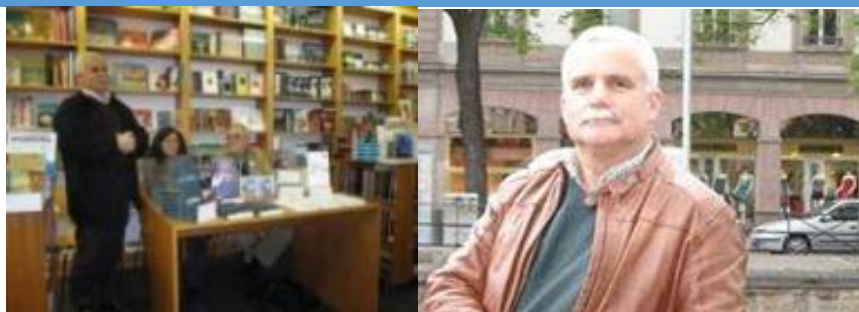
**TOMOU PARTE NO 16º COLÓQUIO EM VILA DO PORTO 2011 E NO 21º MOINHOS 2014**

**14.FÁTIMA SALCEDO, COLABORA NA REVISTA INCOMUNIDADE E FAZ FOTOGRAFIA COMO POUCAS, ASSISTENTE PRESENCIAL**



**PARTICIPA PELA 1ª VEZ.**

15. FRANCISCO MADRUGA, DIRETOR DA EDITORA CALENDÁRIO DAS LETRAS [WWW.CALENDARIO.PT](http://WWW.CALENDARIO.PT)



**FRANCISCO FERNANDES MADRUGA**, nascido em Mogadouro, Distrito de Bragança a 6 de maio de 1957, vive em Vila Nova de Gaia desde os 4 anos, foi sócio fundador das Editoras Campo das Letras, Campo da Comunicação, do Jornal *Le Monde Diplomatique* edição portuguesa e da Empresa de Comércio Livreiro, distribuidora da Editorial Caminho. Foi membro da Comissão Organizadora do III Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro. Trabalhou no Jornal Norte Popular e foi colaborador permanente do jornal A Voz do Nordeste.

Teve colaboração regular nos Jornais Nordeste, Mensageiro de Bragança e Informativo. Editou em colaboração com a Revista BITÓRÓ a Antologia Novos Tempos Velhas Culturas. Foi fundador do Fórum Terras de Mogadouro e responsável pela respetiva revista. Foi membro da Direção da APEL - Associação Portuguesa de Editores e Livreiros durante 2 mandatos. Foi Fundador da Calendário de Letras, projeto Cultural onde desenvolve a sua atividade profissional. Convidado no colóquio de 2009, foi selecionado em 2010 para ir ao Brasil, e em 2011 a Macau. A partir daí foi nomeado Editor Residente dos Colóquios na tarefa de divulgar e buscar parcerias editoriais, e apresentar uma pequena mostra com exemplares de autores contemporâneos portugueses e açorianos ligados aos colóquios (Anabela Mimoso, Cristóvão de Aguiar, Chrys Chrystello, Vasco Pereira da Costa, Rosário Girão, Helena Chrystello, etc.). É o editor da Antologia (monolíngue) de Autores Açorianos Contemporâneos de Helena Chrystello e Rosário Girão, da sua versão bilingue (Português-Inglês) e da Coletânea de textos dramáticos açorianos e da Antologia 9 ilhas, 9 escritoras.

**ENTREGA O LIVRO DO 1º PRÉMIO LITERÁRIO AÇORIANIDADE AICL E TOMA PARTE NA MESA REDONDA DAS 9 ILHAS 9 ESCRITORAS**

**É SÓCIO FUNDADOR DA AICL. PRESIDE ao CONSELHO FISCAL**

**TOMOU PARTE NOS COLÓQUIOS DA LAGOA E BRAGANÇA 2009, BRASIL E BRAGANÇA 2010, MACAU E SANTA MARIA 2011, LAGOA e GALIZA 2012, MAIA E SEIA 2013, MOINHOS 2014.**

16. HELENA CHRYSTELLO, EB 2,3 MAIA & AICL



**HELENA CHRYSTELLO**, Vice-presidente da direção, membro dos comités científico e executivo dos colóquios desde o primeiro colóquio da lusofonia, preside ao secretariado e é moderadora de sessões.

Helena Chrystello tem uma licenciatura em Ensino, variante de Português – Francês e mestrado em Relações Interculturais, subordinado ao tema Da Língua à Interculturalidade: um estudo de caso pela Universidade Aberta.

Tem o curso superior de secretariado do Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA), Lisboa; Certificat Pratique de la Langue Française, Université de Toulouse – Le Mirail e Certificado de Aptidão Profissional – Bolsa Nacional de Formadores, Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Lecionou, desde 1976/1977 e durante vários anos no ensino básico, secundário e profissional (coordenadora de cursos e da PAP – Prova de Aptidão Profissional).

Foi assistente na Escola Superior de Educação de Bragança, na área científica de Língua Francesa (2002/2005) e supervisora de estágios.

Foi tradutora da PNN-LUSA, Sydney, proporcionando serviços de apoio de tradução, interpretação e comunicação social, nos campos linguístico, literário e técnico em congressos (1995-2005).

Foi tradutora de Francês Técnico de programas para cursos técnico-profissionais da CICOPN (1986/1988).

Participou e foi oradora em vários congressos nacionais e internacionais (Espanha, Canadá, Brasil e Macau), com trabalhos publicados em atas e revistas científicas da especialidade.

Membro da ACT/CATS 'Association Canadienne de Traductologie' e da SLP (Sociedade de Língua Portuguesa).



## Atas 14º colóquio da lusofonia –



Membro nomeado do júri do Prémio Literário da Lusofonia (anual) de 2007 a 2009 e do 1º Prémio Literário AICL Açorianidade 2013 – JUDITE JORGE.

Coautora com a Professora Doutora M<sup>a</sup> Rosário Girão dos Santos (Universidade do Minho) da ANTOLOGIA DE (17) AUTORES AÇORIANOS CONTEMPORÂNEOS incluída no Plano Regional de Leitura e cuja edição bilingue (PT-EN) de 15 autores, foi lançada no 16º colóquio.

Lançou no 19º colóquio a edição monolíngue da Antologia em dois volumes.

Na EB 2,3 da Maia é Coordenadora do Departamento de Línguas e exerce funções de Avaliadora do Desempenho Docente. Apresentará nova obra sobre dramaturgia açoriana e a antologia “9 ilhas 9 escritoras açorianas”.



É SÓCIO FUNDADOR DA AICL. É VICE-PRESIDENTE DA DIREÇÃO, TOMOU PARTE EM TODOS OS 21 COLÓQUIOS. LIDERA O SECRETARIADO EXECUTIVO DO COLÓQUIO. MODERA SESSÕES APRESENTA DUAS OBRAS QUE SÃO PROJETOS AICL

- "COLETÂNEA DE TEXTOS DRAMÁTICOS AÇORIANOS" (HELENA CHRYSTELLO E LUCÍLIA ROXO)

- "9 ILHAS, 9 ESCRITORAS" (HELENA CHRYSTELLO E ROSÁRIO GIRÃO)

17.ISA SEVERINO, INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA, IPG, UDI/UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR. [ISASEVERINO@IPG.PT](mailto:ISASEVERINO@IPG.PT)

### ISA SEVERINO, Isa Margarida Vitória Severino

Desde abril de 2001 docente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico da Guarda. De 1999 a abril 2001 – docente do Ensino Secundário. Realização de dois períodos Erasmus, enquanto docente, em Kielce (Polónia) e Nicósia (Chipre)

Doutoranda em Literatura na Universidade de Aveiro

Mestre em Estudos Portugueses (Linguística) pela Universidade de Aveiro

Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas - Estudos Portugueses pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

### PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS

Tem participado em vários congressos nacionais e internacionais, que decorreram em Lisboa, Porto, Coimbra, Ribeira Grande, Rio de Janeiro, Salamanca, Santiago de Compostela, Macau, Florianópolis, tendo apresentado artigos que constam publicados nas atas dos encontros.

### INVESTIGAÇÃO

Membro do CPNq - *Figurações do feminino et alii*, sob coordenação da Prof. Doutora M<sup>a</sup> Lúcia Dal Farra

Membro da UDI – Unidade de Investigação para o Desenvolvimento do Interior



TOMOU PARTE NO 6º COLÓQUIO RIBEIRA GRANDE 2006, NO 13º COLÓQUIO NO BRASIL 2010, 15º EM MACAU 2011, 20º EM SEIA 2013

TEMA 2.2. FLORBELA ESPANCA – SER DE DESEJO E DESEJO DE SER, ISA MARGARIDA VITÓRIA SEVERINO - UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO PARA



0. SINOPSE

A presente comunicação intitulada "Florbela Espanca – um desejo de ser ou um ser de desejo?" pretende ir ao encontro de uma das linhas temáticas dos Colóquios, pondo ênfase numa poética feminina. Neste sentido, procuramos analisar um tema indissociável da obra de Florbela Espanca - o erotismo -, procurando perceber se o erotismo expressa unicamente o desejo sedento de um ser ou se é um meio que a autora encontra para afirmar o seu desejo e consequentemente a sua identidade.

A poeta portuguesa Florbela Espanca é conhecida pela sua irreverência de caráter, a qual se traduz também numa irreverência na escrita. Percorrer os textos da escritora alentejana pressupõe uma análise do seu discurso tornado linguagem; uma linguagem criadora, através da qual a autora se expressa e expressa o seu desejo. A linguagem é também um elemento desencadeador de desejo – o desejo de escrita; um desejo feito escrito e concretizável através dela.

Se nos centrarmos no epígrafe do primeiro livro de Florbela Espanca, *Livro de Mágoas*, lê-se, junto ao excerto de um poema de Paul Verlaine, estes versos de Eugénio de Castro:

*Procuremos somente a beleza, que a vida  
É um punhado infantil de areia ressequida,  
Um som de água ou de bronze e uma sombra que passa...*

Os versos são emprestados do poeta português cuja obra mais sonante é *Oaristos*, significando colóquios íntimos entre esposos. Tal facto, que não é despidendo na análise da atmosfera literária em que a poeta se instalava, ditaria o modo de construir poesia da primeira fase de Florbela: a vida e, consequentemente, o prazer de vivê-la.

Nos primeiros versos do seu primeiro livro observa-se já um apelo ao afastamento em relação à vivência através dos corpos: a vida é *areia, som de água ou de bronze, e uma sombra que passa* — três figuras que sugerem uma desmaterialização que seria obsessivamente trabalhada ao longo da obra poética de Florbela. É, no entanto, no seu *Livro de Mágoas* que a poeta inicia a sua abordagem a esta temática – o erotismo – que percorrer toda a sua obra.

Propomos, para tal, a leitura do poema "Amiga":  
*Deixa-me ser a tua amiga, Amor,  
A tua amiga só, já que não queres  
Que pelo teu amor seja a melhor,  
A mais triste de todas as mulheres.*

*Que só, de ti, me venha mágoa e dor  
O que me importa a mim?! O que quiseres  
É sempre um sonho bom! Seja o que for,  
Bendito sejas tu por mo dizeres!*

*Beija-me as mãos, Amor, devagarinho...*

*Como se os dois nascéssemos irmãos,  
Aves cantando, ao sol, no mesmo ninho...*

*Beija-mas bem!... Que fantasia louca  
Guardar assim, fechados, nestas mãos,  
Os beijos que sonhei prá minha boca!  
(Espanca, 2009: 192)*

Neste soneto surgem os primeiros traços fortes de erotismo na poesia de Florbela. O sujeito poético deseja um outro, que interpela diretamente, chamando-o de "Amor". Trata-se não de um desejo de posse, mas de união.

Se poderíamos questionar as palavras de Natália Correia, quando compara Florbela às divas do cinema mudo, tal se faria lembrando esta diferença fulcral entre elas: as divas do cinema mudo – inspiradas numa herança decadentista, muito devedora à sensualidade mórbida de *Salomé*, de Oscar Wilde, bem como à gravura da *Art Nouveau* ou à pintura, dos pré-rafaelitas à dos pintores vienenses do fim de século – desejavam a posse de um outro; a sua feminilidade era a da que o cinema viria a popularizar, nos anos 40, com a figura da *femme fatale* – mulheres dominadas pelo ego e pela vaidade que, poucas vezes, amam realmente, e que, quando o fazem, fazem-no de forma violenta, numa reunião de amor, sensualidade e violência.

Em Florbela, porém, o desejo é não o de posse, mas o de união com um outro, símbolo de uma grande necessidade de não ser sozinha, de se partilhar com outro. A particularidade de esse outro, a que o sujeito poético chama de Amor, com uma inicial maiúscula – repetida sucessivamente noutros poemas – ser, por isto, não um outro específico, mas um outro qualquer, que preencha o lugar do amado.

Na poesia de Florbela, o outro é sempre um homem idealizado, desprovido de traços que lhe atribuam uma identidade definida. O que se verifica, aliás, é que o outro é constantemente descrito através não das suas qualidades, mas do que ele pode fazer ao sujeito poético, beijá-la, acariciá-la, tocar-lhe, aportando-lhe boas sensações e, em suma, colmatar a sua solidão.

O amor surge na poesia de Florbela como resposta possível à solidão que esmaga os sujeitos poéticos, mais do que por verdadeiro interesse dos sujeitos pela especificidade identitária de um outro. Assim, podemos dizer que, não poucas vezes, o sujeito poético de Florbela procura-se no outro. Incompleta sozinha, precisa de um outro que a complete, algo visível no primeiro terceto do poema:

*Beija-me as mãos, Amor, devagarinho...  
Como se os dois nascéssemos irmãos,  
Aves cantando, ao sol, no mesmo ninho...*

Mais do que procurar indícios de incesto – tantas vezes inferido – pelo grande amor que Florbela nutria pelo seu falecido irmão, importa perceber a utilização do termo. Assim, o lexema "irmão" ilustra o processo de busca do eu lírico: através do outro, procura completar-se. Contudo, o outro não lhe é estranho, bem pelo contrário, funciona como um irmão, o que sugere uma partilha de ADN e que reforça a familiaridade do outro no sujeito poético.

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

O espaço em que o sujeito poético se une com o outro é a sua versão idealizada de amor. O amor é, para ele, o ninho em que ambas as aves – que afinal são irmãs, quase a mesma – cantam em uníssono.

Veja-se que o beijo, aqui, ainda não é na boca, mas nas mãos. No entanto, o sujeito poético refere nos últimos versos que sonha com esses mesmos beijos na sua boca, algo que ilustra perfeitamente o erotismo nesta primeira fase da obra de Florbela Espanca, mais contida, menos explícita que na sua fase final. Ainda assim, a expressão “Que fantasia louca” denuncia já uma disposição do sujeito poético que tem não que ver com o amor idealizado, ou com o desejo de união metafísica, mas com a fisicalidade da união dos corpos. Ao admitir que, ao receber beijos nas suas mãos, sonha com beijos para a sua boca, o sujeito finaliza o poema numa nota de êxtase quase sexual, acabando por exprimir um desejo sexual que vinha sendo reprimido ao longo do poema, substituído por ideias de amor metafísico que são, neste final, abaladas.

No *Livro de Soror Saudade*, o erotismo e a sensualidade começam a irromper. Propomos uma leitura de “Os versos que te fiz”:

*Deixa dizer-te os lindos versos raros  
Que a minha boca tem pra te dizer!  
São talhados em mármore de Paros  
Cinzelados por mim pra te oferecer.*

*Têm dolência de veludo caros,  
São como sedas pálidas a arder...  
Deixa dizer-te os lindos versos raros  
Que foram feitos pra te endoidecer!*

*Mas, meu amor, eu não tos digo ainda...  
Que a boca da mulher é sempre linda  
Se dentro guarda um verso que não diz!*

*Amo-te tanto! E nunca te beijei...  
E nesse beijo, Amor, que eu te não dei  
Guardo os versos mais lindos que te fiz!  
(Espanca, 2009: 232)*

Na primeira quadra deste soneto, os versos são carregados de eroticidade. O sujeito poético compara os seus versos a mármore de Paros, a veludo, a sedas – todos elementos contornados por ideias de beleza e sensualidade – e, ao fazê-lo, está como que a transformar os versos em matéria, num processo altamente sensualizante de atribuir fisicalidade à poesia.

Os versos, ao serem mármore, veludo, seda, tornam-se palpáveis, matéria de que são feitos os sonhos eróticos (o mármore de Paros ligado aos ideais de beleza clássica; os veludos e as sedas ligados à sensualidade oriental, propagada pelos românticos franceses), adquirindo assim uma efetividade tal, que o sujeito poético admite fazê-los para endoidecer o amado. Aqui, portanto, os versos são arma de sedução.

Os dois tercetos aproximam Florbela da já referida *femme fatale*. Se num primeiro momento, nas duas quadras, o sujeito poético descreve os seus versos como mármore, seda e veludo, finalizando com a enunciação de que são feitos para endoidecer o objeto de

desejo, no início do primeiro terceto diz: “Mas, meu Amor, eu não tos digo ainda”, como que brincando com o hipotético desejo do outro, ao retardar provocatoriamente a oferenda.

Florbela adota, deste modo, uma postura de diva: a que tem versos irresistíveis para seduzir, mas que, em vez de seduzir com tais versos, fá-lo dando a conhecer a sua pose, sem no entanto os proferir, numa tentativa de manter acesa a chama do desejo do outro.

A arma de sedução é a encenação de uma *persona* misteriosa, dona de encantos recônditos, quase místicos. No entanto, o último terceto quebra o encantamento que esta *bruxa* vinha tecendo, ao revelar-se uma fragilidade que até então tinha sido branqueada pela *persona* da *femme fatale*, quando o sujeito admite – com clara amargura – amar loucamente, e não ter, ainda, beijado o destinatário do poema.

Ao finalizar dizendo que nesse beijo que nunca deu guarda os versos mais lindos que fez, explica, talvez, o porquê de ter, no primeiro terceto, recusado dizer estes versos de mármore, irresistíveis: a razão será a de que esses versos não existem ainda, porque o seu surgimento seria somente possibilitado pela concretização do amor. Cria-se aqui uma dualidade entre a mulher virgem e a *femme fatale* aparentemente irresolúvel. Estamos perante uma virgem que se mascara de *femme fatale* para seduzir com versos, mas os versos que têm a capacidade de seduzir não são ainda conhecidos desta mulher, porque não experimentou o amor, pelo que se vê obrigada a seduzir pela ausência, pela sugestão do que esses versos poderiam ser, ou poderão vir a ser, se o destinatário do poema – convencido pela sugestão – se entregar ao sujeito, fazendo-o conhecer o amor e possibilitando-lhe, então, que esses versos de mármore, veludo e seda sejam finalmente escritos.

É na união com o outro, simbolizado pela união das bocas, que o sujeito poético encontra a completude, como se verifica no soneto “Prince Charmant...”:

*No lânguido esmaecer das amorosas  
Tardes que morrem voluptuosamente  
Procurei-O no meio de toda a gente.  
Procurei-O em horas silenciosas!*

*Ó noites da minh'alma tenebrosas!  
Boca sangrando beijos, flor que sente...  
Olhos postos num sonho, humildemente...  
Mãos cheias de violetas e de rosas...*

*E nunca O encontrei!... Prince Charmant...  
Como audaz cavaleiro em velhas lendas  
Virá, talvez, nas névoas da manhã!*

*Em toda a nossa vida anda a quimera  
Tecendo em frágeis dedos frágeis rendas...  
– Nunca se encontra Aquele que se espera!...  
(Espanca, 2009: 239)*

Florbela aborda, o tópico do homem idealizado, e que, por ser alvo de idealização, não poderá ser encontrado. O sujeito poético busca alguém que simbolize talvez uma perfeição inspirada nas personagens dos contos de fadas – atente-se no título do poema, “Prince Charmant...” – e que não terá, portanto, equivalente no mundo real. O próprio sujeito

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

parece reconhecer este facto, quando fala nos seus “olhos postos num sonho, humildemente”, ou quando o compara a “audaz cavaleiro em velhas lendas”, que “virá, talvez, nas névoas da manhã!” Novamente a quimera apresenta-se como fator determinante no estado de profunda solidão dos sujeitos poéticos de Florbela.

A quimera, como é dito no último terceto, produz um sujeito frágil, incapaz de lidar com as vicissitudes da existência física real. Neste estado de profunda alienação, que resulta de uma entrega total ao mundo do sonho e do ideal, não admira que este sujeito poético nunca chegue a encontrar o homem que busca, porque tal homem não poderia sequer existir. Como consequência, o sujeito vê-se condenado à solidão, numa espera eterna.

Por outro lado, quando o amado chega, tal acontece demasiado tarde, como podemos observar no poema “Tarde de mais...”:

*Quando chegaste enfim, para te ver  
Abriu-se a noite em mágico luar;  
E para o som de teus passos conhecer  
Pôs-se o silêncio, em volta, a escutar...*

*Chegaste, enfim! Milagre de endoidar!  
Viu-se nessa hora o que não pode ser:  
Em plena noite, a noite iluminar  
E as pedras do caminho florescer!*

*Beijando a areia de oiro dos desertos  
Procurara-te em vão! Braços abertos,  
Pés nus, olhos a rir, a boca em flor!*

*E há cem anos que eu era nova e linda!...  
E a minha boca morta grita ainda:  
Porque chegaste tarde, ó meu Amor?!...  
(Espanca, 2009: 242)*

O sujeito poético testemunhou a chegada do seu amado, mas tal funciona de modo ainda mais devastador do que a solidão expressa no poema anterior, porque o aparecimento do objeto de desejo, aqui, serve para acentuar a espera sem frutos que lhe precedeu, que acabou por matar o sujeito poético. O desacerto temporal entre os dois sujeitos é explorado no terceto final, quando se diz que há cem anos o sujeito poético era novo e lindo, sendo que agora, embora ainda vivo, tem a boca já morta. Lembrando a função simbólica da boca na poesia de Florbela, apercebemo-nos de que esta morte simboliza não a ausência de vida, mas a incapacidade de materializar o amor, como se a espera tivesse secado a lubricidade do corpo deste sujeito, impossibilitando-lhe o acesso às loucuras do amor físico.

Mas, por vezes, Florbela escreve poemas em que os prazeres sensuais são o fator predominante, afastando as problemáticas da solidão e da frustração sexual para segundo plano. O poema “Horas rubras” é disso exemplo:

*Horas profundas, lentas e caladas,  
Feitas de beijos sensuais e ardentes,*

*De noites de volúpia, noites quentes  
Onde há risos de virgens desmaiadas...*

*Oiço as olaias rindo desgrenhadas...  
Tombam astros em fogo, astros dementes,  
E do luar os beijos languescientes  
São pedaços de prata p'las estradas...*

*Os meus lábios são brancos como os lagos...  
Os meus braços são leves como afagos.  
Vestiu-os o luar de sedas puras...*

*Sou chama e neve branca e misteriosa...  
E sou, talvez, na noite voluptuosa,  
Ó meu Poeta, o beijo que procuras!  
(Espanca, 2009: 253)*

. Os beijos são agora “sensuais e ardentes”. As noites são “de volúpia, noites quentes”, mencionando-se o riso de virgens desmaiadas. O sujeito poético é simultaneamente chama e neve, branca e misteriosa, culminando com a sugestão de que é um beijo que o destinatário do poema procura.

Aqui, a vida não é um fardo de soturnidade e tristeza, sendo celebrada através da sensualidade dos corpos, num êxtase sexual com paralelos noutros poemas de Florbela.

O último poema de *Livro de Soror Saudade*, “Exaltação”, é outro exemplo paradigmático deste movimento:

*Viver!... Beber o vento e o sol!... Erguer  
Ao Céu os corações a palpitar!  
Deus fez os nossos braços pra prender,  
E a boca fez-se sangue pra beijar!*

*A chama, sempre rubra, ao alto, a arder!...  
Asas sempre perdidas a pairar,  
Mais alto para as estrelas desprender!...  
A glória!... A fama!... O orgulho de criar!...*

*Da vida tenho o mel e tenho os travos  
No lago dos meus olhos de violetas,  
Nos meus beijos extáticos, pagãos!...*

*Trago na boca o coração dos cravos!  
Boémios, vagabundos, e poetas:  
– Como eu sou vossa irmã, ó meus Irmãos!...  
(Espanca, 2009: 260)*

O poema inicia-se com o termo “viver” seguido de um ponto de exclamação que aproxima, desde logo, este poema ao hedonismo do anterior. A vida é exaltada, bem como a capacidade de entrega a esta, contrariamente ao movimento que verificámos noutros poemas de Florbela, em que o sujeito fugia da vida, refugiado na sua “torre de marfim”.

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

Novamente o rubro surge associado a ideias de hedonismo, e novamente os beijos são evocados como elemento simbólico por excelência da celebração dos corpos. Se o erotismo, em Florbela, iniciou-se timidamente, estava já, por esta altura, a irromper pelos seus versos, oferecendo-lhes uma sensualidade celebratória e despidorada.

Poderíamos percorrer outros sonetos, de modo a perceber como o tema do desejo e do erotismo surge na obra poética de Florbela Espanca. Pensamos, contudo, que o exemplo dos poemas aqui analisados nos dá uma percepção nítida desta temática. Existe em Florbela um desejo de ser; um desejo de ser completo. Esta completude, porém, só realiza, através do outro. Na verdade, Florbela sente-se diferente de todas as mulheres com quem se cruza. A própria assume o seu caráter insólito no seu diário, nos seus poemas e ainda na sua epistolografia.

Consideramos, por isso, que a linguagem assume um caráter primordial na afirmação do eu lírico, criado por Florbela. Através dela, a autora consegue, como analisámos, criar uma *persona* misteriosa, dona de encantos recônditos, quase místicos; expressar o seu desejo através da escrita - um desejo de ser na escrita, uma vez que esta lhe possibilita a criação de um mundo-outro e de um eu-outro

### BIBLIOGRAFIA

ESPANCA, Florbela

(2002) *Afinado desconcerto (contos, cartas, diário), estudo introdutório, organização e notas* M<sup>a</sup> Lúcia Dal Farra. São Paulo: Iluminuras.

(1982) *As Máscaras do Destino*, 4.<sup>a</sup> ed., prefácio de Agustina Bessa Luís. Amadora: Livraria Bertrand.

(1981) *Diário do Último Ano*, prefácio Natália Correia. Lisboa: Livraria Bertrand.

(2009) *Poesia Completa*. Lisboa: Bertrand.

## 18. ISAAC ALONSO ESTRAVIZ, GALIZA, ASSISTENTE PRESENCIAL



**Isaac Alonso Estraviz** é um lexicógrafo galego.

Nascido em 1935, licenciou-se em Filologia Românica em 1977 e doutorou-se em Filologia Galega pela Universidade de Santiago de Compostela em 1999. Foi professor de Didática da Língua e Literatura Galegas na Universidade de Vigo (campus de Ourense), membro da Comissão Linguística da Associação Galega da Língua (partidária do reintegracionismo ou aproximação do galego ao português) e do conselho de redação da revista *Agália*, ademais de vice-presidente da Academia Galega da Língua Portuguesa. Em 1986 formou parte da delegação galega que participou com a categoria de observadora no Encontro sobre a Unificação Ortográfica da Língua Portuguesa. Como lexicógrafo, é autor de várias obras

sobre o léxico galego, merecendo especial destaque o *Dicionário da língua galega* (Ed. Sotelo Blanco, 1995), redigido originariamente na normativa do galego chamada reintegracionismo *de mínimos* e anos depois adaptada para o *reintegracionismo de máximos* (mais próximo da ortografia portuguesa). Esta última versão está disponível para consulta livre na internet com o nome de e-Estraviz.

- *Contos con reviravolta: arando no menceir*, Castrelos, 1973
- *Dicionário galego ilustrado "Nós"*, Nós, 1983
- *Dicionário da língua galega*, Alhena, 1986
- *Estudos filológicos galego-portugueses*, Alhena, 1987
- *Dicionário da língua galega*, Sotelo Blanco, 1995
- *Os intelectuais galegos e Teixeira de Pascoas: epistolário*, Ed. do Castro, 2000. Esta obra foi realizada em colaboração com junto com Eloísa Álvarez, da Universidade de Coimbra (Portugal).

**TOMA PARTE PELA QUARTA VEZ DEPOIS DE BRAGANÇA 2006, 2007, GALIZA 2012**

## 19. JOÃO CARLOS LOEBENS, PORTO ALEGRE, BRASIL, ASSISTENTE PRESENCIAL

**TOMA PARTE PELA PRIMEIRA VEZ**

## 20. JOÃO MALACA CASTELEIRO, ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA. PATRONO DOS COLÓQUIOS DESDE 2007



**JOÃO MALACA CASTELEIRO** licenciou-se em Filologia Românica em 1961, e doutorou-se em 1979, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com uma dissertação em Sintaxe da Língua Portuguesa.

É, desde 1981, professor catedrático na mesma faculdade. Tem lecionado e coordenado a cadeira de Sintaxe e Semântica do Português, no âmbito da licenciatura, e vários seminários nas áreas da Sintaxe, Léxico e Didática, no âmbito do mestrado.

Foi diretor de investigação do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, conselheiro científico do Instituto Nacional de Investigação Científica e presidiu ao Conselho Científico da Faculdade entre 1984 e 1987.



## Atas 14º colóquio da lusofonia –

Tem coordenado e colaborado em diversos projetos de investigação e de edição, em Portugal e no estrangeiro, em articulação com organismos como o Conselho da Europa, os Serviços de Educação do Governo de Macau e o Ministério da Educação, entre outros.

É professor convidado na Universidade da Beira Interior, no Departamento de Artes e Letras. É membro da Academia das Ciências de Lisboa, desde 1979, e foi até 2009 presidente do seu Instituto de Lexicologia e Lexicografia. Ao longo da sua carreira de professor orientou já mais de meia centena de teses de doutoramento e de mestrado.

Ganhou o Grande Prémio Internacional de Linguística Lindley Cintra, da Sociedade de Língua Portuguesa, em 1981, agraciado pelo Governo Francês com o grau de Cavaleiro das Palmas Académicas, em 1986.

A sua bibliografia, iniciada com a tese de licenciatura em 1961, é constituída por muitas dezenas de estudos dedicados à linguística e à lexicologia. Editou obras como *A Língua e a Sua Estrutura*, *A Língua Portuguesa e a Expansão do Saber*, *Nouvelles perspectives pour l'enseignement du portugais en tant que langue étrangère*, *A Língua Portuguesa em África* e *A Língua Portuguesa no Oriente: do séc. XVI à Atualidade*. Foi o coordenador do Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea e o responsável pela versão portuguesa do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Tem participado em congressos e conferências, dentro e fora do país, apresentando e publicando textos científicos.

Assumiu funções institucionais:

Conselheiro Científico do Instituto Nacional de Investigação Científica, ao longo de 20 anos, Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa ou Presidente da Academia das Ciências de Lisboa desde 1991. Para além da sua intensa e produtiva atividade docente, tem dedicado a sua carreira ao estudo da sua língua, e a sua extensa obra de investigação inclui inúmeros livros e artigos científicos.

Assumiu também a responsabilidade por Projetos de Investigação de grande importância, como *Português Fundamental*, *Estruturas Lexo-Gramaticais do Português Contemporâneo*, o Dicionário eletrónico do Português Contemporâneo ou o Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea.

Tem colaborado na qualidade de Professor Visitante ou de Professor Convidado com diversas instituições, nomeadamente a Universidade de Macau, e dirigido várias Teses de Mestrado e Doutoramento.

O reconhecimento dos seus méritos e do seu trabalho traduz-se em especial no respeito que académicos de todo o mundo têm demonstrado pela sua obra, pelos inúmeros convites para que participe em Conferências e Seminários Internacionais, recebeu do governo Francês o Grau de Cavaleiro da Ordem das Palmas Académicas, julho de 1998.

A 26 de abril de 2001 foi agraciado pelo Senhor Presidente da República Portuguesa com o Grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.

É **patrono dos Colóquios da Lusofonia** desde 2007 e um convicto defensor da adoção do Acordo Ortográfico de 1990 em cuja conceção participou.

Foi nomeado **ACADÉMICO CORRESPONDENTE DA ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA** em outubro 2012.

**É SÓCIO FUNDADOR DA AICL. PRESIDE À ASSEMBLEIA-GERAL. TOMOU PARTE EM TODOS OS COLÓQUIOS DESDE 2007 EM BRAGANÇA. INTERVÉM NA SESSÃO DAS ACADEMIAS**

### 21. JOÃO PAIXÃO MARTA, ASSISTENTE PRESENCIAL



**É SÓCIO DA AICL - TOMA PARTE PELA 1ª VEZ.**

### 22. JOSÉ AMARAL, ADIDO CULTURAL DA EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE TIMOR-LESTE EM LISBOA - CONVIDADO



### 23. JOSÉ ANTÓNIO SALCEDO, PROFESSOR UNIVERSITÁRIO, EMPREENDEDOR, EX-UNIVERSIDADE DE STANFORD, ETC....

**José António Salcedo** recebeu o grau de licenciatura em Engenharia Eletrotécnica pela Universidade do Porto, em 1973, e os graus de Mestrado e Doutoramento em Electrical Engineering pela Universidade de Stanford, Califórnia, em 1974 e 1978, respetivamente.

Depois de uns anos nos EUA como IBM Postdoctoral Fellow na Universidade de Stanford e Cientista Sénior na Westinghouse Electrical Corporation, regressou a Portugal como Professor Associado do Departamento de Física da Universidade do Porto tendo cofundado e liderado o INESC-Norte entre 1985 e 1994.

Enquanto Diretor Executivo do programa PRAXIS XXI de Ciência e Tecnologia, em 1994/95, constituiu a equipa de gestão que estabeleceu, financiou e geriu programas de Ciência e Tecnologia em todas as áreas, incluindo o financiamento de bolsas de estudo, infraestruturas científicas, eventos e projetos de I&D.

Cofundou a empresa ENT em 1995, no seio do Grupo EFACEC, servindo como seu Diretor de I&D até 2000.

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

Enquanto Professor Catedrático do Departamento de Engenharia Eletrotécnica da Universidade do Porto, dissociou-se da universidade em 2002 para criar a Multiwave Photonics, uma empresa internacional de alta tecnologia que liderou até 2012. Nesse ano fundou a empresa ATLA Lasers, na Noruega, tendo desenvolvido e liderado a empresa até julho de 2014, data em que entregou a liderança e gestão a investidores institucionais internacionais.

Membro de várias organizações profissionais internacionais, é membro da Academia Europaea, autor e coautor de cerca de 100 publicações científicas e 10 patentes



registadas nos EUA. O seu passatempo é fotografia.

**É SÓCIO DA AICL.**

**TOMA PARTE PELA PRIMEIRA VEZ**

**TEMA 2.8. LIÇÕES APRENDIDAS A CONSTRUIR EMPRESAS TECNOLÓGICAS INTERNACIONAIS** Construindo organizações internacionais – Lições aprendidas, José ANTÔNIO Salcedo, empreendedor

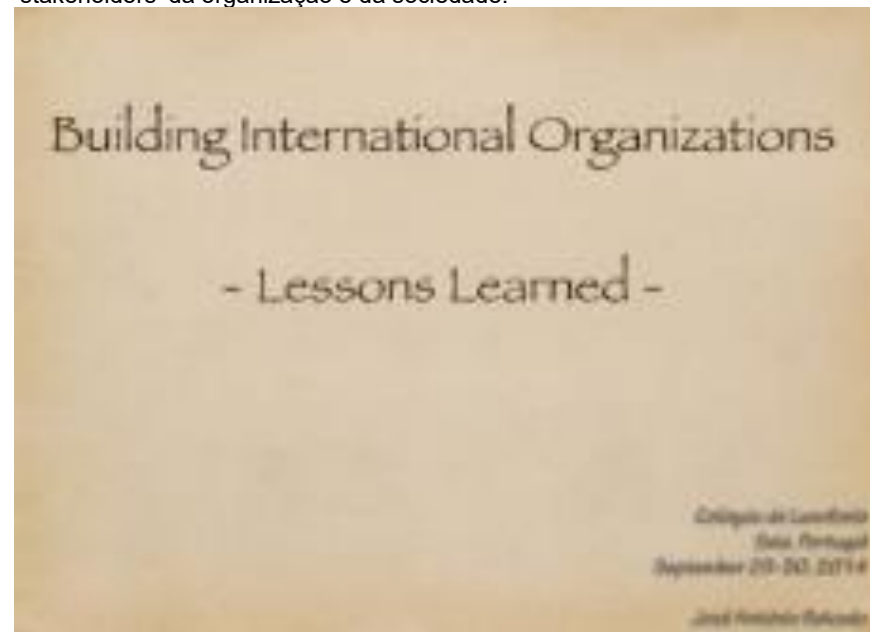
O arranque e desenvolvimento de projetos empresariais de cariz tecnológico e natureza internacional, que envolvem equipas multidisciplinares e multiculturais de pessoas altamente qualificadas, colocam desafios e problemas para a resolução eficaz dos quais é necessário fazer intervir capacidades associadas a conceitos específicos. Entre estes conceitos destaco “Atitude”, “Responsabilidade” e “Cultura”. Adicionalmente, o conceito de “Cadeia de valor da vida” permite enquadrar o fluxo de construção de valor que interliga “Informação”, “Conhecimento” e “Cultura”. Nesta apresentação, será atribuída uma importância especial ao significado das palavras e dos conceitos que lhes estão subjacentes.

A construção de organizações internacionais impõe requisitos específicos quer à conceção quer à operação da organização. Tais requisitos vêm determinados pela necessidade de atender às influências que diferentes culturas nacionais e locais impõem quer à forma de desenvolver negócios quer à forma de assegurar que a organização estimula todas as pessoas a contribuírem com o seu melhor, realizando o seu potencial. Sendo os aspetos culturais essencialmente invisíveis, importa que o empreendedor e a equipa de gestão conheçam a relevância das influências culturais e saibam lidar com os contrastes impostos por diferentes culturas, até para desenvolver a ‘cultura da organização’ que lhe permita ser eficaz na prossecução dos seus objetivos.

Em primeiro lugar, apontaria a linguagem como o fator mais determinante para o sucesso dos projetos. A utilização de uma linguagem que seja clara no processo de comunicação – sem ambiguidades - e eficaz nos propósitos a atingir – rica em substantivos e parca em adjetivos - tem uma importância determinante. Saliente-se que o esforço investido na construção de uma linguagem clara e rigorosa se traduz, em termos puramente

biológicos, no desenvolvimento de sinapses cerebrais que treinam o nosso cérebro nessa direção. Por outras palavras, uma linguagem clara e rigorosa desenvolve as capacidades cognitivas do cérebro e facilita o processamento de informação a um nível superior de complexidade.

Nesta comunicação abordarei esta questão, assim como outras questões a montante, como o significado de algumas palavras de importância determinante, como ‘atitudes’, ‘responsabilidade’, ‘informação’, ‘conhecimento’, ‘sabedoria’ e ‘riqueza’. Apenas com um conhecimento detalhado do significado destas palavras, e da incorporação de ‘responsabilidade’ como um valor central da nossa cultura, é que conseguimos construir organizações internacionais capazes de criar riqueza, com benefício simultâneo dos ‘stakeholders’ da organização e da sociedade.

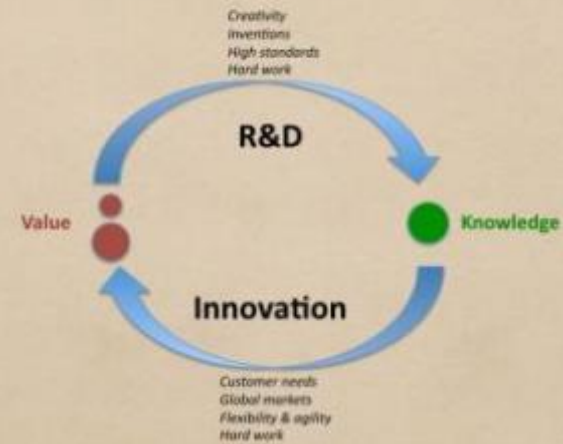


## Contents

- Short Background
- Finding the right place
- Toolbox and Toolsets
- Attitudes - Problem Solving and Responsibility
- Culture - The water we swim in
- Life's Value Chain - Building value in life

· Stanford University - California	1973-1981
· FCUP (including INESC - Porto)	1981-2000
· FEUP	2000-2002
· National S&T Program - Portugal	1994-1995
· ENT / EFACEC - Maia	1995-2000
· Multiwave Networks - Sunnyvale, California	2002-2003
· Multiwave Photonics - Maia	2003-2014
· Academia Europaea	2008-on
· ATLA Lasers - Trondheim	2012-on

## Finding The Right Place



## Toolbox and Toolsets

Toolbox - Our brain

Toolsets - What we have inside our brain

- Professional skills (hard tools)
- Social skills (soft tools)
  - Language (clear language trains the brain - can you make people laugh?)
  - Attitudes (our 'settled ways of thinking' about something, our 'character')
- Culture (the water in which we swim)

# Attitudes

- Attitudes - Our 'settled ways of thinking' about something
  - Our attitudes reflect who we are - our 'character'
  - Our attitudes determine our reach and efficacy
- Nowadays,
  - The most valuable attitude in life is a systematic orientation towards "Problem Solving", because such attitude creates the most economic and social value by building win-win situations

# Attitude - Problem Solving

- Problem Solving means
  - Facing Reality - recognizing that there is a situation in front of us, and then focus on facts not fictions
  - Analyzing Facts - building alternative models to construct possible representations of reality, running simulations and interpreting the corresponding results (using appropriate toolsets)
  - Deciding Autonomously (intellectual independence)
  - Facing Decision Consequences (accountability)

José António Salcedo



# Responsibility

## Anglo-Saxon definition

- Facing Reality - recognizing that there is a situation in front of us, and then focus on facts not fictions
- Deciding Autonomously (applying appropriate toolsets to analyze facts with intelligence and exhibiting intellectual independence to take decisions)
- Facing Decision Consequences (accountability)

## Latin definition

- Facing Decision Consequences (accountability)

José António Salcedo

# Responsibility

## Anglo-Saxon definition

- Requires education - without education, no intelligent fact analyzing, model building, alternative model result interpretation to take fact-based autonomous decisions are possible
- Requires ethics - ethics connects the process of building autonomous decisions to facing consequences for the decisions

## Latin definition

- Does not require neither education nor ethics, possibly explaining why most people confuse 'responsibility' with 'guilt'

# Culture

Culture is the collective mental programming of the human mind which distinguishes one group of people from another (Geert Hofstede)

• A fish does not know what water is

To understand a culture and the subtle conditions that it imposes on attitudes, we need to change from one culture environment to another and immerse ourselves in the new culture. We need to jump out of the original box.

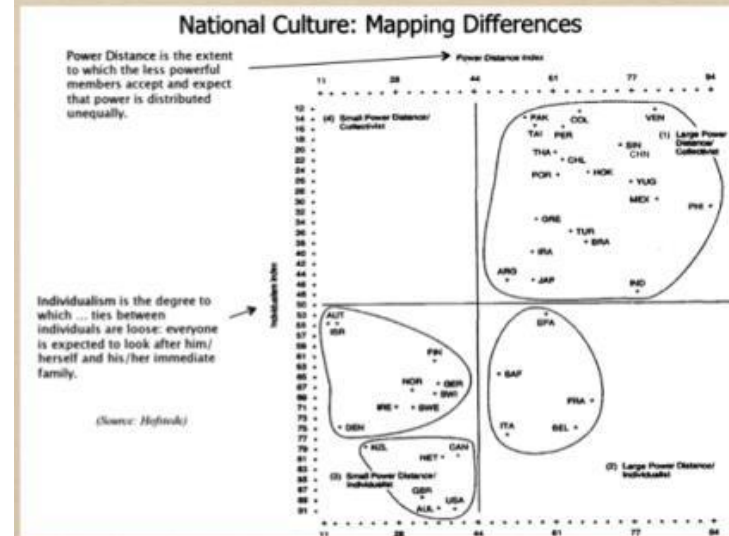
## Why Consider Culture?

National culture in which people are immersed is invisible to people

To establish and develop an international business, much attention must be given to the characteristics of national cultures

In an increasingly connected world, understanding different national cultures and being able to navigate through their specific characteristics is rapidly becoming a very important personal and business advantage

# National Cultures

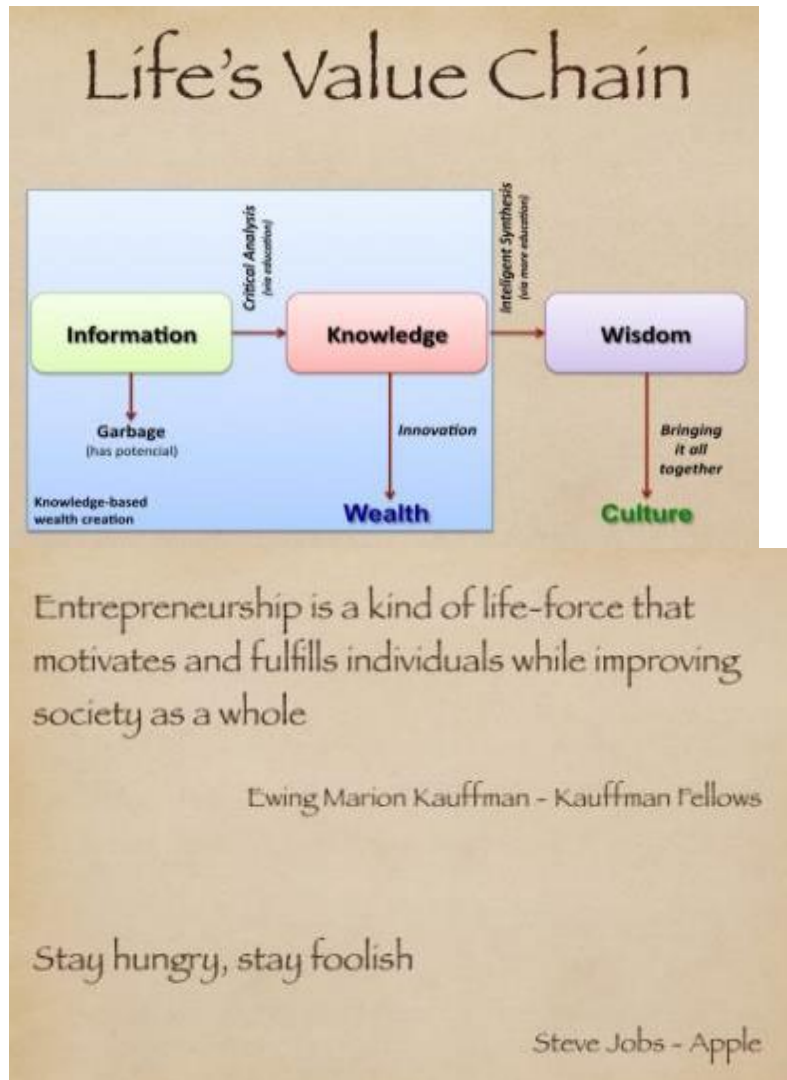


## Responsibility And Culture

In Portugal and other societies, 'Responsibility' is not a core value of the prevailing culture

Social and enterprise organization models tend to be centralized. Such model stimulates irresponsibility and incompetence - even corruption and impunity

Social democracy is not possible, as social democracy requires 'Responsibility' as a core value of the prevailing culture



24. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA, UNIVERSIDADE DA BRITISH COLUMBIA, OKANAGAN, CANADÁ



CONVIDADO ESPECIAL 2014 DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNIDADES

Nasceu na Ribeira Grande em 1959, emigrando para o Canadá em 1978, concluindo o seu BA e M.Sc na Universidade do Quebec, e o seu doutoramento na Universidade York em Ontário. Título da tese: *The Role of "Ethnic" Sources of Information in the Relocation Decision - Making Process: A Case Study of the Portuguese In Mississauga*. Ph.D. Geography, York University, 1993 (M.Sc. Geography, UNIVERSITÉ du Québec à Montréal, 1986 (Título da tese: *La Mobilité Résidentielle Intra-Urbaine des Portugais de Première Génération à Montréal, Université du Québec à Montréal*).

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

Tem sido nacional e internacionalmente premiado pelo seu trabalho em geografia Humana, sendo um prolífico autor nessa área.

Professor catedrático desde 2014 no Department of Geography, University of British Columbia Okanagan, Canadá. É autor de mais de 70 publicações que incluem dissertações, monografias, artigos e relatórios de pesquisas na área da geografia social. Entre as muitas distinções já recebidas, em 2008, 2010 e 2011, foi galardoado com alguns prêmios, onde se destacam o “Premio de Investigación da Universidade da Columbia Britânica – Okanagan”, o “UBC Okanagan Provost’s Award for Public Education through Media Award” e pela Association of American Geographers, o “Ethnic Geography Distinguished Scholar Award”, em reconhecimento pela excelência do trabalho que tem desenvolvido. É conselheiro do projeto da “Rede Prestige Azores.” ([carlos.teixeira@ubc.ca](mailto:carlos.teixeira@ubc.ca))

**É SÓCIO DA AICL**

**TOMOU PARTE NO 5º COLÓQUIO 2007 RIBEIRA GRANDE, 9º LAGOA 2008, 11º NA LAGOA 2009, 13º NO BRASIL 2010**

**TEMA 2.8 ENSINAR A GEOGRAFIA DA (E/I)MIGRAÇÃO NUM CONTEXTO INTERNACIONAL / *International Teaching Opportunities and Challenges: Migration and Settlement***

***Apenas recebemos a versão em inglês do texto a apresentar***

Magnífica experiência de ensinar jovens estudantes canadianos a dinâmica da geografia da emigração/imigração em contextos internacionais. Resumo de visita aos Açores, Roménia e Bulgária de um grupo de jovens estudantes canadianos.

“Geography is first a field-based discipline and there is no substitute for field work in the undergraduate curriculum. Long after students have forgotten individual lectures, they vividly recall field experiences. . . .

Field work provides new insights, *ground truth* information. . . . [O]ur job is to educate good geographers, and good geography includes field trips” (Foust and Botts, 1997, 71, 77).

### **INTRODUCTION**

Geographic research on topics of ethnicity, population, and migration in Canada has expanded in the past three decades in large part due to Canada opening its doors to immigrants from a more diverse range of continents and countries (e.g., Asia, Africa, South America, the Caribbean, the Middle East) paralleled by its immigration population growth and internal migration. The ethnic and racial composition of Canada’s population and particularly of its main “ports of entry” (Toronto, Vancouver, and Montreal) has in turn gradually become more ethnically and racially diverse (Teixeira and Li 2013). Concomitantly, in this international context, geographers are searching for effective new strategies and methods to share with their students through field courses the new reality of the “age of migration” (Castles and Miller 2009).

Awareness of the diversity that characterizes contemporary Canada’s rich cultural tapestry (a “country of immigrants”) and the urgent need to better understand other cultures

and the complex migration processes and outcomes in both national and global contexts are two of the reasons several Canadian universities provide opportunities for their students to travel and study abroad (e.g., UBC’s Group Study Program). These programs often focus on a particular region of the world and/or research topic of interest and are taught by Canadian faculty members in an international context. Over the past two years I have had the opportunity to teach the courses “Geographies of Housing” in Romania and Bulgaria (2012) and “Geographies of Migration and Settlement” in the Azores and Portugal (2013). For each field course I spent approximately three weeks with a group of twenty students in Romania and Bulgaria and fifteen in the Azores and Portugal. With the exception of six students who were from the U.S. (2) and Asia, (4) all others were Canadians, most of them from the provinces of British Columbia, Alberta, or Ontario. With the exception of four students, none had visited any country in Europe. For the majority of the students the field trip to Europe was thus a way to “connect” and enhance their learning experience with the “old” continent that was also “home” to many of their parents and/or grandparents.

### ***Canada, Azores, and Portugal at a Crossroads***

The focus of this chapter is on my experience teaching “Geographies of Migration and Settlement” in the Portuguese archipelago of Azores and mainland Portugal in May 2013 as well as on the opportunities and challenges of teaching this field course in an international context.

One of the most important components of this course was selecting a relevant site to study migration issues. The course gave me the opportunity to share theoretical and applied perspectives on international migration and settlement in mainland Portugal and the Azores (where I was born) (Figure 1). During the past two centuries, Portugal has been characterized by substantial waves of its residents emigrating to different countries of the world. Brazil was often the destination of choice for mainlanders, followed in the early 1960s by other European countries (e.g., France, Germany, Switzerland, United Kingdom), while the majority of Azoreans relocated first to the East and West coasts of the United States and, more recently (in the early 1950s), to Canada. By 2012, the Portuguese diaspora encompassed approximately five million immigrants and their descendants. Of those, 1.5 million are Azoreans and their descendants living abroad (Rocha-Trindade 2009, 2013; Teixeira and Da Rosa 2009).

[Insert Figure 1: Mainland Portugal and the Azores]

As a relatively new destination for Portuguese immigrants, Canada houses nearly half a million Portuguese (unofficial estimate) of which 65 to 70 percent were born in the islands or are descendants of Azoreans (second, third, and fourth generation) (Teixeira and Da Rosa 2009). In Canada today, six decades after the arrival of the first Portuguese immigrants (May 1953), Portuguese communities are located from coast to coast. Most Portuguese Canadians live in Ontario, Quebec, British Columbia, Alberta, and Manitoba. For many, it has been a long, harsh journey from the mainland or the islands to rural Canada and later to major cities (Toronto, Montreal, Vancouver, Calgary, and Winnipeg). These communities, especially in the large cities, are self-contained and self-sufficient. Their high level of “institutional completeness” is demonstrated by their appreciable number of social, cultural, and religious institutions in addition to their wide range of ethnic businesses. Canadians in general and most of my students in particular are already familiar with these



## Atas 14º colóquio da lusofonia –

Portuguese communities' numerous contributions to and impacts on Canadian society. Within this context, Portugal was an appropriate location to teach this field course because it has been a major source of immigrants to Canada for the last six decades. Field visits to the archipelago of Azores (island of Sao Miguel) and then to mainland Portugal thus enabled students to have a firsthand understanding of the ethnic and cultural background of the Portuguese who have migrated to Canada.

Both in the islands of Azores and mainland Portugal, my field study group stayed in the most populated and economically developed cities that have more recently also become vital reception areas for immigrants from other European countries as well as from Portuguese-speaking countries, mainly Brazil. The City of Ponta Delgada on the island of Sao Miguel and the cities of Porto and Lisbon in mainland Portugal were the center of the field experience (Figure 1). In the late 20<sup>th</sup> and early 21<sup>st</sup> centuries, the Azores—from which thousands of people once departed to different parts of the world—have been transformed to become host to approximately 5,000 people from 86 different nationalities spread through all the islands and particularly on the island of Sao Miguel and its main city, Ponta Delgada, and surrounding areas (Rocha, Medeiros and Ferreira 2011). The Azores, then, gradually opened its doors to immigrants and now has a highly diversified immigrant population from a number of countries and continents.

Most immigrants living in the Azores moved from Europe (37.3%), a number primarily divided between people from the European Union (EU) (18.5%) and those from the rest of Europe (18.8%). The other immigrant groups came from Africa (30%), Central and South America (26.7%), and Asia (6%). The largest immigrant groups came from Brazil (24.8%), Cape Verde Islands (21%), and the Ukraine (11.6%). The recent arrival of immigrants from different countries has changed the social and cultural fabric of the islands, particularly of its main city, Ponta Delgada. If locals recognize the immigrant population as a gain for the islands, it also presented new social, cultural, and economic challenges for a region that for “centuries was characterized by certain homogeneity of its people in terms of origin, religion, culture, economic activities, leisure, etc.” (Castanho 2011, 19).

In contrast, mainland Portugal, specifically its principal city and capital, Lisbon, has been exposed for a longer period of time to immigrants from all over the world, including from Portuguese-speaking countries. Lisbon has historically been the most multicultural city in the country (Fonseca, McGarrigle and Esteves 2013). The intensification of migration flows into the country has been particularly noticeable since April 1974, when a military coup began the country's democratization process, followed by the integration of Portugal into the European Union, and the country's consequent modernization. In turn, this sequence of events led to the creation of jobs that, not only contributed to a decrease in Portuguese immigration to Europe, but also attracted people from other countries to live and work in Portugal and its islands. A substantial number of immigrants from Portuguese-speaking African countries are concentrated around Lisbon, for example. In 2010, this African group of immigrants represented 36.1 percent of the overall documented foreign population living in the Lisbon Metropolitan Area, followed by such other groups as Brazilians (28.4%) and Eastern Europeans (18.2%) (Esteves and Sampaio 2013). In sum, the Portugal of today is a very different country from that of decades ago. In a country with a total population of 11.6 million people, approximately 436,000 are foreign-born (Rocha-Trindade 2013). Immigration, then, has gradually become a national phenomenon with Portugal's main cities receiving the majority of these new immigrants.

Within this foregoing context, because of the recent economic recession and steady increase in unemployment in Portugal, increasingly more Portuguese, specifically the youth, want to leave the country in search of better economic opportunities elsewhere. In January 2011, Kelly Services conducted an employment survey in 30 countries. Of the 9,000 Portuguese surveyed, 90 percent of them want to leave the country to obtain the right job (Rocha-Trindade 2013). Confirming this tendency, 2011 data from the Portuguese National Institute of Statistics revealed that, as a consequence of the economic crisis and lack of job opportunities in the local economy, almost 44,000 Portuguese left the country (an increase of 85% when compared with the previous year) mainly for Europe (Switzerland, France, Luxemburg, United Kingdom), Angola, and Brazil. Unofficial data estimated about 100,000 people moved from Portugal in 2011 (Pedro 2013). Within this milieu of cultural diversity and climate of economic crisis and uncertainty for many Portuguese residents, including some of the country's new immigrants, our field study course took place in the Azores and mainland Portugal.

This transatlantic field course was a unique educational experience for my Canadian students, most of whom were already familiar with the Portuguese presence in Canada, but who, once in Portugal, would be in a much better position to learn even more about Portugal's history, including the Portuguese diaspora and the origins of its immigration, settlement patterns, and the integration of Portuguese communities in Canada. The field study would also be an excellent opportunity for the students to become more aware of the new migration reality that characterizes the Portugal today, particularly since the country's entrance into the European Union. As a member of the EU, Portugal gradually opened its doors to immigrants from other countries. For these reasons, Portugal, including the archipelago of the Azores, represents an excellent “social laboratory” as well as an interesting and challenging country for undergraduate students to study “geographies of migration and settlement,” while learning more about migration issues in an international context.

### Teaching Geographies of Migration and Settlement in an International Context: Objectives

The main goal of this course was to provide a broad introduction to the multiple aspects of international population movements, with emphasis on Europe and international Portuguese migration and its diaspora. Particular attention was paid to: 1) the analysis of international regimes regulating migration; 2) changes in global demographics; 3) the immigration policies of nation-states; 4) international migration patterns; 5) settlement policies; 6) migration and security; 7) migrants/minorities in the labor force; 8) migrants and politics; and 9) the imprint of immigration on world cities, including European cities of different sizes.

Of equal importance was providing students with a better understanding of issues in contemporary Portuguese migration through: 1) cultural immersion in unique cultural environments; 2) negotiating cross-cultural interactions; 3) intensive engagement with local universities and faculties, community partners, and a diverse group of University of British Columbia and European students; and 4) opportunities to engage with government and non-governmental organizations involved in the provision of services to new immigrants from other countries who chose to work and live in Portugal, Portuguese immigrants that

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

voluntarily decided to retire to Portugal after long stays living in other countries, and the new wave of Portuguese migrants—the deportees—who were forced to return because of illicit drug trafficking, violence, family abuse, or other criminal activities.

Specific objectives in this field course included exposing students to other peoples and the multifaceted relationships between different groups of migrants, enhancing students' knowledge and their opportunity to study in a framework of diversity, and allowing them to develop as global citizens and to examine critically their own values and those of other cultures. The course also included numerous lectures by local experts in the field of migration, local field excursions, volunteer opportunities, and interaction with local students and their communities. Portugal and the European Union are major “migratory hubs” for the investigation of the complex push-pull forces shaping migration, settlement patterns and integration of new migrants, their demographic and cultural characteristics and geographical distributions, migratory networks as well as on the functions and impacts of migrants in the social, economic, and political landscapes of the “new” Europe, a region still in transition.

In order to achieve some of the foregoing goals and objectives, and, in terms of course requirements, 25 percent of the students' course grade was allocated for their participation in-class presentations, field visits, roundtables, workshops, and conferences. Another 75 percent was allotted for the preparation of a group final field trip report. At the outset of the field course, students were encouraged to work in groups of three to four people. In preparation for the final paper, groups decided what each member would do for the group—from selecting a facilitator, transcribing, taking notes on field trip observations (including informal conversations with residents of the areas visited and/or with local key informants familiar with these areas), taking photographs, as well as recording numerous lectures, roundtables, workshops, and conferences attended. To make the experience more satisfying, students usually rotated the different tasks assigned at the beginning of each day. Every 3-4 days, I met with each group individually to discuss the challenges the students encountered with the fieldwork data collection in addition to the preparation of the field trip report.

Each student group had to prepare a field-trip report of 25-30 pages and orally present its results to their colleagues for discussion and debate on the last day of classes. After the group presentations, in which each member of the group was responsible for reporting on different parts of the report (e.g., introduction, purpose, research questions, methods, findings, conclusions, and areas for further research), several comments and suggestions were made by the students and me to improve the quality of their final reports. I gave an extension of one week after the last day of the field course to all groups to improve the quality of their papers, which they returned to me via e-mail. This opportunity to refine their final reports was well met by all groups. However, this post course opportunity proved to be a challenge for those group members who did not return immediately to Canada after the field course. I gave these groups another extension to polish their final reports.

### *Procedures and Field Experiences*

To engage students in an active, collaborative learning process and to provide them with some experience with research and geographic field techniques in an international setting, a combination of procedures and strategies were used.

Before they traveled to Portugal, students were introduced to books about Portuguese migration and given a list of 30 supplemental readings (peer-reviewed articles) regarding European migration. Formal lectures (3 hours per day) in the morning in a rented conference room at our hotel or at a local university. The main goals were to provide a broad introduction to multiple aspects of international migration as well as to focus on international Portuguese migration and its diaspora (approximately 5 million Portuguese immigrants) dispersed all over the world. The main textbook used in this course was *The Age of Migration* by Castles and Miller (2009). Enhancing the students' learning experience of migration issues were frequent guest lectures by local experts (e.g., politicians, planners, social workers), university professors in the field of migration, participation in workshops and roundtable discussions, interaction with local students and local communities, and several field excursions to local neighbourhoods and historical sites (Table 1).

Table 1. Highlights of Field Experiences in Ponta Delgada, Porto, and Lisbon

#### ***Ponta Delgada (May 6-12):***

- Portuguese Radio and Television presentation of the film dedicated to the Azorean diaspora in Canada, U.S., Brazil, Uruguay and Hawaii. Discussion followed.
- Guest lecture, “Migrations in the Azores,” by the Director of the Regional Department for Azorean Communities. The main goal of this presentation was to acquaint students with local government data on emigration and immigration, along with government programs and policies in place to help new migrant settlement and integration into the region.
- Guest lecture, “Profiles and Pathways of Immigrants in the Azores,” by a local sociology professor from the University of Azores.
- Workshops at two NGOs—AIPA and ARRISCA. Both are local organizations that provide services or support (in the case of the former) to new immigrants, most of whom come from Portuguese-speaking countries, or (in the case of the latter) to deportees, most are Azoreans who left the islands for the U.S. and Canada at a young age and then were deported to the islands.
- Guided visit and roundtable discussion at the only museum in the Azores dedicate to the Azorean emigration and its diaspora.
- Visit to the City Hall of Ribeira Grande on the north shore of Sao Miguel Island. The mayor addressed the major goals and advantages of the numerous cultural and economic protocols in place between the City and several Azorean communities in the U.S. (East Coast) and Canada. The talk also underlined the economic impact these Azorean communities across the Atlantic Ocean have on the local economy (e.g., buying real estate, starting new businesses, regularly visiting the island to attend special social, cultural, or religious events).

#### ***Porto (May 13-18):***

- Guest lecture, “The Economic Situation of Portugal and the Impact of the ‘Brain Drain’,” by a social worker. Attention focused on the poor economic performance of Portugal in the context of the European Union and the negative impact it has had on the local economy/job market. One of the key questions addressed was the push-pull forces leading to the recent (since 2011) increased exodus (i.e. “forced” migration) of highly educated Portuguese youth (“brain drain”) to other European countries in search of better job opportunities.

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

- Conference titled “Canada – Portugal Day” at the University Fernando Pessoa (U.F.P.). This one-day conference was dedicated to the 60th Anniversary of Portuguese migration to Canada that officially started in May 1953. University professors and international students studying at the U.F.P. presented their research or shared their living experiences in Portugal.

- Guided visit to Porto’s main neighborhoods/districts. Some of the areas visited are major reception areas for northern rural Portuguese migrants who moved to Porto to work and for international immigrants.

- Guided visit to the Museu de Ilhavo. This museum is dedicated to the Portuguese fisheries. Despite the fact that Portuguese migration to Canada is relatively recent, historical contact with Canada dates back to the 15<sup>th</sup> century. This museum has excellent exhibits, including a rich library dedicated to the geography and history of both countries and particularly to the strong historical links that were established mainly between the cod fisheries of Portugal and Canada.

### Lisbon (May 19–25):

- Attendance at a scholarly conference titled “Portugal as a Hub of Mobilities” at Universidade Aberta (Open University) dedicated to Portuguese migrations. Papers presented at this conference were: “Portuguese Migrations—a Structural Social Phenomenon” and the “Presence of Portugal in the World,” notably in North America and Brazil. This university has an important research center dedicated to the study of migration in Portugal. Guided field trips to several neighbourhoods/districts of the city of Lisbon and its suburbs with a local photographer-film maker, a social worker, and a university professor. The city is the most important port of entry for immigrants from all over the world and is also the most multicultural city in the country. Some of its neighborhoods are unique and concentrate large numbers of immigrants. As such, they are ideal places for field observations. For example, the colorful Mouraria/Martim Moniz neighborhoods located in the heart of the city are also known as a classic reception area for immigrants as well as rural Portuguese migrants.

- Attendance at a scholarly conference dedicated to recent trends of immigration to Portugal and neighborhood integration into European multi-ethnic cities at the University of Lisbon (Institute of Geography and Spatial Planning/Center for Geographical Studies).

- Roundtable at the parish of Autoguia da Baleia featuring six pioneers of Portuguese migration to Canada. This discussion was an excellent opportunity for my students to see these pioneers and some of their family members and to hear their rich life stories as migrants to Canada. Except for two participants, all others retired to Portugal. This unique opportunity to meet Portuguese Canadians was also an excellent way to commemorate the 60<sup>th</sup> anniversary (May 1953–May 2013) of the arrival of the first Portuguese immigrants to Canada.

---

### *The Challenges of the Field Course*

It is important to note that teaching a course of this nature overseas also carries its own unique challenges. For example, teaching 15 Canadian students with no “roots” in Portugal and with a very limited knowledge of Portugal’s rich history, geography, and/or immigration history that, for centuries, defined the “life” of many Portuguese people was not

easy. Also, their lack of proficiency in the Portuguese language (only one student had knowledge of Spanish) meant, not surprisingly, that students had problems communicating with some segments of the Portuguese population (e.g., immigrants and local residents).

The students that participated in this field course (9 students from UBC’s Vancouver campus and 6 from UBC-Okanagan Campus) formed a highly diverse group from different ethnic backgrounds and disciplines/majors including social work, management, architecture, human and physical geography, psychology, sociology, and history. Geographers were a minority in this group. Each student thus brought a different set of cultural experiences and perspectives to issues of geographies of migration and settlement. In addition, a large majority of the students (12 out of 15) had never visited any European country before (though 8 of them had relatives in European countries). As some students lacked an experiential background of travelling, they often missed the necessary skills and knowledge for investigating migration issues in an international context. Efforts were made before departure and on arrival in Portugal to fill this gap by providing them with a list of key readings on migration issues as well as facilitating as many contacts as possible with local immigrants, native residents, guest speakers, professors and students and encouraging involvement/participation in workshops/roundtables and/or conferences. The large majority of events in which the students participated took place in English, the language (after Portuguese/mother tongue) most often adopted by today’s new generation of Portuguese, which helped facilitate our students’ integration (and acceptance) into the new milieu.

### *Concluding Remarks*

Students visited three different cities in their field course: Ponta Delgada Porto, and Lisbon. All three cities have been major departing points of Portuguese immigration to different parts of the world, but more recently they have also become important “ports of entry” to migrants. Portugal is thus a country in transition and an ideal social laboratory to teach a fieldwork course on geographies of migration and settlement.

Students went through a series of steps designed to cause them to increase and reflect on their awareness and understanding of international migrations and, more specifically, to gain a better comprehension of contemporary Portuguese migration through: 1) cultural immersion in a unique cultural environment; 2) negotiating cross-cultural interactions and intensive engagement with local universities, their faculties, as well as interactions with local students, government agencies, local immigrants, and community partners; and 3) opportunities to engage with government and non-governmental organizations involved in the provision of settlement services to new immigrants to the region, including deportees, all made this truly a hands-on experience. Paraphrasing Foucault and Botts (1977, 71, 77), no substitutes exist for the ground truth information and insights that fieldwork can provide.

### REFERENCES

Castanho, G. 2011. Presentation. In *Profiles and pathways of immigrants in the Azores*, eds. G. P. N. Rocha, O. Medeiros, and E. Ferreira, 19-20. Azores: Government of Azores.

Castles, S. and M. Miller. 2009. *The age of migration: International population movement in the modern world*. Nova Iorque: Guilford Press.



## Atas 14º colóquio da lusofonia –

Esteves, A. and D. Sampaio. 2013. Language proficiency among immigrants and the establishment of interethnic relations. *Finisterra* 96: 65-88.

Fonseca, M. L., J. McGarrigle. and A. Esteves. 2013. Neighbourhood integration in European multi-ethnic cities: Evidence from the Geitonies Project. *Finisterra* 96: 7-16.

Foust, B. and H. Botts. 1997. The Hispanic Borderlands: Blending electronic data and field experiences into five elements from La Frontera. In *Teaching American ethnic geography*, eds. L. E. Estaville and C. J. Rosen, 71-78. Indiana, PA: National Council for Geographic Education.

Pedro, T. L. 2013. Emigração aumentou 85% em 2011. <http://www.publico.pt/emigracao-1185>.

Rocha, G. P. N., O. Medeiros, and E. Ferreira. 2011. *Profiles and pathways of immigrants in the Azores*. Azores: Government of the Azores.

Rocha-Trindade, M. B. 2013. *Portuguese migrations—a structural social phenomenon*. CEMRI, Universidade Aberta.

Rocha-Trindade, M. B. 2009. The Portuguese diaspora. In *The Portuguese in Canada: Diasporic challenges and adjustment*, eds. C. Teixeira and V. M. Da Rosa, 18-41. Toronto: University of Toronto Press.

Teixeira, C. and W. Li, eds. 2013. *Immigrant geographies of North American cities*. Don Mills, Ontario: Oxford University Press.

Teixeira, C. and V. M. Da Rosa. 2009. *The Portuguese in Canada: Diasporic challenges and adjustment*. Toronto: University of Toronto Press.

considero que tive uma vida aventureira. Reformei-me aos 67 anos. Tinha duas filhas e plantado várias árvores, faltava-me escrever um livro. Dediquei-me então a essa tarefa, gostei e publiquei:

- em 2009 “Sonhos de Emerenciana” (romance);

- em 2010 “Ver Santa Mãe por um Canudo” (romance);

- em 2011 “As Bocas do Mundo” (romance);

- em 2013 “Registo de Viagem: Rota Moçambique e África do Sul” (um misto de relato de viagem, romance e crónica);

- em 2014 “Sem Rumo e sem Rima” (poesia).

Antes da publicação desta última obra várias pessoas apreciaram as minhas poesias, outras houve que as condenaram. Uma das críticas que recebi rezava: “ - Este trabalho vai enegrecer o bom-nome que já conquistaste!” Fiquei surpreendido, porque desconhecia que tinha ganho bom-nome como escritor. Independentemente do que fosse e movido pela curiosidade decidi enfrentar o desafio; e publiquei os versos.

janeiro, 5 de 2014

### TEMA 3.2. Francisco de Sousa, poeta da Pedreira de Nordeste, Obra poética de Francisco Joaquim de Sousa

No tempo em que não existia difusão da rádio e da televisão o povo ocupava os seus tempos livres principalmente em atividades religiosas e pagãs. Na ilha de São Miguel as festas religiosas obrigavam ao cultivo do canto e da música. Constituíram-se as bandas filarmónicas que felizmente ainda hoje perduram, formaram-se coros e nos arraiais cantava-se ao desafio, onde os mais famosos “repentistas”, criaram versos famosos que fazem parte do folclore dos Açores. Os foliões das festas do Espírito Santo são também um exemplo da aplicação lúdica da música às festas religiosas em que a poesia era associada à música. O Pão por Deus, os cantos dos Reis, das almas e do dia das Estrelas são outros exemplos da associação religiosa ao canto e à música como forma de divertimento. No âmbito das festas pagãs os festejos carnavalescos eram sem dúvida os principais, mas existiam também as desfolhadas, as vindimas e os balhos, onde era frequente surgirem os músicos, predominando a guitarra, a viola, o cavaquinho, o pandeiro, os ferrinhos, o violino e a sanfona.

O teatro era também uma atividade corrente e muito apreciada. Envolveria o dramaturgo, o ensaiador, o encenador, os atores, o canto e dava trabalho a algumas costureiras. O drama de Inês de Castro, o auto dos réis, a matança dos inocentes por Herodes eram temas preferidos, que empolgavam e ocupavam toda a freguesia nos preparativos para a representação. É neste contexto que no último quarto do século XIX nasceu e cresceu Francisco Joaquim de Sousa, na freguesia da Pedreira de Nordeste. Numa época de fome e de miséria em que os governos de Portugal se alternavam entre regeneradores e cartistas, republicanos e monárquicos, sem conseguirem resolver os problemas do País. O povo trabalhava de sol a sol e via o produto do seu trabalho, o milho e o trigo, serem levados para a cidade por determinações do governo. Revoltaram-se. Dão-se os famosos “Alevantes do Nordeste” com o fim de reter nas freguesias o alimento com que podiam matar a fome.

Pertencendo a uma família numerosa em que o trabalho infantil era importante para a economia familiar, Francisco não teve a possibilidade de frequentar a escola primária e

## 25. JOSÉ JORGE DE MELO, AUTOR AÇORIANO \*



Nasci em Ponta Delgada em

outubro de 1942.

Estudei em Ponta Delgada onde tirei o Magistério Primário e lecionei durante quatro anos. Prestei o serviço militar no Continente e suporrei dois anos de guerra colonial na Guiné-Bissau, onde fui agraciado com uma Cruz de Guerra de 3ª Classe. Seguidamente, frequentei em Lisboa o Instituto Superior Técnico e formei-me em Eletrotécnica. Trabalhei quarenta anos em Telecomunicações e constituí várias firmas em Portugal, uma em Angola, uma no Zimbábue e outra na Polónia; algumas de efémera duração e outras com sucesso. Ao longo destes anos tive oportunidade de me deslocar aos quatro cantos do mundo e



## Atas 14º colóquio da lusofonia –

aprendeu a ler, a escrever e a contar pelos seus próprios meios. Trabalhou nos campos e mostrou a sua revolta contra as grandes diferenças sociais:

Mistério insondável é o centro da Terra,  
Anunciando guerra para toda a gente,  
Com o fogo do fundo da fornalha maldita  
Para quem não acredita em um Deus jocundo  
Um Deus escondido de todo o poder  
Faz a terra tremer e vulcões abrir,  
Para engolir a miséria grandeza  
Com toda a certeza um dia há de vir.  
Para os corpos podres embrulhados em oiro  
Que a grandeza da carne e o seu tesoiro,  
Os que levam a vida a comer e a dançar,  
Já têm o passaporte para o inferno loiro  
E vão lá encontrar o diabo em coiro  
Com pós amarelos para os perfumar.

Aos 20 anos foi prestar o serviço militar e cheio de receios despede-se da sua amada com estes versos:

Adeus querida futura  
Eu vou para o batalhão  
A tua imagem vai comigo  
Cá fica o meu coração.  
Adeus minha primavera  
Adeus, adeus bem querer  
Adeus, que eu vou sem saber  
A sorte que me espera.  
Eu vejo a atmosfera  
Tão pesada e escura.  
Nos teus olhos de candura  
Vejo água merijar.  
São horas! Eu vou marchar.  
Adeus querida futura!  
Da vida, ai meu encanto,  
Eu deixo-te e vou-me embora  
E chora, meu coração chora.  
Por quem te estima tanto  
Cá fico em triste pranto.  
Eu vou partir então,  
Ai que triste apartação.  
Talvez não te torne e ver.  
Se me quiseres escrever,  
Eu vou para o batalhão.

Apesar das dificuldades com que lutou para viver e das dificuldades que o País e o governo lhe impunham, ele foi um patriota e mostrou ter orgulho de ser português

Cordas do meu violão  
Meu disfarce tanta vez

Só tu sentes a paixão  
Dum coração português.  
Quando a voz se levanta  
No fado sentimental.  
No fado também se canta  
As glórias de Portugal.  
Cantai o fado na calma  
Do coração muita vez.  
Cantai o fado com alma  
Que o fado é português.

Foi um filósofo quando se pronunciou sobre a igualdade dos homens e quando várias vezes analisou a sua própria vida:

A soberba e a humildade  
O mesmo Deus as conhece  
Na balança da verdade  
Uma sobe e outra desce.  
Elas ambas vão crescendo,  
A sua marcha seguindo:  
A que sobe vai descendo  
E a que desce vai subindo.  
Caminha o homem dia a dia  
Até à hora de morrer.  
Ali vai-se o que se não via  
Fica o que não se pode ver.  
De outra vez escreveu:  
Gastei a infância a brincar  
Até aos catorze anos;  
A mocidade a cantar  
A correr para os enganar.  
Foi alegre o meu crescer,  
Não conhecia a tristeza;  
Via na cama o prazer,  
Via na terra a riqueza.  
Meu crescer foi tão depressa,  
Mudei tanto de figura:  
Vejo na cama uma Eça,  
Na terra uma sepultura.  
É triste e medrosa a sombra da noite  
Sem ter onde se acoite, onde repousar,  
Não ter toalhas brancas, não ter pão na mesa,  
Nem uma vela acesa, nem lume no lar.  
A vida é um sonho vão  
Para o homem tão escassa  
Entre o berço e o caixão  
É uma sombra que passa.

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

Foi um homem extremamente inteligente, embora com pouca instrução. Acreditava na influência dos astros sobre os destinos do Homem e na astrologia; e, apesar dos hábitos extremamente religiosos da sua sociedade, teve dúvidas sobre a vida eterna que expressa levemente em “Senda da Vida”

Nós desta vida além-mundo

Temos outra região!

É um mistério tão fundo

Que nos deixa em confusão.

Foi dramaturgo enquanto escreveu “Diálogo entre o Sol e a Lua” e foi um grande admirador da natureza e do belo que expressa em muitos dos seus versos:

As hortênsias das estradas

Nos taludes debruçadas,

São tão lindas, são tão belas,

Têm o tecido das fadas.

As próprias encantadas

Vem dormir à sombra delas.

Enviuvou cedo e no fim da vida conheceu a solidão, a pobreza, a amargura, a tristeza e expressou o seu desencanto pela vida nos seguintes versos:

Nas idades, o tempo santo

Foi a vida o meu encanto

Passou assim de corrida.

Passou porque tudo passa,

Agora bebo na taça

O fim amargo da vida.

Meu Deus que tristeza é o fim da vida

Com a fé perdida e o Deus ofendido.

Choro arrependido, perdoa-me Deus meu,

Mas que mal fiz eu para ter nascido.

No verão de 1950, tendo eu oito anos de idade, os meus familiares residentes na Pedreira falaram-me dele com um misto de respeito e de venerabilidade.

- Tens de o ir visitar! Ele está muito velhinho! Já não sai de casa! É irmão do teu bisavô, teu tio-bisavô!

E levaram-me a sua casa. A imagem que guardei dele era a de um homem alto, extremamente magro e triste, pouco falador, diferente dos demais e cuja presença por si só impunha distância e respeito.

Em 1950, alguém publicou a maior parte dos seus poemas num livro intitulado “Musa Religiosa - Poesias para o Povo”. Esta publicação não contém nenhuma bibliografia do autor dos versos, nem faz qualquer referência a quem teve o cuidado de fazer a recolha, organizar o conteúdo e custear a publicação.

Existem cópias dos versos manuscritos de Francisco Joaquim de Sousa e do livro publicado em 1950 nas mãos de familiares e de amigos residentes no Brasil, nos Estados Unidos e no Canadá; e foi justamente durante uma viagem que fiz ao Brasil que o meu tio Damião Luiz de Sousa me entregou uma cópia desses papéis, dizendo-me.

- Tu, que andas envolvido em publicações de livros, toma isto que eu carrego e leio há mais de quarenta anos. São os versos do nosso tio Francisco de Sousa. Faz disso o que quiseres.

Esta minha apresentação é uma pequena homenagem que pretendo prestar ao autor pelo mérito do seu auto didatismo, pela sua inteligência e pelo facto de ter tido a preocupação de deixar registada a sua obra.

José Jorge de Melo,

Ponta Delgada, 31 de agosto de 2014

## 26. JOSÉ SOARES, JORNALISTA AÇOR-CANADIANO



**José Soares** (de Abrantes Reis), n. em Ponta Delgada, São Miguel, Açores - 1948. Jornalista e investigador.

Formação em Comunicação Social e História.

Foi presidente regional do partido liberal do Quebeque.

Diretor do referendo de 1995 para a soberania do Quebeque.

Candidato ao parlamento europeu pelos Açores no Partido Democrático do Atlântico (PDA).

Fundador de vários jornais: *COMUNIDADE* (1973); *O MENSAGEIRO* (1985); *JORNAL NACIONAL* (1992); Cofundador do *AÇORES 9*, (2007) jornal com a maior tiragem jamais efetuada nos Açores – 50 mil exemplares por edição, do qual foi diretor editorial até 2010.

Foi delegado da RDP/RTP em Otava e dirigiu inúmeros órgãos de comunicação social. Produziu rádio e foi apresentador de televisão durante vários anos.

Conferencista e cronista há longos anos, José Soares tem atrás de si um longo rasto de material escrito em diversas publicações nacionais e estrangeiras.

Por convite do então diretor João Manuel Alves, inicia uma crónica semanal no decano *AÇORIANO ORIENTAL* na Ilha de São Miguel, nos Açores, sob os temas *BARCOS DE PALHA*, *PEIXE DO MEU QUINTAL*, *HAJA SAÚDE* e *LUSOLOGIAS*, atingindo popularidade pela prosa simples e direta. Foi considerado por Osvaldo Cabral, Jorge Nascimento Cabral e outros, como o mais acutilante articulista da altura. A 20 de novembro de 2011 foi homenageado pelo Presidente do Governo da Região Autónoma dos Açores, Carlos César.

É SÓCIO DA AICL - PARTICIPOU NA RIBEIRA GRANDE 2007, LAGOA 2009, MAIA 2013 E MOINHOS 2014

TEMA 2.8 A NAÇÃO AÇORIANA NO CONTEXTO EUROPEU, ENSAIO DE JOSÉ SOARES, JORNALISTA

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

As Academias como esta onde nos encontramos hoje são também plataformas ideais para lançar o debate político-social. Delas emergem inúmeras vezes o suco do ideário progressista; A essência democrática da liberdade de expressão, em toda a extensão da razão humana.

No Portugal que se assumiu estado de Direito após a entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa de 1976, implementando os primeiros ensaios de regime democrático do tipo ocidental depois dessa data, a nova elite política emergente decidiu, e bem, terminar com o que a história havia já dado como descartável há muito: libertar parcialmente o seu vasto e cobiçado império colonial. E embora essa libertação tenha sofrido nalguns casos as contingências do abandono pura e simples, os governantes do novo regime lá foram distribuindo independências, como quem distribui bolinhos quentes, por entre interesses ideológicos aqui, fugas ali, entregas forçadas acolá, combinações anacrônicas em muitos casos, mas tudo filhos e filhas da ação política dos homens.

Já o Brasil havia sido pioneiro do inevitável, pondo a ironia a funcionar pela ação de um príncipe herdeiro português – Pedro de Alcântara. Assim, a independência e Liberdade vista do lado brasileiro, não era senão traição lesa-majestade, vista do lado português. E no entanto, D. Pedro não ficou na História de Portugal com o cognome de traidor.

Num desenrolar napoleónico em toda a Europa e perante a invasão francesa às suas portas, o rei João Maria de Bragança, VI João de Portugal, deserta apressadamente para a mais longínqua colônia. Não vou aqui descrever os acontecimentos que provocaram a proclamação da independência brasileira, senão e apenas especular que se Napoleão não tivesse nascido ou a mãe o tivesse abortado, nós não estaríamos aqui hoje. O Brasil teria provavelmente sido colônia mais algumas décadas – quem sabe – batendo até nos costados do 24 de abril de 1974...!

O império colonial português é considerado por muitos historiadores como o primeiro império global da história, além de ser o mais antigo dos impérios coloniais europeus modernos. Espalhou-se ao longo de um vasto número de territórios que hoje fazem parte de 53 países.

As réstias desse colosso colonial são ainda hoje os territórios da Madeira e dos Açores. Ilhas revisitadas pelos portugueses, depois de africanos, árabes, cartagineses e sabe-se lá quem mais.

Tal como as ilhas de São Tomé e Príncipe e as de Cabo Verde, os arquipélagos da Madeira e dos Açores foram encontrados desabitados pelo que os portugueses trataram de as povoar com gentes de várias etnias europeias e africanas (escravos africanos na Madeira, para a cultura da cana açucareira). Imigrações posteriores de famílias anglófonas, flamengas, judaicas, francófonas e espanholas, fizeram dos arquipélagos um aglomerado social que com o passar do tempo se foi diferenciando, criando uma identidade própria que hoje todos reconhecem como sendo a de um povo disperso pelas nove ilhas (no caso açoriano) sustentadas no Atlântico Norte por enormes montanhas submersas.

Portugal reconheceu essa diferenciação, ao conceder-lhes a independência (Cabo Verde e São Tomé e Príncipe) bem como estatuto próprio de Região Autónoma na Constituição portuguesa (Açores e Madeira). Esse estatuto, embora muito limitado nas liberdades e concessões, não deixa de ser um reconhecimento por parte de Portugal das realidades ímpares que forjam as identidades insulares.

Por outro lado e de forma anfibológica, a mesma Constituição portuguesa denota a sua costela colonial ao impor limitações autonómicas aos dois últimos territórios do ultramar (para além do mar). Elas são flagrantes na Constituição portuguesa:

- A proibição de referendos nas ditas regiões autónomas;
- A proibição da existência de partidos regionais;
- A existência da figura do representante da república, cujo nome foi já o de

Capitão do Donatário, o de governador, o de ministro da república e agora, o representante da república, com poderes de veto sobre a legislação regional.

Então, qual das três cai na situação de falaciosa?

Para melhor julgar da importância destas matérias e do quão coartado é a presente situação autonómica nos Açores e na Madeira, temos os exemplos atuais da Catalunha, da Escócia, do Quebeque, das Canárias, da Flandres, do País Basco, da Galiza, para só mencionar estes.

Na Catalunha, a 9 de novembro próximo, um referendo será levado a cabo pelo partido que governa a autonomia catalã e à revelia da Constituição espanhola. Passo a citar:

*"Quer que a Catalunha seja um Estado" será a pergunta do referendo sobre a independência da Catalunha convocado pelo governo autonómico para 9 de novembro de 2014. Se "sim", a segunda parte da pergunta será: "Quer que esse Estado seja independente?"*

*Artur Mas, o presidente do governo autonómico, chegou a acordo com os restantes partidos regionais favoráveis à consulta soberanista. (Isto só é possível, porque na Catalunha existem partidos regionais).*

*Artur Mas sublinhou ainda que ao estabelecer uma pergunta e uma data para a consulta popular "estamos à altura das circunstâncias" e "satisfazemos um desejo da ampla maioria do povo catalão". E enviou ainda uma mensagem ao Governo de Madrid, liderado por Mariano Rajoy, para que "escute a voz do um povo que quer votar pacífica e democraticamente".*

(Fim de citação)

Na Escócia, o referendo do último 18 de setembro mostrou-nos de como se podem prostituir as democracias modernas perante a força do Capital. Depois do pânico de Londres na semana anterior, ao ver as sondagens darem uma maioria ao **SIM** independente, todos os políticos vieram da Inglaterra para a Escócia dizer aos escoceses que os amavam, que não os largassem, e que uma nova e mais ampla autonomia seria dada à Escócia, com mais poderes nas decisões económicas e maior proveito escocês nas suas riquezas naturais. Levaram 300 anos para dizer isto!!!

Com as potências coloniais da União Europeia a fazerem olho morto aos Direitos e Liberdades Fundamentais do Povo Escocês que todos ratificaram, nomeadamente o **TRATADO DA UNIÃO EUROPEIA E O TRATADO SOBRE O FUNCIONAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA** e ainda a **CARTA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA UNIÃO EUROPEIA (2010)**, a opinião oficial de Bruxelas é que a Escócia deveria permanecer no Reino Unido, enquanto por trás das cortinas, a Comissão europeia esfregava as mãos, desejando que a Escócia saísse e a fragilidade Inglesa os obrigasse a serem mais dóceis para com a união económica.

Deixem-me citar um trecho das variadas notícias saídas sobre a questão da Escócia:

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

*“Perplexidade em Londres e nas outras capitais europeias. Pela primeira vez na campanha do referendo que ocorrerá no próximo dia 18 (UMA SEMANA ANTES DO REFERENDO) as sondagens mostram que há uma maioria de 51% de escoceses favoráveis à independência da sua terra.*

*Decidido em 1997 pelo governo Tony Blair, o processo de descentralização do Reino Unido permitiu a criação de um Parlamento em Edimburgo em 1999, o qual formou em seguida o Scottish Executive, ou seja, o governo da Escócia. Em 2012, o atual primeiro-ministro do Reino Unido, David Cameron, assinou um acordo para a realização de um referendo sobre a independência da Escócia. Agora, a Escócia encontra-se a um passo da independência completa do governo de Londres.*

*De qualquer forma, a autonomia escocesa saiu consolidada. De fato, o governo britânico, apoiado pela oposição trabalhista, já está decidido a ampliar os poderes do Parlamento escocês, garantindo um estatuto próximo da independência para o governo de Edimburgo.*

*Resta que o processo de autonomia escocesa marca uma virada histórica no Reino Unido e na Europa contemporânea. A libra inglesa desvalorizou quando foi publicada a sondagem indicando a provável vitória dos independentistas escoceses na semana que antecedeu o referendo.*

*Mas a independência traria consequências bem mais amplas. Segundo o jornal londrino “The Telegraph”, a rainha Elizabeth estaria “horrorizada” com a perspectiva da independência da Escócia, que enfraqueceria a Coroa britânica e desencadearia uma crise constitucional.*

*Em particular, o Trabalhismo sairia muito enfraquecido, visto que os escoceses constituem os mais fiéis eleitores do partido, enviando regularmente numerosos deputados ao Parlamento de Londres. Atualmente, dos 41 deputados escoceses que tem assento em Westminster, 40 pertencem ao Labour e somente 1 aos conservadores (Tories). Com a eventual independência da Escócia, os 41 postos de deputados seriam suprimidos e o Labour passaria a ter 217 deputados em vez dos 257 atuais de que dispõe em Londres.” (Fim de citação) (wikipedia.org/wiki/Referendo\_sobre\_a\_independência\_da\_Escócia\_em\_2014)*

Ainda que o processo de autonomia da Escócia tenha sido conduzido democraticamente, em perfeito acordo com o governo de David Cameron, a acentuação do separatismo ou a independência do país relançará outros movimentos independentistas no seio da União Europeia.

Assim, os acontecimentos na Escócia foram seguidos de perto pelo País Basco e pela Catalunha, onde - em total desacordo com o governo de Madrid – esta última tenciona levar por adiante um referendo sobre a independência marcado para 9 de novembro deste ano.

E a Espanha está no centro das tensões separatistas europeias e ficaria seriamente abalada com a separação do País Basco e da Catalunha. Enquanto uma eventual independência da Escócia abateria somente 9% do PIB total do Reino Unido, a independência da Catalunha e do País Basco tiraria 25% do já combatido PIB espanhol.

A oposição a todas estas mudanças europeias levanta o véu à máscara das democracias ocidentais, cuja tolerância esbarra nos mais variados interesses políticos e económicos dos estados-membros agora ameaçados de desmembração.

No Reino Unido, os novos tempos ameaçam reduzir consideravelmente regalias de uma elite monárquica semiendeusada há séculos pelos anglo-saxónicos, além dos biliões de libras esterlinas que terão de ser repartidos de forma diferente da que aconteceu até aqui. Refiro-me ao petróleo do mar do norte da Escócia, entre outras coisas.

Nas Espanhas, se for aberto o precedente da Catalunha, teremos o País Basco, a Galiza e as Canárias, para só mencionar estes, a medir forças com o Estado espanhol, embora as organizações internacionais façam dessas pretensões as mais complicadas asserções em ciência política.

As dificuldades que se afiguram a esses povos são enormes, pois a própria comunidade internacional não se encontra preparada para assistir ao nascimento de tantas nações e muito menos a Comunidade Europeia, cuja formatação está, desde o início, infetada pelo vírus da libertação. E não existe vacina contra este.

A dificuldade tanto da ONU como da CE está em conjugar os Direitos Humanos e dos Povos à sua Autodeterminação, sem perder interesses políticos dos estados que agora controlam essas nações. O jogo diplomático é difícil e não deixará de ser interessante seguir, esperemos que pacificamente, os resultados deste novo mundo que se avizinha nos próximos tempos.

Talvez que consultando diversas opiniões um pouco por todo o Globo, possamos tomar conhecimento de alguma solução que ainda não nasceu. Destas buscas que tenho feito, vou citar uma resenha histórica muito resumida da situação espanhola, numa perspectiva vista a partir do Brasil:

*“A Espanha – assim como inúmeros outros países – possui um Estado multinacional, ou seja, contempla em seu território inúmeras nações ou troncos étnicos que possuem um relativo grau autónomo de organização e coesão sociais. No entanto, ao contrário de muitas outras localidades, em que a convivência dessa pluralidade se sustenta de forma relativamente pacífica, no espaço geográfico espanhol há uma elevada instabilidade política envolvendo, especialmente, catalães e bascos, além de algumas outras etnias (como os galegos e navarros).*

*A questão dos catalães e dos bascos, apesar de possuir raízes históricas mais antigas, tornou-se mais evidente durante a ditadura espanhola de Francisco Franco, que durante 38 anos (1939-1977) reprimiu duramente qualquer manifestação de independência por parte desses povos. A seguir, vamos conhecer um pouco mais sobre os objetivos e as características histórico-geográficas desses povos que buscam a constituição de seus respetivos Estados nacionais.*

### **A questão da Catalunha**

*Os catalães localizam-se na região nordeste da Espanha, constituindo uma nação relativamente coesa sobre o território espanhol, com uma língua própria (o catalão) e sua própria matriz cultural. Estima-se que essa nacionalidade tenha constituído sua territorialidade na Europa por volta do século XII e teve sua autonomia destituída, de forma definitiva, ao final da Guerra da Sucessão*



## Atas 14º colóquio da lusofonia –

Espanhola (1702-1714), que unificou de vez o território espanhol sob o domínio do idioma castelhano.

Apesar da dependência política em relação ao Governo Espanhol, a Catalunha foi uma das que mais se desenvolveram economicamente na região, tendo sido a primeira a se industrializar no país, ao longo do século XVIII. Por ser economicamente mais estável, a Catalunha presenciou um movimento intelectual em seus domínios, no século XIX, chamado de “Renaixença” (Renascimento), em que se buscava resgatar a identidade cultural e o idioma original dos catalães. Esse movimento esteve na base da busca pela independência da Catalunha.

Em 1932, chegou-se a aprovar um estatuto catalão com a criação de um governo autónomo reconhecido por Madrid, capital e centro do Governo Espanhol, e uma conseqüente proclamação da República Catalã. No entanto, essa república durou pouco tempo, uma vez que a ditadura de Francisco Franco acabou com qualquer autonomia dessa nação, agindo com forte repressão e proibindo, inclusive, o uso do idioma catalão no país.

No entanto, esse longo período de repressão, que durou quase quatro décadas, só serviu para alimentar ainda mais o sentimento de independência por parte dos catalães. Após o fim da ditadura franquista, novamente se aprovou um Estado e o idioma catalão passou a ser novamente reconhecido, sendo, inclusive, adotado como uma das línguas oficiais da Espanha.

A concessão de uma certa autonomia catalã, ao contrário do que imaginava a Espanha, não acalmou o sentimento de separação por parte dos catalães, que até hoje reivindicam avanços nesse sentido. As manifestações e protestos pró-independência são frequentes na região, deflagrando a elevada instabilidade política local.

### A questão do País Basco

O País Basco – que, na verdade, não é um país – configura-se, atualmente, como uma das regiões autónomas da Espanha, ocupando uma área de 20 mil quilómetros quadrados, onde vivem mais de 3 milhões de habitantes. Os bascos ocupam a Península Ibérica há mais de 5 mil anos, resistindo a diversas invasões (inclusive a dos Romanos) e preservando os seus costumes ao longo do tempo, mesmo com a dominação posterior exercida pelos povos bárbaros. Atualmente, o idioma dessa nação é o mais antigo dentre os atualmente utilizados na Europa.

Além de ocupar parte do território espanhol, em sua porção norte, os bascos também habitam parte do sul da França, onde a convivência é mais pacífica, em razão do fato de apenas 10% daquilo que seria propriamente o país dos bascos se localizar em território francês.

Os bascos passaram a ser parte do território da Espanha a partir do século XV, tendo sua divisão com a França solucionada no século XVII. Apesar disso, os bascos conquistaram, ao longo do tempo, uma relativa autonomia, diferentemente, até então, das demais etnias localizadas no território espanhol.

No entanto, assim como ocorreu na Catalunha, o País Basco sofreu a dura repressão da ditadura de Francisco Franco, que restringiu os movimentos de independência e proibiu o uso do idioma basco. Assim como ocorreu com os

catalães, esse período serviu para aflorar ainda mais o sentimento de recusa à dominação hispânica, fazendo surgir, inclusive, o grupo terrorista ETA (Euskadi Ta Askatasuna: “Pátria Basca e Liberdade”, em basco), que realizou atentados terroristas a partir da década de 1970.

Com o fim da ditadura, o País Basco conquistou, novamente, uma relativa autonomia, com Parlamento próprio e um sistema tributário independente. O ETA, até então apoiado pela população, costumava agir com manifestações violentas, realizadas por meio de assassinatos de autoridades militares e políticas. Apesar de serem favoráveis à independência, os bascos tornaram-se contrários a essas práticas do grupo terrorista que depôs as armas em 2011, mas continua a existir.

O que se pode concluir com o caso dos bascos e dos catalães é que esses sentimentos independentistas em relação à Espanha tiveram duas matrizes diferentes: os primeiros possuem um cunho histórico e político muito fortes, enquanto os segundos seguem uma agenda cultural desde o movimento renascentista do século XIX. Diferenças à parte, os cientistas políticos consideram que a tendência é que eles não consigam suas independências durante os próximos anos, em face do forte apoio que o Estado Espanhol possui por parte da União Europeia e da ONU (Organização das Nações Unidas). <http://www.brasile Escola.com/geografia/movimentos-separatistas-espanha-bascos-catalaes.htm>

A situação portuguesa, no próximo futuro, irá assemelhar-se com a sua vizinha Espanha e com a Inglaterra se o poder central excessivo de Lisboa não quiser compreender que os tratados são para cumprir e não apenas para assinar em pompa e circunstância.

Os acontecimentos emancipacionistas a que assistimos, independentemente dos seus resultados, serão um acórdão do próprio Direito Internacional, o qual irá decididamente entrar em estradas mais largas sobre os territórios ainda retidos sob a alçada de estados que viveram e praticaram o imperialismo e que intrinsecamente continuam a praticar o neocolonialismo sob a capa transparente do estado de Direito.

E Portugal é ainda, um destes.

“Por exemplo, usando como medida de centralização governamental a percentagem do total de receitas fiscais que é captada pelo governo central, excluindo aquelas receitas que automaticamente são transferidas para os governos locais/regionais, verifica-se que Portugal ocupa o primeiro lugar em termos de centralização do poder.” (Lijphart 1999: 193, figura 10.1).

A Constituição Portuguesa, não esqueçamos, só pode ser alterada sob maioria de dois terços dos deputados do Parlamento em Lisboa. Aqui, os Açores e a Madeira terão um enorme obstáculo a ultrapassar em qualquer reivindicação de maior descentralização autonómica.

A par disso, o sistema eleitoral português está obsoleto na representatividade democrática, pois que o cidadão vota numa lista que lhe é apresentada por um partido. Não conhece quem o representa e os partidos habituaram-se a preencher essas listas com pagamentos de favores políticos, familiares e outras obscuridades que ajudam a manter o *status quo* de uma elite que pouco ou nenhum interesse tem em mudar e renovar um sistema pelo unisonal, por exemplo, onde cada deputado é eleito num determinado ciclo eleitoral e é responsabilizado pelos seus eleitores.

“Todavia, a nossa pesquisa indica que a regionalização poderia ter conduzido a administração pública portuguesa para um modelo mais racional e

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

descentralizado, sem prejudicar as autonomias... nem ameaçar a coesão e a solidariedade nacionais. No mínimo, a sondagem de Braga da Cruz sugere que séculos de centralismo não foram capazes de extinguir as fortes identidades regionais. Se combinarmos estes dados com o extenso descontentamento face ao centralismo político-administrativo, podemos concluir que o separatismo madeirense e açoriano poderá não estar tão “morto” como querem fazer crer. (**O Referendo português sobre a regionalização numa perspetiva comparada, André Freire e Michael A. Baum – Penélope, revista de história e ciências sociais, nº 24, p 168 - CELTA EDITORA, 2001**).

“Os Açores e a Madeira gozam de um estatuto de autonomia regional desde 1976. Todavia, essa autonomia é algo limitada: o governo central mantém um representante em cada região; em certa medida, os orçamentos regionais estão dependentes da boa vontade dos governos centrais; os partidos políticos regionais são proibidos pela Constituição.” (**Opello 1993 e Lewis e Williams 1994. Idem, o referendo português - revista Penélope, p 171**).

As pressões a favor da descentralização em Portugal vão continuar a crescer, tal como tem acontecido desde a integração na CE. Há igualmente o próprio progresso civilizacional que se encarregará de maior democraticidade global, de uma consciencialização dos direitos de todos os povos.

Comissões para as Regiões Ultraperiféricas que permitem assento dos representantes das regiões, proporcionam uma voz cada vez mais forte dessas regiões nas suas justas reivindicações junto de Bruxelas e não só.

O direito de escolha dos povos, tal como das pessoas, é a mola principal que impulsionará aquilo a que eu chamo “A Europa Irmanada por nações confederadas” - pequenas e grandes. Mesmo que uma Espanha se multiplique por várias nações autónomas, todos decidirão viver juntos, irmanados pelo mesmo espírito do velho continente e seus arredores.

As Nações Unidas dedicam-se cada vez mais a perscrutar as pequenas nações do planeta e a tomarem uma consciência do que pode e deve ser feito, no sentido de uma melhoria democrática nos sistemas que ainda possam pecar pela falta disso mesmo.

Portugal identifica-se na História como país-mãe, parideira de várias nações modernas e este estatuto não lhe permite fechar-se ao diálogo do que lhe resta fazer.

Terá sempre em todos os membros lusofalantes, o apoio e a amizade fraternal que a Língua comum oferece. Se somos uma Língua importante no ranking global, isto deve-se à generosidade de todos os lusofalantes que desde o Brasil a Timor, optaram, voluntariamente, por se exprimirem na chamada “Língua de Camões”, reconhecendo nela uma identidade indispensável na sua própria sobrevivência cultural e social enquanto nações inseridas no vasto puzzle internacional.

Estamos convencidos de que as últimas independências do mundo colonial vão acontecer neste século XXI. Elas virão muito mais de fora para dentro, do que engendradas na clandestinidade constitucional de sistemas retrógradas e obsoletos.

No atual mundo da informação instantânea e da democratização global, há cada vez menos lugar para as viciosas cartadas da exploração de povos, sem justo retorno, sem solidariedade, sem tolerância e sem a virtude democrática da irmandade.

As soberanias absolutas e os estados indissolúveis, são como mães grávidas que recusam fazer nascer o filho.

É contranatura.  
Obrigado por me ouvirem.

## 27. JUCÉLIA FERREIRA LOEBENS, PORTO ALEGRE, BRASIL ASSISTENTE PRESENCIAL



Brasileira, Doutoranda em Literaturas Comparadas pela Universidad de Alcalá de Henares – Madrid – Espanha. Especialista em Leitura e Produção de Textos no Ensino da Língua Portuguesa, pelo Centro Universitário Ritter do Reis - Porto Alegre -RS, Graduada em Letras Licenciatura Plena, pela Universidade de Passo Fundo – RS – Brasil. Professora de Língua Portuguesa e Literatura Portuguesa e Brasileira em Escolas do Governo Estadual, há mais de dez anos. Atualmente professora de Português como Língua estrangeira para executivos, na Espanha. Com artigos publicados em Espanha e no Brasil. E apresentações de trabalhos em diversos congressos importantes. Alguns trabalhos publicados:

1. FERREIRA LOEBENS, Jucélia, JABELUFA, Sérgio. **A interferência da língua portuguesa na aprendizagem da língua espanhola**. Sessões de Comunicações Integradas Línguas Estrangeiras - SELES – SELM – Universidade de Passo Fundo – RS. (outubro/2006).

[www.upf.br/selesselm/arquivos/7SessoesDeComunicacaoIntegradasDia24.pdf](http://www.upf.br/selesselm/arquivos/7SessoesDeComunicacaoIntegradasDia24.pdf)

2. FERREIRA LOEBENS, Jucélia. **Legendas urbanas y rurales de Brasil contadas por brasileños que viven en Alcalá de Henares, Madrid**. *Culturas Populares. Revista Electrónica* 1 (enero-abril 2006). ISSN 1886-5623.

3. FERREIRA LOEBENS, Jucélia. **Escrituras Populares y españolas: las carpetas de adolescentes desde una perspectiva comparatista**. *El Filandar/O Fiandeiro. Publicación de Cultura Tradicional*, n. 16. Asociación Etnográfica Bajo Duero (Zamora) – 2005. Pp.16 a 20.

4. ARALDI, Lilian C., FERREIRA LOEBENS, Jucélia. **Intertextualidade: uma prática de respeito às diferenças**. Anais: II Seminário Internacional sobre Filosofia e Educação: racionalidade e tolerância. II Seminário Internacional sobre Filosofia e Educação. (Passo Fundo – RS) 2005. Pp.1 a 8.

ISBN - 85-7515-333-1

5. FERREIRA LOEBENS, Jucélia. “Alma desnuda”. *Pétalos de Pasión. Antología Poética*. Centro de Estudios Poéticos. Ed. Mecopress, Madrid, 2006. p.181.

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

6. FERREIRA LOEBENS, Jucélia. **La descripción de la mujer en Don Quijote y Vinicius de Moraes: comparaciones a través de la mirada intertextual.** Liceus – El portal de las Humanidades.

**ESTEVE PRESENTE NO COLÓQUIO 2007 BRAGANÇA**

### 28. LUÍS MASCARENHAS GAIVÃO, PORTUGAL



**LUÍS MASCARENHAS GAIVÃO** é Doutorando em Pós-colonialismos e Cidadania Global com a tese “Pelo Sul se faz caminho: transculturalidades na obra de Manuel Rui”, do (CES/FEUC) - Centro de Estudos Sociais e da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Colaborador do projeto (CES/FCT) “[De S. Paulo de Luanda a Luanda, de Lourenço Marques a Maputo: capitais coloniais em tempos pós-coloniais](#)”.

Membro do GAIEPC Grupo Autónomo de Investigação em Estudos Pós-Coloniais. Mestre em Lusofonia e Relações Internacionais pela Universidade Lusófona de Lisboa com a dissertação “CPLP - a Cultura como Principal Fator de Coesão”, Licenciado em Filosofia e Humanidades pela Universidade Católica (Faculdade Filosofia de Braga), foi membro da bolsa de formadores do ACIDI (Alto Comissariado para o Diálogo Intercultural), é professor reformado, ex-Adido Cultural de Portugal em Luanda, Luxemburgo e Bruxelas, Diretor do Centro Cultural Português em Luanda e Luxemburgo, cooperante-formador na DGEX (Direção Geral de Educação de Adultos em Cabo Verde), membro fundador da AICL (Associação Internacional Colóquios da Lusofonia), formador do Projeto Entreculturas do Ministério da Educação. Foi assessor pedagógico no Ministério da Educação de Roberto Carneiro. Áreas de interesse: interculturalidade, estudos africanos, pós-colonialismos, literaturas africanas, relações internacionais. Escritor, ensaísta, investigador CES.

**É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.**  
**MODERADOR DE SESSÕES.**

**TOMA PARTE NOS COLÓQUIOS DESDE 2010 BRAGANÇA, 2011 EM MACAU E SANTA MARIA, 2012 LAGOA E GALIZA, MAIA E SEIA 2013**

**TEMA 2.7 A ANGOLANIDADE E AS ARTES PLÁSTICAS: TRAVESSIAS, TRANSCULTURALIDADES, IDENTIDADE - LUÍS MASCARENHAS GAIVÃO – UNIVERSIDADE DE COIMBRA (CES/FEUC).**

#### 1. Buscando a angolanidade

Em 11 de novembro 1975 o Presidente Agostinho Neto proclamava a independência de Angola. Se um país nascia, após uma longa luta contra o jugo colonial e em que, simultaneamente, vários movimentos se confrontavam entre si, por certo se tornava muito preocupante na sua cabeça, nesse dia de novembro, refletir sobre como dotar a nova nação dos instrumentos necessários ao reforço da sua identidade.

Outro modelo político se apresentava, uma nova sociedade e um novo sistema económico tinham o caminho todo por desbravar, em contradição absoluta com o colonialismo e o imperialismo, agora fechados.

Mas este colonialismo durara 493 anos desde que o navegador Diogo Cão entrara pela foz do Rio Zaire e travara contacto com o Reino do Congo. Logo os portugueses se imiscuíram nas questões locais de soberania e comércio e, para melhor proveito dos interesses comerciais, a religião cristã (um objetivo central da expansão portuguesa) foi pregada, tendo o Rei, a corte e o povo sido convertidos. Doravante, na maior parte das questões étnico/bélico/comerciais do puzzle político angolano, as questões religiosas se interpuseram como importantes, sendo que guerras houve travadas com o “pretexto” religioso a justificar outros interesses muito mais materiais.

Se a religião chegou, também a língua desembarcou nas caravelas e se foi fixando neste tempo longuíssimo. Ela trazia consigo a escrita, quando os africanos utilizavam a sua riquíssima oratura como veículo de comunicação, transmissão e difusão de epistemologias totalmente diferentes daquela primeira modernidade que lhes chegava da Europa, através de Portugal.

Com a escrita, o catecismo, armamento mais desenvolvido e um interesse ganancioso de fazer fortuna, os portugueses cedo começaram no trato da escravatura, para o qual concorreram, também, os reinos locais, vendo nessa atividade um processo de enriquecimento. Assim a compra e venda de escravos, as guerras de razia, as trocas de alianças serviram para, dos séculos XVII a XIX, criarem a nefanda rota do tráfico de escravos que, de África levou para a América, milhões de seres humanos humilhados, rasurados, violentados.

Dado que tal comércio era muito frutuoso para os negreiros e para as Américas, as outras potências coloniais, Inglaterra, Espanha, Holanda e França, sobretudo, entraram na pilhagem dos escravos de África, tendo em vista os trabalhos nas suas colónias da América na extração de minas ou plantações agrícolas.

Foi, porém, durante o século XX que o colonialismo se afirmou de modo mais assertivo em Angola.

Tem isto a ver com a célebre “Conferência de Berlim” (1884-5). Aqui, as potências coloniais na maioria europeias, acharam por bem realizar um mapa dos territórios africanos e em seguida distribuí-los, respeitando, apenas, os interesses das suas políticas geo-económicas: o que interessava era ocupar administrativamente e militarmente as colónias produtoras de matérias-primas, para obtenção das respetivas riquezas e dominar



## Atas 14º colóquio da lusofonia –

uma mão-de-obra barata que garantisse o fornecimento às fábricas europeias. Estávamos em plena era industrial.

Portugal entrara, tal como a Espanha, a partir do século XVII, em processo de periferização de temporalidades, de culturas e de economias relativamente ao eurocentrismo que, do racionalismo e do iluminismo retirava as regras da exploração futura: não mais uma colonização de fé e império, católica e emotiva, apaixonada e menos rigorosa! Agora, tratava-se da segunda modernidade: um colonialismo frio e racional, calculista, metódico, iluminado, feito de conhecimento matemático, científico, económico e justificado por um pensamento filosófico europeu, mais assertivo e moderno.

A temporalidade estranha que conduziu o colonialismo português, e também o espanhol, a este desfasamento anacrónico com o evoluir do capitalismo colonialista eurocêntrico, deu-se, como dito, a partir do século XVII, quando a Europa passou a considerar retrógrada e periférica a relação colonial dos povos e dos estados ibéricos católicos com os seus colonizados, até então interligada com motivações religiosas e com formas capitalistas ainda incipientes e imperfeitas.

É o aperfeiçoamento das teorias liberais de Locke (1632-1704) e Smith (1723-1790) que conduzirá ao refinamento do sistema capitalista (até então chamado liberal) da propriedade privada dos meios de produção e distribuição e ao processo da acumulação do capital nas mãos dos privados e empresas.

E Weber (1864-1920) explicará a tendencial inclinação da ética e religião protestantes pela bondade na obtenção do lucro capitalista (na Alemanha e Inglaterra), por contraste com a religiosidade católica, mais “desprendida” dos bens materiais por questões não apenas de doutrina mas de organização social e tradição (aristocracia guerreira, clero conservador, reduzida classe burguesa, povo geralmente submisso), sem uma necessidade “burguesa” tão premente no que se refere à acumulação primária e ao investimento no progresso duma sociedade industrial e capitalista.

Kant (1724-1804), Hegel (1770-1831) e outros muitos filósofos ocidentais corroboraram as posturas de racismo cultural e epistemológico ao classificarem os não-europeus como não dotados das mesmas capacidades superiores dos verdadeiros europeus. Estes, seriam os arianos alemães, condescendendo-se com os ingleses e em tolerância com os franceses, entrando já em desclassificação inferior europeia, os híbridos ibéricos, pois eram fruto de transculturalidades históricas com o Sul, a saber: romanos, árabes, judeus, berberes, fenícios, gregos, cartagineses, para não referir os frutos híbridos de africanos, americanos, orientais.

Todo o desenvolvimento capitalista, industrial e iluminista se foi construindo à custa da exploração colonial e do apagamento do “outro” colonizado, desmerecedor de consideração, selvagem, talvez até sem alma e natureza humana (questão discutida em Valladolid, de 1550-1, entre Bartolomeu de las Casas e João de Sepúlveda).

Nascera, enfim, o capitalismo moderno e com ele, ávido de crescimento incessante, veio a exploração massificada da natureza e do homem. Produzindo mais, crescia a economia e a acumulação do capital. Assim se originaram os modernos imperialismos, com as suas máquinas de guerra navais ou exércitos para garantir a propriedade e a vitória do mais rico e forte, particular ou estado.

De regresso ao seu estatuto de colonialismo periférico (na dependência económico/financeira/político/estratégica da Inglaterra) que vigorava no final do século XIX, Portugal tudo fez para conservar os territórios coloniais perante a avidez dos colonialismos eurocêntricos, particularmente o inglês. Então, ainda durante a Primeira República e depois extremamente reforçada durante a vigência do Estado Novo (1933-1974) experimenta a ocupação administrativa (colonialismo direto com funcionários administrativos exclusivamente metropolitanos), militar (campanhas de “pacificação”), jurídica (estatuto do indigenato, ato colonial<sup>28</sup>), linguística (proibição das línguas nativas), económica (dependência financeira da metrópole) e, obviamente, cultural, impondo uma hierarquia de padrões culturais metropolitanos e europeus na observação curiosa dos costumes tribais, das artes e culturas das etnias, do estudo académico antropológico e etnológico e na fabricação dos mais variados estereótipos relativamente aos povos colonizados.

Geralmente, estes últimos eram rotulados de “selvagens”, “primitivos”, “atemporais” e, observados pelo prisma da modernidade, eram transformados em “objetos” de curiosidade museológica, retirando-se-lhes a subjetividade, a cultura e a história.

Esta foi a rasura colonial compreendida pelo colonialismo. Em África, na América, na Ásia, sempre os colonialismos procederam ao apagamento do “outro”, ao discurso estereotipado cravado na fixidez do olhar incapaz de reconhecer a diferença e a igualdade, a riqueza da alteridade.

Retiro de Bhabha (1998a:105) a confirmação:

um aspeto importante do discurso colonial é sua dependência do conceito de “fixidez” na construção ideológica da alteridade. A fixidez, como signo da diferença cultural/histórica/racial no discurso do colonialismo, é um modo de representação paradoxal: conota rigidez e ordem imutável como também desordem, degeneração e repetição demoníaca. Do mesmo modo, o estereótipo, que é a sua principal estratégia discursiva, é uma forma de conhecimento e identificação que vacila entre o que está sempre “no lugar”, já conhecido, e algo que deve ser ansiosamente repetido...como se a duplicidade essencial do asiático ou a bestial liberdade sexual do africano, que não precisam de prova, não pudessem na verdade ser provados jamais no discurso.

Segundo o pensamento de Bhabha, o colonizado é visto através de estereótipos em cadeia, repetidos incessantemente nas histórias onde as posições “metafóricas/narcísicas” e “metonímicas/agressivas” por parte do colonizador manterão o “outro” colonizado e fetichizado, vítima de si próprio e abrindo o caminho da justificação colonial. Eis o que escreve Bhabha (1998a:127)

algumas de suas práticas [do colonizador] reconhecem a diferença de raça, cultura e história como sendo elaboradas por saberes estereotípicos, teorias raciais, experiência colonial administrativa e, sobre essa base, institucionaliza uma série de ideologias políticas e culturas que são preconceituosas, discriminatórias, vestigiais, arcaicas, “míticas”, e, o que é crucial, reconhecidas como tal. Ao “conhecer” a população nativa nesses termos, formas discriminatórias e autoritárias de controlo político são consideradas apropriadas. A população colonizada é então tomada como a causa e o efeito do sistema. Presa no círculo da interpretação.

<sup>28</sup> Entre outros, cito os seguintes documentos legislativos: *Estatuto Político, Social e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique*, de 1926, o *Ato Colonial* de 1930, a *Carta Orgânica do Império Colonial Português e Reforma Administrativa Ultramarina*, de 1933 e, finalmente, o Estatuto dos

Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola, e Moçambique, de 1954, que visava a assimilação dos indígenas.



## Atas 14º colóquio da lusofonia –

Deriva deste processo de deformação estereotípica o descarte e a desvalorização das culturas do “outro” a que procede o colonialismo.

Foram as teorias pós-coloniais que começaram a surgir no último terço do século XX (se bem que dentro da esfera do conhecimento eurocêntrico, tendo, de seguida, peregrinado para a América e África) as que na verdade iniciaram esta reflexão mais atenta e crítica sobre aquilo que passou despercebido na esfera cultural durante o apagamento colonizador.

Na realidade o estereótipo não apresenta senão a visão “superior” e “eurocêntrica”, e, no caso do colonialismo português “periférico” e “subalterno”, a questão a colocar seria a de saber se os povos colonizados por Portugal, os povos de Angola no caso, foram “subcolonizados” ou “sobrecolonizados”, como questiona Boaventura de Sousa Santos (2010a:215) e o que é que isso significaria.

Os mesmos teóricos pós-coloniais propõem, então uma nova perspetiva (Bhabha: 1998b:241-2)

Uma perspetiva pós-colonial – como vem sendo desenvolvida por historiadores culturais e teóricos da literatura – abandona as tradições da sociologia do subdesenvolvimento ou teoria da “dependência”. Como modo de análise, ela tenta revisar aquelas pedagogias nacionalistas ou “nativistas” que estabelecem a relação do Terceiro Mundo com o Primeiro Mundo em uma estrutura binária de oposição. A perspetiva pós-colonial resiste à busca de formas holísticas de explicação social. Ela força um reconhecimento das fronteiras culturais e políticas mais complexas que existem no vértice dessas esferas políticas

Depois de séculos de esquecimento, esvaziamento e razia do “outro”, agora torna-se necessário combater o fenómeno terrorista e as suas causas, mas certamente que o não será através de um pensamento de “colonialidade” ou seja mais do mesmo para tudo piorar.

Este “outro lado” é aquele em que viveram os colonizados, e de tal maneira foi avassaladora a força do colonialismo que a “colonialidade” aí permaneceu, após as independências, nas estruturas mentais das classes dominantes dos países ex-colonizados, perpetuando formas “eurocêntricas” culturais e de governação relativamente às populações que continuam “colonizadas”, agora por outros agentes, igualmente locais.

O colonialismo português teve no período histórico do regime do Estado Novo (1933-1974) a sua arquitetura mais empolada: de facto, concorrendo com a longa construção da colonialidade do ser e do poder, foi alastrando uma outra “colonialidade visual”, através de cujo filtro se observava, no caso, a realidade cultural do “outro” angolano.

Teresa Pereira (2011:63) relata:

A instauração e implementação dos sistemas coloniais encontraram-se comprometidas com a criação de uma *colonialidade visual*, materializada através de fotografias, mapas, desenhos, pinturas, recolha de coleções de “arte” e “artesanato”. O conjunto destes objetos e imagens concorre para a estruturação de uma cultura visual que desempenhou um papel de relevo no âmbito da apresentação, descrição e justificação de uma ordem colonial.

Quer isto dizer que foi feita uma apropriação e classificação filtrada pelos cânones eurocêntricos da “arte” classificada como “africana”, “primitiva”, “étnica”, sendo o colonizador quem atribuía ou não, o valor cultural a um objeto e o catalogava.

Teresa Pereira aponta a “calibragem” pela qual a “superioridade civilizacional” do colonizador efetuava o mapeamento dos territórios, estabelecia as fronteiras, renomeava os

lugares e as sociedades, no sentido de controlar e demarcar as zonas de concentração das populações. Junto com a calibragem procedia à “obliteração” que era a descrição e acantonamento das sociedades por forma a fixá-las, reduzindo as suas culturas a “folclore”, apagando hábitos e subjetividades ou procedia à assimilação forçada. Igualmente, pelo processo de “simbolização”, segundo Pereira (2011:64) procedia

“à seleção de determinados aspetos de natureza cultural em detrimento de outros, que, tomando as partes pelo todo, irão personificar ideias abstratas de beleza, fealdade, pitoresco, exótico ou sublime, transpondo para o domínio da estética, uma dimensão vivencial, transformada em curiosidade exótica – exaurindo o sentido das suas práticas e representações – perfazendo assim um processo de *simbolização*.”

Estas modalidades, de início camufladas sob a capa da “descoberta” ou exploração científica [lembramo-nos das expedições enviadas por todas as potências coloniais a África nos finais do século XIX e em Angola as de Silva Porto, Roberto Ivens, Hermenegildo Capelo,] depressa contribuíram para um acantonamento e controlo de populações que, despojados dos seus territórios, e hesitando entre a pressão da assimilação e o encapsulamento num tradicionalismo transformado em folclore, são retratados como um *Outro* (o indígena) que, apesar da divulgação e multiplicação de imagens, continuará a incarnar a visão do exótico.

Este “outro” exótico será exposto, com fins de propaganda colonial e imperial do Estado Novo (copiando outros eventos anteriores em Londres, 1862, Paris, 1867 e 1900 e Anvers, 1885) em certames realizados quer em Portugal (Exposição Colonial do Porto, 1934 e “Exposição do Mundo Português, 1940) ou no estrangeiro (Exposição Internacional de Arte Colonial de Nápoles, 1934).

Nestes certames em que o objetivo principal era a glorificação da Nação Portuguesa e do seu Império, como forma de justificação interna e externa duma mitologia que se fundamentava no passado glorioso dos Descobrimentos, de onde se rasuraram os feitos menores, a exposição quer de fotografias, objetos, pessoas, aldeias do ultramar, captava apenas fragmentos do real, distorcendo a inscrição desses elementos nos seus meios naturais.

Pereira (2011:104) relata

a presença icónica do império é sintetizada no fragmento do real – exaltado como fração representativa – e evidenciada pelo dispositivo expositivo da vitrina, do “jardim de aclimação” da “aldeia negra”, do “zoo humano”, ou dos jardins zoológicos e tropicais transformando as salas e espaços exteriores em cenários efémeros onde o visitante se depara não só com uma componente económica e histórica dos espaços coloniais mas igualmente uma dimensão natural e humana.

Estas exibições que se tornam atração catalisadora de largas faixas de público, assumem um sentido mais vasto na afirmação de uma visão racista que, forjada no perímetro da antropologia, é ensaiada presencialmente através da exibição do *Outro*, encenado na sua inferioridade física, material, civilizacional,... que transpõe as paredes do laboratório antropológico para o espaço público, popularizando e operacionalizando um racismo que de “científico”, se torna trivial.

O Estado Novo herdou diversas estruturas coloniais anteriores, ainda do tempo da Primeira República (1910-1926), como a Agência Geral das Colónias (1924), que transformou em Agência Geral do Ultramar (1951) retirando-lhe a conotação “colonial” que a sua ideologia política pretendia para as agora chamadas “Províncias do Ultramar”, criou

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

outras novas estruturas de difusão, propaganda e inculcação ideológica colonialista e imperialista.

Tal era o caso, nomeadamente, do Secretariado da Propaganda Nacional (1933) rebatizado como Secretariado Nacional da Informação, o célebre SNI (1951) que funcionava em relação estreita com a Sociedade de Geografia de Lisboa (1875) e ambos organizavam exposições de arte e/ou científicas, bem como concursos literários e apoiavam artistas e escritores metropolitanos que se deslocavam ao Ultramar e outros coloniais como instrumentos da sua colonização.

Entre os escritores que passaram ou ganharam estes concursos, contamos com nomes como Julião Quintinha, Henrique Galvão, João Santos Silva, Castro Soromenho e outros que, mais ou menos, iam desenhando em texto ou na pintura os temas africanos que, no âmbito nacional nunca deixariam de ser considerados como produzidos nas margens do império. No que se refere aos artistas plásticos, ressaltamos os nomes de Jorge Barradas, Eduardo Malta, Fausto Sampaio, Álvaro Canelas, Preto Pacheco, Albano Neves e Sousa entre as décadas de 30 a 70.

Resumindo muito estas atividades da “arte ao serviço do império” e de inculcação cultural, podemos resumir, seguindo Teresa Pereira (2011:202), o que se passou em Angola, nas décadas de 30 a 50 que:

viram desenvolver um conjunto de manifestações plásticas, que plasmando os modelos europeus, desenvolveram as modalidades do retrato, natureza morta, paisagem, ou pintura de género. Marcadas por um diletantismo da parte de uma elite da sociedade colonial, exploraram algumas linhas temáticas, numa correspondência estreita com os domínios da antropologia, distinguindo-se das produções plásticas dos artistas autóctones, agrupadas sob a configuração do artefacto etnográfico ou da “arte indígena”.

Não obstante o conservadorismo referido, alguns artistas evoluem e outros aparecem, já naturais de Angola ou provindos da metrópole, que começam a quebrar os modelos naturalistas e a questionar a representatividade da arte, acrescentando, em crescendo, um discurso pictórico mais africanizado, ao qual não são alheios os movimentos do modernismo e vanguardismo, do cubismo, do expressionismo, neorrealismo e surrealismo.

Neves e Sousa evolui num sentido de prestar mais atenção ao conteúdo psicológico das suas obras. Segue as pisadas que exalam do “grupo dos independentes” que se formara em Portugal (Alexandre Pomar, Júlio Resende, Rui Pimentel, entre outros) e traz para Angola os primeiros traços dum realismo pictural, embora matizado no que respeita ao comprometimento social. O seu percurso seguirá pelo Brasil após a independência de Angola.

Aumenta o intercâmbio artístico entre Angola e a metrópole e alguns artistas abrem ateliers onde os angolanos, privados do ensino das artes no território, aprendem teoria e prática: Neves e Sousa, José Redinha, Denise Toussant, Henrique Abranches, Amílcar Vaz de Carvalho, Dorindo de Carvalho, entre outros, são os expoentes deste novo movimento que de algum modo se pode considerar influenciado pelo neorrealismo, que, igualmente influenciava a efervescente literatura angolana, na procura e afirmação da angolanidade (por exemplo, a revista *Mensagem* (1951-2), onde escreviam Agostinho Neto, Viriato da Cruz, António Jacinto, entre outros)

Um facto significativo dá-se quando, em 1953, na Exposição da África Central em Bulawayo (Zimbabwe) a representação de Angola, onde se incorporaram os artistas Neves

e Sousa, Roberto Silva e Carlos Ferreira, dispensou qualquer auxílio material da metrópole, e, como “provincia ultramarina” levou, por sua conta e risco, a bom porto a afirmação das suas capacidades de organização e de progresso.

Cruzeiro Seixas, presente em Angola de 1950 a 1964, é outro nome a registar, pois exerceu profunda influência na evolução artística da pintura angolana, ao iniciar um percurso de pintura surrealista, trazendo para a ribalta uma manifestação baseada no inconsciente e no desafio à lógica eurocêntrica, que incorporava uma crítica subjacente ao panorama das artes plásticas coloniais, à semelhança do que se passava na Europa, após a Segunda Guerra Mundial. Realiza duas exposições em Luanda (1953 e 1957) que detonaram, de facto, enorme polémica entre os conservadores e os progressistas.

África será, então, um continente surrealista, pois que o homem africano manifesta-se através dum pensamento simbólico e mitológico, distinto do único pensamento proposto pelo iluminismo eurocêntrico, racionalista e empírico. Este pensamento mítico é atravessado por estruturas inconscientes que, seguindo Pereira (2011:277) “comportam a vida” e “a codificação destas estruturas em símbolos, e a sua presença em espaços e tempos diferentes, permite perceber uma dimensão universalista da mitologia que alicerça grande parte da existência humana.”

A propósito da realização em Lisboa da “Semana da Arte Negra” (1946), em que o crítico Ernesto de Sousa foi o autor do catálogo, escreve a nossa especialista Teresa Pereira que ele (2011:261),

evidencia uma preocupação em demonstrar o papel desempenhado pela arte africana em expressões estéticas (populares e eruditas) de outros continentes nomeadamente na Europa, que será reforçado pela exibição paralela de artefactos africanos e europeus. Este paralelismo, mais do que demonstrar as relações de reciprocidade, procura demonstrar a originalidade e variedade das expressões africanas que influenciaram artistas como Modigliani, Amadeo de Sousa Cardoso ou Almada Negreiros, contrariando a imagem aviltante do negro que persiste na sociedade europeia, fruto de desconhecimento e preconceito. (...) começa por clarificar o que entende por “*arte primitiva*” – um qualificativo usualmente aplicada para caracterizar a arte africana – apressando-se a esclarecer que esta remete antes para um conjunto de características como a *e a espontaneidade*, não significando rudeza ou incultura, inferioridade ou subalternidade relativamente a outros domínios geográficos da criação.

É com a influência das ideias do surrealismo, avessas aos valores burgueses e em interessada ligação com estudos de etnografia, que os artistas angolanos começam ainda que timidamente, a preparar a ponte para o tempo do pós-colonial, passando a encarar a arte como (Pereira, 2012:268) “uma forma de exorcismo que convoca o invisível e o indizível, na criação do objeto poético, súplica dum renúncia à racionalidade no processo criativo”

Em traços breves tentei fornecer um panorama do que foram as travessias culturais que, endógenas a Angola, exógenas ou exportadas e diaporizadas pelos angolanos, vêm forjando uma angolanidade que se inscreve no domínio das artes.

As diversas etnias que perfazem o puzzle cultural do país exprimem ricas expressões nas artes plásticas, como nas musicais e na dança e outras formas de expressão mais. Elas são o resultado do encontro ao longo da história de várias civilizações no interior do continente e, também fora dele. O pensamento eurocêntrico, ao incompreendê-las, confinou-as, pelo preconceito, ao cliché da a-historicidade e da alienação. Mas a “arte

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

maldita” com que o racionalismo classificou as “artes selvagens” traz a inscrição de um caráter mágico que, apesar de tudo, inspirou muitos artistas.

Cruzeiro Seixas, em conversa com Teresa Pereira (2011:309) remata:

Não eram selvagens! Aquilo era uma civilização! Em certos aspetos muito mais civilizada que a nossa e muito mais...digamos, humana, do que a nossa!

(...) Realmente...é engraçado quantos anos levou para que homens inteligentes compreendessem que atrás daquelas máscaras (...) e daquelas coisas estava gente...e ainda hoje, realmente, é muito vago esse conhecimento.<sup>29</sup>

De que lado se encontram, então, os selvagens?

## 2 MAIS TRAVESSIAS: NEGRITUDE, PAN-AFRICANISMO E A TRADIÇÃO /MODERNIDADE

Os movimentos da negritude e do pan-africanismo influenciaram, fortemente a cultura produzida em Angola.

Os povos colonizados sempre encontraram formas de resistência anticolonial, quer através de sublevações e guerrilha às quais respondiam os exércitos coloniais com as “campanhas de pacificação”, quer, na maior parte das vezes, por processos de resistência passiva: negação ao trabalho, recusa de impostos, fingimento de obediência, formação de sindicatos, greves, associações culturais, clubes, partidos políticos, etc.

Outras formas de resistência têm a ver com a procura das culturas e práticas ancestrais africanas, tanto tempo menosprezadas pelo colonialismo, como forma de oposição à assimilação colonial.

As elites africanas colocam-se na frente deste movimentos de consciencialização popular no sentido da libertação e da independência.

O pan-africanismo, movimento desencadeado a partir das comunidades afrodescendentes diaspóricas das Antilhas e Estados Unidos, entre o final do século XIX e as duas décadas seguintes do Século XX, propunha o rejuvenescimento de uma identidade negra, pela busca das suas origens na África e a agregação debaixo de uma ordem biológica e cultural de todas as sociedades negras, numa irmandade que se completaria dum e doutro lado do Atlântico.

Ao pan-africanismo sucede, na década de 40, por ação de grandes intelectuais como o senegalês Senghor e o martinicano Césaire e muitos outros que vieram a assumir importância fulcral nas independências dos estados africanos, um novo movimento, chamado de “negritude” que propugnando um novo enraizamento cultural no pensamento e tradição, lutava por incluir um novo tipo de humanismo africano no diálogo das culturas, tendo em vista acabar com o colonialismo eurocêntrico e seus males.

Porém este movimento que tinha na base contrapor a imagem do negro como participante ativo na história e na sociedade, contra a imagem colonial que o tornava

passivo, inerte e objeto sem subjetividade, acabou por confluir numa ideologia de solidariedade racial que, ao ser colocada ao serviço de modelos políticos, se enquistou e impediu a sua aceitação incondicional, levando ao afastamento de vários dos seus iniciais apoiantes.

Refere, a este propósito, Teresa Pereira (2011:333)

A eclosão de lutas armadas pela independência, as relações mantidas com as antigas potências coloniais, as crises que alguns estados africanos atravessarão nos períodos pós-independência e a consolidação das unidades nacionais – o paradigma teórico negritudista começará a ser visado como um anacronismo, dissimulador de uma estigmatização e racialização do homem negro, senão mesmo, associado a formas de neocolonialismo. Neste caso evidencia-se, ao mesmo tempo que a *Negritude* se torna um instrumento ideológico, colocado ao serviço de modelos políticos, um afastamento de muitos nacionalistas africanos nomeadamente Frantz Fanon, Sekou Touré, Kwame Nkrumah, Agostinho Neto<sup>30</sup> ou Amílcar Cabral.

Mas a negritude teve efeitos decisivos no estudo e aprofundamento das estruturas do pensamento artístico dos africanos, no sentido da demarcação de formas de apreensão da realidade, do simbolismo inerente e da identificação com a natureza, muito distante da arte mais racionalizada europeia.

Caraterizamos a noção africana de arte, mais uma vez seguindo Pereira (2011:334)

Segundo Senghor a arte é simultaneamente uma forma de produção e de conhecimento, onde, contrariamente à ciência europeia (esta, baseada numa racionalidade analítica e discursiva), opera segundo uma *razão intuitiva, sintética e simpática* que propicia a identificação entre sujeito e objeto. Neste sentido, ao invés de imitar as aparências, a arte africana, insere-se numa *unidade criativa* que envolve a partilha e disseminação de conhecimento, onde a *mimesis* como paradigma artístico, baseado numa dinâmica da visualidade, cede lugar a uma simbolização do mundo e dos seres, decorrente da *participação* sensível do homem na natureza. A imagem não se configura num plano da verosimilhança mas sim num plano da analogia, significando, não por aquilo que é descrito mas pelo que é sugerido. Assim nas suas palavras, «L'art fondé sur l'intelligence identifie les choses; l'art fondé sur l'émotion s'identifie aux choses. L'oeuvre n'est plus un discours sur un sujet, mais un dialogue avec lui. L'imitation fait place à la participation».<sup>31</sup>

O conceito aqui exposto de arte africana e do seu simbolismo apela a outras realidades enquanto mergulha na força vital (vitalismo) da natureza, e se expressa pelo ritmo. Este torna-se o fator de harmonia que empresta a unidade à diversidade e apela à espontaneidade. Assim, (Pereira, 2012:335)

“a espontaneidade, o impulso, o ritmo, a emotividade, a assimetria, a diversidade transformar-se-ão em princípios que, dada a correspondência entre estética, ética e raça, irão perfazer noções de “estilo”, materializadas nas várias modalidades da expressão artística; a configuração assumida por cada objeto, poema, composição musical, etc., traduziria, finalmente, uma identidade coletiva, baseada em traços de ordem psicocultural.

<sup>29</sup> Conversa com Cruzeiro Seixas, em 21 de Janeiro de 2008.

<sup>30</sup> Agostinho Neto acabaria por colocar em causa o conceito de Negritude ao salientar a sua inoperacionalidade: «O conceito literário de negritude, nascido das correntes filosófico-literárias que fizeram a sua época, como o existencialismo e o surrealismo, pôs como acento o problema da consciencialização cultural do homem negro no mundo, independentemente da área geográfica em que ele se dispersou. Conjuntamente com a ideia do pan-africanismo, o conceito de negritude

começou, num certo momento, a falsear o problema negro» na medida em que se verificavam «fortes diferenças culturais entre os diversos grupos negros, africanos ou americanos». [Agostinho Neto, *Quem é o Inimigo? Qual é o nosso Objetivo?* S/l: Edições Maria da Fonte, 1974, pp21-22]

<sup>31</sup> Leopold Senghor, Apud Souleymane Bachir Diagne, *Léopold Sédar Senghor: L'Art Africain comme Philosophie*, p. 104.

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

Com base nesta tentativa de entendimento das características duma arte produzida por africanos, e no caso presente, por angolanos, iremos, pois encontrar, neste percurso entre tradição, arquétipos, colonialismo e modernidade, as marcas da angolanidade na produção plástica atual. Fruto de múltiplos contactos, de travessias e regressos, de histórias de imposição colonial, de escravatura e violência, mas igualmente de lutas e insurgências, do grito da independência e de guerras fratricidas, certamente que a angolanidade irá incluir novas expressividades nas suas manifestações artísticas.

Já foi mencionado que a resistência anticolonial, passou, também pela organização de clubes, pelo jornalismo e pela edição de revistas, onde mais ou menos expressamente se fazia a apologia da libertação.

As revistas *Mensagem*, com apenas dois números editados (1951 e 1952) e já mencionada, publicava textos e poemas apelando aos valores da angolanidade, enquanto exercia uma ação corrosiva anticolonialista. De igual modo na Casa dos Estudantes do Império (CEI), em Lisboa (1944) e Coimbra (1942), muitos estudantes do Ultramar se reuniam para estudar e preparar os laços que os uniriam na contestação ao regime colonial português. A de Lisboa editava outra *Mensagem – Boletim da Casa dos Estudantes do Império*, e a de Coimbra editava *Momento-Antologia de Literatura e Arte*. Através das reuniões e da divulgação exerceu a CEI fortíssima influência na reflexão política dos jovens intelectuais africanos, transformando muitos deles em ativistas políticos e membros dos movimentos de libertação. Ali se discutiam correntes de pensamento como a negritude e as novas expressões de literatura africana, ganhando corpo uma elite que se preparava para assumir a independência.

Durante o período da guerra colonial (1961-1974), ao mesmo tempo que Portugal reforça em Angola a presença militar e com ela advém um reforço da emigração e da assimilação dos nativos, muitos deles incorporados nas forças armadas, dá-se, igualmente, no lado nacionalista o mesmo reforço da ação militar nos exércitos dos movimentos de libertação. Uns e outros desenvolvem os seus processos de propaganda.

A cultura e as artes apenas são permitidas se não forem, expressamente, contra o regime colonial. Se a “censura” deteta o mais leve sinal de contradição aos ditames da ideologia imperial, logo persegue, apreende, prende e castiga. Daí a produção de dúvidas e incertezas relativamente à angolanidade genuína da produção artística deste tempo, que não pode exprimir-se na sua liberdade. Muitos nacionalistas são presos e enviados para campos de concentração.

É explosiva a tensão e o descontentamento na metrópole e no ultramar. E sucede a Revolução portuguesa de 25 de abril de 1974. Até ao final de 1975 todas as colónias conquistam a independência.

Agostinho Neto, primeiro Presidente de Angola, está preocupado com a formação da angolanidade. “A cultura é um dos elementos da libertação” dirá, e esta vai ter de ser apoiada e conduzida para que as várias culturas em presença no território nacional, subvalorizadas durante o colonialismo, estabeleçam as suas dinâmicas de modo a serem garantidos os direitos e oportunidades de todos, numa sociedade heterogénea.

Criam-se as estruturas culturais (União dos Escritores Angolanos – 1975), União Nacional dos Artistas Plásticos – 1977) para fomentar criadores e desenvolver a cultura.

“A angolanidade requer enraizamento cultural e totalizante das comunidades humanas, abarca e ultrapassa dialeticamente os particularismos das regiões e das etnias, em direção à nação” diria Mário Pinto de Andrade” (in Kandjimbo, 1998:4)

Qual será, então, o rumo da angolanidade? O mesmo Kandjimbo (1998) escreveu que se trata de “um processo transculturativo entre o substrato cultural maioritariamente de origem Bantu, um minoritário não Bantu e a herança judaico-cristã portuguesa.” Aqui se encontrará a angolanidade

De facto, a mestiçagem e a hibridação são características estruturantes da angolanidade, e pode manifestar-se desta ou daquela modalidade, mais ou menos exposta. Como em todos os países do mundo. As culturas não mais se encontram fechadas em si mesmas, e são atravessadas pela presença cada vez maior de migrações e diásporas. A tradução cultural torna-se um processo de reencontro epistemológico e não podemos dar a volta a isso, sob pena de regressão civilizacional.

Por isso, as artes plásticas angolanas participam ativamente na construção de uma cada vez mais mestiçada angolanidade, referenciando sempre a Angola em construção. Travessias? Sim, travessias culturais endógenas e exógenas, matriciais e arquetípicas, coloniais e de negritude, pós-coloniais, pós-modernas, atuais. Os temas matriciais, a terra-mãe fonte de vida e inserida no cosmos, o Imbondeiro símbolo das raízes africanas da terra, as formas redondas dos ciclos duma temporalidade alternativa, as cores, os ritmos, mas também o olhar crítico da memória das guerras, da opressão, das viagens, nos sedimentos da história. A angolanidade é a reconstrução do país, o que se vê, presentemente, nas artes plásticas de Angola.

### BIBLIOGRAFIA

Bhabha, Homi K. (1998a) “A Outra Questão. O Estereótipo, a Discriminação e o Discurso do Colonialismo” in Bhabha, Homi K., *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: UFMG. Cap. III. 105-128.

Bhabha, Homi K. (1998b) “O Pós-Colonial e o Pós-Moderno. A Questão da Agência, in Bhabha, Homi K. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: UFMG. Cap. IX. 239.273.

Kandjimbo, Luís (1998) *Apologia do Kalitanji*. Luanda: INALD.

Maldonado-Torres, Nelson (2009) “A Topologia do Ser e a Geopolítica do Conhecimento. Modernidade, Império e Colonialidade” in Santos, B. S. e Meneses, Mª Paula (org) *Epistemologias do Sul*. Coimbra: CES/Almedina. 337-382.

Mignolo, Walter D. (2011) *The Darker Side of Western Modernity. Global Futures. Decolonial Options*. Durham & London: Duke University Press.

Quijano, Aníbal (2009) “Colonialidade do Poder e classificação social” in Santos, B. S. e Meneses, Mª Paula (org) *Epistemologias do Sul*. Coimbra: CES/Almedina.

Pereira, Teresa Isabel Matos (2001) *Uma Travessia da Colonialidade – Intervisualidades da Pintura, Portugal e Angola*. Lisboa: Universidade de Lisboa/Faculdade de Belas-Artes.

repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4631/2/ulsd061493\_td\_tese.pdf .

Santos, Boaventura de Sousa (2009) “Para Além do Pensamento Abissal: Das Linhas Globais a Uma Ecologia de Saberes” in Santos, B. S. e Meneses, Mª Paula (org) *Epistemologias do Sul*. Coimbra: CES/Almedina. 23-71.

Santos, Boaventura de Sousa (2010) “Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade” in Santos, B. S. *A Gramática do Tempo*. Porto: Edições Afrontamento. 211-255.



## Atas 14º colóquio da lusofonia –

- Professora Efetiva, classe Adjunto II da UNIR-RO; Docente e Pesquisadora Universitária da Universidade Federal de Rondônia, Campus de Vilhena – RO – Brasil - Departamento de Estudos Linguísticos e Literários;
- Doutora em Linguística, com área de concentração em Sociolinguística;



- Mestrado e Doutorado em Linguística pela UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas, SP.;
- Cursando Pós-Doutoramento na Universidade de Aveiro, em Portugal, na área de Didática e Tecnologia Educacional para a Formação de Professores de Língua Portuguesa em ambientes multidialetais.
- Líder do Grupo de Pesquisas “Língua, Cultura e Sociedade Rondoniense – GEPS – Grupo de Estudos e Pesquisas Sociolinguísticas”, certificado pela Instituição e registrado no CNPq-Brasil:
- Docente e Pesquisadora do Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem, da UNIR, Campus de Guajará-Mirim, Rondônia, Brasil;
- Desenvolve atividades de Docência, pesquisa e Extensão em cursos de Licenciatura em letras e em Pedagogia e também no Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem do Campus de Guajará-Mirim, Rondônia, Brasil.
- Tem artigos publicados em revistas nacionais e Internacionais, nas áreas de Linguística, Sociolinguística e Formação de professores de Língua Portuguesa
- Residência no Brasil: Av. Major Amarante, 4081, 1º. Andar – Apto. 01 Prédio do Boticário – Centro 78995-000 – Vilhena – RO  
Fones: 69-33227397 e 69-8113-0705 (Brasil) e-mails: [sopessoa@gmail.com](mailto:sopessoa@gmail.com); [sopessoa@unir.br](mailto:sopessoa@unir.br); [sopessoa5@hotmail.com](mailto:sopessoa5@hotmail.com); [mssopessoa@ua.pt](mailto:mssopessoa@ua.pt);

**É SÓCIA DA AICL,  
PRESENTE EM 2007 NO COLÓQUIO EM BRAGANÇA**

Coordenadora (c/ Cristina Sá) do Laboratório de Investigação em Educação em Português, do Centro de Investigação em Didática e Tecnologia na Formação de Formadores (Universidade de Aveiro). [mariahelena@ua.pt](mailto:mariahelena@ua.pt)



**É SÓCIA DA AICL,  
JÁ PARTICIPOU EM VÁRIOS COLÓQUIOS 15º MACAU 2011, 18º GALIZA 2012, 19º SEIA 2013**

**Tema 2.1. A PROMOÇÃO E DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA – CRUZANDO ATORES, VOZES E PERSPETIVAS, Mª Helena Ançã, Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores/CIDTFF, Universidade de Aveiro**

### RESUMO

A interrogação de Oliveira (2013, p. 427) “Que políticas linguísticas para a internacionalização [do português]?” surge como o *leit motiv* para a conceção do texto a apresentar, cuja finalidade é (ainda) interrogar que estratégias, ações e medidas podem ser eficazes na promoção e difusão da língua portuguesa, tanto em Portugal como no estrangeiro. Neste quadro, são revisitados alguns autores portugueses, em textos de índole mais teórica, como ainda algumas vozes de estudantes universitários/futuros professores de português, portugueses, brasileiros e cabo-verdianos nos respetivos países.

### 1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Num texto publicado recentemente, Gilvan Müller de Oliveira interroga: “Que políticas linguísticas para a internacionalização [do português]?” (2013:427). Esta preocupação com políticas da língua e internacionalização, quer no Brasil quer em Portugal<sup>32</sup>, completamente atual, faz parte das agendas políticas e das agendas académicas, com debates em congressos e encontros científicos. É também no presente uma preocupação partilhada pela sociedade civil

Mas será, com efeito, uma preocupação recente em Portugal? Evidentemente que não, cada regime se insere num tempo sociopolítico específico, fechado ou aberto ao exterior, com os seus objetivos e estratégias próprias. Neste texto, remontamos apenas ao início dos anos noventa do século passado, fazendo uma pequena incursão até ao presente.

## 30. MARIA HELENA ANÇÃ, UNIVERSIDADE DE AVEIRO

**Mª Helena Ançã**

Prof.<sup>a</sup> Associada c/ Agregação da Universidade de Aveiro, Departamento de Educação.

<sup>32</sup> Sobre política da língua e legislação em Portugal, de 1974 a 2004, consultar Feytor Pinto (2008, 2010).

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

No final dos anos oitenta do século XX, iniciou-se uma publicação intitulada *Revista Internacional de Língua Portuguesa* (RILP), no âmbito da Associação de Universidades de Língua Portuguesa (AULP). O primeiro número saiu em 1989 e foi resultante do 1º Encontro da AULP<sup>33</sup>, decorrido em Lisboa, de 28 a 30 de novembro de 1998, com a participação de representantes de Portugal, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique.

Em 1992, publica-se número 7 da mesma revista<sup>34</sup>, cujo foco é a política da língua (PL) e políticas culturais, embora a vertente PL fizesse parte do “foco intrínseco, subjacente ao nascimento e à vida da RILP”, como nos diz Rosa Virgínia Mattos Silva no Editorial (Silva, 1992:7). Neste número há a considerar importantes contributos de diplomatas e académicos portugueses e brasileiros (Fernando Cristóvão, M<sup>a</sup> Raquel Delgado Martins, José Augusto Seabra, Eduardo Prado Coelho; Francisco Gomes de Matos, Ruth M<sup>a</sup> F. Monserrat, América César & Jónatas C. Silva, entre outros<sup>35</sup>), havendo, no entanto, um denominador comum: a PL não pode estar desfasada da política cultural (externa).

No texto de M<sup>a</sup> Raquel Delgado Martins (1992: 50-53), são retomadas algumas questões levantadas em 1998 pela então direção da Associação Portuguesa de Linguística /APL (presidida pela própria) e por alguns associados sobre as PL: ausência de uma coordenação geral face aos múltiplos organismos que regiam a política linguística / educativa a nível nacional e internacional, a falta de materiais específicos para o ensino do PLM<sup>36</sup> e do PLE<sup>37</sup>, a manutenção da LP nos países de língua oficial e nos organismos oficiais. Propunha-se, então, como medida fundamental o apoio à investigação linguística “como meio de remediar as lacunas e de providenciar técnicos capazes de executar os objetivos de uma política de língua adequada cientificamente e apoiada numa noção forte de cultura” (1992: 50).

Neste texto da RILP, a autora diz-nos ainda que, em quatro anos, o cenário não se tinha alterado muito, e as alterações havidas não terão sido as mais adequadas ao “espaço e ao tempo” (1992:50). Com efeito, o documento original da APL referido por Delgado Martins: “Para uma Política da Língua Portuguesa” (APL, 1992: 26-30), pode ser lido neste mesmo número.

Os números 13 e 14 da RILP, ambos do ano 1995, debruçam-se, respetivamente, sobre PL e sobre o Português no Mundo. O número 13 apresenta no Editorial um pequeno texto de M<sup>a</sup> Helena Mira Mateus onde é realçada a importância do tema (PL), considerado pela autora como um dos temas que mais contribuem “para a permanência da identidade dos indivíduos e das sociedades, identidade que pode acolher um conjunto de variedades linguísticas como é o caso do português” (1995: 7). Além disso, Mateus afirma ainda que é necessário ter uma vontade explícita e uma estratégia adequada para que a LP, nas suas relações com as outras línguas, ocupe o seu lugar, tendo em conta a sua difusão geográfica e a sua tradição histórica.

O Editorial do número 14 é da autoria de António Simões Lopes, fundador da AULP. É um número comemorativo dos 10 anos da AULP, que, de acordo com o autor acolhe

“praticamente todos os espaços da lusofonia”. Atrever-me-ei a dizer que o número 14 acolhe sobretudo textos **sobre** quase todos os espaços da lusofonia, uma vez que tanto neste número como no anterior, os vários contributos são principalmente de autores portugueses<sup>38</sup> e brasileiros concentrados nas políticas internas ou na difusão da variedade europeia no estrangeiro. Na RILP 13, de assinalar Gregório Firmino, moçambicano, que aborda a problemática do convívio da LP com as “línguas indígenas de Moçambique” (Firmino, 1995,13:33-43). Embora o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa/CPLP já tivessem sido criados (o primeiro em 1989 e o segundo em 1996) não havia ainda uma definição comum e explícita de políticas da língua no espaço lusófono, aliás, confirmado pela ausência de referências/ações a/de qualquer destas instituições. No entanto, no Editorial, Simões Lopes refere que os contributos recebidos “deliberadamente ou não, permitem um balanço do desenvolvimento da língua portuguesa” (Lopes, 1995: 7). Diremos que já se expressa nestas palavras uma necessidade de políticas comuns.

Três anos mais tarde, em 1998, realiza-se um dos Seminários integrados nos cursos da Arrábida: “Uma Política de Língua para o Português”. A publicação dos textos deste evento coordenada por M<sup>a</sup> Helena Mira Mateus, só sai em 2002. Esta obra contém três partes, sendo a primeira dedicada à LP em África e conta com a participação de linguistas africanos, a segunda destinada à LP na Europa, onde encontramos textos de vários leitores, assim como de responsáveis do Ministério da Educação e ainda um texto de Gendreau Massaloux, Conselheira de Estado (França), “A constelação linguística na Europa”, dando a conhecer a teoria do sociólogo neerlandês Abram de Swann<sup>39</sup> sobre a constelação mundial das línguas, os seus níveis e conexões. A terceira parte é dedicada às minorias linguísticas em Portugal, tendo como ‘abertura’ um texto de um investigador francês, Henri Giordan, sobre as línguas regionais e minoritárias na Europa, seguida de três textos sobre as línguas minoritárias em Portugal (mirandês e línguas faladas pelos imigrantes, em particular o cabo-verdiano), percurso esse que não nos isola do mundo, mas, pelo contrário, nos coloca, a Portugal e às línguas faladas neste país, dentro da Europa. Aliás, como o texto inicial da segunda parte colocava a LP entre as línguas da Europa e do mundo, não havendo mais a ilusão do “felizmente só”, que caracteriza o regime político anterior ao 25 de abril. Quanto ao prefácio da obra, da autoria de Mateus, inicia-se com esta afirmação que confirma a falta de estratégias concertadas para uma PL: “A inexistência de uma política de língua em Portugal é uma afirmação que ouvimos a especialistas e professores, aos que trabalham sobre a língua portuguesa em Portugal e no estrangeiro”. (Mateus, 2002:7). São referidas, contudo, algumas “medidas avulsas” tomadas então, mas sem grande enquadramento, porventura porque as decisões relativas à língua se encontravam a cargo de diferentes Ministérios (Ministério da Educação, Ministérios dos Negócios Estrangeiros/MNE...).

Feytor Pinto (2008, 2010) alerta igualmente para esta dispersão dos agentes de difusão da língua e para a necessidade de se centralizar a política de difusão num único

<sup>33</sup> Neste espaço não serão analisados os textos resultantes dos cinco Encontros da AULP, realizados até esta data (1995).

<sup>34</sup> Esta revista, na sua primeira série, foi dirigida pela Professora Maria Helena Mira Mateus e pertencia à Associação das Universidades de Língua Portuguesa.

<sup>35</sup> Os textos dos autores brasileiros referem a realidade do Brasil, sobretudo a alfabetização indígena mas também a resistência negra.

<sup>36</sup> Português Língua Materna.

<sup>37</sup> Português Língua Estrangeira.

<sup>38</sup> De registar a entrevista ao Embaixador José Fernandes Fafe.

<sup>39</sup> Sobre este autor, consultar sobretudo: De Swaan, Abram (2001) *Words of the World*. Cambridge: Polity Press.

organismo. Para as primeiras décadas de democracia portuguesa, identifica nove instâncias legisladoras diferentes, com competências distribuídas por treze organismos em cinco Ministérios distintos! Aliás, para este autor, a política de difusão em Portugal, nessa época, apresentava três características: i) dispersão institucional; ii) instabilidade, no que se refere às constantes alterações dos seus agentes; iii) separação entre a tutela do ensino básico/secundário e do ensino superior, pertencentes a Ministérios diferentes.

É, contudo, no século XXI, que assistimos a mudanças significativas. Citemos, em primeiro lugar, e no âmbito nacional, a reestruturação do Instituto Camões que passou a integrar a língua e a cooperação, agora Camões – Instituto da Língua e da Cooperação. Esta reorganização veio implicar ainda o facto de ficar a cargo deste Instituto, dependente diretamente do MNE, a coordenação dos docentes do ensino não superior no estrangeiro, até então a cargo do Ministério da Educação, para além da coordenação, que já era sua, do ensino superior: colocação de leitores em países estrangeiros e formadores nos países de língua oficial portuguesa. No contexto destas mudanças deve ser mencionado o nome e a pessoa da atual Presidente, Prof. Ana Paula Laborinho.

No âmbito internacional, de realçar a atividade do IILP, na pessoa do Diretor Executivo cessante, Prof. Gilvan Müller de Oliveira, atividade ancorada na CPLP, – em abono da verdade, esta última instituição só recentemente aparece com algum protagonismo. Da conjugação destas entidades com o Camões – Instituto da Língua e da Cooperação resultaram as duas Conferências Internacionais sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, respetivamente em 2010, em Brasília, e em 2013, em Lisboa, donde saíram os Planos de Ação de Brasília e de Lisboa. Os Planos de Ação de Brasília e de Lisboa, em conjunto, definem estratégias globais para a promoção e difusão da LP. Entre estas duas Conferências e preparando a II, realizaram-se quatro Colóquios correspondendo a quatro Cartas:

1) Carta de Luanda/Colóquio Internacional A LÍNGUA PORTUGUESA NAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS, realizado em Luanda (Angola), em julho de 2010;

2) Carta de Maputo/ Colóquio Internacional sobre a DIVERSIDADE LINGUÍSTICA NOS PAÍSES DA CPLP, Maputo (Moçambique), setembro de 2011;

3) Carta da Praia/ Colóquio Internacional sobre a LÍNGUA PORTUGUESA NAS DIÁSPORAS, Cidade da Praia (Cabo Verde), novembro de 2011;

4) Carta de Guaramiranga/ Colóquio Internacional sobre a LÍNGUA PORTUGUESA NA INTERNET E NO MUNDO DIGITAL, em Fortaleza, Redenção e Guaramiranga, Ceará (Brasil), abril de 2012.

Cada um dos temas dos colóquios corresponde a um eixo estratégico: a introdução da LP como língua oficial ou de trabalho nas organizações internacionais, **de facto**, e não apenas no papel; a diversidade linguística no espaço lusófono que corresponde a 300 línguas, para além da LP, e perfaz cerca de 3% da diversidade linguística do mundo; a LP em contexto da diáspora, com vista a uma sensibilização das comunidades para a importância de uma educação em português; a LP no mundo virtual e na internet, dado que neste quadro a presença da língua é benéfica quer para a cultura, quer para a economia e para a educação quer ainda para o desenvolvimento das sociedades.

<sup>40</sup> *Language policy*, segundo Calvet (1996, 1999), termo introduzido por J. Fishman, em 1970.

<sup>41</sup> *Language Planning*, termo introduzido em 1959, por E. Haugen, de acordo com Calvet (1996, 1999).

## 2. POLÍTICAS DA LÍNGUA E PLANIFICAÇÃO LINGUÍSTICA: ESPECIFICAÇÕES CONCRETAS

Retomando a citação inicial de Müller de Oliveira, partilho a sua opção de registar o plural em 'políticas linguísticas' ou 'políticas da língua'. De facto, não há uma única PL, mas várias, quando se fala da LP, uma vez que estão subjacentes espaços distintos e necessidades de atuação também distintas (Castro, 2009, 2010). Esta posição vem ao encontro da atualidade onde estas questões são analisadas sob diferentes prismas, quer locais e internos, quer globais, direcionados para o exterior.

Aliás, em Castro (2009, 2010), esta perspetiva é bastante clara. Para a política de internacionalização há quatro conjuntos agrupados geograficamente, dada a condição do português como língua internacional. Cada um destes conjuntos requer uma política linguística específica: uma política europeia, uma política global, uma política no espaço lusofalante e uma política no espaço nacional (internacionalização da LP, 2009; internacionalização do conhecimento linguístico, 2010).

Com efeito, nos textos portugueses da especialidade encontramos incluídas em PL, a PL propriamente dita<sup>40</sup> e a planificação linguística<sup>41</sup>, estando esta diluída na primeira. Em Mateus esta imbricação é bem evidente: "Entendo por política linguística um conjunto de ações definidas e levadas a efeito pelas autoridades governativas de uma comunidade, que tendem, em última análise, ao benefício individual e coletivo dos cidadãos que utilizam a língua" (2010: 74). De facto, como afirma Calvet (1999) não há planificação linguística sem PL, mas pode haver PL sem planificação, ou seja, sem a sua concretização.

PL designaria, então, de acordo com Calvet (1996, 1999) o conjunto de escolhas conscientes realizadas no domínio das relações entre língua e vida social, enquanto a planificação linguística seria a materialização da PL, sob forma de equipamento das línguas (escrita, léxico, standardização), de ambiente linguístico, ou, como se designa atualmente, paisagem linguística (o que corresponde à presença ou ausência das línguas, sob forma escrita ou oral, na vida quotidiana) e de diplomas legais. Estes últimos podem apresentar diferentes níveis de intervenção, quer geográfico (internacional, nacional e regional) quer jurídico (leis, decretos-leis, etc.). O processo de planificação linguística seria realizado em quatro etapas: a preparação, através do diagnóstico dos problemas numa comunidade linguística; a formalização das decisões tomadas; a implementação das medidas adotadas; a avaliação do efeito dessas medidas no ambiente linguístico (Calvet, 1996, 1999; ver também Feytor Pinto, 2008, 2010)

Sintetizando, e de acordo com a minha leitura, no caso português e nas questões de políticas linguísticas, demarco duas tendências temporais distintas e ancoradas em fatores sociopolíticos diferentes: da vontade de existência de uma política da língua (no singular), fruto de um passado de quarenta e oito anos<sup>42</sup>, em que vivemos de costas para o mundo, passamos para a definição de políticas da língua (plural), aberta, primeiramente ao espaço lusófono e em seguida ao mundo. Esta alteração concetual é consequência de vários fatores, como a entrada para a União Europeia em 1986, na altura CEE; a criação de um espaço da Lusofonia, através da CPLP/princípios e objetivos, por exemplo, e o

<sup>42</sup> Entendo a preocupação pela utilização do singular, em política de/da língua, como uma manifestação e uma necessidade de encontrar um caminho para (re)começar um novo modo de olhar e de perspetivar a LP.

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

reforço da internacionalização da LP, não só em termos científicos (publicações, conferências, projetos) como académicos (Programas internacionais LINGUA43, ERASMUS, ERASMUS MINDUS, ALBAN, etc.), como indústrias culturais e criativas, relações comerciais e económicas, turismo. De ressaltar ainda o papel do desenvolvimento tecnológico, internet incluída, na difusão da LP, abarcando o mundo digital todas as áreas atrás citadas.

Por último, mas não menos importante, assinalo a promoção e difusão da LP no país, para falantes de outras línguas. Têm surgido, nestes últimos dez anos, inúmeras publicações, monografias, trabalhos académicos, neste âmbito, com propostas didáticas concretas, em suma, um conjunto de ações desenvolvidas em prol de uma planificação linguística. Ações essas sustentadas por uma legislação muito incisiva e abundante a partir do famoso Decreto-Lei 6, de 18 janeiro de 2001, artigo 8º. Este reconhece a LP como língua segunda para alunos que não têm o português como LM e a importância das escolas no desenvolvimento de atividades para estes alunos. Esta designação Português Língua Segunda veio a ser substituída por Português Língua Não Materna (PLNM) por ser mais abrangente.

### 3. A DIFUSÃO DA LP NA VOZ DE FUTUROS PROFESSORES DE PORTUGUÊS

Neste quadro, é importante conhecer a perceção de futuros professores de Português sobre estas questões, uma vez que serão atores privilegiados deste processo, embora a um nível mais micro.

Com essa finalidade, são apresentados alguns dados sobre a importância da difusão da LP e sobre possíveis formas de promover essa difusão, ou seja, formas possíveis de concretizar um dos vetores das PL. Para dar voz a estas questões, seleccionámos três pequenos grupos de universitários, finalistas, e futuros professores de português: um em Portugal (14 alunas), outro no Brasil (12 alunos) e o terceiro em Cabo Verde (14 alunos)<sup>44</sup>.

Quanto à primeira questão, a importância da difusão da LP no mundo, todos estes estudantes reconhecem essa importância. Os argumentos a favor da difusão são diversificados e com incidências diferentes. Assim, os estudantes em Portugal e no Brasil justificam a importância da difusão pela expansão/divulgação da língua e/ou da cultura a nível internacional, respetivamente com 42,9% e 58,3%, enquanto o predomínio das respostas dos estudantes cabo-verdianos (50%) dizem respeito à comunicação e aproximação aos países de língua oficial portuguesa, proporcionado através de uma maior difusão da LP.

O investimento na difusão traria ainda como consequência o interesse pela aprendizagem da LP, – respostas das finalistas portuguesas (28,6%) e dos cabo-verdianos (14,3%) e também a valorização internacional (16,7% das respostas dos brasileiros e 7,1% das respostas das portuguesas e dos cabo-verdianos) e o favorecimento das relações comerciais e económicas (apenas uma resposta das estudantes portuguesas e uma dos brasileiros).

<sup>43</sup> Pese embora a crítica a este programa que tratou a LP como uma das línguas *modimes* (isto é, *les langues les moins enseignées et les moins diffusées*), ou exótica, como comprova Cristóvão (1992), estendendo a sua crítica à política linguística da União Europeia, os benefícios deste programa foram incontestáveis.

Como formas de difusão da língua, as alunas portuguesas registam a educação/ensino como desempenhando um papel considerável (50%), com a integração da disciplina de LP em sistemas educativos no estrangeiro (nos países de forte emigração portuguesa, por exemplo), os programas de intercâmbio universitário, nomeadamente o Erasmus, e ainda o investimento no PLNM, em contexto escolar e de acolhimento em Portugal. Também é mencionada a sensibilização à diversidade linguística (7,1%), supostamente a realizar no estrangeiro onde outras línguas são faladas. São sugeridas também outras formas de difusão da língua, como a comunicação social, as redes sociais e os eventos **45**(28,6%), e os movimentos migratórios (21,4%), quer de saída quer de entrada em Portugal, e também o mercado económico/trocas comerciais (21,4%). Apenas uma estudante apontou como estratégia de difusão uma política linguística concertada: “Através do estabelecimento dessa difusão como uma prioridade pelas entidades governamentais da CPLP”.

Nas respostas do Brasil é de salientar a consciência da necessidade de intervenção da parte do estado, com políticas governamentais específicas em matéria de língua (25%) e da premência de incentivar a valorização da LP “nos próprios países” (8,3%). No entanto, para este grupo a maior aposta recai sobre a educação/ensino (83,3%) como meio de difusão da língua, nomeadamente nos programas de intercâmbio. Para este grupo também é necessário contar com o papel dos média e redes sociais (16,7%) e com o turismo (8,3%).

Relativamente aos estudantes cabo-verdianos, estes apontam como meios de difusão da LP, os média e redes sociais (35,7%), a realização de eventos científicos (14,3%) e ainda a educação/ensino da língua (21,4%), com “criação de materiais didáticos” e investimento na tradução (pedagógica) A comunicação e a possibilidade de partilha (cultural, sobretudo) entre os países que falam português também são referidas, mas são sobretudo os contactos pessoais (28,6%), em viagem, ou mesmo em Cabo Verde, com um estrangeiro ou mesmo entre os próprios cabo-verdianos que podem promover a difusão (14,3%): [pela] “utilização da LP em todas as situações comunicativas”. Outra possibilidade apontada (7,1%) é a difusão da língua através das comunidades portuguesas no estrangeiro.

Em síntese, o grupo português e brasileiro, ambos de LM portuguesa, justificam a importância da difusão da LP pela necessidade de dar a conhecer a língua (comum) e as suas culturas no mundo. O terceiro grupo, que tem a LP como língua segunda, privilegia a aproximação entre os povos que falam português.

Quanto a estratégias e meios de difusão desta língua, a educação/ensino da LP, – opção em consonância com o perfil académico-profissional dos inquiridos (futuros professores de português), e ainda os média, redes sociais e eventos científicos, ou outros, surgem como os mais adequados para estes grupos. No entanto, se nas respostas dos estudantes brasileiros se vislumbra a necessidade de políticas da língua assumidas pelo estado, havendo também uma resposta da parte do grupo português relativamente a políticas linguísticas concertadas a nível da CPLP, no grupo de inquiridos em Cabo Verde, os meios de difusão propostos são muito circunscritos localmente, provavelmente porque a

<sup>44</sup> Este estudo enquadra-se num projeto mais lato a desenvolver no LEIP/Laboratório de Investigação em Educação em Português, do CIDTFF, da Universidade de Aveiro.

<sup>45</sup> Neste caso, eventos desportivos.



## Atas 14º colóquio da lusofonia –

LP não é LM da maioria da população e a comunicação se processa sobretudo em crioulo cabo-verdiano.

### 4. COMENTÁRIOS FINAIS

Apresentei no início deste texto, uma interrogação de Oliveira (2013) sobre que políticas linguísticas seriam mais adequadas para a internacionalização da LP. As respostas terão de ser, necessariamente, dadas por cada país e para cada país. Mesmo havendo convergência entre Portugal e Brasil, no que se refere à LP como LM da maioria da população, as políticas linguísticas vêm sempre responder a necessidades internas, como ainda às externas, tendo em conta os diferentes contextos em que se inserem: geográficos (respetivamente europeu e americano), económicos (respetivamente União Europeia e Mercosul). A mesma especificidade se encontrará para os outros países, cada um com políticas linguísticas próprias (de bilinguismo, multilinguismo...), havendo, no entanto, entre todos um espaço para a política linguística comum: o da CPLP.

Na literatura da especialidade revisitada encontro, como já referido, dois momentos distintos em Portugal, no que diz respeito à PL: o primeiro designado por ‘política da língua’ (no singular) e que corresponde ao período pós-25 de abril e à necessidade de encontrar o seu espaço próprio; o segundo, a partir do início do século XXI, ‘políticas da língua’ (plural), no qual são perspetivadas políticas de abertura ao exterior, nomeadamente aos países com língua oficial portuguesa e ainda ao mundo em geral.

O ensino da LP é, sem dúvida, uma forma privilegiada de promover e difundir a língua, quer nos países onde é falada quer no estrangeiro. Interrogados alguns futuros professores de português sobre esta temática, verifica-se que eles reconhecem o seu papel neste processo, embora sintam que operam ‘isolados’. Só os estudantes brasileiros analisados têm consciência de que as ações e medidas, ou seja, a planificação linguística, tem de ser concertada e escudada por uma consistente PL, com a intervenção do estado.

Na formação de professores de LP seria importante sensibilizar os estudantes para as questões das políticas linguísticas em geral e para as políticas da LP em particular, neste caso, nas suas vertentes europeia, global, lusofalante e nacional (Castro, 2009, 2010). Num momento em que a LP tende cada vez mais a afirmar-se a vários níveis<sup>46</sup>, e não só em termos demográficos, é urgente que os próprios falantes acreditem nela e nas suas potencialidades.

### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Ançã, M<sup>a</sup> Helena, Guzeva, Tatiana, Gomes, Belinda, Macário, Paiva, Zilda & Ohuschi, Márcia (2013) Língua portuguesa e lusofonia: na voz de universitários portugueses e brasileiros in *Atas do XX Colóquio da Lusofonia* (CD-ROM)

Associação Portuguesa de Linguística/APL (1992) “Para uma Política da Língua Portuguesa” in *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, 7, 26-30.

Calvet, Louis-Jean (1996). *Les politiques linguistiques*. Paris: PUF.

Calvet, Louis-Jean (1999). *La guerre des langues et les politiques linguistiques*. Paris: Payot (1<sup>a</sup> edição, 1987).

Castro, Ivo (2009). “A Internacionalização da Língua Portuguesa”. Comunicação ao Colóquio *A Internacionalização da Língua Portuguesa*. Lisboa: Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses, 16, junho 2009.

Castro, Ivo (2010). “As Políticas Linguísticas do Português” in *XXV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Porto: APL, 65-71.

Cristóvão, Fernando (1992) “Para uma nova política linguística na Comunidade Europeia” in *RILP*, 7, 35-38.

Delgado Martins, M<sup>a</sup> Raquel (1992) Política da língua e sistema educativo. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, 7, 50-53.

Feytor Pinto, Paulo (2008) *Política de Língua na Democracia Portuguesa*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade Aberta.

Feytor Pinto, Paulo (2010). *O Essencial sobre Política de Língua*. Lisboa: INCM.

Firmino, Gregório (1995). “O caso do português e das línguas indígenas de Moçambique” in *RILP*, 13, 33-43.

Gendraux Massaloux, Michèle (2002) “A constelação linguística na Europa” in Mateus, M<sup>a</sup> Helena Mira (coord.) *Uma política de língua para o português*, Lisboa: Edições Colibri, 63-70.

Giordan, Henri (2002) “Les langues régionales et minoritaires de L’Union Européenne” in Mateus, M<sup>a</sup> Helena Mira (coord.) *Uma política de língua para o português*. Lisboa: Edições Colibri, 111-134.

Lopes, António Simões (1995) “Editorial” in *RILP*, 14, 7-8.

Mateus, M<sup>a</sup> Helena Mira (1995). “Editorial” in *RILP*, 13, 7.

Mateus, M<sup>a</sup> Helena Mira (coord.) (2002). *Uma política de língua para o português*. Lisboa: Edições Colibri.

Mateus, M<sup>a</sup> Helena Mira (2002) “Prefácio” in Mateus, M<sup>a</sup> Helena Mira (coord.) *Uma política de língua para o português*. Lisboa: Edições Colibri, 7-11.

Mateus, M<sup>a</sup> Helena Mira (2010). “Uma política de língua para o português” in *XXV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Porto: APL, 73-78.

Oliveira, Gilvan Müller de (2013) “Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI” in *Trab. Ling. Aplic*, Campinas 52.2, 409-433, jul./dez. 2013. Disponível em [www.scielo.br/pdf/tla/v52n2/a10v52n2.pdf/](http://www.scielo.br/pdf/tla/v52n2/a10v52n2.pdf/) em 23/08/2014.

Silva, Rosa Virgínio Mattos e (1992) “Editorial” in *RILP*, 7, 7.

31. MARIA MANUELA RIBEIRA CASCUDO, GALIZA

<sup>46</sup> Ançã et al. (2013).



**PARTICIPA PELA SEGUNDA VEZ DEPOIS DE TER ESTADO NO 18º COLÓQUIO, GALIZA 2012.**



**PARTICIPOU NO 19º COLÓQUIO GALIZA 2012 E 21º NOS MOINHOS 2014, É SÓCIA DA AICL. TOMA PARTE NA SESSÃO DE POESIA**

32. MARIA SEOANE DOVIGO, ACADÉMICA  
CORRESPONDENTE DA AGLP, GALIZA

**Mª Seoane Dovigo** nasceu na Corunha, Galiza, em 1972. É licenciada em Filologia Hispânica pela Universidade da Corunha.

Realizou os cursos de doutoramento entre 1995 e 1997 no departamento de Filologia Espanhola e Latina da mesma universidade e obteve a suficiência investigadora com um estudo sobre o exórdio nas retóricas espanholas do século XVI.

Foi bolsista de investigação da Junta da Galiza entre 1995 e 2000, anos nos que trabalhou no seu projeto de tese de doutoramento, dedicado à análise do género do prólogo.

Apresentou diferentes trabalhos em congressos sobre literatura renascentista, edição de textos e literatura galega e colaborou em projetos de investigação sobre as fontes documentais para o estudo do teatro na Corunha e a catalogação de publicações periódicas dos séculos XVI ao XVIII em bibliotecas da Galiza e Portugal.

Desde 2000 reside em Portugal, onde tem exercido funções docentes nas escolas públicas como professora de espanhol/língua estrangeira.

Desde 2010 desenvolve a sua atividade cívica pela sua ligação com a Associação Cultural Pró-Academia Galega da Língua Portuguesa, de cuja junta diretiva faz parte desde abril de 2011.

Faz parte do Conselho Consultivo do MIL - Movimento Internacional Lusófono e é coordenadora da sua secção galega.

É académica correspondente da Academia Galega da Língua Portuguesa desde outubro de 2012 e académica de número desde junho de 2014.

Faz parte do conselho de redação do boletim desta instituição, do que é colaboradora habitual, assim como da revista Nova Águia, com trabalhos de divulgação da literatura e cultura de todo o espaço lusófono.

Começou a divulgar a sua produção literária em 2013, com a participação em diferentes encontros de poetas na Galiza e em Portugal, a participação no volume do coletivo poético galego “A Porta Verde do Sétimo Andar”, *Um feixe de poesia na porta*, e a colaboração na revista *Licungo*, do Círculo de Escritores Moçambicanos na Diáspora.

**TEMA 2.1. “ENTRE CENTROS E MARGENS: AS DESCOBERTAS POÉTICAS DA IRLANDESA EAVAN BOLAND, DA GALEGA XOHANA TORRES E DA SÃO-TOMENSE GORETTI PINA”, Mª DOVIGO, ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA**

Pretendemos explorar as imagens (metáforas, metonímias, símbolos) e as narrativas (estórias, contos, lendas, mitos) em três livros de três poetisas contemporâneas não ligadas pelo conceito de literatura nacional: a galega Xohana Torres (*Tempo de ría*, 1992), a são-tomense Goretti Pina (*Viagem*, 2012) e a irlandesa Eavan Boland (*In a time of violence*, 1994).

As três são escritoras que escrevem desde múltiplas margens da literatura canónica. Têm em comum ser mulheres e pertencer a comunidades literárias marcadas pela experiência histórica da colonização e também da diáspora.

Ao mesmo tempo, as três escritoras, nunca centrais num hipotético cânon lusófono, desenvolvem na sua escrita, por coincidência, alguns dos considerados grandes tópicos identitários da literatura portuguesa: a viagem e a ilha.

Desde essas margens imaginárias exploram as narrativas históricas e o conceito espacial de nação, e, ao mesmo tempo, atravessam com facilidade as fronteiras temporais entre mito-lenda-vida-instante, assim como as espaciais entre ilha-rio-viagem-migração.

Através da escrita poética encontram novos centros de afirmação da liberdade individual e o compromisso moral consigo próprias e com a coletividade.

A modernidade entendida como processo histórico depende de uma narrativa que vê o tempo numa linha que conduz à humanidade a um estado de progressivo aperfeiçoamento e hipotética felicidade através de fases de superação de estados mais primitivos.

A evolução supõe “outros” em nós, como indivíduos e coletivos, que devem ser deixados para trás na linha do tempo, com frequência esse estado medieval em que encaixam todos os fantasmas da nossa condição enquanto civilização europeia que pelo mundo se expandiu primeiro com as descobertas dos dois estados ibéricos e já no século XIX com a colonização que partiu de diferentes estados nascidos no ocidente europeu.

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

No espaço dos versos dos três livros que estamos a analisar temos outras experiências narrativas e outras visões do tempo que também encenam outras visões do homem e as suas ligações com a coletividade e a terra.

Outro motivo poético comum às três autoras é a consagração do instante que por metonímia contém a totalidade do tempo. É aquela ideia de Emily Dickinson do “sempre composto de agoras” (“forever is composed of nows”).

São pequenas miniaturas que contêm a simultaneidade dos tempos dos homens e do cosmos.

Podemos ler no poema de Boland “Este instante” (“This moment”): “Inclina-se uma mulher para colher um menino/ que corre para os seus braços/ neste instante./ Levantam-se as estrelas./ Tremulam as borboletas./ As maçãs adoçam-se no escuro”. Também no poema de Xohana Torres “Esse minuto simples de estampa japonesa”: “Luz que eu vi morrer por Rande,/ só um instante de glória”. Está no poema de Goretti Pina “Sento-me aqui”, quadro miniatura de “um Chiado pejado de gente”, encruzilhada de gentes que transportam cada uma as suas histórias, os seus tempos, os seus movimentos, na presença estática e indiferente do poeta Pessoa: “Gente que passa, gente que para, gente que vem, gente que vai,/ gente que fica./ Gente que canta as suas viagens”.

Há ainda uma outra maneira de viagem mais presente em Boland: a viagem do exílio e do emigrante. Na literatura irlandesa abre cenários em que se diluem dualidades e se abrem os sistemas literários. Isso é algo em comum com o sistema literário galego e o de São Tomé e Príncipe.

No livro de Boland é visível no poema “Com uma luz fraca” (“In a bad light”), em que recolhe a memória das costureiras irlandesas nas fábricas dos Estados Unidos.

Essa memória heroica do trabalho feminino tão bem conhecida na poesia galega. É que o marco temporal da “era da violência” que distorce a ordem natural da terra e dos homens, dos relacionamentos ao conhecimento, é representado no livro da irlandesa de uma maneira que só muito tangencialmente se aprecia nos outros dois.

A história está ligada ao tempo dos ciclos cósmicos, que deixam marcas visíveis nos cenários: os movimentos do mar, as estrelas, o sol, as estações, os frutos, a alternância entre o dia e a noite. Sempre o caminho mais ou menos estreito que liga a história do homem e a do cosmos. “Tudo tem a tristeza de nos sentirmos alheios/ Mentres pela tarde Vénus assoma”, “A consigna das belas estações/ contem um calendário de pêssegos./ Que suaves formas, ser o que madura/ nessa expressão astral que marca o dia” (Torres), “Recordar-te é amanhecer”, “Excerto de uma nota musical/ dedilhada no teu colo./ Uma oportunidade de chorar sorrindo/ enquanto suspira o mar”, “Nesta mansão solar não há lugar a artefactos banais./ A condição natural é o desejo” (Pina), “O bairro estava fechado no calor/ da primavera temporã e das ternas pontas (...) Então virei-me e vi no espaço/ do céu noturno as constelações a aparecerem,/ uma a uma, sobre os telhados e as casas” (Boland).

Outros motivos simbólicos recorrentes nas três autoras são as referências aos mapas, aos navios e às paisagens litorais: “Eram as primeiras linhas do mapa/ feitas por ti”, “Que brumas condensam as margens dos nossos faróis?”, “o navio que um no outro ancoramos”, “vértebras de espuma e de coragem” (Pina), “A mente vaga a portos capitais./ O destino é um mapa com a rota que sonhamos./ Mas importa perder-nos, bem-amados rapazes?! Amanhã será outro dia. Estamos vivos” (Torres); “As mulheres que eram cantoras no oeste/ habitaram uma costa implacável”, esse canto das mulheres da costa

irlandesa, cujas bocas se enchem cada noite “de tormentas atlânticas, de estrelas enevoadas/ e de pássaros exaustos” (Boland).

Frente à utopia ocidental do homem autónomo, no criativo, no social, desligado da terra e que consegue viver na abstração, os três livros situam-nos e ligam-nos a um território que é nó de vivências, saberes, memória e comunicação: a ilha que nos salva do caos nos versos de Goretti Pina: “Viajo./ Sobre os escombros de tudo./ O mastro a que me agarro,/ o meu porto seguro/ é a intangível ilha/ na metafórica paixão”; esse território utópico em nós ao que sempre podemos regressar: “Quando posso regresso à ilha./ Quando não posso também”. Essa ilha fiel como verdadeira pátria do homem, paraíso ao que se chega sem esforço, é motivo recorrente nos versos de Torres: “Propício aroma avisa das origens de março./ Se açamos as cortinas surdem Ilhas,/ como um exato bem, como uma pátria”. Essa ilha que está sempre comunicada com centro único do coração: “Comunicam as Ilhas esse filtro irreal/ de luminárias no coração celeste”. Ou o espaço da ria que organiza as memórias: “Tempo que me situa./ Ria de algum regresso”.

Essa continuidade no tempo sentida na natureza é o rio Liffey que atravessa Dublin do poema “Anna Liffey” de Boland. É a vida da cidade e dos seus filhos no poema, era após era, geração após geração, ligando todas as memórias que sem este fio parecem fragmentárias.

Boland debruça-se ainda sobre os paradigmas limitados das ciências institucionalizadas que nos alheiam da variedade do real e que além disso são perniciosos pela falta de compromisso ético com os homens concretos. Este é o motivo do poema “Que a ciência da cartografia é limitada” (“That the science of cartography is limited”) em que conta as marcas da grande fome que assolou a Irlanda em 1847 e que nenhum mapa consegue registar. Também do poema “Belo discurso” (“Beautiful speech”) em que lembra a sua experiência escolar de irlandesa na Inglaterra dos anos 50, onde toda a sua herança cultural irlandesa era invisível numa aparente construção ideal do saber.

Ou do poema “Onde se conta que a história antiga que aprendi não é a minha” (“In which the ancient history I learn is not my own”), onde se adentra nas narrativas históricas dos sucessivos impérios europeus para os que as memórias da Irlanda que a menina leva em si não existem.

Entendo que é o meu labor como intérprete e transmissora da criação literária é compreender as descobertas feitas no discurso lírico e difundir a sua força transformadora pelas vias que a mim própria me são dadas.

O trânsito, a transformação, o impulso vital que anima estes três livros de poemas são um caminho de aprendizagem para este exercício teórico que eu me propus nestas linhas. Aprendo das imagens de dissolução das margens, dos alertas sobre os limites éticos do saber institucionalizado, do seu entendimento da identidade que não limita mas que é caminho contínuo, dos fragmentos narrativos que nos dão outra leitura quer dos mitos codificados, quer da História entendida como disciplina ao serviço das sociedades, quer das vidas individuais atravessadas por narrativas com demasiada frequência submetidas a centros de poder.

De tudo isto retiro a necessidade de descrever a poética destas autoras não por características essenciais, mas por elementos em tensão que criam dinâmicas, de entender.

Na bibliografia sobre estas literaturas aparecem constantemente metáforas e imagens ligadas a esta necessidade de uma interpretação dinâmica: as dualidades

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

centros/periferias, as margens, as polifonias, os “pluriversos”, uma rede de relacionamentos que não entenda a analogia por uma genealogia que estabelece hierarquias na transmissão, mas antes uma analogia nascida por afiliações diversas: uma mesma vivência vital, porquê não doméstica, uma ideia comum da terra sagrada, uma experiência social comum de exílio ou colonização, uma mesma maneira de “dizer” a palavra não desligada da magia...

Isso é o que desejamos para este espaço lusófono Abrir os sistemas poéticos para estabelecer cumplicidades entre nós, descobrir os caminhos que sim realmente permitem a comunicação humana entre as nossas diferentes culturas, filhas de tantas raízes.

Nas ciências sociais nada está separado, e tudo o que se faz tem um impacto na vida coletiva, porque o vazio não é possível. Consideramos a visão integradora do ser humano o melhor legado quer do pensamento feminista quer da poesia escrita por mulheres, uma visão e uma vivência que procura a harmonia e não a hierarquia.

Um pensamento que harmoniza sem julgar e que não submete as emoções nem vê o mundo material como um mundo a dominar. Isto está nas metáforas harmonizadoras destas três poetisas.

Nessa “ilha que temos em nós”, verdadeiro centro deste nosso mundo lusófono que alguns sonhamos de irmãos e que aqui nos reúne numa inteligência que não submete a emoção, mas que nela se apoia para conhecer o destino, “cabirão todas as capitais./ Nenhuma será estrangeira./ Se nós próprios estamos dentro de todos os postais de descobrimentos!” (Pina).

33. MÁRIO JOSÉ SILVA MELEIRO, (UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR, INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA) 47



Nasceu em Soutelo – Mogadouro (Trás-os-Montes), em 1974 e reside na Guarda, onde fez o estágio profissional na Escola Secundária Afonso de Albuquerque.

Licenciado em Línguas e Literaturas Clássicas e Portuguesa, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, mestre em Linguística Portuguesa, pela Faculdade de Letras da Universidade Católica – Polo de Viseu e doutorado em Linguística (Linguística Histórica) pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, é docente da Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto, do Instituto Politécnico da Guarda, desde 2000.

Além da docência tem também desenvolvido a sua atividade como formador do Programa Nacional do Ensino do Português (PNEP), da Terminologia Linguística para o Ensino Básico e Secundário (TLEBS), do Acordo Ortográfico (AO 1990) e, mais recentemente, das Metas Curriculares de Português (MCP). Com participação em diversos congressos, em alguns deles com apresentação de comunicação, a área de investigação centra-se na morfologia e no léxico da língua portuguesa.

**TEMA 2.5. NOVOS CONTRIBUTOS DE ANTEDATAÇÕES AO DICIONÁRIO HOUISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Mário José Silva Meleiro, (Unidade de Investigação para o Desenvolvimento do Interior, Instituto Politécnico da Guarda) 48**

A origem e a primeira atestação dos vocábulos na língua portuguesa continuam a despertar o interesse pelo estudo desta área da história da língua portuguesa.

O *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* continua a ser a referência base de datação das palavras da língua portuguesa. No entanto, alguns verbetes, graças a investigações posteriores à sua edição, apresentam já uma datação desatualizada. No seguimento das palavras dos seus autores, relativamente ao campo da datação, este dicionário reflete o propósito “de registar os dados cronológicos disponíveis, no pressuposto de que qualquer datação fornecida está sempre sujeita a revisões e complementações.” É neste sentido que apresento mais um contributo de antedatações, tendo por base a *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, como, por exemplo, *agomer*, *alar*, *amaçarocado*, *azambujal*, entre outras.

### 1. INTRODUÇÃO

O enriquecimento do léxico, quer através da importação, quer de recursos morfológicos internos, é um processo intemporal na língua. E se não há dúvida que Camões é o grande mentor com a introdução de novas palavras na língua, sobretudo latinismos, também as não há de que antes dele outros contribuíram para o seu engrandecimento. A prova de que este é um processo intemporal temo-la com vários autores anteriores e posteriores ao Renascimento. Porém, existe a convicção de que é a partir do século XV que tal processo se começa a evidenciar, para atingir o seu auge no século XVI, consequência natural do Renascimento e da importância que as leituras dos clássicos então alcançaram. No entanto, um século antes, quer a prosa didática, levada a cabo pela produção régia, quer a histórica, pelos cronistas, haviam já aberto o caminho. É nesta prosa histórica, nomeadamente na *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, de Zurara (ZURP) que se registam algumas palavras atestadas, ao que pude apurar, pela primeira vez na língua portuguesa.

O *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* continua a ser a referência base de datação das palavras da língua portuguesa. No entanto, alguns verbetes, graças a investigações posteriores à sua edição, apresentam uma datação tardia e alguns não estão ainda averbados. Nas palavras dos seus autores, relativamente ao campo da datação, este dicionário reflete o propósito “de registar os dados cronológicos disponíveis, no pressuposto de que qualquer datação fornecida está sempre sujeita a revisões e complementações.” É



## Atas 14º colóquio da lusofonia –

neste sentido que apresento mais um contributo de antedatações, tendo por base a referida crónica de Zurara.

A *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, de Gomes Eanes de Zurara, sucessor de Fernão Lopes como Guarda-Mor da Torre do Tombo a partir de 1454, é um longo texto repartido por dois livros onde o novo cronista do reino relata os factos ocorridos em Ceuta. Praça portuguesa desde 1415, teve no Conde Pedro de Meneses, homem *que amdava deseioso de se allevarntar naquello que lhe seu nobre e gramde samgue rrequeria* (ZURP 198.588-590)<sup>49</sup>, ao ponto de, perante as recusas dos seus antecessores<sup>50</sup>, se oferecer como primeiro capitão, dando assim início à aventura africana. É esta capitania de 22 anos, até à sua morte em 1437, no norte de África que Zurara relata quase em exclusivo, tão poucas são as mudanças de cenário<sup>51</sup>, satisfazendo a vontade do Africano, D. Afonso V. Escrita no final da sexta década do século XV, entre 1458 e 1460, e passado quase o mesmo período temporal da ação da *Crónica*, Zurara tem a vantagem, face a Fernão Lopes, dos factos a relatar serem muito mais recentes. O cronista, não só por esta razão temporal, logo no primeiro capítulo, refere que, também ele, deixará na sua obra a ideia *do que rrealmente pertemçee a sustamçia nõ pode em outra parte ser mais verdadeyramente escripta que aquy* (ZURP 186.295-297). Sobre o cuidado com as palavras a utilizar nesta crónica regista ainda: *E por çerto que em este livro tyve eu muito comtrayro cuidado do que allgũs outros estoriaes ã suas obras teverão, espiçiallmemte os gregos, os quaes supriam com fermosas pallavras o que na gramdeza dos feitos mimgoava, e a mÿ foy neçessario forneçer a mimgoa das pallavras com gramdeza dos feitos* (ZURP 179.134-139).

### 2. ANTEDATAÇÕES AO DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA.

Partindo da datação apresentada em *Houaiss*, e tendo apenas como referência a *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, de Gomes Eanes de Zurara, apresenta-se a lista de palavras encontradas nesta obra como registo de ocorrência anterior à indicada em *Houaiss*. Há, no entanto, um conjunto de palavras que, embora já datem do século XV, têm a sua ocorrência em obra anterior à indicada. Ou seja, este conjunto de palavras tem como abonação a *Crónica de D. Duarte de Meneses*, escrita entre 1464-1468. Como é sabido, muitas das datações apresentadas em *Houaiss* provêm de Cunha (AGC), quer do seu *Dicionário Etimológico*, quer dos seus Ficheiros (VH-CPM).

Para estas datações, nem Cunha nem *Houaiss*, salvo raras exceções<sup>52</sup>, incluíram no seu *corpus* de extração, a *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, escrita entre 1458-1464, precisamente uns anos antes da de *D. Duarte de Meneses*. Como estamos a referir-nos a obras escritas pelo mesmo autor, e num tão curto espaço de tempo, eventualmente até escritas em simultâneo, senão a totalidade, algumas partes, esta antedatação não ganha especial relevo. Acrescenta, portanto, apenas mais uma abonação. Apresentam-se,

ainda, algumas palavras para as quais *Houaiss* não indica datação e outras que ainda não estão averbadas.

**ABREVIADOR**, adj. (153) ‘resumidor’<sup>54</sup>. *Houaiss*, 1517, *abreuiador* (CDP I 493).

*o começo é a metade [e] mais que a metade da cousa, e nõ menos o rreza Vallerio Maximo, abreviador de Tito Livio.* (543.243).

**AÇALMO**, s.m. (255) ‘provisão, abastecimento’. *Houaiss*, XV, (cf. IVPM). Antedatação em obra do mesmo autor.

*e, que elle all nõ faça senã mamdar desses catyvos que tẽ, por elles lhe daram açallmo com que se possa mamter.* (530.1076).

**ADIBE**, s.m. (1) ‘lobo, chacal’. *Houaiss*, XV, (cf. IVPM). Antedatação em obra do mesmo autor.

*e hũas anymallias que há naquella terra que se chamã adibes começará de ouvar,* (686.360).

**ADUAR**, s.m. (756) ‘povoação provisória e móvel dos mouros; acampamento’<sup>57</sup>. *Houaiss*, XV, (cf. IVPM). Antedatação em obra do mesmo autor, já referida em JPM<sup>3</sup>.

*Loguo neste mesmo mes o comde mamdou Diogo Vazquez de Porto Carreiro em hũ seu bragantim a avisar hũ aduar que hera ã terra de Benyçaide,* (344.4).

**AGOMER**, s.m. (2) ‘arrais’. Sem registo em *Houaiss*. Eventual arabismo utilizado como hápax, nesta abonação.

*E os mouros que nelle jaziã cuydaram que hera o lenho d’Allçaçer, e começou hũ delles a dezer “agomer, agomer”, que quer dezer em nosso lymgoagẽ “arraez, arraez”.* (408.529).

**AGRURA**, s.f. (1) ‘aspereza’. *Houaiss*, XV, (cf. IVPM). Antedatação em obra do mesmo autor

*porque vio que sua gemte nõ podia seguyr avamte pella agrura do monte,* (569.894).

**ALAR**, vb. (1) ‘rebocar, puxar’. *Houaiss*, 1529, (ATenr 85). Antedatação já referida em JPM<sup>3</sup>.

*e porque ho comde soube que aquella barca hera de Castella e que costramgidamemte fora ally trazida, o que se mostrou bem ao tempo que os mouros salltaram em terra que a quiseram allar fora por hũa corda,* (403.414)].

**ALBATOÇA**, s.f. (1) ‘embarcação de vela e remo’. *Houaiss*, XV, m. q. *albatoça* (cf. IVPM). Antedatação em obra do mesmo autor, já referida em JPM<sup>3</sup>.

*E fazemdo-se logo prestes de pelleja, conheçerom que hera albetocha, a quall nõ poderam êcallçar senão tam perto da terra* (305.57).

**ALGAZARRA**, s.f. (1) ‘gritaria’. *Houaiss*, XV, *algazara* (cf. IVPM). Antedatação em obra do mesmo autor.

*E nõ fezerom hii cousa nenhũa, somemte amdarã fazemdo suas allgazaras e dapnarão allgũ pão que ally estava.* (599.446).

<sup>49</sup> Seguimos como edição fonte a de Teresa Brocardo (1997). Citam-se as páginas seguidas das linhas.

<sup>50</sup> Cf. capítulo quinto: O Condestabre, porque além da idade *tinha temçom de se apartar pera serviço de Deus*, Gomçallo Vaz Coutinho, também por idade e *por outras cousas que ho ympidiã* e Martÿ Affonso de Mello, por pressões dos que o acompanhavam.

<sup>51</sup> Cf. ZURP 10.

<sup>52</sup> Cf. s.v. bombardeio.

<sup>53</sup> Número de ocorrências na Crónica do Conde D. Pedro de Meneses.

<sup>54</sup> Segundo Morais (Silva, 1831) s.v. *abreviador*, ‘que resume matéria mais larga a menos razões’.

<sup>55</sup> Outras ocorrências: 715.1090.

<sup>56</sup> Outras ocorrências: 344.15; 378.839; 401.365; 402.385; 420.815; 673.47.

<sup>57</sup> Segundo Morais, s.v. *aduar*, “povoação movel de Arabios errantes. *B. Tenreiro*, cap. 4 consta de 50. a 100. tendas”. Já com registo no *Dict. Latinolusitanicum*, 1569-70, de Jerónimo Cardoso, s.v. *cateia(ae)* e *maga(ae)*.

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

**AMAÇAROCADO**, adj. vb. (1) ‘emaranhado; embaraçado’. Para este derivado, bem como para os verbos *maçarocar* e *amaçarocar*, Houaiss não apresenta datação.

*e avia a cara gramde e allva, e os cabellos louros e amaçarocados*, (520.818).

**ANAZÃO**, adj. (1) ‘de tamanho diminuto; anão’. Vocabulo não encontrado. Pelo contexto, o significado parece ter na base *anão*. As referências mais próximas que consegui foram o verbo *anazar* em JPM<sup>3</sup> e *Houaiss* (ambos com abonações de Camilo) com remissão, em *Houaiss*, para *ananicar*. É possível ainda em *Houaiss* encontrar averbado *ananzar* e *anázado*, com remissão para *ananzado*. Em todos, o significado está relacionado com grego *nános* ‘anão’, pelo lat. *nanus.*, com os respetivos afixos (a- protético e sufixo derivacional).

*O seu capitã, que hera Mulley Bucar, amdava ã hu cavallo anazã*, (709.928).

**APORTALECER**, vb. (1) ‘aportar, entrar no porto’. Sem datação em *Houaiss*, apesar do registo no IVPM.

*Os descubridores comprirá o que lhe foy mamdado, mas nõ acharão o feito assy ligeiro como elles pêsarã, porque aymda elles bem nõ aportalleçã quamdo hos mouros emdereçarã a elles*, (663.810).

**ARNESADO**, s.m. (1) ‘que possui arnês, armadura’. Em *Houaiss*, apenas registado como adjetivo, diferente do substantivo que aqui ocorre.

*E a Bertollameu Affonso foy dada a guarda dell rrey, a Fernam Barreto ficou a guarda da Allmina, com ha quall ficarão os arnesados de Lixboa, que passarão de çemto afora gemte de pee*, (202.686).

**ASTUCIOSO**, adj. (1) ‘que revela astúcia; astuto, ardiloso’. *Houaiss*, XV, *astucjoso* (cf. IVPM). Antedatação em obra do mesmo autor.

*homẽ de gramde coraçã, pero a mayor parte de suas obras heram astuçiosas*. (658.699).

**ATEMORIZADO**, adj. vb. (1) ‘assustar, amedrontar’. *Houaiss*, XV, *atymorizado* (cf. IVPM). Antedatação em obra do mesmo autor.

*E como quer que se os mouros ajumtassẽ pellas serras, tam atemorizados estavã jaa dos dapnos que cada hũ dia rreçebiã, que nõ ousavã deçer a fumdo*. (716.1101).

**AZAGAIAR**, vb. (1) ‘alvejar com golpes de azagaia’. *Houaiss*, XV, *azagayada* (cf. IVPM). Antedatação em obra do mesmo autor.

*E os mouros vierom ally e azagayarã tres bois*. (608.660).

**AZAMBUJAL**, s.m. (1) ‘extenso aglomerado de azambujos, zambujeiros’. *Houaiss*, 1540, *açambujaes* (FÁlv 18). *Houaiss* indica na etimologia, como base deste derivado, o masculino *azambujo*, que, no entanto, apresenta datação tardia (c1508), ocorrendo o mesmo com *azambujal* (1540). Estaríamos perante o registo gráfico de um derivado que precede a base que lhe dá origem. Por conseguinte, atendendo a que a datação apresentada para a variante feminina *azambuja* se encontra atestada em 1222, em JPM e utilizada por Houaiss, será preferível indicar esta forma como base. Regista ainda as variantes sem a- protético, *zambujo* e *zambujal*, de 1611 e 1765, respetivamente. JPM<sup>3</sup> regista *zambujo*, com a seguinte informação, s.v. *zambujo*: “Tal como *azambujo*, é var. de *azambuja* (q.v.). O voc. berber donde todas estas formas derivam é *zabbūj*; vj. cast. *acebuche*. No séc. XVII, no *Dicionário* de Barbosa”. A história da base desta palavra não

deixa de ser ainda mais curiosa se tivermos em consideração que a forma *azambujeiros* está atestada em 1086 em Houaiss, segundo JPM<sup>3</sup>, s.v. *azambuja*: “«quomodo diuimus cum sanson gudiniz per illum uallezinum de illis *azambujeiros* usque plicat in...», Dipl., doc. N.º 668, p. 399”.

*E os nossos começarã de hos seguyr per hũ azambujall basto*, (703.776).

**AZEITONI**, adj. (1) ‘da cor da azeitona; ligeiramente esverdeado; oliváceo’. Forma apenas averbada em Morais: “Comic. Azeitona. *Cancioneiro*. Como adj. «veludo *azeitoni*»; cor de azeitona. Ined. 2. 618”.

*O seu capitã, que hera Mulley Bucar, amdava ã hu cavallo anazã, com hũa barreta guarneçida de ouro na cabeça e hũ pellote de velludo azeytony* (709.929).

**AZERVADA**, s.m. (1) ‘cerca de troncos e galhos usada como defesa’. *Houaiss*, s. XV. A datação em itálico de s XV<sup>68</sup> apresentada por *Houaiss* mostra que, efetivamente, a grande maioria de datações provem de JPM<sup>3</sup> e dos trabalhos de A. G. Cunha. No caso desta palavra em particular, JPM<sup>3</sup> não a regista, verificando-se o mesmo com Cunha, até porque esta obra não fez parte do *corpus* de extração como acima se referiu. Todavia, encontra-se averbada em Morais, precisamente com esta passagem de ZURP: “‘Cerca de madeiras à pressa para defensivo’. Ined. 2. 380. *E ali quizerom fazer huma azervada, em que pensavam de se salvar*”<sup>59</sup>.

*E ally quiseram fazer hũa azervada, em que pemsavã de se sallvar*, (396.224).

**BASTURA**, s.f. (1) ‘que é espesso, basto’. Apenas *Houaiss* regista a palavra, com indicação de pouco usada, remetendo para *bastidão*, mas também sem datação.

*em que rreçebia a mulltydão das seetas e pedras que lhe de çima heram llamçadas, nõ sãdo menos ajudado da bastura dos rramos da arvore que ho sosteve*, (569.874).

**BORDAR**, vb. (1) ‘beirar, margear, orlar’. *Houaiss*, 1789, (cf. MS<sup>1</sup>). Com esta atestação em ZURP, o verbo *bordar* tem ocorrência simultânea no século XV com o seu homónimo *bordar* ‘ornamentar pano ou estofa com fios’, antedatando em mais de três séculos a data apresentada em *Houaiss*, proveniente de Morais<sup>1</sup>.

*E ouverão tempo, e passarão da outra bamda, e vieram bordar a Allycamte, e dahy trouxeram a costa de lomgo ate Gibralltar*. (371.665).

**BRAGA**, s.f. (1) ‘grilheta, calceta; argola de ferro fixada ao tornozelo dos prisioneiros, e que se ligava à sua cintura por meio de uma corrente de ferro ou ao pé de outro prisioneiro’. *Houaiss*, XV, *bragua* (cf. IVPM). As ocorrências registadas dizem apenas respeito à aceção ‘grilheta’<sup>60</sup>, datada por JPM, AGC e Houaiss do século XVI. O IVPM apresenta nove abonações do século XV, mas todas para a aceção ‘calça(s) curta(s) e larga(s)’. O VH-CPM, que não indica qualquer significado, tem a vantagem de apresentar a abonação, ao invés da simples localização do IVPM. Assim, é possível ler na que corresponde a INFA: “Naquele dia foram a todos lançados feros em anbalas pernas, a maneira de braga, e o lfante foy o postumeiro que ferarom.” Verifica-se, portanto, que esta abonação não se engloba dentro no conjunto apresentado por Cunha no IVPM o que antedata em um século as propostas conhecidas. Assim, com esta ocorrência no *Trautado da vida e feitos do muito vertuoso sor. ifante D. Fernando* (INFA), escrito por de Frei João Álvares entre 1451-1460, mais do que a primeira atestação em ZURP, será adequado

<sup>58</sup> Datação em itálico, com significado de data provável.

<sup>59</sup> Cf. Morais<sup>4</sup> *azervada*.

<sup>60</sup> RLor corrige a datação de JPM para a aceção de ‘espécie de calças’, do século XV para 1083 “et unas brakas nobas cum sua inbragatoria” (Dipl. 369), mas que Houaiss não leva em consideração.

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

colocá-la em simultaneidade com este *Trautado*<sup>61</sup>. Morais apresenta uma abonação da *Historia da Índia, governanda-a D. Luiz de Ataide*, de António Pinto Pereira, donde penso provirem todas as datações.

*Ex vem o cristão em forma de catyvo, com sua braga de ferro*, (417.750).

**BRENSEDA**, s.f. (1) 'vento com neblina, e escuridão'. Com registo em Viterbo, precisamente com esta abonação de ZURP, e com os seguintes significados: "multidão de brenhas, silvados, matagais, brejos, paúis. *Andarão quanto poderão, mas a grande aspereza da terra, e a brenseda da noite* (i.e. que naquela noite passarão) (...) "<sup>62</sup>. A mesma abonação também em Morais, penso que com significado mais apropriado, e com a seguinte dúvida: "(talvez do Italiano, *Brezza*, alterado em *brenza*, e *brenseda*, deriv. Como olivedo, *azeredo*, *jaspedo*, etc. *alameda*, *figueredo*, ou *figueiral*, etc.) vento com nebrina, e escuridão"<sup>63</sup>.

*Ora tornamdo ao comto dos primeiros, elles assy partidos da çidade, como jaa dissemos, amdarão quamo poderō em aquella noite, mas a gramde aspereza da terra e a brenseda da noite não comsemtyo que chegassem sobre as alldeas senão parte do dia passado*, (328.638).

**BROA**, s.f. (264) 'canal, estreito'. Os dicionários consultados apenas apresentam a aceção mais comum 'pão de milho'<sup>65</sup>. Morais, além do significado, apresenta a indicação de termo antigo de Roteiros<sup>66</sup>, com duas abonações, embora posteriores a ZURP: "Por meya brôa; i.é, por meyo canal. *Cast. 2.62. «arribando por meia borôa.» Chron. J. III. P. 4. c. 98. «indo os galeões a meia borôa, e a armada de remo de longo da costa»".*

*Ouve o comde sabedoria como se em Tamger armava hũa galleota e, porque rrecebesse primeiro o dapno que temtasse de o fazer, mamdou armar outra e dous bragamtis, os quaes, partidos da çidade naquela mesma noite, jazêdo é mea broa do mar em rroda, vyram como vinha hũ carevo de comtra Gibralltar e seguya pera Tamgere*. (380.869).

**CABIL**, s.m. (367) 'almirante'. Pelo que consegui apurar da pesquisa em vários dicionários, será ocorrência única, que forma com *arraez* o composto *arrais-cabil*, pois a classificação de adjetivo parece forçada.

*E por comtarmos nossa estoria ã nossa deryta ordenamça, diremos aquy como hũ mouro que se chamava Caçome Bomcane, que fora arraez [cabill] daquela çidade, fugio de noite per hũ cano - e arraiz cabill amtre os mouros he assy como allmyramte amtre os cristãos*. (476.798,799).

**CAÇOAR**, s.f. (1) '?' . Vocábulo normalmente registado como verbo. Como substantivo, apenas em Morais classificada de s.f. ant., precisamente com esta abonação de ZURP, mas com um ponto de interrogação no que concerne ao significado.

*E elle trazia dous cristãos que filhara a traves das Areas Gordas em hũ barco e, porque hũ delles lhe dissera que lhe daria hũa caçoar, levava-o comsygo*, (622.1034).

<sup>61</sup> Existem outros casos com ocorrência simultânea em INFA e ZURP que não serão trabalhados, como *elche* ou *passante*.

<sup>62</sup> Viterbo, s.v. *brenseda*.

<sup>63</sup> Morais<sup>4</sup>, s.v. *brenseda*.

<sup>64</sup> Outras ocorrências: 381.890.

<sup>65</sup> Para Houaiss, a forma mais antiga *boroa* ocorrem em 1174 (JPM<sup>3</sup>) e a forma *broa*, apenas em 1652 (cf. Agiólogo).

**CANAVEAR**, vb. (1) 'ferir, torturar, enfiando lascas de cana sob as unhas'. Houaiss apenas apresenta a variante *acanavear*, com indicação de que "JM registra no sXV um v. *canavear*, com uma var. *acanavear* no sXVI". É precisamente esta que Houaiss utiliza com ocorrência em 1567 DGóis IV 21.

*comtanto que não sejam daquelles que se lamçarã per suas vomtades, porque taes nõ tomaria senão pera hos canavear*. (417.741).

**CARRASQUEIRA**, s.f. (1) 'carrasqueiro, carrasco'. A indicação de JPM<sup>3</sup> não se aplica neste contexto. Houaiss apenas regista a variante masculina, *carrasqueiro*, sem datação, cuja etimologia remete para o substantivo *carrasco*, datado de 1553 (cf. Susque III fº 60)<sup>68</sup>. Verifica-se pois, o registo gráfico de um derivado antes da primitiva.

*E, semdo a gemte fora, parece que os pastores jaziã dormyndo sob hũa carrasqueira*, (358.344).

**CLIMA**, s.m. (s.f.) (269) 'conjunto de condições atmosféricas que caracterizam uma região'. Houaiss, XV, (cf. IVPM). Em Houaiss não é apresentada a forma histórica *crima*. Porém, ela estava já identificada por JPM<sup>3</sup> no século XVI, embora tardiamente face a ZURP. A datação do século XV indicada em Houaiss é de ZURD, proveniente do IVPM, com a forma *clima*. Antedatação em obra do mesmo autor.

*porque, emtramdo o sol no sygno da virgem, he naquella crima a força do Estio, omde todallas fruytas tê sua primçipall sazão*. (225.246).

**CORRESPONDENTE**, adj. (1) 'adequado'. Houaiss, 1563, (HPint I).

*Elle avia o corpo de bõa gram-dura, cõ nêbros correspondentes a sua gramdeza*, (520.816).

**COVOADA**, s.f. (1) 'série de covas; depressão no terreno'. Parece haver alguma oscilação no registo desta forma. O IVPM apresenta *covada* e o VH-CPM *covoada*, para a mesma abonação, ambas registadas por Houaiss, datando a primeira do século XV com base no IVPM, e deixando esta última sem datação.

*E emtão emcaminho tras elles, os quaes allcamçou em çima do porto, ã hũa covoadã que ally há, omde fez fazer synall a todos que deçessem e que dessem çevada a seus cavallos*, (384.967).

**DOBREL**, s.m. (1) 'bornal (?)'. Apenas registado em Morais com esta passagem de ZURP, e com o significado de pano de mesa, ou guardanapo.

*O comde mamdou que dessê aaquelle mouro muy bem de comer e em fim lhe fez emcher hũ dobrell que trazia de bõ pão allvo*, (419.794).

**EMBRANDECER**, vb. (1) 'enfraquecer'. Sem datação em Houaiss. O VH-CPM apresenta a variante *brandecer*, com abonação de *Primeira Partida* de Afonso X.

*posto que nos queiramos [defemder] per força de nosso samgue, o temor do gramde poderio e esperamça de comtinuaçom, com a mingoa da necessarydade, he neçessaryo que faça embradeçer nossos nembros e emfraquemtar nossas forças*, (212.957).

<sup>66</sup> Em Houaiss, s.v. *roteiro*: "publicação com descrição minuciosa de pontos e acidentes geográficos de regiões costeiras ou ilhas, com indicação de correntes, ventos, marés, faróis, cidades litorâneas, sugestão de rotas para cada época do ano etc., cujo conhecimento é necessário para se fazer uma viagem marítima".

<sup>67</sup> Outras ocorrências: 474.767.

<sup>68</sup> Para JPM<sup>3</sup> de 1275 "«Petrus iulianj dictus carrasco», Portel doc. N.º 201, p. 116 da separata; cf. também p. 117. (...)".

<sup>69</sup> Outras ocorrências: 687.376.



## Atas 14º colóquio da lusofonia –

**EMPIDOSO**, adj. (1) ‘impedido, bloqueado; impidoso<sup>70</sup>’. Apenas registado em Morais.

*Desy comtarão-lhe toda a maneira da terra açerca dos caminhos e lugares empidosos pera aquelles de cavallo que lla ouvessem de hir.* (310.198).

**ENCARAPUÇADO**, adj. vb. (1) ‘que tem carapuça; acarapuçado’. Sem datação em Houaiss.

*Emderençarão tras elles ate que os emcallçarão, caa os mouros nunca os vyrã nẽ semtyram, assy hiam emcarapuçados por causa da chuiva.* (440.1286).

**ENLEAMENTO**, s.m. (1) ‘enleio, embaraço’. Sem datação em Houaiss.

*O comde, vemdo o emlheamento de sua guia, fez estar quedos os de cavallo e assy os de pee,* (384.974).

**ENTUNA**, s.m. (1) ‘entranha’. Houaiss, XVIII, (cf. AGC). O significado apresentado em Houaiss, proveniente de AGC, ‘caminhada pelos montes, caçando ou vagueando’, parece, figurativamente, fazer sentido nesta comparação do conde D. Pedro com os leões.

*E bem assy como os velhos liões levã os filhos aas êtunas<sup>71</sup> das anymalias por lhe fazerẽ perder o temor, assy parecia o comde dom Pedro, que amdava cõ allgũs daquelles nobres homens mostramdo-lhe como se danavão os ymigos.* (554.515).

**ENXABEQUE**, s.m. (272) ‘tipo de embarcação muçulmana’. Sem datação em Houaiss, que remete para *xaveco* (1836 cf. SC).

*E Allvaro Fernamdez ficava na fusta com XV., e vierã a ella hũa fusta e seys emxabeques* (633.69).

**ENXURRAR**, vb. (573) ‘atacar de enxurrada; limpar a área (embarcação) de forma rápida’. Houaiss, 1836 (cf. SC). O verbo *enxorar* encontra-se registado em Morais também com uma abonação de ZURP<sup>74</sup>. A base deste verbo<sup>75</sup>, o substantivo *enxurro*, que se encontra registado no VH-CPM com uma abonação de ZURC, justificam esta lematização para o verbo *enxurrar*, com a troca entre as líquidas <ll> por <rr>.

*Porẽ aquelles bõs capitães cõ allgũs que se estremaram amtre os outros cristãos salltarão em hũa fusta dos mouros e êxullarã-na toda, que nõ ficou nenhũ homem vivo sobre cuberta. E em esto os outros cristãos que estavã na proa emxorarã as outras ate çerca da metade.* (577.1092,1094).

**ESPÍRICO**, adj. (1) ‘curva formada pela secção de um cilindro; em espiral<sup>76</sup>’. Um dos poucos helenismos diretos encontrados, apenas registado em Morais sob a forma feminina do adjetivo *espírico* registado por JPM<sup>3</sup>.

*E, como quer que esta nação abitasse per toda Espanha, eu diria, segumdo a nobreza dos feitos passados, que, dos quatro rregnos cristãos inclusos nesta espirica rredomdeza,* (460.421).

**ESTRUGIMENTO**, s.m. (1) ‘estrondo, estardalhaço; tontura, desmaio’. Sem datação em Houaiss.

*E qamdo a companha vio seu capitam derribado, rrefusou atras. Mas Gomçallo Vazquez, semdo fora daquelle estorgimento que rreçebera, assy da queda como dos golpes das pedras, levamtu-se com gramde esforço e foy-se a poupa,* (444.30).

**EXPEDIÇÃO**, s.f. (1) ‘despedida’. Houaiss, 1501, *espediçam*, 1505 *expediçam*, 1513 *expidiçam*, 1539 *espydiçam* (CDP I 2). Em nenhum dos registos apresentados se verifica a aceção de ‘despedida’. De qualquer forma, são datações do século XVI.

*Por çerto, aymda que eu quisesse, eu nom poderia escrever sem lagrimas a espidiçam que estas gemtes fezerão hũas das outras,* (210903).

**FOLAR**, s.m. (1) ‘fogaça’. Houaiss, 1606, (cf. DNLeP).

*e assy se partyram com aquelles follares cada hũ pera sua parte.* (323.515).

**FOTO**, s.m. (1) ‘(estar em foto) estar a boiar, flutuar’. Sem datação em Houaiss apesar da abonação de ZURP já em Morais<sup>4</sup>.

*E porque ho mar é ally todo per allto, em tall guisa que a galle podia bem dar escalla em terra em estar ã foto,* (420.824).

**FURÃO**<sup>77</sup>, s.m. (1) ‘instrumento pontiagudo de ferro usado nas embarcações para abalroar, fazer buracos nos inimigos’. A aceção apresentada em 1166 por JPM, corrigido por RLor, não se aplica neste contexto. Sem datação em Houaiss, ou melhor, com data de c1967, mas com a ressalva de que é para outra aceção.

*Outrossy tomo Allvaro Affomso outro carevo, em que ouve XII mouros e duas negras, o quall se perdeo, porque, do emvestir que a fusta fez ã elle no quartell da popa com hos frorõoes, alagou-se.* (641.264).

**FUZILAR**, vb. (1) ‘emitir luz’. Houaiss, 1572, (cf. IAVL). Primazia pela datação de Camões.

*E semdo tamto avamte como Bulhões, hũ daquelles navios a que chamavã o Rraposso hia largo ao mar, e as outras seguyam atras e pouco amte sy virã fuzillar.* (578.1049).

**JOB**, s.m. (378) ‘o alto da proa de uma fusta’. Apenas registado em Morais e Viterbo, este com a indicação de locução *de job a job* “de popa á proa”<sup>79</sup>.

*e escapou hũa fusta daquela mesma villa que lhe nõ quebrou senã a bamda de hũ cabo e ho job da proa.* (393.169).

**LEVADIA**, s.f. (1) ‘agitação das águas do mar’. Houaiss, 1557, (cf. AAlbCom). AGC apenas regista *levadio*, do século XVI, adjetivo para o qual também JPM<sup>3</sup> remete.

*e o tempo começou-lhe de vemtar ao ponemte, e, porque omde ho carevo ficara se metya gramde levadia, nõ tor-narã laa,* (603.560).

**MEDA**, s.f. (1) ‘amontoado de feixes de trigo’. Houaiss, a1608, (cf. DNLeD). JPM<sup>3</sup> apresenta a datação de 1059 mas apenas como topónimo.

*E tamto que teverdes allgũa cousa feita, o fogo seja logo posto pella terra de todallas partes, espiçiallmemte aos paes que esteverẽ pellas medes,* (411.606).

<sup>70</sup> Segundo Morais<sup>4</sup> s.v. *empidoso*.

<sup>71</sup> No manuscrito *G entranhas*.

<sup>72</sup> Outras ocorrências: 642.290.

<sup>73</sup> Outras ocorrências: 577.1080; 578.1102; 627.1158.

<sup>74</sup> S.v. *enxorar*: “Os nossos tomarão hum afusta, e enxorarom-na toda, antre os que matarão, e os que fizeram saltar ao mar”. Confronte-se esta mesma passagem com a edição de Brocardo “Os nossos salltarão em hũa das fustas e emxullarã na toda amtre os que matarão e os que fezerã salltar ao maar”.

<sup>75</sup> A etimologia proposta por JPM<sup>3</sup> para o verbo *enxorar*, de xól, interjeição para espantar aves, não se aplica neste contexto.

<sup>76</sup> Segundo Morais, s.v. *espirica*.

<sup>77</sup> Eventualmente FLORÃO (Houais, 1624 cf. FrElis), com o significado figurativo de ‘ferro’ da aceção gráfica de ‘ferro de dourador, usado para estampar ornato que imita flor ou folhagem’. De qualquer forma antedatação.

<sup>78</sup> Outras ocorrências: 628.1170 (2x).

<sup>79</sup> Cf. Viterbo, s.v. *job*, suplemento, II volume.



## Atas 14º colóquio da lusofonia –

**MILHEIRADA**, s.f. (1) ‘aglomerado de milheiros; milharada’. Houaiss, 1899, (cf. CF<sup>1</sup>). JPM, AGC e VH-CPM registam *milharada* (ZURD 83.25), opção também do manuscrito G de ZURP.

*E ymdo assy, por acertamemto foram dar em hũa milheirada de milho zaburro.* (681.239).

**MINHOTEIRA**, s.f. (1) ‘ponte, que consta de uma, ou duas tábuas, ou de uma trave, para passar uma cava, ou brejo, etc’<sup>80</sup>. O registo apresentado por JPM<sup>3</sup> apenas diz respeito a *minhoto*, de *Minho*. Morais apresenta três abonações para esta entrada, *Chro. J. 1. c. 69. Cast. L.7. c. 20. H. Naut. 2. f. 301*. Duas destas abonações são claramente do século XVI, *Castanheda e História Trágico-Marítima*. Relativamente à da *Crónica de D. João I*, não a consegui localizar nesta obra.

*E tamto que foy fora da agua, pos-se a pee e chamou os outros, e despejarão o porto muyto asynha, e assy passaram todolos de cavallo, caa os de pee passavã pellas minhoteiras, que hi avia muytas.* (391.110).

**MISSIVO**, adj. (281) ‘que se envia ou remete’. Houaiss, 1553, (cf. JBarD).

*E esto primçipallmente foy porque aquelles que primeiramente começará d’ajumtar estes feitos nõ foram pellas heras, nõ costumavã naquelle tempo poer hera nas cartas messyvas,* (634.94).635.104

**MIUDEZA**, s.f. (1) ‘pequenez’. Houaiss, 1544, (cf. Palm).

*por ã não curamos de escrever a miudeza de seus feitos.* (422.858).

**MURALHA**, s.f. (282) ‘muro extenso, alto e espesso’. Houaiss, 1690, (cf. AVSem).

*de guysa que quamdo os nossos ally chegarã jaa ally hera hũa grande peça delles aparelhados pera defemder a fraqueza de sua muralha.* (426.972).

**NUMIDIANO**, s.m. (283) ‘relativo à Numídia, antigo país do Norte da África’. Houaiss, XV, *numydyano* (cf. FichIVPM). JPM<sup>3</sup> e AGC apenas registam *numida*. Antedatação em obra do mesmo autor.

*porque elles, como vñ daquella amtiga geração dos numydanos, assy todas suas pellejas se passam per escaramuças.* (542.215).

**ODOROSO**, adj. (1) ‘que exala um odor, odorante’. Houaiss, c1750-1799, (cf. CSilPoes).

*Porque ally cayam torres forradas d’oliveis pimtados, e crastas ladrihadas de marmores, e lladrihlos vydrados em que avia diversos lavores, tamtas arvores frutiferas e odorosas,* (236.527).

**OURIÇAR**, vb. (1) ‘erichar-se’. Houaiss, 1521-1558, *ouriçaro*, c1560 *ouriçar* (cf. MirOp).

*e, quamdo foy jumto com hũ oytero que he çerca de ho caminho que vem de Barbeche pera a çidade, açertou-se que hia am’elle hũ gallgo de Lopo Vazquez, e parecee que semtyo os mouros e começou de se em ouriçar,* (373.696).

**PALOMEIRA**, s.f. (1) ‘cabo, fio’. Houaiss apenas regista *paloma* com uma aceção marítima, entre outras, datada de 1720, e com o significado de ‘pedaço de cabo preso à verga, no qual se fixa a extremidade do cabo ou corrente ou a talha com que se içã a mesma verga’.

*E com este acordo foram viagẽ do porto, e a fusta e hũ carevo estavã largos, e outro jazia em [terra]. E Diego Vazquez vogou a elle e emvesty-o, desy salltaram demtro e cortaram-lhe as pallomeiras.* (407.503).

**PERNADA**, s.f. (284) ‘passada larga’. Houaiss, XV, (cf. FichIVPM). Antedatação em obra do mesmo autor.

*Mas aymda esta nõ acabava de fazer sua chegada, quamdo outro beesteyro que estava jumto com aquelle emviou outra, com que lhe ferio o cavallo em hũa ylharga, o qual con ha dor da ferida começou de llamçar muy grandes pernadas* (317.380).

**PILOTAGEM**, s.m. (1) ‘ação de pilotar, de conduzir seguramente uma embarcação no mar’. Houaiss, 1552, (cf. JBarD). O verbo está atestado em 1881, pelo que se verifica o registo gráfico de uma derivada antes da primitiva.

*- Ora - disse o comde - se vos quiserdes filhar êcarrego desta pillotagẽ e emtrar com hũa nossa barca de mer-cadoria de dia no porto,* (423.889).

**PORTALECER**, vb. (1) ‘aparecer no alto de uma portela (passagem estreita entre montanhas)’. Sem registo em Houaiss.

*E em esto chegarão outros mouros e rremessaram-lhe o cavallo, e matará-ho, e, em caymdo, foram os mouros sobre ho escudeyro e premderã-no. Mas Deus parecee que se quis lembrar delle e quis que ho comde portalleçesse, naquella hora, omde ho tinhã, pello qual em breve foy leixado dos ymigos.* (614.822).

**PUSILÂNIME**, adj. (285) ‘fraqueza moral; covarde, medroso’. Houaiss, c1543, *pusilanimos*, 1567 *pusilanime* (cf. JFVascE). O substantivo *pusilanidade* tem registo anterior, com a forma *pusalamidade* em LEAL (VH-CPM) e *pusilanidade* em CP

*O companha pusylanyma de coraçõs molharigos e afiminados, dezei-me por que chorades.* (218.78).

**QUILATE**, s.m. (1) ‘unidade de medida de peso’. Houaiss, sXV86. Confirmação de ocorrência no século XV.

*e a mayor parte daquellas dobras heram feitas ã Tunez e herã XXIII quillates e terço de peso.* (525.936).

**RACHADA**, s.f. (2) ‘fenda ou racha na terra; passagem estreita encovada’. Entrada apenas averbada em Houaiss, mas com aceção diferente.

*E quando os vyram vyr mãdou Gomçallo Vazquez os cavallos e prisyoneiros diamte, e peça de homẽs com elles, ate passar hũa rrachada pequena que estava ao fumdo do porto, comtra Bulhões.* (413.652).

**RAMALHAR**, vb. (1) ‘fazer sussurrar os ramos’. Houaiss, XV, *rramalhar* (cf. FichIVPM). Antedatação em obra do mesmo autor.

*e, quãdo semtio os passos dos escuitas e o rrama-lhar que faziã pello milho, cuydou que herã os porcos que vinhã comer,* (681.241-242).

**RECOSTO**, s.m. (1) ‘terra elevada em encosta; escarpa’. Houaiss, 1597, (cf. MonLus). Houaiss remete para a forma feminina *recosta*, datada do século XIII segundo o FichIVPM, registo também comprovado pelo VH-CPM. Ambas as formas são derivadas do verbo *recostar* cuja datação é de 1572. Verifica-se, no caos dos substantivos, um registo das formas derivadas antes da primitiva.

<sup>80</sup> Segundo Morais<sup>4</sup>

<sup>81</sup> Outras ocorrências: 635.104.

<sup>82</sup> Outras ocorrências: 486.1064.

<sup>83</sup> Outras ocorrências: 686.343.

<sup>84</sup> Outras ocorrências: 592.287.

<sup>85</sup> Outras ocorrências: 460.415.

<sup>86</sup> Cf. nota 11.

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

*E quys Deus que hymda ganharão ho porto e hũ rrecosto que se hy fazia, (597412).*

**RECRESCIMENTO**, s.m. (1) 'aumento'. Houaiss, 1562 (cf. JC).

*Porẽ, porque o comde semtio que elle nom poderia tambem sahyr, pello rrecreçimemto dos mouros, (283.863).*

**REEDIFICAR**, vb. (1) 'tomar a edificar, construir'. Houaiss, 1473, (cf. RLor). AGC e o VH-CPM registam *reedificaçam* (reedificar + -ção) no século XIV, com abonação de TEST, o que evidencia mais uma forma derivada com ocorrência gráfica antes da primitiva.

*E pervemtura, se vos leixasseys esta çidade e os mouros a tornassẽ a rrehedeficar, que elles averiam em breve tempo bõa emmenda de todo seu dano, (193.450).*

**RETRAIAMENTO**, s.m. (1) 'acanhamento'. Houaiss, 1563, *retrahimento* (cf. JBarD).

*Os fidallgos emtemderam bê que ho mouro vinha assy cautellosamemte por fimgir allgũ emgano, empero foram a elle por semtyrẽ o que queria fazer, o quall ã seu rretraiemto se mostrou mais temeroso do que ho caso rrequeria, (238.568).*

**RUTO**, s.m. (1) 'percurso, viagem; rota'. Apenas encontrei esta palavra com registo em Morais, precisamente com esta passagem de ZURP, com a seguinte observação: "será caminho de *route* Francez? E neste sentido a ouvi no Brasil, ou de *Ruta* Hispanhol derrota, viagem, jornada". Para a entrada *rota*, Houaiss indica também esta origem francesa de *route*, "do latim *rupta* (*via*) 'caminho rasgado, desbravado', fem. substv. do adj. *ruptus*, part. pas. do v. lat. *rumpere* 'romper' ". A entrada direta do latim não será de excluir.

*E daquella vez soube o comde como se a frota dell rrey de Grada corregia pera vyrem çercar a çidade, ca o sabiam estes pellos messageiros que cada dia passavão a fazer seus rruotos<sup>87</sup> de hũ rrey pera outro, o que se claramemte mostrou nos feitos que se seguiram adiamte. (353.466).*

**SACERDOTISA**, s.f. (1) 'mulher que exercia as funções de sacerdote'. Houaiss, 1574-1590, (cf. NaufSep).

*e assy amdavão de hũa parte a outra como homens fora de syso, queremdo em allgũa cousa parecer aaquella saçerdotisa Edonis, (225.257).*

**SAQUINHO**, s.m. (1) 'pequeno saco'. Houaiss, 1720, (cf. RB).

*E hũs e hũs se partyam, caa hos mais delles são homens de pouca fazemda, senão hũ saquinho de passas e de farinha, e assy lhe fica pouco cuydado da fardagẽ, (486.1047).*

**SARAMAGO**, s.m. (1) 'nabiça, nabo'. Houaiss, 1708, (cf. MBFlos). Sobre a etimologia deste vocábulo, parece existir a opinião geral que nos tenha chegado através do castelhano. Segundo Houaiss, "prov. do ár. *sarmaq*. 'armolão', por sua vez do persa; a primeira forma esp. *xaramago* é de 1490, sendo o esp. *jaramago* do sXVII, o port. *saramago* é também do sXVIII, tardio, pois, em relação ao étimo, razão por que o admitem do esp., que dialetalmente ocorre como *zaramago* 'erva-armoles' ". Segundo Morais<sup>2</sup>, "Do ár. *sarmaq*, (...) de origem persa, não parecendo impossível que o voc. nos tenha chegado por intermédio do ant. cast. *xaramago* (hoje *jaramago*).". Para Cunha, "Do ár. *sarmaq*, com provável interferência do castelhano antigo *çaramago* (hoje *jaramago*).". Com a atestação em ZURP, torna-se difícil de aceitar a interferência do castelhano.

*E porque ho comde avia novas que hũa ãculla de Gibralltar hera demtro na çidade, que hera hũ mouro naturall destes rreynos o qual fallava muyto bem assy o nosso lyngoagem como o castelhano, e pemsou que podya ser aquelle, ynda que hera pello*

*comtrario, porque hera hũ besteiro que hia buscar saramagos e verga pera covões (438.1246).*

**SOBCOIXA**, s.f. (1) '(?)'. Houaiss, Apenas encontrei esta palavra com registo em Morais, com esta abonação de ZURP, mas sem a atribuição de qualquer significado.

*Partio todavia Joham Martiz cõ seu barinell essa noyte e foy a amaynar aalẽ a sobcoixa do momte. (353.233).*

**SURTO**, adj. vb. (1) 'ancorado, fundeado'. Houaiss, 1553, adj. (cf. JBarD). 1616, s.m. *E, leyxamdo ho carevo surto sobre ferro, vogarão a barca, (601.508).*

**TAMARGAL**, s.m. (1) 'extenso aglomerado de tamargas, tamargueiras (arbusto)'. Houaiss, XV, (cf. InedHist). JPM<sup>3</sup> apenas regista esta palavra como topónimo, no século XV. Segundo AGC, também citado por Houaiss, *tamarga* (s.f. *tamargueira*) está documentado no século XX, pelo que se verifica a ocorrência da derivada cinco séculos antes da primitiva.

*E os outros escaparão em hũ tamagall,<sup>88</sup> ã tall guisa que os de cavallo lhe nõ poderã ãpeçer. (598.433).*

**TENÊNCIA**, s.f. (1) 'força, vigor; tenacidade, afinco'. Houaiss, 1624, (cf. MSFarD). a datação e o significado apresentados por AGC são para 'cargo e/ou habitação de tenente'. Às datas apresentadas por Houaiss corresponde, para a primeira, os significados de 'antiga repartição do tenente-general de artilharia' e 'posto de tenente' e, para a segunda, 'local onde habita o tenente'. Apresenta, no entanto, sob a indicação de *B infirm.*, na aceção 7, o significado de 'vigor, firmeza, força', que penso ser o correto nesta passagem de ZURP.

*Pero o mouro fez ally sua fim, nõ por çerto come homẽ villão nõ que avia o coraçam fraco nõ femennill, porque todas suas feridas foram por diamte, e jaa lhe a força de todo desfalleçia, jazemdo no chão e aynda com tenemça de contemder pera os comtrairos. (367.567).*

**TERÇADO**, s.m. (1) 'espada curta e larga'<sup>89</sup>. Houaiss apresenta o século XIV, remetendo para o FichIVPM. O VH-CPM apenas regista as duas abonações de ZURD, do XV, como entradas separadas e sem qualquer remissão entre elas. Pelas consultas realizadas, eventual gralha de Houaiss.

*O mouro hera mamçeebo e de gramde força e, jumtamdo o desejo da vimgamça com ho temor da morte que via muy açerca de sy, llevamtu seu terçado queremdo errar o mais que podesse a seu migo. (569.887).*

**TIMBRE**, s.m. (1) 'insígnia colocada sobre o escudo das armas'. Houaiss, c1543, (JFVascE). A abonação de JPM<sup>3</sup> não se aplica neste contexto uma vez que o seu significado é figurativo 'orgulho, honra'. A datação apresentada por Houaiss é para a "acp. fig. 'orgulho legítimo' ".

*e que trouxesse as armas do comde em quarteyrões e ho tymbre que o comde trazia sobre as armas, que hera hũa cabeça de çervo com sua pelle, (645351).*

**TRAÇAR**, vb. (1) 'que se verifica como traçado, planeado; ocorrer, acontecer'. Houaiss, 1540, (JBarJ).

*o que leda-memte se pos em obra, porque allem da homrra sempre se lhe seguya proveito quãdo lhe os feitos traçavã como elles queriã. (431.1091).*

**TROÇO**, s.m. (1) 'pedaço, de madeira ou ferro'. Houaiss, 1513, (AAIbCar).

<sup>87</sup> No manuscrito *G tratos*.

<sup>88</sup> No manuscrito *G tamargall*.

<sup>89</sup> Segundo Bluteau, referido por Houaiss, assim chamada por ser uma espada curta e larga, à que faltava a terça parte de uma espada de marca, isto é, de uma espada de dimensões normais.

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

e mete a llamça toda em elle, de guysa que ao cayr do mouro nõ ha pôde tyrar e demtro lhe ficou o ferro cõ hũ **troço** da aste. (703773).

**TUNISINO**, adj. (1) 'relativo a Túnis, capital da Tunísia'. Houaiss, XVI, *tuneciis* (cf. AGC). A datação de AGC e Houaiss é para a variante *tunesino*.

E soube como ell rrey Buamar partyra de casa dell rrey de Tunez com DCC de cavallo e hũa carrega de dobras **tuniçiz**, (605602).

**VALEDIA**, s.f. (1) 'moeda mourisca'. JPM<sup>3</sup> (XV) e Houaiss (1446 (OrdAf)) registam apenas o adjetivo *valedio*.

semdo naquelle tempo o vallor da coroa vellha do cunho de Frãça çem rreays e novemta, e as **valledias**, que hera moeda mourisca, LXXX novemta, (524.929).

**VELEIRO**, adj. (1) 'que se desloca com rapidez, veloz'. Houaiss, XV, (cf. AGC). A datação de AGC e Houaiss do século XV é para 'navio que anda à vela'. Para a aceção de 'que se desloca com rapidez ou facilidade; ligeiro, veloz', a que se verifica nesta passagem de ZURP, Houaiss apresenta a data de 1721.

O iffamte mamdou llogo avisar todos da maneira que aviam de ter ã sua sahida e desy que nenhũ não tomasse avemtagẽ da sua naao, por **velleyra** que fosse. (510.565).

**VILANAMENTE**, adv. (1) 'indignamente, sem honra; grosseiramente'. Advérbio formado diretamente do latim vulgar *villānus*. Houaiss e VH-CPM apenas registam a forma *vilãmente*.

dezemdo que amte se queriam lleyxar morrer que se deyxarẽ tã **villanamemte** cativar. (610-611.736-737).

**VOGA**, s.f. (390) 'ato ou efeito de remar; remada'. Houaiss, 1552 (cf. FCastH).

E sendo jaa sobre o quarto da allva, semtyrã **voga** de navio que seguia per açerca delles, (305.55).

**ZABURRO**, adj. (1) 'milho de grão avermelhado'. Houaiss, XV, (cf. FichIVPM). Em Houaiss apenas como substantivo, mas com a indicação de "empregado também apositivamente".

E ymdo assy, por acertamemto foram dar em hũa milheirada de milho **zaburro**. (681.239).

### SIGLÁRIO

SIGLA	OBRA
AGC	<i>Dicionário Etimológico do Português Medieval</i> , de
CP	Castelo Perigoso
CSM	<i>Cantigas de Santa Maria</i>
IVPM	<i>Índice do Vocabulário do Português Medieval</i> , de
JPM <sup>3</sup>	<i>Dicionário Etimológico do Português Medieval</i> , de
RLor	<i>Sobre Cronologia do Vocabulário Galego-</i>
VH-	<i>Vocabulário Histórico-Cronológico do Português</i>
ZURC	<i>Crónica da Tomada de Ceuta</i>

ZURD *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*

ZURG *Crónica dos Feitos da Guiné*

ZURP *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*

### BIBLIOGRAFIA TEXTO FONTE

ZURARA, Gomes Eanes de (1997). *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. Edição e Estudo de Maria Teresa Brocardo. Lisboa: FCG-JNICT. (ZURP)

Araújo, António Martins de (2001). "O vocabulário histórico-cronológico do português medieval", in *Revista Portuguesa de Humanidades*, 5.

Bechara, Evanildo (1991). "As fases da língua portuguesa escrita", in *Actes du XVIII<sup>e</sup> Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*, Vol. III. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, pp. 68-76.

Bragança, José de (1973). *Crónica de Guiné de Gomes Eanes de Zurara*. Introdução, novas anotações e glossário (com correções à edição de 1937). Porto: Livraria Civilização.

Brocardo, Maria Teresa (1999). "Sobre o português médio", in *Estudos de história da língua portuguesa*. Frankfurt, 7, pp. 107-125.

Cardeira, Esperança (2005). *Entre o Português Antigo e o Português Clássico*. Lisboa: IN-CM.

Castro, Ivo (1993). "Elaboração da língua portuguesa, no tempo do Infante D. Pedro", in *Biblos*, LXIX, 97-106.

Castro, Ivo (2006). *Introdução à História do Português*. Lisboa: Colibri.

Corominas, Joan (1997). *Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico*. Madrid: Editorial Gredos.

*Dicionário Eletrónico Houaiss da Língua Portuguesa* (versão 2.0), 2007.

*Dicionário Eletrónico Houaiss da Língua Portuguesa* (versão 3.0), 2009.

Dinis, António J. Dias (1949). Vida e obras de Gomes Eanes de Zurara. Introdução à *Crónica dos Feitos da Guiné*, I. Lisboa: Agência Geral das Colónias.

Lanciani, Giulia e TAVANI, Giuseppe (org.) (1993). *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.

Lázaro, António Manuel (1990). *Gomes Eanes de Zurara. Crónica do Conde D. Pedro de Meneses Continuada à Tomada de Ceuta. Edição diplomática e crítica*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (dissertação de mestrado).

Machado, José Pedro (1967). *Origens do Português (Ensaio)*. Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa.

Maia, Clarinda de Azevedo (1994). "O tratado de Tordesilhas: algumas observações sobre o estado da língua portuguesa em finais do século XV", in *Biblos*, LXX, 33-91

Maia, Clarinda de Azevedo (1997). *História do galego-português*. Estado linguístico da Galiza e do noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI. Lisboa: Gulbenkian.



## Atas 14º colóquio da lusofonia –

Mattos e Silva, Rosa Virgínia (1989). *Estruturas Trecentistas. Elementos para uma gramática do Português Arcaico*. Lisboa: IN-CM.

Mattos e Silva, Rosa Virgínia (2008). *O Português Arcaico - Uma Aproximação*. I volume: Léxico e morfologia; II volume: Sintaxe e fonologia. Lisboa: IN-CM.

Pereira, Francisco Maria Esteves (1915). *Crónica da Tomada de Ceuta por el Rei D. João I composta por Gomes Eanes de Zurara*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

Piel, Joseph Maria (1989). *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*. Lisboa: IN-CM.

Silva, António de Moraes (<sup>4</sup>1831). *Diccionario da Língua Portuguesa Composto pelo Padre D. Rafael Bluteau reformado, e accreccentado por António de Moraes Silva*, Lisboa.

*Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval* (versão 1.0), (2002). Fundação Casa de Rui Barbosa.

### 34. MARLIT BECHARA, RIO DE JANEIRO, BRASIL, ASSISTENTE PRESENCIAL -



É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.  
PARTICIPA DESDE 2007 NOS COLÓQUIOS

### 35. NORBERTO ÁVILA, DRAMATURGO AÇORIANO,

**NORBERTO ÁVILA** nasceu em Angra do Heroísmo, Açores, a 9 de setembro de 1936. De 1963 a 1965 frequentou, em Paris, a *Universidade do Teatro das Nações*. Criou e dirigiu a revista *Teatro em Movimento* (Lisboa, 1973-75).

Chefiou, durante 4 anos, a Divisão de Teatro da Secretaria de Estado da Cultura; abandonou o cargo em 1978, a fim de dedicar-se mais intensamente ao seu trabalho de dramaturgo. Traduziu obras de Jan Kott, Shakespeare, Tennessee Williams, Arthur Miller, Audiberti, Husson, Schiller, Kinoshita, Valle-Inclán, Fassbinder, Blanco-Amor, Zorrilla e Liliane Wouters.



Dirigiu para a RTP (1º Canal), a partir de novembro de 1981, a série de programas quinzenais dedicados à atividade teatral portuguesa, com o título de *Fila 1*. As obras dramáticas de Norberto Ávila, maioritariamente reunidas na coletânea *Algum Teatro* (20 peças em 4 volumes, Imprensa Nacional - Casa da Moeda) têm sido representadas em diversos países: Alemanha, Áustria, Bélgica, Brasil, Coreia do Sul, Eslovénia, Espanha, França, Holanda, Itália, Portugal, República Checa, Roménia, Sérvia e Suíça.

[www.norberto-avila.eu](http://www.norberto-avila.eu) / [www.pt.wikipedia.org/wiki/Norberto\\_Ávila](http://www.pt.wikipedia.org/wiki/Norberto_Ávila)  
[oficinadescrita@gmail.com](mailto:oficinadescrita@gmail.com)

É SÓCIO AICL

TOMOU PARTE NO 19º COLÓQUIO MAIA 2013, 20º SEIA 2013 E 21º NOS MOINHOS 2014

### TEMA 2.3. ALGUM TEATRO, NA INTERNET, AO ALCANCE DE UM CLIQUE

Sendo já volumosa a informação disponível na Internet sobre a minha criatividade literária (que engloba o conto, o romance, a poesia e o teatro), retenhamos apenas este último género.

E, sendo os *Cadernos Açorianos* uma meritória iniciativa da Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia, consideremos o nº 16, que gostosamente aceitei me fosse dedicado e se encontra *online* desde 2012. Abstraindo os poemas e os trechos de ficção narrativa, fiquemos então pelo teatro.

Das 30 obras dramáticas que escrevi até agora duas são dedicadas a assuntos extraídos da Mitologia Grega: **O Marido Ausente** (mito de Penélope) e **Uma Nuvem sobre a Cama** (mito de Anfitrião).

E desta última (comédia erótica, escrita para o Teatro de Portalegre em 1990 e recentemente analisada em Génova, num ensaio universitário de Ferruccio Bertini) consta uma cena no referido *Caderno Açoriano*.

Sósia, escudeiro de Anfitrião, confessa-lhe, penosamente, não ter conseguido entregar a Alcmena (mulher do general tebano) a mensagem que levava. Porque lhe surgiu ao encontro um outro "Sósia". (Melhor dizendo: Hermes, mensageiro dos deuses, na figura e trajes do desastrado escudeiro.) Pelo que o castigo ao servo não se faz esperar.

O furibundo militar exige-lhe a entrega de uma das sandálias, que ele se apressa a atirar energicamente para um precipício. E diz: "Irás assim para Tebas: Pé calçado, pé descalço. Uma despromoção! A despromoção que bem mereces!"



## Atas 14º colóquio da lusofonia –

Entretanto, Zeus, disfarçado de Anfitrião, seduziu Alcmena; Hermes, disfarçado de Sósia, seduziu Calipsandra.

Lá mais para o fim da comédia – e isto vai em jeito de aperitivo para a leitura integral da obra – dirige-se HERMES (mensageiro dos deuses, não esqueçamos) a Alcmena: “Tenho o grato prazer de anunciar-te que, chegado o devido tempo, darás à luz um filho divino.” “Um filho divino?!” espanta-se a virtuosa. E exclama ANFITRIÃO: “Pelo pirilau de Zeus!” (É a sua imprecação predileta.)

E diz o SÓSIA: – “Ó Hermes, deus dos ladrões, a quem tantas vezes peço proteção, responde-me a esta pergunta indiscreta: Calipsandra, minha mais-que-tudo, também ela será mãe de um filho divino?”

HERMES – “Um filho divino? Por mim, tomei as necessárias precauções. Não. Vós próprios tereis de ser os progenitores diretos e exclusivos da vossa modesta e condigna descendência.”

**Arlequim nas Ruínas de Lisboa** é, por sua vez, uma “comédia de maus costumes”, estreada em Lisboa em 1992, no Teatro da Trindade. Na cena 5 (a selecionada), Alceu Beringela – nosso Arlequim português, regressado da Índia, onde foi criado dos marqueses de Távora – surge na casa paterna disfarçado de freira, com a modestíssima identidade de Madre M<sup>a</sup> Verónica dos Santos Sudários de Turim, Besançon, Carcassona e Xabregas...

E com a sua voz moderadamente aflautada: – “Mas não me olhe assim, D. “Vitalina Libertícia”, com esses olhinhos de vaca charolesa. Na verdade, as suas delicadas mandíbulas conhecerão as delícias da nossa confeitaria monástica. A saber (*e vai contando pelos dedos*): suspiros, esquecidos, raivas, tabefes, fartéus, torrões rosados de açúcar, doces de abóbora e de cidra...”

Enfim, o que ele pretende, na verdade, é convencer a madrasta (Libertina Vitalícia de seu nome) a entrar para o convento de Odivelas, deixando-lhe assim disponível a moradia de Alfama, a que ele, Arlequim, julga ter pleno direito.

Também o *site* pessoal do autor – [www.norberto-avila.eu](http://www.norberto-avila.eu) –, acessível desde 2007, contempla o conto e o romance, bem como a poesia e o teatro. Em **Do Desencanto à Revolta** (obra escrita em 1982 e que forma um díptico dramático com **Os Deserdados da Pátria**), cuja ação decorre no reinado de D. João III, tratei de recordar como Portugal, no curto espaço de 6 anos (1540-46), mudou radicalmente o seu rumo e, de país progressista, se foi tornando um apertado e sinistro cantinho da Europa.

Pareceu-me selecionável a 4ª cena, tendo em conta um violento impacto de rotura familiar e social.

O jovem Bernardim de Montemor, após os estudos parisienses, deveria ocupar as funções de reitor dum novo colégio em Lisboa; porém, ao serem conhecidas as suas relações de amizade com determinadas figuras suspeitas de luteranismo, logo se vê preterido.

A dado passo, começa o diálogo a azedar-se: E diz BERNARDIM – “Inevitável nos vem à memória o Tratado de Tordesilhas, mais o Sumo Pontífice dividindo o Mundo incógnito como quem divide uma laranja:

‘Tomai vós, Portugueses, esta metade; e vós outros, Espanhóis, esta outra. Explorai essas terras, suas gentes e suas riquezas, o melhor que puderdes e souberdes. E recebei, portanto, a minha bênção apostólica.’”

Resposta de D. FRADIQUE Alvarenga (tutor que foi de D. Catarina, mulher de Bernardim; mercador e fundador do referido novo colégio): – “Estou a falar-vos de civilização, Sr. Bernardim de Montemor, e vós falais-me de exploração.”

BERNARDIM – “Por mal dos nossos pecados, Sr. D. Fradique Alvarenga, são propósitos, objetivos que têm andado bem relacionados. E sabeis muito bem como esses africanos, a troco de umas contas de vidro, uns espelinhos e outras bugigangas, nos *oferecem* – digamos – lingotes de ouro e pesadas presas de marfim. Cada um dá o que tem, não é verdade?”

E noutra passagem, bastante mais adiante: D. FRADIQUE – “Com os inimigos de Nosso Senhor Jesus Cristo não pode haver tolerância de espécie alguma! Não é verdade que mantendes estreitas relações de amizade com pessoas altamente suspeitas de luteranismo, como é o caso de Damião de Góis?”

BERNARDIM – “Não somente afirmo a amizade que me une a Damião de Góis mas testemunho ainda a grande honra que ela representa para mim!”

D. FRADIQUE – “Pois então... ide ensinar e dirigir qualquer colégio na Alemanha... ou na Inglaterra!”

O mesmo *site* disponibiliza ainda, entre outros textos dramáticos, uma cena de **O Marido Ausente**.

Trata-se de uma comédia “assincrónica” sobre o mito de Penélope (1988), a primeira das 5 peças que escrevi para o Teatro de Portalegre.

Com outras duas obras – **A Ilha do Rei Sono** e **As Histórias de Hakim** – já deu o seu contributo ao repertório internacional.

Traduzida em Polaco, Italiano e Francês, foi escolhida para representar a Dramaturgia Portuguesa nas jornadas *Teatro Europeu Hoje*, em 1991 (Paris e Veneza), em 1992 (Bruxelas e Genebra) e em 1993 (Lisboa).

Na cena escolhida, a protagonista, particularmente sensível à liberdade política dos povos, enfrenta um dos pretendentes, Ivan, príncipe russo do século XVIII.

IVAN – “Parece-me que esse amontoado de territórios a que chamamos *Império Otomano*, e do qual o teu país é parte integrante...”

PENÉLOPE – “Ai de nós!”

IVAN – “...poderia muito bem ser transformado num *Império Balcânico*... Sob a autoridade de um príncipe russo. Que seria eu, como se compreende.”

E ele ainda, um pouco depois: – “Já sei o que me vais dizer: Que és a personificação mais acabada e perfeita dos desejos de independência do povo grego.”

PENÉLOPE – “Vês como já aprendeste a lição? E, no entanto, dir-se-ia que esta inveterada professora de História – Penélope de seu nome – terá de dizer-te e repetir-te, até ao fim dos séculos, que a sua inabalável decisão é manter fidelidade a Ulisses e a tudo o que Ulisses representa!”

Ora, este Ivan é apenas um dos pretendentes à mão da imaginativa e fantasiosa rainha Penélope, sendo os outros dois Solimão, o Magnífico (sultão da Turquia, séc. XVI) e Otão I, filho do rei Luís da Baviera (séc. XIX).

E não estranhem, por favor, estes desconcertos cronológicos, bastante admissíveis em teatro. Numa comédia “assincrónica”, como lhe chamei, o tempo pode muito bem avançar e recuar, alternadamente.

NORBERTO ÁVILA

36. PEDRO PAULO CÂMARA, PROFESSOR NA CASA DO POVO DAS FETEIRAS, S MIGUEL, AÇORES, PARTICIPANTE PRESENCIAL



Pedro Paulo Câmara lançou o seu primeiro livro de poesia, *Perfumes*, em 2011.

Participou no Concurso "Jovem Criador Aveiro 2012", tendo sido distinguido com menção honrosa, com o conto "Madrugadas", que recebeu exposição no Museu de Aveiro. Tem escrito letras para Marchas Populares e canções.

É regularmente convidado para participar em palestras como orador e para saraus de poesia como declamador.

Em 2013 publicou na Pastelaria Studios Editora o livro de poemas SALIÊNCIAS e em 2014 na Editora Letras Lavadas, o romance AS CINZAS DE SABRINA.

**PARTICIPA PELA PRIMEIRA VEZ.**

37. PERPÉTUA DOS SANTOS SILVA, CIES/ISCTE-IUL, PORTUGAL

Perpétua Santos Silva é socióloga, investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – CIES/ISCTE-IUL, na linha de investigação "Desigualdades, Migrações e Territórios".

Desenvolve o seu trabalho sobre a realidade de Macau, tendo as suas teses de mestrado e de doutoramento tratado a temática da língua portuguesa nesta Região.

As suas principais áreas de interesse são: metodologias de investigação, sociologia da cultura, sociologia da língua, etnicidade, migrações e identidades. Tem desenvolvido investigação sobre a temática da língua e da cultura portuguesas em Macau.



É SÓCIO DA AICL.

Modera sessões.

**PARTICIPOU EM BRAGANÇA 2009, 2010, MACAU 2011, GALIZA 2012, MAIA 2013, MOINHOS 2014.**

**PERTENCE AO SECRETARIADO EXECUTIVO DO COLÓQUIO**

**TEMA 1.8 A LÍNGUA PORTUGUESA COMO TRAÇO DISTINTIVO NO CONTEXTO MULTICULTURAL E PLURIÉTNICO DE MACAU, PERPÉTUA S SILVA, INVESTIGADORA DO CIES – IUL**

**RESUMO**

As línguas são sem dúvida traços culturais importantes na diferenciação de minorias, e embora não sejam apenas relevantes enquanto marca distintiva de determinado grupo de falantes esta é, também, matéria em que têm uma grande importância.

A este respeito, num contexto multicultural e pluriétnico como é o de Macau, não há dúvidas quanto à centralidade da língua portuguesa entre os traços culturalmente distintivos, surgindo, muitas vezes, associada a sociabilidades marcadamente intraétnicas, como instrumento de fechamento relacional.

E esta questão é tanto mais importante quanto põe em evidência a necessidade de efetuar escolhas linguísticas que colocam o português em contraponto com o chinês e outras línguas, tendo este contraponto relevância acrescida se considerarmos a importância que a língua portuguesa apresenta nas narrativas de promoção identitária de alguns segmentos da população de Macau.

**1. CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES**

Da agenda cultural da cidade de Macau faz parte, desde 2011, o evento "Desfile por Macau, Cidade Latina", que tem lugar a 20 de dezembro, celebrando o aniversário da Transferência da Administração do território de Portugal para a República Popular da China. Trata-se de um desfile de grandes dimensões, e na sua primeira edição, sob o tema "Amor, Paz e Integração Cultural", levou às ruas da cidade mais de 600 artistas de Macau, China continental, Portugal, Brasil, França, Itália, Colômbia, Chile, Venezuela, Peru, Equador e Costa Rica, pretendendo promover Macau como uma "cidade latina" (Lusa, 07/12/2011).

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

Em declarações à imprensa, Ung Vai Meng, Presidente da instituição organizadora do evento, o Instituto Cultural de Macau, afirmou que se pretende mostrar como

*“Macau é uma cidade aberta (...) [que] possui características latinas (...) apresentando uma mestiçagem de características ocidentais e orientais (...) patentes nas construções, gastronomia, hábitos locais, língua e religião”* (Lusa, 07/12/2011).

Sendo da máxima importância para Macau desenvolver uma imagem multifacetada, incorporando nas suas valências outros aspetos que ultrapassem a sua reputação de cidade de jogo potenciando a sua singularidade patrimonial e cultural, este é um entre muitos exemplos que poderiam dar-se a propósito da imagem que a cidade tem vindo a construir e a mostrar de si própria – a Macau *multicultural*, cidade onde os vários e diferentes segmentos da sua população, que *não falam a mesma língua mas entendem-se muito bem*, vivem em *coexistência pacífica e harmoniosa*<sup>91</sup>.

Testemunhos da interpenetração de culturas dos quais depende a existência e manutenção da RAEM, com um estatuto, sistema e política diferentes de qualquer outra cidade chinesa, portanto a justificação do seu *segundo sistema*, assunto que tem sido repetidamente referido por investigadores, políticos e agentes culturais da Região, bem como amplamente difundido pelos *media* e, igualmente importante, invadido o registo quotidiano.

Performances desta natureza inscrevem-se claramente no âmbito dos processos de construção de identidades, cujas representações assentes em referentes étnicos não se circunscrevem a discursos autodelimitadores e endocentros de sentimentos de pertença ou exclusão, ultrapassando largamente a escala do grupo e sendo publicamente colocados como característica de Macau, problemática tão frequentemente associada às questões linguísticas e à temática da globalização – enquanto fenómeno destruidor da diversidade cultural e, conseqüentemente, linguística, e promotor de homogeneidades variáveis, nomeadamente as que tendem a colocar-nos numa situação de língua única (ou quase). Contudo, e de acordo com Costa, *“à medida que os processos contemporâneos de globalização se intensificam e se alargam, envolvendo poderosíssimas dinâmicas de interligação e intercâmbio, de comunicação e difusão em termos mundiais, as identidades culturais diferenciadas, específicas, fragmentadas, ou mesmo marcadamente particularistas, em vez de se esbaterem ou desintegrarem, parecem tender a proliferar, a multiplicar-se e a acentuar-se”* (2002:15)

seja de forma *sedutora e criativa*, seja de forma *ameaçadora* – e, mais significativo do que esta polarização, é possível encontrar *uma inesgotável diversidade de modalidades intermédias e ambivalentes*.

O autor considera que as identidades culturais são sempre socialmente construídas, e, por isso, múltiplas e mutáveis, sublinhando o seu carácter relacional, porque produzidas em relação social e porque relativas a outras, e simbólico, porque envolvem sempre categorizações culturais e porque significam sempre o destaque simbólico seletivo de algum atributo ou alguns atributos sociais (2002:26-27). E entre estes, não o diz o autor mas

enfatizamos nós, não é incomum encontrar a referência às línguas, ou melhor dizendo, consoante o caso a uma determinada língua.

Assim é com a alegada *latinidade* de Macau e assim é com a ligação à lusofonia da Região. Sendo a memória social e as ligações histórico-culturais com o português colocadas como característica que dá especificidade ao território, fazendo parte da sua própria história, conferindo-lhe especificidade e introduzindo critérios de distintividade: quer em relação aos seus vizinhos, quer em relação ao próprio Estado em que se insere.

Parece-nos de toda a pertinência a proposta avançada por Castells que considera a identidade como,

*“(...) um processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado, sendo ponto assente que é sempre construída”* (2001:22).

As grandes interrogações a este respeito giram em torno de saber *como, a partir de quê, por quem e para quê*. Na construção de identidades, os indivíduos processam e reorganizam recursos fornecidos pela História, de acordo com *tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço* (Castells, 2001: 22-23), sendo hipótese do autor que será o conteúdo simbólico e o significado que assume para os que com o processo da sua construção se identificam ou dele se excluem que irá determinar quem constrói e porque constrói essa identidade.

Embora a maior parte da população residente em Macau seja de ascendência chinesa, tendo como língua corrente o cantonês e como segunda língua dominada, em termos globais, o mandarim, são vários os autores que afirmam que são as questões relativas ao passado histórico da Região que acentuam a sua especificidade e que justificam, em larga medida, a sua existência com um estatuto significativamente diferente do resto da China.

Parece apontar nesse sentido a afirmação de Grosso que considera que

*“(...) a identidade e a especificidade de Macau passam pelo conservar da língua e da cultura portuguesa, (...) [pois] só o seu perfil sociocultural diferente permitirá que Macau, Região Administrativa Especial, tenha um estatuto, sistema e política diferentes de qualquer outra cidade chinesa”* (1999:18).

Também Ngai tem insistido neste aspeto como fator na construção da identidade de Macau. Para este autor trata-se da sobrevivência da região, pois a exiguidade do território e a sua expressão populacional não lhe permite competir com territórios vizinhos, como é o caso de Hong Kong em termos financeiros e comerciais ou outras cidades da China no que respeita a recursos humanos e dimensão de mercado. A identidade de Macau constrói-se a partir da sua singularidade e esta singularidade resulta da sua própria História e do produto do contacto secular entre Ocidente e Oriente (1994b: 61-76).

O que, regressando a Costa, sem retirar às identidades o seu carácter relacional e simbólico nos coloca perante a sua evidente instrumentalização: *“(...) como estratégias deliberadas e reflexivas de colocação pública de uma situação social [transformam-se em] identidades tematizadas ou políticas de identidade”* (2002:27).

Um outro modo de manifestação de identidades culturais apresentado por este autor e que se afigura, neste contexto, de pertinente aplicação é o das *identidades designadas* ou

<sup>91</sup> Expressões em itálico correspondem a ideias-chave, identificadas quer em registos de entrevista gravada, quer em respostas dadas por estudantes de língua portuguesa em inquérito por questionário aplicado. Não são, de facto, conhecidos conflitos graves entre os vários segmentos da

população, o que não significa, nem que não existam, agora e no passado, situações de práticas discriminatórias, nem que não existam conflitos de interesses, porventura com maior expressão intraétnica do que interétnica.

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

*atribuídas*, reportando-se estas a “*construções discursivas ou icónicas de identidades coletivas, com as quais aqueles que as produzem não têm relação subjetiva de pertença*”, nas quais se enquadram manifestações folclorizadas de determinados aspetos sociais ou culturais e as reificações histórico-patrimonialistas de determinadas peças ou conjuntos arquitetónicos, sejam estes monumentos mais isolados ou aglomerados constitutivos de determinadas zonas ou bairros.

Mas há ainda uma terceira especificação das manifestações identitárias, que segundo o autor correspondem às

“(…) *identidades experimentadas ou vividas, [tendo a ver] com as representações cognitivas e os sentimentos de pertença, reportados a coletivos de qualquer espécie (categoriais, institucionais, grupais, territoriais, ou outros) que um conjunto de pessoas partilha, emergentes das suas experiências de vida e situações de existência social*” (Costa, 2002:27).

Esta questão é particularmente evidente em Macau, e ainda mais quando se desloca o ângulo de observação para um determinado segmento da população, tido como resultante da própria história do território e portador de uma *identidade específica* que deriva da sua etnicidade – os macaenses, na sua conotação particular de descendentes de portugueses e asiáticos.

Podemos encontrar um denominador comum entre os aspetos valorizados quando se promove a identidade cultural de Macau e quando se promove a identidade da(s) *comunidade(s) macaense(s)*: produto da história e do convívio de dois grandes povos. Os alicerces nos quais se fundamentam todos os discursos sobre a questão, de uma forma ou de outra, direta ou indiretamente, conduzem-nos às componentes linguística e cultural de matriz portuguesa. No sentido aqui usado, este grupo descendente de portugueses e chineses ou asiáticos e portador de uma identidade específica que deriva da sua etnicidade, é de facto o que mais se relaciona com a identidade de Macau, chegando mesmo esta a confundir-se com aquela.

A referenciação cultural portuguesa é absolutamente presente e amplamente referido um conjunto de elementos como *marcadores* culturais; qualquer autor que pretenda escrever sobre os macaenses ou sobre a sua identidade encontrará com facilidade um conjunto significativo de interlocutores que lhes identificarão um a um sem qualquer dificuldade.

A língua, a religião católica e, ainda, um certo *tipo de cultura*, dita de *matriz portuguesa* com determinadas especificidades como a gastronomia, têm sido apontadas e amplamente referidas como peças centrais na construção da identidade étnica deste grupo.

Lima da Costa, que no seu trabalho lhes procura estabelecer *fronteiras da identidade*, a partir da observação de dois grupos de macaenses após a constituição da RAEM, um residente em Macau e outro em Portugal, identifica vários desses elementos: a *valorização hereditária* que apesar de atribuir particular importância à componente portuguesa não deixa de apresentar traços de dupla ou múltipla referenciação (portuguesa e chinesa ou asiática) e, também, de indefinição ou, nas palavras do autor, de *encruzilhada*; a *gastronomia macaense* de influências diversas e que surge como o *marcador* mais consensual nos dois segmentos analisados; a *religião católica*, também consensual, mas não sem que deixem de aparecer as referências a práticas de ritos de outras religiões, a sua forte aceitação e a celebração de festividades do calendário chinês (nomeadamente o Ano Novo Chinês); as referências à *cultura* e à *história* de que são figuras centrais, Luís de

Camões, Vasco da Gama e Jorge Álvares (2005:157-243).

Em todos estes elementos, nuns de forma mais acentuada do que noutros, são identificadas gradações entre *macaenses em Portugal* e *macaenses em Macau*.

É, no entanto, a *Língua Portuguesa* que este autor identifica como elemento de vital importância, sendo um dos marcadores de identidade mais fortes, referindo que, embora presente, a língua chinesa não apresenta a mesma carga de inscrição identitária que a língua portuguesa, fortemente associada à identidade dos macaenses. E acrescenta que esse marcador parece ser alvo de uma instrumentalização circunstancial – em Portugal serve propósitos de caráter assimilacionista, constituindo-se como um elemento de inclusão e de assimilação na referência portuguesa, mas no discurso dos entrevistados de Macau, constata-se que a língua serve propósitos de estruturação interna e diferenciação relativamente à maioria chinesa contribuindo para o estabelecimento de fronteiras (idem: 171-172).

Qualquer um dos aspetos mencionados pelo autor foi, igualmente, encontrado por nós sendo, em conjunto, amiúde referidos como definidores da identidade macaense, surgindo como fator integrador e diferenciador, podendo a forma de os convocar variar segundo a situação em que se encontram os indivíduos que os convocam.

## 2. A(S) LÍNGUAS COMO INSTRUMENTO DE FECHAMENTO RELACIONAL

No que respeita às sociabilidades interétnicas é lugar-comum a propósito de Macau que estas são pouco regulares, situação que é verbalizada através da afirmação frequente de que “as várias comunidades vivem de costas voltadas”, sendo reduzidos os pontos de contacto num espaço em que, apesar de multilíngue, “(...) *as várias línguas, com exceção do inglês, só são geralmente usadas dentro dos grupos étnicos que as falam*” (Grosso, 1999a:22), sendo, precisamente, a barreira linguística o aspeto que serve de justificação para uma ausente ou pouco frequente convivência entre segmentos populacionais etnicamente distintos.

Embora sem a pretensão de elucidar quanto ao fechamento ou abertura das redes de relações entre diferentes grupos, não podemos deixar de referir que não atribuímos qualquer determinismo à variável língua no que respeita à comunicação entre indivíduos que poderão integrar diferentes grupos, recusando aceitar que seja este, de facto, o aspeto a assumir maior peso nas relações interétnicas, ou na sua ausência, desenvolvidas no território. Se a língua inglesa serve como língua mediadora noutros círculos de relação, não há razão nenhuma para que o mesmo não aconteça no círculo de amigos.

Contudo, ao longo da nossa investigação fomos verificando que as *convivências* se orientam, maioritariamente, para *dentro*: chineses indicam conviver com maior frequência com chineses e lusófonos com macaenses e portugueses.

Entre os nossos entrevistados portugueses que não tinham qualquer relação familiar com chineses só muito residualmente encontramos referências a relações de amizade densas com indivíduos deste grupo étnico, sendo apontadas relações de interconhecimento e situações pontuais de convívio – amplamente relacionadas com os contextos profissionais e a celebração de jantares de serviço, seja este público ou privado, em alturas, por exemplo, como o Natal e o Ano Novo chinês.

A constituição de redes de relacionamento social quotidiano em Macau, de acordo com o que nos foi sendo dito e o que nós próprios fomos igualmente experienciando, não



## Atas 14º colóquio da lusofonia –

foge àquilo que são atributos conhecidos das redes de sociabilidade – a sua composição social, dando destaque ao efeito geracional e a trajetórias socioprofissionais semelhantes. Entre portugueses, foi possível observar a existência de um núcleo restrito de relações com maior grau de intensidade e outro mais alargado em que a densidade das relações é menos forte mas existente.

E fora do grupo étnico de pertença?

“[Chineses] *Poucos, poucos. Mais conhecidos, mais conhecidos do que amigos. Macaenses alguns, chineses muito poucos, sempre tive um bom relacionamento com os colegas de trabalho, lá voltamos outra vez à área profissional, mas sempre tive bom relacionamento com eles, mas nunca... nunca criei muita ligação com ninguém chinês chinês, assim em particular. Macaenses, há alguns colegas com quem criei mais ligação, de facto aproximei-me mais dos... de... acho que tenho mais em comum ou... as áreas de interesse são maiores com um macaense do que com um chinês. No fundo, por exemplo, eles estão ligados ao que se passa em Portugal, acompanham, sabem do que nós estamos a falar, às vezes basta esse, basta esse... nós estamos a falar, sei lá, de futebol por exemplo e a pessoa saber ah, sim, o Benfica ou o Sporting, ou o Porto, ou o Presidente da República, ou o Primeiro-ministro e sabem que o governo mudou... É diferente o feedback que se tem de um macaense, que bem ou mal, mais ou menos acompanha... acompanha os assuntos, principalmente o que se passa em Portugal e que quando se fala, está dentro do assunto, não é, e há um feedback muito maior com um macaense do que com um chinês. O chinês tem uma forma de estar muito diferente, os interesses não são iguais, é diferente... é diferente, uma pessoa, por exemplo, sair à noite com um chinês, inevitavelmente íamos parar a um caraoque, que é uma coisa [risos] que os ocidentais... Eu pessoalmente não acho piada nenhuma e que eles acham um piadão incrível, e estarem ali a jogar, com os copos e os dados e... e... e é a língua. É a dificuldade de comunicação”.*

A nossa entrevistada havia referido anteriormente que, entre os seus colegas de trabalho, se encontravam chineses que falavam a língua portuguesa, pelo que lhe lançámos como contra-argumento relativo à língua o que ela própria já nos tinha afirmado.

“*Há muitos chineses que falam português, mas sempre com alguma dificuldade, sempre com alguma dificuldade, depois não há... não há... acaba por se esgotar um bocado o assunto. Eu acho que são interesses completamente diferentes, formas de viver completamente diferentes, que nunca... pelo menos no meu caso nunca me ligaram... nunca me ligaram a nenhum chinês particularmente, não... não... nunca criei ligação assim com ninguém, até porque como já disse durante esta entrevista, vivia rodeada de portugueses [risos] não... quase... praticamente não tinha oportunidade de contactar mais com os chineses, eu acredito que haja muitos portugueses que... só trabalhando com chineses acabam por criar mais ligações, eu como nunca passei por isso acabei por não criar muita ligação a... a nenhum chinês assim em particular” (Margarida Lopes, portuguesa, jurista na função pública, Ent. 62).*

Ainda que o argumento da língua seja o mais usado, o que parece estar verdadeiramente em causa são interesses, hábitos e estilos de vida distintos.

Também entre os nossos interlocutores chineses podemos encontrar um discurso semelhante.

*Wu*, chinesa nascida na China continental mas residente em Macau desde criança, tendo inclusivamente feito o seu percurso escolar numa escola luso-chinesa, e sendo hoje casada com um português, tem uma rede de relações alargada na qual se incluem indivíduos portugueses – foi aliás nesse círculo que a conhecemos. Contudo, quando nos fala do seu círculo de amigos num sentido mais restrito – ou seja, de maior proximidade e densidade de relações – afirma que a maior parte dos seus amigos são chineses, referindo as diferenças culturais existentes e acrescentando: “*(...) Grupos de amigos chineses e portugueses misturado há pouco. Eu acho que é por causa da língua”.*

Argumentámos que muitos chineses falam português e que, em muitas circunstâncias, ambos falam inglês.

“*Falta fazer aquela ponte, não há aquela comunicação... mas está a falar verdade... é uma desculpa porque chinês fala inglês e português fala inglês... há falta de comunicação, aquela... mas chinês com estrangeiro há muito, só com português é que não... ele não gosta tanto do português, acha que tem o nariz empinado... essa é a verdade. Eu sei. Isto começou antigamente e as pessoas não pensam que os portugueses também já mudaram... por isso a comunicação é mais distante do que de americanos e chinês...” (Wu, chinesa, funcionária num banco, Ent. 111).*

É certo que os mais diferentes grupos étnicos frequentam espaços públicos, bares, discotecas, restaurantes, o que não se verifica com regularidade é que se encontrem a interagir, e frequentar os mesmos espaços é manifestamente insuficiente para afirmar que existem relações de sociabilidade generalizadas sem serem atravessadas por fronteiras étnicas, que acabam por coincidir com questões de composição social e cultural.

Há que chamar, igualmente, a atenção para as questões de género surgindo a mulher, e referimo-nos neste caso à mulher portuguesa, muito mais penalizada no que respeita à constituição das suas redes de relações, sujeita a crítica e controle apertado por parte dos seus conacionais, tendo o homem toda a liberdade de se movimentar em qualquer meio e ambiente local, registando-se atitudes e comportamentos próprios de meios pequenos e provincianos. Esta situação talvez encontre explicação na concentração lusófona das relações que se desenvolvem e dos espaços que se frequentam, muito mais abertas e permissivas para o homem do que para a mulher o que encontra tradução, por exemplo, em situações de coabitação e dos casamentos interétnicos<sup>92</sup> realizados em que o elemento português do par é quase sempre o masculino.

Também o efeito geracional terá alguma importância. Entre os mais jovens, no sentido não só da faixa etária em que se encontram mas também no sentido de mais recentes no território, pareceu-nos existir algumas mudanças de atitude e de comportamentos. Esta é, contudo, uma situação que tivemos menos oportunidade de desenvolver e por isso é aqui levantada mais como hipótese a necessitar de ser explorada.

A baixa frequência e fraca densidade de relações entre portugueses e chineses não é vista nem sentida como problemática do ponto de vista da integração e da capacidade de relacionamento quotidiano, considerando-se que o lugar-comum *viver de costas voltadas*

92 De várias origens asiáticas e, mais recentemente, com mulheres originárias da Rússia.

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

*“não pode ser encarado de uma forma tão negativa quanto às vezes é dado a entender. São vivências completamente diferentes, mas não... é uma convivência pacífica, não é antagónica, não... não... as comunidades, acho que de facto vivem de costas viradas uma para a outra, mas de uma forma harmoniosa, não há hostilidade, nós não os hostilizamos a eles, nem eles a nós, acho que há uma convivência pacífica e é uma das coisas que eu aprecio em Macau. Acho que nunca se conseguiu de facto, criar uma ligação muito grande, até porque a nível... as culturas são completamente diferentes, a forma de viver é completamente diferente, os interesses, mas nunca ninguém... eu pelo menos não crítico, não crítico e acho que os portugueses em geral não têm nenhuma crítica pejorativa a fazer ao modo de viver dos chineses, nem eles a nós. Por isso acho que é uma convivência, é um costas voltadas, de facto, mas de uma forma harmoniosa e pacífica, nunca senti qualquer tipo de hostilidade, entre uma comunidade e outra, acho que... acho que se conseguem entender perfeitamente bem, por exemplo a nível profissional, acho que há um entendimento muito bom, eu só tenho tido sempre boas experiências, os sítios por onde passei, tanto na advocacia como as finanças, como agora [local onde trabalha<sup>93</sup>], tenho tido sempre ótimas experiências e as relações que tive profissionais com chineses houve sempre um respeito mútuo, um respeito pelo modo de estar do outro, nunca notei, nunca senti qualquer tipo de tensão entre as duas comunidades”* (Margarida Lopes, portuguesa, jurista na função pública, Ent. 62).

As línguas são sem dúvida traços culturais importantes na diferenciação de minorias, e embora não sejam apenas importantes enquanto marca distintiva de determinado grupo de falantes esta é, também, matéria em que têm uma grande importância.

E a este respeito, não há dúvidas quanto à centralidade da língua portuguesa entre os traços culturalmente distintivos, associada a sociabilidades marcadamente intraétnicas, surgindo, no caso dos portugueses, como instrumento de fechamento relacional em relação à maioria chinesa.

### **3. ESCOLHAS LINGÜÍSTICAS**

Não deixa de ser curioso registar que, contrariamente ao que acontece noutras localizações geográficas em que com o decorrer do tempo e a inserção prolongada dos migrantes nas sociedades de acolhimento os seus descendentes tendem a utilizar a língua local mais do que a sua língua de origem, no caso de Macau esta é uma situação que não se verifica entre os portugueses. O que não significa que não existam lógicas de afastamento à língua portuguesa, sendo no entanto a língua inglesa e não a língua local que substitui o português.

Esta é, inclusivamente, situação amplamente referida pelos indivíduos chineses que criticam, muitas vezes duramente, o facto de os portugueses não procurarem aprender a língua local. Mas também aqui não podemos fazer generalizações. Encontrámos vários residentes portugueses que dominam a língua chinesa, e, mesmo que de forma ainda rudimentar, alguns casos já com possibilidades de comunicação que vão para além da capacidade de efetuar um pedido num restaurante, e, outros, mesmo com um interesse

menos utilitário e mais cultural no conhecimento do cantonês e/ou do mandarim. Contudo esta situação tem, efetivamente, uma frequência muito pontual.

Entre os residentes mais recentes em Macau parece, no entanto, surgir uma postura diferente em relação à aprendizagem da língua chinesa.

*“Eu cheguei cá e já arranjei um curso de mandarim. Não sei nada! Mas ao menos fiz um esforço. Entendo como mais-valia pessoal, para tentar compreender, para tentar falar com as pessoas, qualquer coisa assim. A X... [uma amiga] fez a mesma coisa, fez logo um curso de cantonês para se ambientar melhor. Nós tivemos logo essa atitude. E a mim... fiquei chocadíssima como é que pessoas que há 20 anos ou 10 que cá estão não se interessam por essa parte. Mas também admiro muito as pessoas que ficaram cá, aprenderam o cantonense, falam...”* (Mafalda, portuguesa, estagiária InovContact, Ent. 72).

É o caso de Alfredo, residente em Macau desde 1985.

*Em chinês, eu falo... falo razoavelmente chinês. [Aprendeu] Falando, trabalhando. Eu na altura quando trabalhei [numa] empresa de iluminação pública, eu cheguei a ter a trabalhar comigo à volta de quarenta pessoas, tudo chineses. Chineses e vietnamitas, que na altura havia aqui uma comunidade vietnamita, refugiados vietnamitas, havia aqui um campo de refugiados vietnamitas, e a gente dávamos trabalho a essas pessoas. Na altura era gerido pelos padres de Macau, eles pediram à gente se a gente podia empregar essas pessoas, e a gente empregámos vários vietnamitas, mas eles também falavam chinês, eles já falavam o chinês e então a partir do dia-a-dia, porque não tinha ninguém que falasse outra língua, era só chinês e então a gente é que se tem... aqui em Macau sempre foi assim. Por isso é que a língua portuguesa nunca foi falada em Macau, e não é falada em Macau, porque eles... a gente é que se acostuma à língua deles e não eles à nossa* (Alfredo Matos, português, empresário sem trabalhadores a cargo na área da restauração, Ent. 58).

Sem frequentar escolas, a aprendizagem de Alfredo deu-se através do contacto direto e regular com falantes do chinês, situação que se lhe impôs por via da atividade profissional que desenvolvia. E, cremos, é precisamente nesta questão que reside a maior ou menor apetência pela aprendizagem da língua local – na generalidade os portugueses desempenhavam funções em que não precisavam de dominar a língua chinesa recorrendo, quando a situação se lhes colocava, aos macaenses que desempenhavam o papel de intermediários bilingues.

Daí que o domínio do chinês por parte dos portugueses seja bastante reduzido, se numa perspetiva mais utilitária não sentem (ou sentiam) a necessidade de dominar o idioma local, são poucos os casos que o fizeram (ou fazem) por motivações que fujam a este âmbito – como de resto acontece em relação à generalidade das línguas. Outro dos nossos entrevistados, estudante de mandarim, que tinha acabado de transitar do quarto para o quinto ano no estudo desta língua, referiu-nos que entre os cinco colegas apenas um era português, sendo os restantes macaenses. Em relação à aprendizagem da língua afirma:

*Já me inscrevi no quinto ano, mas a coisa está-se a tornar séria porque é muito complicado... o chinês é muito difícil, é uma língua tão diferente das línguas europeias, das línguas romanizadas e eu não sei até quando é que aguento porque é preciso*

<sup>93</sup> Local de trabalho foi retirado para não denunciar a identidade da interlocutora.

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

*trabalhar cada ano o dobro e eu não vivo disto, aquilo é uma mera carolice, não me serve para evoluir na... na minha profissão, em nada, vou até... até me fartar. Eu não ando a aprender chinês a ponto de ter aspirações a trabalhar profissionalmente em chinês, é impossível, ou então tinha de parar de trabalhar e estudar chinês sete dias por semana, na China, em Pequim e fazer uma licenciatura em chinês e aí... aí está bem, agora ao ritmo que nós temos aulas de duas horas que são na prática de hora e meia, duas vezes por semana, dá três horas por semana. Para mim é... quer dizer, quando nós conseguimos perceber a língua das pessoas, percebemos melhor as pessoas... (Vasco Soares, português, jurista na função pública, Ent. 73).*

Situação semelhante acontece em relação à língua portuguesa, sendo as motivações mais pragmáticas e utilitárias a prevalecer claramente sobre os interesses culturais.

Mas se as motivações para desenvolver estratégias de aprendizagem da língua chinesa, seja cantonês ou mandarim, julgamos que seguramente mais o mandarim, poderão sofrer alterações com a nova situação político-administrativa de Macau, sendo uma situação relativamente recente e, cremos, onde a necessidade do domínio da língua local para os portugueses ainda não se colocou de forma premente, o mesmo não se pode dizer relativamente aos macaenses.

E esta questão é tanto mais importante quanto põe em evidência a necessidade de efetuar escolhas linguísticas que colocam o português em contraponto com o chinês, e este contraponto tem relevância acrescida se considerarmos a importância que a língua portuguesa apresenta nas narrativas identitárias desta minoria étnica.

Os macaenses, na sua maioria escolarizados em língua portuguesa, encontravam-se, tradicionalmente, ligados à Administração Portuguesa no âmbito da qual muitos desempenhavam as suas atividades profissionais e à qual podiam aceder em situação mais vantajosa e, também, de forma mais facilitada pelo seu domínio da língua portuguesa. Tidos como mediadores bilingues entre a elite administrativa portuguesa e os seus utentes de língua chinesa, o seu *capital linguístico* funcionava como privilégio importante em processos de mobilidade social ascendente e colocava-os em situação socialmente contrastada de forma positiva em relação à maioria chinesa da população. O domínio da língua portuguesa funcionava, simultaneamente, como garante de acesso a um nicho específico e tido como vantajoso do mercado de trabalho e como símbolo de prestígio e de estatuto pela proximidade que favorecia aos círculos de poder.

Apesar de existir uma língua (dialeto) que se considera própria deste grupo, e em relação à qual hoje em dia se assiste ao desenvolvimento de iniciativas importantes para a fazer renascer e se desenvolvem estratégias para a transformar em atributo positivo na definição de uma identidade de grupo – referimo-nos ao Patuá ou *Língu Maquista* – tendo sido efetuadas diligências para a elevar ao estatuto de património intangível de Macau, a verdade é que estes pressupostos identitários não funcionaram para a manter como língua viva no decurso dos tempos.

De acordo com Senna Fernandes<sup>94</sup> (2005:1) o Patuá, por ser

*“considerado como a língua dos mais humildes, foi durante muito tempo relegado para um plano inferior, desprezado, ou deliberadamente esquecido, numa*

*altura em que falar o português padrão era condição essencial para ascensão social, no seio da comunidade portuguesa: o dialeto não passava de um linguajar dos incultos, e não poucas vezes, confundido com a mera deturpação do português metropolitano,*

tendo sido, portanto, abandonado e resistindo hoje apenas entre alguns dos mais velhos (e porventura menos escolarizados, poder-se-á questionar).

É, efetivamente, muitíssimo interessante, e importante, toda a dinâmica que se tem procurado criar em torno do Patuá, desde a elaboração de estudos académicos, nomeadamente teses de doutoramento, à edição de obras, à organização de seminários de ensino/difusão deste dialeto e debate-se a sua possível candidatura a património intangível. O momento mais expressivo será, sem dúvida, a realização anual de um espetáculo de teatro em Patuá que o Grupo *Doce Papiçam di Macau* leva a público incluído na programação do Festival de Artes de Macau, sendo, portanto apoiado pelo Governo local<sup>95</sup>.

No momento que se vive a revitalização do Patuá, como diz o seu atual maior dinamizador,

*“[p]ouco importa se os macaenses voltam a falar a sua língua. O que interessa, nos dias de hoje, é a consciência que ela existiu e que teima em manter-se viva. Explica o autor porquê: qualquer cultura necessita de referências, de valores, de memória. O Patuá ocupa um lugar essencial na memória macaense, pois como língua que foi, ela resume tudo o que foi e o que é a alma macaense (Senna Fernandes, 2005:6).*

O que está aqui em causa, hoje, é a sua importância como elemento de identificação na construção de uma identidade de grupo, mas o que foi central no seu desaparecimento foram questões de escolha pessoal e que, mais do que opções culturais, foram os constrangimentos sociais que estiveram na base das lógicas de afastamento desenvolvidas.

Não sendo idênticos os constrangimentos que se colocam hoje relativamente ao português, são no entanto da mesma natureza – inscrevem-se mais no eixo social do que no cultural das dinâmicas locais.

Entre os mais jovens, é consensual a apresentação da língua portuguesa como atributo cultural importante na definição dos macaenses enquanto grupo étnico distinto, contudo quando se fala em questões de escolha linguística estes jovens são unânimes ao referir que para terem um futuro profissional e uma integração no mercado de trabalho local é imprescindível o domínio da língua chinesa.

Um jovem macaense, que havia concluído o ensino secundário, dizia-nos a propósito do mercado de trabalho duas questões interessantes: a primeira, que considerava que na geração dos seus pais era relativamente fácil encontrar um emprego, nomeadamente na função pública, com boa remuneração mesmo com baixas qualificações, enquanto na sua geração a situação já é completamente diferente – para além de existir maior concorrência no mercado de trabalho, também o emprego na Função Pública deixou de ser atrativo pois noutras áreas de atividade, nomeadamente na indústria do jogo, as remunerações são muito mais elevadas; a segunda, que no que respeita às línguas,

<sup>94</sup> Agradecemos a Miguel Senna Fernandes ter-nos facultado um documento de sua autoria sobre o Patuá, não publicado mas apresentado publicamente pelo autor.

<sup>95</sup> Ainda que este apoio tenham um valor simbólico maior do que o económico, uma vez que os *Doce* não recebem qualquer subsídio governamental para além das verbas destinadas à preparação do espetáculo anual que integra o Festival de Artes de Macau.

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

considera que em termos profissionais o mais importante é dominar o mandarim e o inglês, embora em alguns departamentos governamentais ainda seja necessária a língua portuguesa, nomeadamente na área jurídica, mas as áreas de aplicação desta língua são atualmente mais reduzidas e tendem a reduzir ainda mais no futuro, não se revelando, portanto, estrategicamente adequado investir nesta língua sem que o mesmo se faça em relação ao mandarim.

Dito de outra forma, se atualmente os jovens macaenses sentem a necessidade de se dedicarem à aprendizagem da língua chinesa para progredirem profissionalmente, constituindo-se esta língua como central em processos de mobilidade social ascendente, na geração dos seus pais e avós era o português que possibilitava o desenvolvimento de processos no mesmo sentido.

Também da parte de interlocutores chineses, de uma e duas gerações anteriores ao do nosso jovem macaense, ouvimos referências, por um lado, em relação à atratividade pelo desenvolvimento de uma atividade profissional no quadro da administração pública e, nestes casos, referindo a absoluta necessidade de dominar a língua portuguesa para lhe aceder. De tal forma que, nalgumas situações, os seus pais haviam optado por colocá-los em escolas portuguesas não obstante a sua língua materna, e a única que dominavam, ser a chinesa, com implicações por vezes dramáticas no quotidiano escolar e pessoal dos jovens alunos.

*Eu estava na escola, as professoras portuguesas falavam comigo em português, que a língua chinesa elas não dominam. É tal como se fosse uma conversa entre galinhas e patos! Eu não percebia nada dela nem ela me conseguia perceber. Quer dizer, isto vai-se andando, e tenho que aprender um bocadinho de cada dia, mas foi mesmo muito difícil. [Para os meus pais] o que importava para eles é que o filho estuda, seja em português ou em chinês, naquela altura, era previsível que quem acaba o curso em português trabalhava para o governo cá em Macau. A situação era essa. É que naquela altura, nos anos 80, ou 85, 86, ainda o português era quase uma língua... era a única língua oficial e por isso para quem trabalha no governo tem que saber qualquer coisa da língua portuguesa. E aí tem muita vantagem. Senão... [silêncio] Quer dizer, no então governo de Macau não se ligava muito ao ensino chinês, propriamente dito, não se ligava nada, e os meus pais... os meus irmãos mais velhos andavam numa escola chinesa (Meng, chinês, advogado, Ent. 30).*

Nalguns casos, esta era uma estratégia familiar através da qual se procurava assegurar um futuro melhor para os filhos, colocando, até, cada um num dos diferentes sistemas de ensino existentes, noutros casos surgia como uma inevitabilidade motivada por questões de economia doméstica.

*Eu comecei a aprender português devido à situação económica da minha própria família. Então nessa altura havia somente escolas chinesas que exigia como é natural pagar a propina, com exceção das escolas oficiais. Daí o meu terceiro irmão, eu sou a quarta, o quinto irmão e o sexto, todos nós quatro fomos para a escola oficial. Ou seja, nessa altura era escola oficial luso-chinesa. E comecei a aprender o português. As minhas duas irmãs mais velhas estudaram nas escolas chinesas e os meus pais tiveram a possibilidade de mantê-las nas escolas chinesas, o que não aconteceu conosco (Lai, chinesa, professora, Ent. 99).*

Casos como os de *Lai* e de *Meng* não correspondem a situações tão singulares como à partida possa parecer. Foi possível encontrar, sem procurar, outros casos semelhantes e, a este respeito, também Graciete Batalha nos fornece informações muito preciosas, não só quanto aos problemas sentidos por este segmento da população discente mas, igualmente, quanto à forma como o sistema de ensino estava (não) organizado. Referindo-se a um aluno chinês, escreve no seu diário:

*Pobre Á-Soc! Dei-lhe dez no primeiro período, pela sua aplicação, mas como poderei deixá-lo passar com esta linguagem que não progride? Porque não estudar numa escola chinesa onde seria certamente um bom aluno e não teria problemas? Estudando numa nossa, deveria ter um ensino diferente, aquele ensino de Português a estrangeiros pelo qual tanto tenho lutado, mas em vão... (1991:264)*

### 4. BREVE NOTA CONCLUSIVA

As componentes linguísticas e culturais portuguesas, nos seus mais diversos marcadores – patrimoniais, gastronómicos, musicais, editoriais, cerimoniais – são frequentemente convocadas na demarcação face a terceiros, quer enquanto grupos institucionalmente ou etnicamente organizados (*nós* e os *outros*) quer enquanto sujeitos individuais (*eu* e o *outro*).

Sem retirar às línguas, neste caso à portuguesa, a sua dimensão cultural e o seu significado enquanto instrumento usado no estabelecimento de distinção relativamente “ao outro”, portanto a sua instrumentalização em processos de construção de identidades, não podemos deixar de referir outras dimensões que se situam mais no eixo das dinâmicas sociais do que das culturais.

Machado afirma em relação à etnicidade, e com o que concordamos em absoluto, que a sua separação em dois eixos analíticos, o cultural e o social, só tem interesse do ponto de vista operativo uma vez que as dimensões associadas a cada um não deixam de ser igualmente do domínio do outro (2002:217). Também uma análise dos movimentos linguísticos não dispensa um entendimento semelhante – as dinâmicas linguísticas têm tanto de cultural como de social e a investigação desenvolvida sugere que as últimas terão um peso mais significativo nas escolhas efetuadas por aqueles que desenvolvem lógicas de aproximação ou de afastamento em relação ao português.

### 5. REFERÊNCIAS

- Castells, Manuel ([1996]1999), “Paraísos Comuns: identidade e significado na sociedade em rede”, in *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, O Poder da Identidade*, vol. 2, Trad. Klaus Brandini Gerhart, S. Paulo, Editora Paz e Terra.
- Costa, António Firmino da (2002), “Identidades Culturais Urbanas em Época de Globalização”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, N.º 48.
- Fernandes, Miguel de Senna (2004), *O Patuá*, documento policopiado, pp. 1-6.
- Grosso, Mª José (1999a), “O discurso metodológico do ensino do português em Macau a falantes de língua materna chinesa”, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Texto policopiado.
- Lima da Costa, Francisco (2005), *Fronteiras da Identidade: macaenses em Portugal e em Macau*, Lisboa, Fim de Século.



## Atas 14º colóquio da lusofonia –

- Machado, Fernando Luís (2002), *Contrastes e Continuidades. Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Ngai, Gary (1994b), “A Identidade Cultural de Macau: a sua Preservação e Desenvolvimento antes e depois de 1999”, in *Administração, Revista da Administração Pública de Macau*, n.º 35, Macau, Serviço de Administração e Função Pública, p. 61-76.
- Silva, Perpétua Mª dos Santos - A língua e a cultura portuguesas a Oriente: análise ao caso de Macau [Em linha]. Lisboa: ISCTE-IUL, 2011. Tese de doutoramento. [ ISBN 978-989-732-223-5.
- Lusa, “Mega desfile multicultural vai promover “cidade latina” no aniversário da transição”, notícia de 7 de dezembro de 2011,

### 38. RAUL LEAL GAIÃO, INVESTIGADOR

**RAUL LEAL GAIÃO**, Mestre em Língua e Cultura Portuguesa/Estudos Linguísticos, com a dissertação de *Aspetos Lexicais na Obra de Autores Macaenses* (publicada).

Licenciado em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Licenciado em Ciências Literárias pela Universidade Nova de Lisboa.

Colaborador do Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, Academia das Ciências de Lisboa e Colaborador do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Desenvolve investigação na área do falar/dialeto macaense, tendo escrito e publicado vários artigos:

- “Línguas de Macau” in *Dicionário Temático da Lusofonia*.
- “Nhónha-nhónha – A Reduplicação no Crioulo Macaense”, in *Pelas Oito Partidas da Língua Portuguesa*.
- “Asiaticismos no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa”, in *SIMELP, I Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa*.
- “Asiaticismos no Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa”, in *Atas/Anais 4º Encontro Açoriano da Lusofonia*.
- “Representações do crioulo macaense”, in *SIMELP*



É SÓCIO DA AICL.

**PARTICIPOU EM MACAU E SANTA MARIA 2011, LAGOA E GALIZA 2012, MAIA E SEIA 2013**

**3.3. AÇORIANOS EM MACAU – D. JOÃO PAULINO: “DA ATIVIDADE PASTORAL À DIVULGAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA” RAUL LEAL GAIÃO**

### SINOPSE

O texto pretende dar a conhecer a ação em Macau de D. João Paulino de Azevedo e Castro (Lajes do Pico, 4/2/1852 – Macau, 17/2/1918), na sequência de outros textos sobre personalidades açorianas em Macau.

D. João Paulino desenvolveu uma dinâmica ação pastoral na Diocese de Macau, diocese que abrangia, na época, uma vasta área do sueste asiático. Esta ação traduziu-se nas visitas às missões católicas de Timor (com a criação e reorganização das suas missões), a Singapura, Malaca e Hainan (na China), no incremento da instrução, criando escolas e colégios e intensificando a ação educativa do Seminário de S. José que desempenhou um papel central na educação em toda a diocese.

Para além da preocupação com a definição da situação jurídica e missionária do Padroado Português no Oriente, refletida na publicação, em 1917, de *Os Bens das Missões Portuguesas na China*,

D. João Paulino focou-se empenhadamente no ensino e divulgação da Língua Portuguesa no seio da comunidade macaense que, devido às ligações a Hong Kong e por razões económicas e sociais, estava mais motivada e orientada para a aprendizagem da língua inglesa.

O prelado dedicou à Língua Portuguesa a pastoral *Estudo da Língua Portuguesa e amor à Pátria*, incentivando ao seu estudo, pelo facto de ser a língua de nossos pais, pela contribuição para a promoção e desenvolvimento do homem, pela riqueza da sua literatura e de todo o acervo cultural, e por ser a língua de um povo grandioso e língua universalmente falada em diversas partes do mundo.

### 1. INTRODUÇÃO

D. João Paulino esteve à frente da diocese de Macau (1903-1918) no período conturbado da implantação da República que afetou particularmente a Igreja Católica. O fervilhar do espírito republicano no princípio do século XX e a implantação da República em 1910 ameaçaram e perturbaram a Igreja e a ação dos agentes seculares e regulares, ao defender a laicização do Estado e da sociedade, pondo fim ao ensino da religião nas escolas, legislando a laicidade do casamento e decretando outras medidas que marcavam a independência do Estado em relação à Religião Católica, nomeadamente expulsando os Jesuítas e outras ordens religiosas.

Em 1911, a Lei da Separação põe em causa o papel e a autonomia institucional da Igreja Católica ao reduzir ao mínimo o financiamento do culto por parte do Estado, continuando este, porém, a apropriar-se dos direitos sobre o Padroado Português do Oriente, supervisionando a ação missionária e reduzindo os seus agentes a um clero secular formado em instituições públicas.

No Oriente, os efeitos da política republicana tiveram repercussões negativas muito fortes, particularmente em Macau e Timor (territórios na dependência do Estado português), espaços onde a educação e a assistência estavam, quase exclusivamente e desde há longos anos, aos cuidados da Igreja, paralisando a sua ação por efeito de encerramento dos institutos religiosos que formavam os missionários, com a expulsão dos Jesuítas pelo decreto de 8/10/1910, determinação executada em Macau no dia 19 de novembro do

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

mesmo ano, seguindo-se, algum tempo depois, a saída de outras ordens religiosas, como os Salesianos e as Canossianas, obrigadas a partir do território de Macau e Timor.<sup>96</sup>

Em Timor, ao tempo território integrado na Diocese de Macau, a situação ainda muito débil em termos de missionação, ensino e desenvolvimento, ficou ainda mais fragilizada.

Segundo a lei da Separação das Igrejas, de 20 de abril de 1911, a Igreja Católica deixava de ser a religião oficial, perdendo todas as prerrogativas inerentes a essa condição (Figueiredo, 2003). Com esta determinação, terminava oficialmente toda a interferência do Estado na vida e organização da Igreja Católica, bem como o apoio que esta recebia.

O governo republicano criou as missões laicas para substituírem as católicas, com fracos resultados porém, pois era impossível recuperar as tarefas abandonadas pelas diversas ordens religiosas, tarefas para as quais os padres seculares vindos de fora não estavam preparados, assegurando estes, com dificuldade, o funcionamento de algumas escolas.

Em maio de 1919, como as missões laicas não chegaram a funcionar, o Estado português reconhecia a importância das missões católicas enquanto agentes de civilização e dos interesses nacionais, regulamentando a implementação e funcionamento das designadas “missões civilizadoras”, laicas e religiosas, assumindo o Estado a responsabilidade de subsidiar estas últimas enquanto “elementos de ação civilizadora e nacionalizadora” (Figueiredo, 2003: 561).

É neste contexto agitado, e que põe em causa a ação missionária, educativa e assistencial da Igreja, que decorre o exercício das funções de D. João Paulino na vasta diocese de Macau (1903-1918).

## 2. PASTORAL – MISSÕES E ENSINO

Desde o início, uma das principais preocupações, e a que D. João Paulino prestou particular atenção, foi a criação e reorganização das missões católicas, fulcro de toda a atividade missionária no Extremo Oriente. Como a diocese estava disseminada por uma vasta área, as visitas pastorais que exigiam longas e penosas viagens, foram a forma de o bispo conhecer, organizar e dinamizar a ação missionária em toda a sua diocese.

Por isso, logo após a sua chegada a Macau (1903), visita Singapura e Malaca (1904), Timor (1905) e Hainan (1906), zonas da diocese onde fomentou a ação missionária e a criação de novas escolas e missões. Com o fervor republicano, e sendo aconselhada ao bispo uma ausência temporária, aproveitou o clima ameaçador para uma visita às Missões: a partir de dezembro de 1910 (4/12/1910) visitou as missões da China (aproveitando para visitar depois Hong Kong e Cantão, apesar de não pertencerem à Diocese de Macau) e em dezembro de 1911 rumou a Singapura, Malaca e Timor.

O conhecimento que estas visitas lhe proporcionaram, materializou-se na expansão das missões e na edificação de igrejas, capelas, colégios e residências dos missionários, particularmente no interior da China e em Timor.

Intensificando a forte presença e ação da Igreja no Oriente, dedicou-se empenhadamente ao ensino e à assistência social que a Igreja assumira desde a época da chegada dos portugueses ao Oriente.

Sob o seu governo confiou o *Colégio de Santa Rosa de Lima* às religiosas franciscanas missionárias de M<sup>a</sup>; criou o *Colégio da Perseverança* para as raparigas sem família, entregue às religiosas canossianas e fundou um orfanotrófio, *Orfanato da Imaculada Conceição*, para o ensino de artes e ofícios a jovens chineses e entregue por D. João Paulino em 1906 à direção dos Salesianos de D. Bosco, sendo o primeiro diretor do orfanato o italiano P. Luigi Versiglia (1873-1930), depois bispo e vigário-apostólico na China, mártir e santo da Igreja Católica.

Com a saída forçada dos jesuítas a 19 de novembro de 1910 e mais tarde de outros religiosos e religiosas, são encerradas escolas, infantários, orfanatos, oficinas. Algumas escolas e instituições de assistência deixam de funcionar. A saída dos jesuítas que se encontravam à frente do Seminário de S. José levou a que o próprio bispo assumisse a direção desta instituição, por desempenhar um papel fulcral na educação, não só no referente à formação do clero para todas as pontas da diocese, mas também na formação profissional da população de Macau.

O Orfanato da Imaculada Conceição (dirigido pelos Salesianos) e o Colégio de Santa Rosa de Lima (orientado pelas Franciscanas de M<sup>a</sup>) tiveram de reduzir a sua atividade, sendo administrados e lecionados pelo reduzido clero secular. Foram encerrados o Asilo de Santa Infância da Taipá, a Casa de Beneficência e outros estabelecimentos de instrução e de beneficência em Macau.

Com o decorrer do tempo, lentamente o bispo de Macau foi recuperando e dinamizando as diversas instituições de ensino e assistência, mostrando à comunidade chinesa, queixosa da incurrência dos poderes públicos, principalmente no referente à instrução, tudo o que tinha sido erigido em proveito deles, não deixando de apontar, num período de domínio republicano, como a administração portuguesa descurou a educação da população chinesa: *“Os chineses que d’antes se queixavam de que nada se fazia em Macau, por parte dos poderes públicos, em benefício da instrução dos da sua raça, já hoje não têm razão de queixa; por que quase todos, ou melhor – todos esses estabelecimentos, funcionam em proveito deles”* (Castro, 1995: 98)

Com toda a ação desenvolvida, apesar de todos os ventos desfavoráveis da República, já em 1917 o bispo fazia um balanço positivo de tudo o que a Igreja reconquistou e ampliou no domínio da educação e da assistência: o *Seminário de S. José*, dedicado à educação de jovens portugueses, chineses e de outras nacionalidades, destinados não só à vida eclesial e às missões, mas também ao comércio e à burocracia, prestou

*“relevantes serviços à colônia, instruindo-lhe e educando-lhe os filhos, podendo dizer-se que da atual geração a maior parte dos filhos de Macau, que alguma instrução tenham, ali a receberam e foram habilitados a ganhar a vida quer na colônia, quer em outras cidades do Extremo Oriente, onde ocupam rendosos lugares, ao serviço de firmas comerciais ou em repartições do Estado. A maioria do clero atualmente ao serviço da diocese e missões, e muitos eclesialistas e até religiosos que se acham espalhados por fora da*

<sup>96</sup> Os jesuítas dirigiram-se para a Índia, os Salesianos para várias partes da China, as Canossianas para Hong Kong. As ordens religiosas, saídas de Macau, no rebentar da revolução republicana, regressaram gradualmente; em 1911 estavam de volta as Canossianas e os Salesianos. A

Companhia de Jesus e as Franciscanas Missionárias de Maria só regressariam nos anos 20 (do século XX).

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

diocese, ali receberam a sua educação sacerdotal ou de preparação para o estado eclesiástico e religioso.” (Castro, 1995: 83)

Para se avaliar do papel fulcral do Seminário, o plano de estudos abrangia o ensino primário, secundário (correspondente ao curso geral dos liceus), curso de Teologia, curso de inglês comercial, chinês (cantonense), música coral e instrumental, desenho e atividades de desenvolvimento físico: ginástica, natação e outras modalidades desportivas<sup>97</sup>. Para além disso, desempenhava uma ação relevante na assistência, pois “*mantem, conforme o decreto que o reorganizou, um orphanotrophio, e gratuitamente instrue a maior parte de seus alunos, sustenta e veste também gratuitamente ou por módica pensão um grande numero de internos.*” (Castro, 1995: 86). O Seminário era, pode dizer-se, um centro de cultura “*que atrahia a consideração de nacionaes e estrangeiros, a estima dos homens de letras e não menos confiança das famílias, mesmo de fóra da colonia, pois é sabido que das Philipinas aqui vinham muitos jovens impellidos pelo amôr ao estudo e attrahidos pela fama que gosava o Seminario*” (Castro, 1995: 70). Outras instituições de relevo: A *Casa de beneficência*, destinada a instruir e educar meninas portuguesas e chinesas de Macau e de fora e que não possuíam meios. O *Orfanato da Imaculada Conceição*, destinado à formação de rapazes chineses órfãos, ou que sendo pobres não tinham meios para suportar a sua educação. O ensino ministrado abrangia o ensino profissional (oficina de alfaiataria, sapataria, tipografia, encadernação e tecelagem); ensino artístico (música, música instrumental e canto, existindo banda de música); ensino literário (língua chinesa, portuguesa e inglesa); aritmética e geografia, e ainda o ensino religioso, particularmente o catecismo, não descurando ainda o desenvolvimento físico: ginástica, exercícios desportivos vários, excursões a pé e natação. O *Asilo de Santa Infância*, destinado a recolher as crianças abandonadas. O *Asilo de S. Francisco Xavier* para recolher mulheres inválidas, cegas, surdas-mudas, paralíticas, com perturbações mentais.

A *Escola de S. Francisco Xavier* para chineses, com o ensino do inglês, aritmética, geografia e escrita comercial. A *Escola de S. Lázaro* para meninas chinesas para o ensino da língua chinesa, catecismo, história sagrada e costura. A *Escola de S. Lázaro* para rapazes chineses.

A *Escola de meninas* na ilha da Taipa, onde se ensinava a língua chinesa, catecismo, costura e labores; duas escolas de rapazes na ilha da Taipa; Escola de rapazes na ilha de Coloane para a aprendizagem do chinês (cantonense).(Castro, 1995: 96).

<sup>97</sup> A formação profissional esteve desde cedo muito presente no Seminário onde “*se habilitavam muitos jovens para diferentes uteis misters – na aula de pilotagem bem necessaria n’um tempo em que era muito frequente a navegação entre Macau e outros portos do oriente.*” (Castro, 1995: 72).

<sup>98</sup> O *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau* acolheu e publicou, ao longo da sua existência, para além de temas religiosos (as pastorais, por ex.), trabalhos linguísticos, de crioulística, etnográficos e antropológicos, ao tempo pioneiros nestes domínios de investigação, por exemplo e como amostra: Silva Rêgo, *Influência da Língua Portuguesa na Malaia* (nº35, 1938); P. João José Andrade, *Em Timor. Usos e Costumes*.

<sup>99</sup> Em 1882 um padre jesuíta leva para Macau um professor de música munido de instrumentos necessários para a formação de uma orquestra, que viria a ser a Orquestra do Seminário de S. José que funcionou até à década de 50 do século XX e que chegou a ser constituída por cerca de 26 instrumentistas. O seminário possuía também uma banda. O movimento musical nas diversas paróquias de Macau foi intenso no século XX, pois praticamente todas as igrejas possuíam um coro

A sua experiência como diretor do *Boletim Eclesiástico dos Açores* (1894-1902), abalancaram-no, logo no início do seu episcopado, à criação do *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau* (17/7/1903) que se tornaria um dos periódicos mais relevantes em Macau. “*No interesse do serviço eclesiástico desta diocese, havemos por bem criar [...] o periódico com o título de Boletim do Governo Eclesiástico da Diocese de Macau, que será de ora avante o órgão oficial do governo da diocese no qual serão publicadas as nossas cartas pastorais, provisões, portarias, circulares, ordens, avisos, etc., bem como, em secções competentes, artigos doutriniais, consultas, notícias de interesse religioso, etc.*” (Cardoso, 1997: 19).

O *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau* publicar-se-á em Macau e saindo na primeira quinzena de cada mês. “*Imediatamente a respectiva administração o fará expedir para todos os R.<sup>dos</sup> párocos e missionários da diocese, os quais, depois de lido, o arrecadarão para oportunamente fazerem encadernar em tomos distintos, com o respectivo frontispício, índice e número de ordem*” (Cardoso, 1997: 19-20)<sup>98</sup>.

Outro dos aspetos da atividade que D. João Paulino não descurou foi a música sacra e litúrgica na sua diocese, encetando e promovendo uma reforma musical através da formação de sacerdotes com preparação e sensibilidade musical para os atos litúrgicos e fazendo do Seminário de S. José um centro de formação e desenvolvimento da música, com cursos, orquestra<sup>99</sup>, coros, dinamismo que criou um ambiente musical único nas diversas paróquias de Macau e que se vai refletir na geração seguinte.<sup>100</sup>

Em 1915 iniciou a publicação de *Os Bens das Missões Portuguesas na China*, fruto da sua investigação e da sua atividade pastoral pelas diversas missões da Diocese de Macau e que lhe possibilitou uma forte intervenção política e religiosa.

### 3. O PADROADO PORTUGUÊS

Macau integrava-se numa entidade eclesiástica, o Padroado Português do Oriente, instituído no século XVI, tendo o Estado Português, entre outras prerrogativas, o direito de apresentação dos candidatos a bispos (Reis, 2003: 289). Conhecedor perfeito da história do Padroado e dos diversos problemas que se relacionam com a ação religiosa e patriótica do clero português no Extremo-Oriente<sup>101</sup>, mereceu particular atenção de D. João Paulino a definição da Diocese de Macau, devido à controvérsia gerada sobre a delimitação das áreas sob jurisdição da diocese de Macau e da Prefeitura Apostólica de Cantão, esta sob

ou um grupo de instrumentos. A igreja de S. Lázaro possuía uma excelente banda bem como o orfanato Salesiano. Cf. Gaião, 2012.

<sup>100</sup> Em 6/9/1903, numa cerimónia de entrega de prémios no seminário, presidida por D. João Paulino, foi executado pelos alunos, na abertura da sessão, um hino criado pelo próprio D. João Paulino.

O seu sucessor, D. José da Costa Nunes, empenhou-se e dedicou-se também à renovação da música sacra na sua diocese (cf. Gaião, 2013), para a qual contribuiu o P. Áureo de Castro, grande figura da criação e atividade musical em Macau (cf. Gaião, 2012), os dois naturais da ilha do Pico.

<sup>101</sup> Em *Os Bens das Missões Portuguesas na China*, D. João Paulino passa em revisão os momentos mais críticos da Igreja, entre os quais salienta a expulsão dos jesuítas por decreto do Marquês de Pombal em 1759, com a consequente confiscação dos bens, incluindo o Colégio de S. Paulo (transformado em quartel) que era destinado à preparação do clero para o Japão, permanecendo, apesar de tudo, o Seminário de S. José, recentemente criado, para a educação dos missionários para a China (Castro, 1995)



## Atas 14º colóquio da lusofonia –

jurisdição francesa, questão levantada pelo governo francês junto da Sagrada Congregação de Propaganda. A ação diplomática empreendida pelo bispo de Macau, envolvendo o governo português, francês e a Santa Sé, e após diligências múltiplas, contribuiu para a definição da nova jurisdição efetiva do Bispo de Macau e do novo território diocesano através do decreto pontifício de 3/2/1903, executado em 1908:

“1º - o território do domínio português na China, a saber - Macau e as ilhas da Taipa e Coloane;

2º - todo o distrito de Heung-Shan e algumas ilhas a oeste desse distrito pertencentes ao distrito de San-ui);

3º - toda a prefeitura de Shiu-Hing, compreendendo 12 distritos;

4º - os isentos e as christandades de Singapura e Malaca, constituindo um vicariato geral;

5º - finalmente, a parte da ilha de Timor sujeita ao domínio português, dividida eclesiasticamente em dois vicariatos geraes.” (Castro, 1995: 79)

Foram redefinidos assim os limites da diocese de Macau e da prefeitura apostólica de Cantão: a ilha de Hainão passava para a jurisdição da prefeitura e o distrito de Zhaoqing ficava sob a alçada da diocese de Macau.

Os Bens das Missões Portuguezas na China constituem uma obra metodicamente elaborada, pela compilação de documentos dispersos, fornecendo um manancial de informações (quando se punha em causa a Igreja) sobre a origem dos bens das Missões portuguesas (doações e esmolas dos fiéis), o modo como os bens conseguiram subsistir, atendendo particularmente à situação atual, a administração, o modo de aplicação dos rendimentos às diversas obras espalhadas pela vasta diocese de Macau. (Castro, 1915: III).

Os momentos difíceis com a implantação da República, levam-no a repensar as relações entre o Estado e a Igreja e o papel que a Igreja desempenhava no Extremo Oriente. Em *O Padroado Português no Extremo Oriente e a Lei da Separação do Estado das Igrejas* evidencia, neste texto, a ideia de que a evangelização fora a trave-mestra do processo de expansão da civilização nas nações idólatras e selvagens; enaltece o papel de Macau como centro irradiador da ação missionária no Extremo Oriente, evidenciando a utilidade política da ação missionária portuguesa na China e no Extremo Oriente;

### 4. ENSINO DE LÍNGUAS. ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

No início da evangelização, no século XVI, a necessidade de domínio das línguas nativas, sentida como aprendizagem prévia à evangelização, era uma preocupação constante. A primeira tarefa que era incumbida a cada missionário, ao chegar à missão a que se destinava, era dedicar-se ao estudo intensivo da língua local, uma vez que não a conhecia, ficando os missionários frequentemente “dependentes dos intérpretes para os primeiros contactos com os potenciais convertíveis e para a aprendizagem das línguas orientais. (Ferro, 1998: 387-388)

No Oriente, o ensino das línguas chinesa e japonesa, no colégio de S. Paulo em Macau, assumiu uma importância fundamental para a formação dos missionários destinados à China e ao Japão.

De acordo com Ferro (1998: 392), desenvolveu-se “o recrutamento do clero nativo, que permitia ensinar a língua aos ocidentais, auxiliá-los na missão, no estudo dos textos religiosos hereges, nas traduções dos textos cristãos e no confronto com os clérigos autóctones.”

Também D. João Paulino, na continuação desta prática ligada à evangelização, achava premente a aprendizagem das línguas locais, seguindo e defendendo a estratégia do estudo das línguas locais aplicada ao terreno missionário por parte dos jesuítas a quem reconhecia e elogiava o grande papel na evangelização, nos séculos passados.

Ao longo das visitas pastorais efetuadas e com a amplitude da sua ação, percorrendo o extenso e por vezes longínquos territórios da sua Diocese, o bispo de Macau teve a possibilidade de observar que alguns missionários não falavam a língua da região evangelizada, nem se preocupavam ou manifestavam interesse em aprender/estudar as línguas nativas consideradas fundamentais para o exercício do ministério missionário, o que não contribuía para uma evangelização eficaz.

Neste sentido, considerou oportuna a criação no Seminário de aulas de línguas nativas, inseridas na formação do clero destinado às missões, de forma que, ao chegarem aos locais do seu múnus pastoral, estivessem munidos dos conhecimentos mínimos para poderem missionar na língua dos nativos.

Este plano era fundamental para as missões da China e de Timor, onde existia uma pluralidade de línguas<sup>102</sup>, mas também para o território de Macau, onde a maioria da população só falava chinês (cantonense).

Por julgar necessário, e para o interesse da expansão da Religião Católica, considerou premente a criação da lecionação das línguas nativas no Seminário, lugar onde se fazia a preparação dos missionários para as missões em que não era falado o português, determinando o seguinte:

“Art. 1 – São criadas duas aulas para o ensino das duas principais línguas faladas na ilha de Timor na parte sujeita à nossa jurisdição, a saber *Tétum* e o *Galoli*.

Art. 2 – O ensino destas duas línguas bem como o do inglês e do chinês cantonense já professado no Seminário, será obrigatório para os alunos que se dedicam ao estado sacerdotal, conforme o país de missão para que forem destinados.” (Cardoso, 1997: 37).

Para a aprendizagem das línguas e para o processo de evangelização, a construção de materiais para apoio ao ensino, bem como a elaboração de catecismos nas línguas locais e outros materiais de apoio religioso, eram fundamentais. Por isso saudou com entusiasmo a publicação do dicionário “Portuguez-Galoli”, publicado no *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau* (27/7/1905) (Cardoso, 1997: 38), bem como do catecismo em português e Galoli, “obra aprimorada em todo o sentido”, sendo de grande alcance e proveito para a população de Timor, bem como para os missionários destinados à evangelização deste território (Boletim, Jan/1904: 130) (Cardoso, 1997: 38).

<sup>102</sup> A extensão e a distribuição por vários espaços contribuem para que fossem faladas pelo menos 21 línguas e dialetos na Diocese de Macau (no início do século XX): Português, Inglês, Puntí (cantonense), Hakka e Haklo (dialetos chineses), cristão (dialeto português falado em Singapura e

Malaca)” e as 14 línguas ou dialetos falados em Timor<sup>102</sup>, pois falam-se várias línguas ou dialetos, Tetum, Galóli, Idaté Macassai, Huimá, Dagadá, Midic, Naumic, Nauete, Bunác, Vaiqueno, Mambae, Tucuded, Kêmac e Lacalei” (Cf Gaião, 2013).



## Atas 14º colóquio da lusofonia –

De igual modo, é com regozijo que D. João Paulino regista e faz a resenha dos trabalhos linguísticos, litúrgicos e catequéticos redigidos nos dialetos mais conhecidos e falados em Timor que fazem “*ler o selvagem, e pela leitura incutir-lhe na alma as grandes idéas da Fé e as santas máximas da Moral Christã*” (Castro, 1995: 190), trabalhos publicados em Macau e na maioria na Tipografia do Seminário de S. José e que revelam o grande empenhamento e a capacidade de trabalho da parte do clero da diocese de Macau:

- P. Sebastião M<sup>a</sup> Aparício da Silva, *Catecismo da doutrina christã em tétum*, 1885; *Diccionario Portuguez-Tetum*, 1889.

- Rdo. Manuel M<sup>a</sup> Alves da Silva, *Noções de Grammatica Galoli*, 1900; *Catecismo da doutrina christã em portuguez e galoli*, 1903; *Compendio em galóli de orações quotidianas e Comunhão* (com uma lição de doutrina em macaçãe (dialeto de Vinilale) e o *decálogo em macaçãe e midic* (dialeto de Leclibáto); *Evangelhos das domingos e outras festas do anno* (em portuguez e Galoli), 1902; *Diccionario Portuguez Galoli*, 1905; *Noticia da Aparição da Virgem M<sup>a</sup> Nossa Senhora nas montanhas de La Salette* (em Galoli), 1888; *Methodo para ouvir missa*, meditando na Paixão de Nosso Senhor Jesus Christo, destinado aos christãos de Manatuto e Lacló, 1888. (Castro, 1995).

- Rdo. P. Manuel Fernandes Ferreira, S. J., *Resumo de História Sagrada em portuguez e tétum*, 1906; *Pequeno Catecismo e orações para todos os dias* (em tétum e portuguez), 1907. Rdo. P. Manuel Mendes Larangeira, *Cartilha – Tetum.103* (Castro, 1995)

O ensino da língua chinesa estava integrado no mesmo espírito. No Seminário, desde a sua fundação, ensinava-se esta língua para a preparação do clero destinado à China, ensino com forte tradição, salientando, o bispo, a importância da “*aula da língua e litteratura sínica, onde se instruíam allem dos jovens destinados às missões, outros que exerceram com distincção os lugares d’interpretes do Leal Senado;*” (Castro: 1995), procurando simultaneamente incentivar os estudos sinólogos. **104**

Por outro lado, o novo mundo que começava a despontar exigia a comunicação noutras línguas, principalmente a língua inglesa que se estava afirmando como língua de comunicação universal (nos negócios, nas transações comerciais, no domínio da economia), e, no caso de Macau, por ser a língua falada na vizinha colonia inglesa de Hong Kong que exercia uma enorme atração sobre a população de Macau, principalmente sobre a comunidade macaense.

Sendo de grande utilidade e proveito para os jovens chineses habitantes da cidade de Macau o ensino da língua inglesa ministrado por pessoas que saibam a língua chinesa, “*havemos por bem criar no nosso seminário uma aula daquela língua, que será regida por algum dos professores do seminário, idóneo para tal ensino*” (Cardoso, 1997: 35).

Mesmo tratando-se de uma instituição eclesiástica, eram admitidos alunos que não seguissem a religião católica, sendo apenas “exigido na aula o respeito devido àquela augusta Religião.” (Cardoso, 1997: 35).

No Colégio de Santa Rosa de Lima observa como o *inglês, o francês e o alemão* são proficientemente ensinados por professoras de nacionalidade, [...] e *salienta como a prática é fundamental na aprendizagem das línguas vivas, através do convívio com as professoras, por parte de muitas alunas internas ou semi-internas* (Cardoso, 1997: 278).

Mas a atenção mais vincada de D. João foi o ensino da língua portuguesa. Numa alocução no Colégio de Santa Rosa de Lima (31/1/1910) refere o estado do ensino da língua portuguesa neste estabelecimento: “*A língua materna ensina-se [no Colégio] nas quatro classes de instrução primária e nas duas primeiras de português do ensino liceal, conforme os programas oficiais*”, aplaudindo as professoras pelo esmero e pelo rigor “para que as alunas aproveitem as lições do belo idioma pátrio, empenhando-se em corrigir os defeituosos hábitos do dialeto local” (Cardoso, 1997: 278), referência às marcas do falar crioulo da comunidade macaense no momento em que estava em franco declínio, pela descrioulização em curso.

Do mesmo modo se refere ao ensino da língua portuguesa no seminário: “*A língua portuguesa, especialmente, é esmeradamente cultivada tanto pelos professores, entre os quaes se contam literatos distinctos, como pelos alunos, chegando mesmo os chinas a falar e escrever com muita correção e até com muita elegância a língua de Camões;*” (Castro, 1995: 83)

As Missões realizam um fim não só religioso mas também patriótico, pois em todos os pontos por onde se estende a jurisdição do bispo de Macau, se fala e ensina a língua portuguesa e se criam instituições com património pertencente aos Bens das Missões. (Castro, 1995)

É na Pastoral *Estudo da Língua Portuguesa e amor à Pátria* **105** (8/9/1906), dedicada à língua portuguesa, que D. João Paulino pretende motivar os portugueses e nomeadamente a comunidade macaense para a aprendizagem da língua: “...*conhecido por experiência que nos filhos desta terra oriundos de famílias portuguesas se vai manifestando pronunciada tendência para não se instruírem no conhecimento da língua de seus pais, a pretexto de que têm necessidade de estudar outras que mais probabilidade oferecem de lhes granjearem uma posição social vantajosa, um meio de vida definido e rendoso;* ) (Castro, 1996: 99).

Para melhor compreensão da situação, convém referir que em 1841 foi estabelecida a concessão da ilha de Hong Kong e ocupada pelas forças britânicas, momento a partir do qual se começou a desenvolver um movimento migratório para Hong Kong de diversas partes e nomeadamente dos portugueses de Macau, (pela proximidade geográfica) além de chineses e britânicos, devido às condições políticas, económicas e sociais que a colónia oferecia, novo espaço económico emergente, gradual e forte entreposto comercial, pelo porto franco e liberdade de comércio, tendo as principais casas comerciais chinesas e britânicas, com funcionários e dinheiro, sido transferidas de Cantão e de Macau para esta ilha (Dias, 2014).

A população macaense, mantendo os seus traços culturais (a prática da religião católica, os casamentos dentro da sua comunidade), com um bom domínio da língua

**103** D. João Paulino refere ainda uma série de trabalhos de que tem conhecimento, inéditos na altura, e que evidenciam a vitalidade dos estudos das línguas nativas e a preocupação com a evangelização nas línguas locais: *Diccionario de Tetum* (P. Manuel Mendes Larangeira); *Catecismo na língua d’Ockussi* (P. Manuel Calisto Duarte Neto); *Historia Sagrada em Galoli* (Rdo P. Pedro do Vale); *Vocabulario em Tocodede*, falado em Maubara (P. Manuel Martins Pereira).

**104** Entre os sinólogos, D. João Paulino salienta o P. Joaquim Afonso Gonçalves, autor de diversas publicações: *Diccionario Portuguez-China*, *Lexicon Manuale Latino-Sinicum*, *Lexicon Magnum Latino-Sinicum*, *Grammatica Latina ad usum sinensium juvenum*.

**105** Vide Grosso (2009).

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

inglesa e do cantonense, desempenhava as funções de empregados de comércio, contabilistas, cambistas e intérpretes, nas casas comerciais e outras funções na área da administração colonial e da justiça. (Dias, 2014: 261)

Deste modo o apelo da Língua inglesa tornou-se dominante, e a aprendizagem do português tornou-se dispensável, não só em Hong Kong mas até em Macau. Assim se compreende a atitude de D. João Paulino, seguida de várias iniciativas no reforço do ensino da língua portuguesa.

O desinteresse pela língua portuguesa relaciona-o D. João Paulino com o “arrefecimento do amor pátrio”, sentimento nobre e sublime que se enraíza, vive, cresce e se desenvolve com as primeiras noções e os primeiros afetos. Para ele o sentimento de amor pátrio está ligado ao seio da família onde nascemos, à terra, ao “*solo que pisámos, das formosas paisagens que primeiro atraíram e deslumbraram nossas vistas, do sol que doirou os primeiros dias da nossa existência*” (Castro, 1996: 100), aos amigos e companheiros da escola, ao povo com as leis comuns, com a mesma religião e a mesma língua e a mesma cultura.

São estes laços que desenvolvem e fortalecem este nobre sentimento” pois a pátria é o “... *torrão em que nasceu, essa grande coletividade no meio da qual viveu, desenvolveu e aperfeiçoou as suas faculdades, protegido pelas suas leis, amparado por seu governo paternal, instruído em suas escolas, e formado pelas suas múltiplas instituições* ...” (Castro, 1996: 102).

De todos os vínculos da nacionalidade, solo onde se nasce e vive, leis e governo, comunhão de interesses, semelhança de costumes e de tendências, a religião como união na mesma fé, as tradições comuns, o património herdado, considera que a língua com que todos comunicam e todos se entendem constitui o elo mais forte, a par das tradições e da religião, exemplificando com a diáspora dos judeus.

O bispo lembra na 1ª Pastoral ao chegar a Macau (16/7/1903) como a língua e a fé criaram este sentimento:

*”foi isto o que tivemos a indizível satisfação de ver e observar nas Índias e na Península de Malaca, onde os cristãos se gloriam de terem recebido dos portugueses os ensinamentos da fé, a tal ponto que, mesmo em país de dominação estrangeira, ainda falam o português, ao menos nos atos religiosos, na prédica e exercícios de devoção nas igrejas e nas orações do culto privado em família. Os religiosos habitantes de Malaca não querem falar outra língua senão o seu português, ainda que muito adulterado, porque dizem eles, é o falar cristão”* (Cardoso, 1996: 36-37).

Todo o homem tem de promover, desenvolver e aperfeiçoar o seu ser através do exercício harmónico e integral das suas faculdades. “*A faculdade de falar que existe potencialmente radicada no fundo da natureza humana, atua-se, completa-se e aperfeiçoa-se pelo exercício, primeiramente no seio amoroso da família, sob o terno olhar e por entre as carícias de nossas mães, depois na escola sob a direção de nossos mestres, e mais tarde no convívio do mundo, especialmente no trato com os homens sábios.*” (Castro, 1996: 105)

D. João Paulino salienta o carácter ético da linguagem, pois foi através dela que fomos encaminhados e educados para a verdade, para o bem e para a virtude, enaltece a sua estética por ser uma das mais belas, mais suaves, mais ricas e mais perfeitas, e a riqueza semântica da língua portuguesa: “*uma das mais adequadas à fixação e à expressão*

*do pensamento em todas as suas múltiplas variedades e modos [...] uma das que melhor se prestam a promover o desenvolvimento intelectual e moral do homem, o progresso e o aperfeiçoamento das ciências e das artes”* (Castro, 1996: 106), língua que criou obras-primas da literatura (Camões, Vieira, Bernardes, Garrett ...), “*sóis que brilham no firmamento das letras pátrias, através do invólucro brilhante da forma, transluzem conceitos sublimes que seduzem as imaginações, enchem de vida as almas, e fazem vibrar de nobre entusiasmo os corações!*” (Castro, 1996: 107)

Para mostrar a importância e a necessidade de aprendizagem, enumera os fortes motivos para os portugueses se interessarem pelo estudo da língua portuguesa:

1. A primeira língua falada por povos civilizados;
2. Língua de um povo grande;
3. Uma das línguas mais universalmente faladas: Europa, África ocidental e oriental, Ásia (desde o Indo até ao Império do Sol Nascente), América do Norte (do Atlântico ao Pacífico), América do Sul (Brasil) e até na Oceânia (Timor)
4. A língua do povo que ensinou o caminho marítimo para o Oriente
5. A língua do povo que manteve relações amigáveis com a China e o Japão;
6. A língua dos missionários que levaram a fé até ao Extremo Oriente.

Por isso propõe para todas as escolas e colégios dependentes da Igreja Católica prémios que estimulem e incentivem os jovens a aprender português:

“1.º São criados dois prémios pecuniários de \$40,00 cada um, denominados – “*Prémio Rei de Portugal*” e “*Prémio Rainha de Portugal*”.

2.º Estes prémios serão anualmente divididos e distribuídos do seguinte modo:

(a) Do *Prémio Rei de Portugal* serão dadas: I. \$ 40,00 ao aluno do Seminário diocesano que mais se distinguir no exame final do curso de português; II. \$ 30,00 ao aluno do mesmo estabelecimento mais distinto no exame final da instrução primária (2º grau); III. \$ 70,00 serão divididas em partes iguais que constituirão outros tantos prémios para os três alunos chineses do “*Orfanato da Imaculada Conceição*”, da “*Escola de S. Francisco Xavier*” e da “*Casa de Beneficência*” que mais se distinguirem no exame de português final.

(b) Do *Prémio Rainha de Portugal* serão dados: I. dois prémios de \$ 40,00 cada um às duas alunas do “*Colégio de Santa Rosa de Lima*” e da “*Casa de Beneficência*”, que mais se distinguirem no exame final do curso de português; II. Dois prémios de \$ 30,00 cada um às duas alunas dos mesmos estabelecimentos que mais se distinguirem no exame final da instrução primária (2º grau).

& Único. Quando em qualquer dos estabelecimentos não haja aluno ou aluna que mereça algum dos prémios, a importância deste será proporcionalmente dividida pelos premiados do mesmo grupo.

3.º Este prémios só poderão ser dados a alunos não europeus, pois que aos alunos europeus não faltam estímulos para se instruírem na língua da mãe pátria.

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

4.º Oportunamente, em cada ano serão dadas por Nós ou por quem Nos represente as necessárias providências para que aos superiores dos estabelecimentos sejam entregues as quantias destinadas a cada um.

5.º Estas Nossas determinações serão de efeito permanente e perdurarão enquanto não for mandado o contrário.” (Cardoso, 1996: 116-117)

### 5. CONCLUSÃO

A dedicação às Missões e ao ensino, para além da propagação da fé e da formação da população, têm para o bispo das Lajes um carácter político, nacional e de sentimento pátrio: “Com efeito, além da perfeição do ensino, especialmente das línguas mais apreciadas no Extremo Oriente, e sobretudo do ensino e difusão da língua portuguesa, teve-se em vista com isso neutralizar certa propaganda de descrédito movida contra a colónia por aventureiros que impunemente ahí trabalhavam na desnacionalização dela, e que infelizmente encontraram o campo disposto para trabalharem á vontade em proveito da sua causa.” (Castro, 1995: 98)

### 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Cardoso, Tomás Bettencourt (coord.) (1997). *Textos de D. João Paulino, Provisões e outros escritos*, vol. I. Macau: Fundação Macau.

Cardoso, Tomás Bettencourt (coord.) (1996). *Textos de D. João Paulino, Pastorais*. Macau: Fundação Macau.

Castro, D. João Paulino de Azevedo e (1995). *Os Bens das Missões Portuguezas na China*. Edição fac-similada. Macau: Fundação Macau.

Castro, D. João Paulino (1996). “Estudo da Língua Portuguesa e amor à Pátria”. In Cardoso (coord.) *Textos de D. João Paulino, Pastorais*. Macau: Fundação Macau. 98-118.

Dias, Alfredo Gomes (2014). *Diáspora Macaense. Macau, Hong Kong, Xangai (1850-1952)*. Centro Científico e Cultural de Macau, I. P.; Fundação Macau.

Ferro, J. Pedro (1998). “Os Contactos Linguísticos e a Expansão da Língua Portuguesa”. In A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente, Em Torno de Macau*, 1º vol., Tomo 1. Lisboa: Fundação Oriente, 351 – 459.

Figueiredo, Fernando (2003). “Timor (1910-1955)”. In A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente, Macau e Timor no período republicano*, 4º vol. Lisboa: Fundação Oriente, 521-282.

Gaião, Raul Leal (2012). “Açorianos em Macau – Áureo da Costa Nunes e Castro: da atividade pastoral à criação musical”. In *Atas XVIII Colóquio da Lusofonia*, 5-7/10/2012. CD-ROM ISBN: 978-989-95641-9-0.

Gaião, Raul Leal (2013). “Açorianos em Macau – D. José da Costa Nunes: O Missionário do Oriente – Evangelização e Aprendizagem de Línguas”. In *Atas XX Colóquio da Lusofonia*, 16-18/10/2013.

Grosso, Mª José (2009). “Um olhar açoriano sobre Macau”. In *Atas 4º Encontro da Lusofonia*, 31/3-4/4/2009. Lagoa, Açores. ISBN: 978-989-95641-1-7.

Reis, Célia (2003). “Religião e Culto”. In A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente, Macau e Timor no período republicano*, 4º vol. Lisboa: Fundação Oriente, 287-347.

### 7. ANEXO

*D. João Paulino de Azevedo e Castro: dados biográficos:*

- 4/2/1852 - Nascimento (Lajes do Pico).

- 1869 – 1874 – Liceu da Horta.

- 1875 – Curso de Teologia – Universidade de Coimbra.

- 7/1879 – Conclusão do Curso de Teologia – Universidade de Coimbra.

- 31/8/1879 – Ordenação sacerdotal em Angra do Heroísmo.

- 14/9/1879 – Primeira missa – Igreja Matriz das Lajes.

- 1879 – Professor de Teologia, Filosofia, História Eclesiástica e Direito Canónico no Seminário de Angra.

- 1889 – Cônego do Cabide da Sé de Angra.

- 1890 – Tesoureiro-mor da Sé.

- 1894-1902 – Diretor do *Boletim Eclesiástico dos Açores*.

- 1901 – Arcebispo.

- 9/6/1902 – Eleito Bispo de Macau pela bula do papa Leão XIII.

- 27/12/1902 – Sagração Episcopal (em Angra do Heroísmo).

- 6/2/1903 – Partida para Lisboa com destino a Macau.

- 23/3/1903 – Partida para Macau.

- 4/6/1903 – Tomada de posse da Diocese de Macau.

- 17/7/1903 – Funda o *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*.

- 17/11/1903 – Recebe as Franciscanas Missionárias de Mª a quem entrega o Colégio de Santa Rosa de Lima.

- 1903 – Recebe os Salesianos.

- 1902 - 1918 – Bispo de Macau.

- 1904 - Visita às missões de Malaca e Singapura.

- 9/8/1905 – 5/12/1905 - Visita a Timor.

- 1906 - Visita a Hainan.

- 1906 - Funda o *Orfanato da Imaculada Conceição* (Macau), confiado à administração dos Salesianos.

- 1917 – Publicação de *Os Bens das Missões Portuguezas na China*.

- 17/2/1918 – Falecimento em Macau.

- 6/2/1923 – Trasladação dos restos mortais para as Lajes – Pico.

### 39. ROLF KEMMLER, ALEMANHA

*Rolf Kemmler*, Natural de Reutlingen (Alemanha), é investigador da área da historiografia linguística do Centro de Estudos em Letras (CEL) da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD, Vila Real), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, desde julho de 2009.

Doutorado em Filologia Românica (Dr. phil.) pela Universidade de Bremen em 2005 (Alemanha), com a tese intitulada *A Academia Orthográfica Portuguesa na Lisboa do Século das Luzes: Vida, obras e atividades de João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811)*, publicada em 2007.



## Atas 14º colóquio da lusofonia –



Mestre (M.A.) em Filologia Românica desde 1997 pela Eberhard-Karls Universität de Tübingen (Alemanha) com uma tese intitulada *Esboço para uma História da Ortografia Portuguesa* (publicada em 2001 como artigo na revista Lusorama sob o título «Para uma História da Ortografia Portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911»).

Com grande número de publicações dedicadas à disciplina da historiografia linguística desde 1996, é especialista nas áreas da história da ortografia da língua portuguesa desde o século XVI e da história da gramaticografia portuguesa e latino-portuguesa dos séculos XVI-XIX.

Rolf Kemmler é membro do Instituto Cultural de Ponta Delgada (ICPD) e do Instituto Açoriano de Cultura (IAC).

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

TOMA PARTE NOS COLÓQUIOS DESDE BRAGANÇA 2010, MACAU E SANTA MARIA 2011, LAGOA E GALIZA 2012, MAIA e SEIA 2013, MOINHOS 2014.

PERTENCE AO SECRETARIADO EXECUTIVO DO 22º COLÓQUIO,

MODERA SESSÕES

### TEMA 2.6. AFINAL, QUEM SÃO OS DONOS DA ORTOGRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA? 2 ROLF KEMMLER (VILA REAL)\*

#### 1 Introdução

Depois do ato formal de assinatura em Lisboa em 16 de dezembro de 1990, foi após algumas vicissitudes que o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* (AOLP 1990) passou a entrar em vigor em Portugal no dia 1 de janeiro de 2012, isto apesar de a 'nova' convenção ortográfica já ter sido ratificada no dia 4 de junho 1991. No entanto, a própria natureza do

documento legal deixa claro que se deve ter consciência do facto de a referida data de entrada em vigor ser vinculativa somente para os agentes do ensino público e a função pública na sua generalidade.

Apesar disso, sabe-se que boa parte dos meios de comunicação social em Portugal já aderiu mesmo antes da medida pelo governo português (cf. Kemmler, 2011a: 294-295) – o que aconteceu sem a existência de qualquer vínculo legal obrigatório ao sistema ortográfico oficializado pelo Estado Português.

É inegável que houve, ao longo dos últimos anos, várias medidas tanto públicas como particulares para uma adoção e implementação do AOLP (1990) não somente em Portugal, como também no Brasil (onde o AOLP 1990 consta encontrar-se largamente implementado desde 1 de janeiro de 2009, apesar da recente mudança da data definitiva de obrigatoriedade para 1 de janeiro de 2016) e nos outros países signatários (hoje países membros da CPLP).

Tivemos ocasião de demonstrar ao longo de várias publicações, dedicadas ao passado remoto e à atualidade desta reforma ortográfica mais recente (entre as quais se destacam Kemmler, 2001, 2009, 2011a, 2011b), que, pelo menos, desde o ponto de vista histórico, a questão ortográfica sempre esteve sujeita a vicissitudes políticas, que fizeram com que, na realidade, os acordos ortográficos de 1931 e 1945 levassem tanto ao fracasso, como a tentativa para um acordo em 1986. Somente o que se pode chamar de 'pequeno acordo ortográfico' de 1971/1973 não sofreu qualquer contratempo, alterando os respetivos sistemas ortográficos de 1943 (no Brasil) e 1945 (em Portugal).

A menos de um ano antes da data-limite legal da obrigatoriedade definitiva do atual 'código da escrita' em Portugal (a partir de 13 de maio de 2015), em semelhança ao 'Velho do Restelo' camoniano persistem as vozes que se manifestam contra o AOLP (1990), pretendendo manter-se fiel às normas do regime ortográfico anterior de 1945/1973, promulgado pelos respetivos governos de António de Oliveira Salazar e de Marcello Caetano. Face, enfim, às incessantes reivindicações que visam uma participação mais ampla em decisões em matéria ortográfica, convém abordar a questão a quem, afinal, 'pertence' a ortografia da língua portuguesa e a quem cabe tomar decisões sobre ela. A nossa perspetiva incide sobretudo sobre a situação portuguesa, extensiva, em última medida e por força de convénios internacionais devidamente ratificados, para os países membros da CPLP no atinente ao AOLP (1990).

#### 2 O que é ortografia, de onde vem e a quem é que pertence?

Como derivado do composto do adjetivo grego ὀρθός (reto, correto) e do verbo γράφειν (escrever), o termo greco-latino *orthographia* costuma ser usado na gramaticografia latina e latino-portuguesa desde a antiguidade clássica para designar uma das quatro partes da gramática, nomeadamente aquela parte que se dedica à escrita. Em 1540, a *Grammatica da lingua Portuguesa* de João de Barros (ca. 1496-1570/71) ofereceu-nos um primeiro esforço definatório em língua portuguesa: *Esta palavra, Orthografia, é grega: quer dizer ciência de escrever dereitamente* (Barros, 1971: fol. 40 r.).

Na sua definição, o gramático quincentista relaciona a origem greco-latina do termo metalinguístico português com a característica de ser uma ciência, nomeadamente a de escrever corretamente. Sem qualquer tentativa de justificar a origem das ideias ortográficas que vem manifestando em seguida, Barros introduz o elemento normativo através do



## Atas 14º colóquio da lusofonia –

advérbio 'direitamente' no sentido de 'escrever certo', paradigmática para a maioria das definições dos séculos vindouros.

Apesar da existência de um número considerável de manuais metaortográficos que foram sendo publicados desde o século XVI até finais do século XIX, pode-se constatar que não existia qualquer sistema 'ortográfico' no sentido mais exato da palavra, pois verificava-se a coexistência de vários sistemas gráficos, orientados, ou não, pelos tratados que se encontravam disponíveis no mercado livreiro. No que respeita à língua portuguesa naquele período, podemos, portanto, falar de uma coexistência e coocorrência de vários 'códigos da escrita'. Esta situação encontra-se melhor descrita na *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* de Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816):

### Da Orthographia, ou boa Escripura da Lingua Portugueza.

*A Orthographia he a Arte de escrever certo, isto he, de representar exactamente aos olhos por meio dos caracteres Litteraes do Alphabeto Nacional, os sons, nem mais nem menos, de qualquer vocabulo, e na mesma ordem, com que se pronuncia no uso vivo da Lingua: ou bem assim os que o mesmo vocabulo em outro tempo teve nas Linguas mortas, donde o houvemos. Assim o vocabulo Ortografia, escripto por este modo, representa ao justo os sons de sua pronunciação viva na Lingua Portugueza. Porém escripto, como se vê ao principio, representa, não so os sons, que tem presentemente, mas tambem os que teve em outro tempo no uso vivo da Lingua Grega, donde o houvemos.*

*A primeira Orthographia chama-se da Pronunciação; porque não emprega caracteres alguns ociosos e sem valor: mas tão somente os que correspondem aos sons vivos da Lingua. A segunda chama-se Etymologica, ou de Diriução; porque admite letras, que presentemente não tem outro prestimo senão para mostrar a origem das palavras. Entre estas duas Orthographias caminha a usual, assim chamada, porque não tem outra auctoridade se não a do uso presente e dominante; ja para seguir as Etymologias, e introduzir arbitrariamente escripturas mui alheas da pronunciação presente; ja para não fazer caso da dirivação mesma, e incoherente em seus procedimentos escrever, por ex: He, Huma com H, que não ha na origem Latina; e Filosofia, e Fyzica com F e Z, que não ha nas palavras Gregas. Ja se vê que as Orthographias, Etymologica e Usual estão totalmente fóra do alcance do Povo illiterato. Porque nenhuma regra segura se lhe póde dar, ou elle perceber para deixar de errar a cada passo, que não seja a de largar a penna a qualquer palavra, que queira escrever, para consultar o vocabulario da Lingua (Barbosa 1822: 56-57 em Coelho 2013: 284-285).*

Na senda do ortógrafo setecentista João de Morais Madureira Feijó (1688-1741), Barbosa caracteriza a ortografia como 'arte', ou seja, equipara-a com a gramática, assim designada por fazer parte das sete artes liberais da formação escolar clássica e medieval. Barbosa não somente reconhece os dois sistemas ortográficos antagónicos da 'Pronunciação' (que segue tendências fonetizantes) e 'Etymologica' (que segue tendências etimologizantes), mas também apresenta um terceiro sistema, designado pela primeira vez como 'usual'. Este último sistema ortográfico essencialmente constitui uma mistura não codificada dos dois sistemas anteriores.

### 3 A ortografia como objeto de legislação (1897-1943)

Para a nossa perspetiva de investigar a 'propriedade' da ortografia simplificada, julgamos conveniente proceder a um breve estudo das primeiras medidas legislativas em matéria ortográfica. Se bem que os acordos bi- e plurilaterais mais recentes (1971/1973, 1991) não se refiram ao documento, convém ter em mente que o acordo de 1945 (resultado da *Conferência interacadémica de Lisboa para a unificação ortográfica da língua portuguesa*) direta e explicitamente deriva da *Convenção Ortográfica Luso-Brasileira* de 1943 que apresentaremos brevemente no fim deste capítulo.

#### 3.1 A ortografia usual na monarquia constitucional

Em plena monarquia constitucional, o estado português somente começou a preocupar-se com uma escolha do sistema ortográfico desde finais do século XIX. Foi o Presidente do Conselho progressista José Luciano de Castro Pereira Corte-Real (1834-1914; no governo de 1897-1900) que se encarregou do assunto ao declarar, na portaria de 24 de setembro de 1897 (publicada nesse dia no *Diário do Governo*, cf. *Portaria* 1897) que, em publicações de ensino, não poderia ser empregue nenhuma ortografia reformada sem prévia consulta, sendo a única norma aceitável a *ortografia usual*:

*Direção geral de instrucção publica*

##### 3.ª Repartição

*Constando que por meio dos livros e textos destinados ao ensino se procura n'alguns estabelecimentos de instrucção publica introduzir e impor arbitrariamente, sem consulta nem auctorisação competente, systemas ou reformas de orthographia e até de prosodia portugueza e latina, e que, independentemente das rasões doutrinarias que possam fundamentar taes innovações, a propria carencia de regular verificação e adoção d'ellas e os processos por que pretendem fazer-se adotar podem produzir, e estão já produzindo, graves perturbações e embaraços á regularidade e até á boa disciplina academica: ha por bem Sua Magestade El-Rei mandar declarar ao reitor da universidade de Coimbra e aos diretores das mais escolas superiores, bem como aos reitores dos lyceus e commissarios de estudos, que não podem ser permittidas e devem ser cohibidas taes innovações ou reformas no ensino official, sem previo exame, consulta ou auctorisação das estações competentes, que o governo se reserva ouvir quando e como tenha por conveniente.*

*Outrosim manda o mesmo agosto senhor declarar ao administrador da imprensa nacional e aos chefes das mais officinas typographicas do estado, que 3 [sic] composição de quasquer livros ou textos em portuguez ou latim, que n'essas officinas se fizer com o destino ao ensino publico, devem conservar e manter a orthographia usual, com inteira exclusão de qualquer systema não regularmente adotado e reconhecido.*

*Paço, em 20 de setembro de 1897. = José Luciano de Castro (Portaria 1897).*

*Visto que o diploma não veio especificar nenhum sistema ortográfico como conjunto sistemático de regras metalinguísticas, foi quase três anos mais tarde que o Presidente do Conselho regenerador Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro (1849-1907; no governo de 1900-1904) considerou necessário 'esclarecer' o conceito de ortografia usual como se vê na seguinte Portaria (1901):*

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

### 2.ª Repartição

Tendo-se apresentado algumas duvidas de interpretação da portaria de 20 de setembro de 1897; e sendo, por isso, conveniente esclarece-la para seu inteiro cumprimento: manda Sua Magestade a Rainha, Regente em nome de El-Rei, que, pela Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino, se declare o seguinte: define-se orthographia usual a que está exarada nos mais auctorizados dictionarios contemporaneos da lingua portuguesa e tem sido usada pelos nossos principaes auctores classicos modernos. Os auctores que não se conformarem com esta orthographia, assim o podem declarar, sendo-lhes permitido doscutir em notas succinctas a orthographia que preferem. Outrosim manda o mesmo augusto senhor declarar ao administrador da imprensa nacional e aos chefes das mais officinas typographicas do estado, que 3 [sic] composição de quasquer livros ou textos em portuguez ou latim, que n'essas officinas se fizer com o destino ao ensino publico, devem conservar e manter a orthographia usual, com inteira exclusão de qualquer systema não regularmente adotado e reconhecido.

Paço, em 1 de fevereiro de 1901. = Ernesto Rudolpho Hintze Ribeiro. (Portaria 1901).

Ficou assim estabelecida como 'norma' vinculativa a da 'ortografia usual'. No entanto, parece tão evidente como problemático que os governantes não se preocuparam grandemente com a necessidade de uma fixação de regras metaortográficas propriamente ditas que pudessem servir como catálogo de regras obrigatórias.

### 3.2 A ortografia oficial simplificada em Portugal (1911)106

No rescaldo, porém, da criação da primeira República Portuguesa, surgiu entre as forças republicanas o desejo de uma simplificação e unificação da ortografia, para a qual se propuseram vários trabalhos relevantes do foneticista e académico Aniceto dos Reis Gonçalves Viana (1840-1914). Pelo menos desde 1885, este filólogo vinha lutando incessantemente no sentido de conseguir uma simplificação do sistema ortográfico português.

O projeto de uma reforma ortográfica oficial foi iniciado por José António Dias Coelho, empregado da Imprensa Nacional e amigo pessoal de Gonçalves Viana, que solicitou, em 17 de dezembro de 1910, a Luís Carlos Guedes Derouet, o então administrador-geral dessa empresa, que, face ao caos ortográfico existente nas publicações da empresa – e mesmo no órgão oficial *Diário do Governo* – fossem feitas as devidas diligências para estabelecer-se uma ortografia única, de preferência o sistema estabelecido por Gonçalves Viana (Bases 1911: 4-5).

Derouet atendeu ao pedido de Coelho e, devido à sua iniciativa, o Ministro do Interior António José de Almeida nomeou, com portaria de 15 de fevereiro de 1911, uma Comissão incumbida do estabelecimento de uma ortografia oficial e única. Faziam parte desta Comissão os principais filólogos portugueses do tempo, nomeadamente Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, António Cândido de Figueiredo, Francisco Adolfo Coelho e José Leite de Vasconcelos.

Estes elementos da Comissão decidiram, na primeira sessão de 15 de março de 1911, convocar outros seis vogais, nomeadamente Augusto Epifânio da Silva Dias,<sup>107</sup> Manuel Borges Grainha, António José Gonçalves Guimarães, Júlio Moreira, José Joaquim Nunes e António Garcia Ribeiro de Vasconcelos.

Ao trabalhar com base nas obras de Gonçalves Viana, mas sobretudo no *Questionário*, a Comissão reuniu-se semanalmente, até ao fim dos trabalhos em 23 de agosto de 1911.

Na resultante portaria de 1 de setembro (Bases 1911: 5-6) o ministro mandou publicar o relatório da Comissão, sendo publicados este e as bases da nova ortografia tanto no *Diário do Governo*, na portaria de 12 de setembro de 1911 (*Relatório* 1911), como numa separata com caráter oficial (Bases 1911). Ordenou ainda que fosse adotado o sistema ortográfico proposto, estabelecendo um prazo máximo de três anos para a sua adaptação em livros de ensino. A Comissão, por fim, não foi desfeita, mas deveria manter-se a fim de responder a qualquer dúvida no futuro.

Visto que a portaria tornou obrigatória a adoção do novo regime ortográfico «[...] em todas as escolas, e bem assim nos documentos e publicações oficiais [...]» (Bases, 1911: 6) não será descabido falar-se da criação de um novo 'código da escrita' que substitua a coexistência algo caótica de inúmeros 'códigos da escrita' de cariz individual. Evidentemente, este código mais recente servia para ser utilizado por todos os portugueses. Não pode, porém, haver dúvida que o novo regime ortográfico desde sempre foi concebido para ter natureza obrigatória

- a) nas escolas (leia-se, em todo o sistema de ensino, quer para agentes de ensino, quer para alunos);
- b) nos documentos oficiais (leia-se na produção escrita da função pública portuguesa), como ainda
- c) nas publicações oficiais (leia-se, no *Diário do Governo* como órgão do Estado ou outras publicações com caráter oficial).

### 3.3 O Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro (1931)

Devido a uma iniciativa da Academia Brasileira de Letras foi em 30 de abril de 1931 que se assinou em ambos os países um primeiro acordo ortográfico entre a Academia das Ciências de Lisboa e Academia Brasileira de Letras. Os signatários do acordo foram, em Portugal, o presidente da Academia das Ciências de Lisboa, Júlio Dantas bem como o embaixador brasileiro, José Bonifácio de Andrada e Silva, e, no Brasil, o presidente da Academia Brasileira de Letras, Fernando Magalhães assim como o embaixador português Duarte Leite. Depois das tentativas anteriores que tinham fracassado, este acordo constitui, portanto, bem mais do que uma simples aproximação interacadémica, já que a participação dos respetivos embaixadores serviu para documentar o interesse e o empenho oficial que os dois países tinham no acordo.

A fim de ser estabelecida a ortografia única, a Academia Brasileira de Letras comprometeu-se a adotar a ortografia simplificada portuguesa de 1911 (com inclusão dos conteúdos da reforma de 1920), tendo exigido por sua parte umas leves modificações das

<sup>106</sup> Para todos os textos de natureza oficial e legal, ligados à reforma de 1911, veja-se Bases (1911).

<sup>107</sup> O filólogo Augusto Epifânio da Silva Dias acabou por recusar fazer parte da comissão.

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

bases, que a Academia das Ciências de Lisboa reconheceu adotar. As academias resolveram ainda juntar os seus esforços na solução de futuros problemas ortográficos, procurando através das suas influências junto dos respetivos governos que fosse oficializada a ortografia reformada.

Em Portugal, o acordo foi devidamente publicado no *Diário do Governo*, em 7 de maio de 1931 (*Acordo 1931a*), republicado com retificações em 25 de maio de 1931 (*Acordo 1931b*), sendo oficializado através da portaria 7 117 do Ministro da Instrução Pública, Gustavo Cordeiro Ramos, em 27 de maio de 1931 (publicada em 1 de junho de 1931, cf. *Acordo 1931c*), limitando-se a portaria a apresentar em sete pontos breves as respetivas alterações ao sistema ortográfico vigente. No Brasil, tendo em consideração «[...] a vantagem de dar uniformidade à escrita do idioma nacional, o que somente poderá ser alcançado por um sistema de simplificação ortográfica que respeite a história, a etimologia e as tendências da língua [...]» (ABL 1933: 19), a ortografia simplificada do acordo foi admitida no ensino bem como nas repartições e publicações públicas através do decreto n.º 20 108 de 15 de junho de 1931, exarado pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas.

Mesmo que o primeiro Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro não tenha tido o destino desejado pelos signatários e legisladores envolvidos no processo nos dois países, trata-se de uma primeira oficialização bilateral do que começou como um acordo interacadémico.

### 3.4 A CONVENÇÃO ORTOGRÁFICA LUSO-BRASILEIRA (1943)

Poucos dias após a saída do prelo do *Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (PVOLP)* no Brasil, foi em 29 de dezembro de 1943 que António de Oliveira Salazar e o embaixador brasileiro João Neves da Fontoura assinaram a *Convenção Ortográfica Luso-Brasileira*, que imediatamente foi oficializada no Brasil por Getúlio Vargas, em 18 de janeiro de 1944 através do decreto n.º 14 533. Em Portugal, o documento foi ratificado em 15 de março de 1944 pelo presidente António Óscar de Fragoso Carmona e reza o seguinte:

Artigo 1.º As Altas Partes Contratantes prometem-se estreita colaboração em tudo quanto diga respeito a conservação, defesa e expansão da língua portuguesa, comum aos dois países.

Artigo 2.º As Altas Partes Contratantes obrigam-se a estabelecer como regime ortográfico da língua portuguesa o que resulta do sistema fixado pela Academia das Ciências de Lisboa e pela Academia Brasileira de Letras para organização do respetivo vocabulário, por acordo entre as duas Academias.

Artigo 3.º De harmonia com o espírito desta Convenção, nenhuma providência legislativa ou regulamentar, sobre matéria ortográfica, deverá ser de futuro posta em vigor qualquer dos dois Governos sem prévio acordo com o outro, depois de ouvidas as duas Academias.

Artigo 4.º A Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras serão declaradas órgãos consultivos dos seus Governos em matéria ortográfica, competindo-lhes expressamente estudar as questões que se suscitarem na execução desta Convenção e tudo o mais que repute útil para manter a unidade ortográfica de língua portuguesa (Convenção 1944c: 327-328).

Nos seus quatro artigos, a *Convenção*, que viria entrar em vigor em 1 de janeiro de 1944, prevê o estabelecimento de um acordo ortográfico com base nos princípios estabelecidos pelas duas academias no âmbito da discussão das bases do *Vocabulário* de

1940, incluindo os princípios básicos aplicados no *PVOLP* de 1943 (artigo 2.º). Além de constituir as duas academias como 'órgãos consultivos' para a resolução de futuras questões (artigo 4.º), no sentido de estabelecer a união luso-brasileira em matéria ortográfica, a *Convenção* prevê a mais ampla colaboração e consulta no futuro (artigo 3.º).

Resumindo, o papel da *Convenção* de 1943 não é de fornecer regras metaortográficas, mas sim de estabelecer as bases legais para que no futuro o sistema ortográfico luso-brasileiro pudesse ser alterado pelas academias. Nada consta que nos permita presumir que a *Convenção* tivesse deixado de estar em vigor. Pelo contrário, convém recordar que no Brasil o documento somente chegou a ser legalmente ratificado mediante o «Decreto Legislativo Nº 9, de 1957», de 29 de maio de 1957.

## 4. O AOLP (1990) na função pública em Portugal

Tendo em princípio entrado em vigor no dia 13 de maio de 2009, quando os documentos de ratificação foram depositados junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, na realidade o AOLP (1990) somente passou a entrar em vigor no sistema português de ensino com o início do ano letivo de 2011/2012. Assim, o dia 13 de maio de 2015 automaticamente fica estabelecido como data-limite para a aplicação definitiva deste regime ortográfico (Kemmler 2011a: 294).

Para este efeito, a Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular que pertence ao Ministério da Educação e Ciência, estabeleceu o seguinte no documento de 8 de setembro de 2011 (MEC / DGIDC, 2011):

### *Aplicação do Acordo Ortográfico na avaliação externa dos alunos*

Tendo em conta a entrada em vigor do Acordo Ortográfico (AO) no sistema de ensino no ano letivo de 2011-2012, e uma vez que os manuais escolares serão adaptados de modo progressivo às novas regras de ortografia, o Ministério da Educação e Ciência esclarece que:

Os critérios de classificação das provas de aferição do 1.º Ciclo e das provas finais dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário considerarão como válidas exclusivamente as regras definidas pelo AO a partir dos anos letivos indicados na grelha abaixo (inclusive).

Aplicação do AO na avaliação externa dos alunos	
Ano letivo	Ano de escolaridade
2013-2014	6.º
2014-2015	4.º, 9.º, 11.º e 12.º

Até aos anos letivos indicados, serão consideradas como válidas ambas as grafias (i.e., a anterior ao AO e a definida pelo AO).

Isto significa, que para os alunos que estiverem no sexto ano da escolaridade no ano letivo de 2013-2014, a grafia do AOLP (1990) já passou a ser inteiramente vinculativa nas provas de aferição. Para os restantes anos escolares para os quais a aplicação ainda



## Atas 14º colóquio da lusofonia –

não era obrigatória, o mesmo passar-se-á a partir do ano letivo 2014-2015 que está a começar presentemente.

Entre as universidades portuguesas, há algumas que em observância da Resolução do Conselho de Ministros 8/2011 já passaram expressamente a adotar o novo regime ortográfico há algum tempo.

Consta, assim, que a Universidade de Coimbra, a Universidade do Porto, a Universidade do Minho e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, passaram a aplicar as normas do AOLP (1990) desde setembro de 2011.

No que respeita às universidades públicas de Algarve, Aveiro, Beira Interior, Évora, Nova de Lisboa, como ainda das universidades da Madeira e dos Açores e a Universidade Aberta, não se regista qualquer tomada de posição explícita e oficial sobre a implementação (ou não) do AOLP (1990), pelo que se julga que estas instituições devem respeitar a legislação em vigor.

No que diz, porém, respeito à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, conforme Carvalho / Coutinho (2012), o antigo diretor entendeu não querer pronunciar-se sobre o acordo, pelo que as duas normas são aceites naquela faculdade – isto quando a reitoria da mesma universidade manifestamente utiliza a grafia do AOLP (1990) em toda a documentação.

Deixando de lado o sistema de ensino, onde a adoção do AOLP (1990) parece inevitável enquanto o Ministério da Educação e Ciência como ministério responsável continue a exigir o cumprimento do calendário de adoção nas escolas, com efeito, não se conhecem muitos casos em que uma entidade pública portuguesa se tenha manifestado abertamente no sentido de não adotar a nova norma ortográfica do Estado Português.

### 5. Conclusões

Mais de vinte e três anos após a assinatura do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* em Lisboa, podemos constatar que este, de momento, está a vigorar em Portugal, como o 'código da escrita' oficial. Foi, com efeito, o último governo de José Sócrates que providenciou que o AOLP (1990) entrasse em vigor tanto no sistema educativo em todos os níveis, a partir do ano letivo de 2011/2012 como na função pública portuguesa, em qualquer comunicação oficial e oficiosa. A forma como o novo regime ortográfico entrou em vigor prevê que este seja aplicado, havendo, no entanto, tolerância no ensino. Em publicações oficiais, por exemplo, não se observa qualquer tolerância, devendo todos os textos ser redigidos segundo o AOLP (1990).

É digno de nota que a maioria da comunicação social portuguesa já adotou o AOLP (1990) ou desde há bastantes anos ou mais recentemente. Restam o diário *Público* e a estação televisiva TVI, como ainda alguns outros meios de comunicação de importância reduzida. No entanto, convém lembrar que nada obriga qualquer elemento da comunicação social a adotar qualquer regime (orto)gráfico que seja.

Seja como for, não deixa de parecer algo estranho o apego que certas pessoas, quer sejam intelectuais, quer não, mostram às normas do regime ortográfico anterior de 1945/1973, promulgado pelos governos de António de Oliveira Salazar e de Marcello Caetano, ao passo que rejeitam o 'código da escrita' oficial e próprio da República Portuguesa. Não cabe dúvida, repita-se, que nenhum escritor, nenhuma pessoa que

escreve para fins particulares é de alguma forma vinculada ao 'código da escrita' do estado português, quer na sua forma atual, quer numa das formas anteriores.

*Quem quizer, athe pode regressar a orthografia uzual, o systhema cacographico segundo o qual Fernando Pessoa escreveu durante toda a sua vida. Quem quizer, enfim, ignorar o 'codigo da escripta' official para os seus escriptos de natureza particular, pode fazello!*

Dado, enfim, que o estado português vem apostando na ortografia simplificada da língua portuguesa desde a reforma de 1911, servindo-se deste regime de escrita para os fins que são próprios do poder discricionário da administração da República Portuguesa, nenhum particular efetivamente poderá reivindicar direitos proprietários que se baseiam no mesmo sistema ortográfico.

Neste sentido, a ortografia simplificada e unificada deve ser entendida como tendo sido estabelecida pela comissão de reforma ortográfica em 1911. Uma vez que esta comissão foi empossada pelo representante competente da República Portuguesa que passou a publicar os resultados dos trabalhos da mesma, não cabe dúvida de que estamos perante uma reforma ortográfica feita 'por encomenda', o que estabelece claramente o direito proprietário da parte do mesmo estado.

Se a reforma de 1920 ainda constitui a continuação da atividade com a qual a comissão da reforma de 1911 foi incumbida pelo estado português (sendo cooptados novos membros para suprir a falta daqueles elementos que entretanto tinham falecido), o primeiro Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro de 1931 foi negociado entre as academias dos dois países signatários, sendo oficializado em seguida pelos dois países que se fizeram representar no ato da assinatura pelos seus respetivos embaixadores.

Com efeito, a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras foram instituídas como órgãos consultivos em matéria ortográfica com a *Convenção Ortográfica Luso-Brasileira* de 1943.

A partir daí, as medidas ortográficas subseqüentes resultaram de negociações bilaterais (os acordos de 1945 e de 1971/1973) ou mesmo multilaterais (o AOLP de 1990) entre as academias e outras entidades envolvidas ou consultadas. Somente a seguir às negociações entre aqueles que tinham sido incumbidos por força de convenção internacional devidamente ratificada em Portugal e no Brasil (que, recorde-se, têm supremacia sobre leis nacionais) é que se dava a oficialização das respetivas medidas ortográficas nos países signatários.

Parece evidente que a *Convenção* tenha sido complementada pelos protocolos modificativos de 1998 e 2004 que servem para oferecer um pano de fundo legal para a entrada em vigor do AOLP (1990), já que em princípio deveria estar a vigorar desde 1994 quando Brasil nem sequer tinha ratificado o próprio acordo. Com a entrada em vigor definitiva iminente em Portugal e no Brasil, enfim, os dois países que historicamente têm constituído polos opostos em matéria ortográfica, voltaram *de facto* a ficar fiéis às letras da *Convenção* de 1943, afirmando (embora implicitamente), mais uma vez, o direito marcadamente proprietário no regime ortográfico do AOLP (1990) que agora se estende por todos os países membros da CPLP que o assinaram ou vieram a adotar posteriormente.

Tudo leva a crer, no entanto, que os cidadãos particulares que (por razões profissionais ou semelhantes) não se encontram vinculados à ortografia atualmente em vigor nos respetivos países da lusofonia em que se aplica o AOLP (1990) poderão continuar



## Atas 14º colóquio da lusofonia –

a optar por servir-se de qualquer outro regime ortográfico sem serem intimados a proceder a uma adoção do mesmo ou de outro regime ortográfico que vier a ser estabelecido.

Negar, enfim, o poder discricionário do estado português ou brasileiro ou mesmo a intervenção das academias na elaboração das bases de novos acordos, ao passo de exigir simultaneamente a manutenção do regime ortográfico de 1945 e 1971/1973, não faz qualquer sentido. Com efeito, este tipo de reivindicações retrógradas não servem para outra coisa senão para documentar a profunda ignorância de quem faz estas propostas: deve lembrar-se que a *Convenção* de 1943 serve como base legal para a elaboração e oficialização do acordo de 1945 que constitui a essência da ortografia atual. É, enfim, o mesmo documento que estabelece a futura colaboração de Portugal e o Brasil em matéria ortográfica (leia-se, a partir de 1944), como ainda estabelece as academias como 'órgãos consultivos'.

Quem reconhece a ortografia de 1945 deverá, por conseguinte, reconhecer TODO o conteúdo da *Convenção* e tudo que resulta da colaboração entre os estados e as academias envolvidas.

Para terminar, convém responder à pergunta inicial: os donos do AOLP (1990) são os países-membros da CPLP, representados pelos seus respetivos governos constitucionalmente eleitos. Mesmo que estes até poderiam resolver não admitir o uso da ortografia oficial com fins privativos (o que evidentemente não faria qualquer sentido), todos estes países têm em comum servirem-se deste mais recente 'código da escrita' para os fins próprios dos respetivos estados, quer dizer, para o sistema de ensino e para publicações e correspondência de natureza pública e oficial.

## 6 Referências bibliográficas

### 7.1 Literatura ativa e passiva

ABL (1933) = Academia Brasileira de Letras (1933): *Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa: Organizado pela Academia Brasileira de Letras de Acordo com a Academia das Ciências de Lisboa, Vocabulário Oficial*, Rio de Janeiro: Z. Bonoso & Cia Ltda.

ABL (1943) = Academia Brasileira de Letras (1943): *Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

Barros, João de (1971), *Gramática da Língua Portuguesa: Cartinha, Gramática, Diálogo em Louvor da nossa Linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha*, reprodução fac-similada, leitura, introdução e notas por M<sup>a</sup> Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. [primeira edição 1540]108

Carvalho, Cláudia / Coutinho, Isabel (2012), «Faculdade de Letras de Lisboa sem posição sobre o acordo», em *Público* (8 de fevereiro de 2012), pág. 5.

Coelho, Sónia Catarina Gomes (2013): *A Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa de Jerónimo Soares Barbosa: Edição crítica, estudo e notas*, Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Centro de Estudos em Letras (Coleção Linguística; 10).

Kemmler, Rolf (2001), «Para uma História da Ortografia Portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911», em: *Lusorama* 47-48 (Oktober) ISSN 0931-9484, págs. 128-319.

Kemmler, Rolf (2009), «Para a história da ortografia simplificada», em: Silva, Maurício (Org.) (2009): *Ortografia da língua portuguesa: história, discurso e representações*, São Paulo: Editora Contexto, págs. 53-94.

Kemmler, Rolf (2011a), «Uma querela lusófona com final feliz: a entrada em vigor do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990», em: Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia (2011): *15.º Colóquio da Lusofonia, Macau: quatro séculos de Lusofonia - Passado, Presente e Futuro (11-15 abril 2011)*, CD-ROM (ISBN 978-989-95891-7-9), ficheiro CD Atas Encontros 2011 Macau/ATAS2011.pdf, págs. 287-298.

Kemmler, Rolf (2011b), «O destino de um projeto linguístico da República Portuguesa no mundo lusófono: a questão da ortografia simplificada desde 1910 até 2010», em: *Cadernos Eboresenses: Revista Internacional de Tradução, linguística e Literatura* 2 (2010) ISSN 1646-7132, págs. 9-45.

MEC/DGIDC (2011) = Ministério da Educação e Ciência / Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular (s.d.), «Aplicação do Acordo Ortográfico na avaliação externa dos alunos», em <http://www.dgicd.min-edu.pt/index.php?s=noticias&noticia=137> (última consulta: 21 de agosto de 2014).

Viana, A[niceto dos] R[eis] Gonçalves; Abreu; Guilherme [Augusto] de Vasconcelos (1885): *Bases da Ortografia Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional.

Viana, Aniceto dos Reis Gonçalves (1900): *Proposta de um Questionário para se formularem as regras de Orthographia Portuguesa Uniforme tendo-se em atenção as principiaes divergencias que se observam na maneira por que se encontram escritos os vocabulos portugueses nos diferentes escritores antigos e modernos: Proposta apresentada á Academia Real das Sciencias de Lisboa Na sessão ordinaria de 10 de maio de 1900*, Lisboa: Por ordem e na Typographia da Academia.

Viana, A[niceto dos] R[eis] Gonçalves (1904): *Ortografia Nacional: simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas*, Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso.

Viana, A[niceto dos] R[eis] Gonçalves (1909): *Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa: Conforme a Ortografia Nacional Do mesmo autor*, Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira & C.<sup>ia</sup>.

Viana, Aniceto dos Reis Gonçalves (1912): *Vocabulário Ortográfico e Remissivo da Língua Portuguesa*, Lisboa: Aillaud, Alves & C.<sup>ia</sup>.

### 7.2 DIPLOMAS LEGAIS (ORDENAÇÃO CRONOLÓGICA)

*Portaria* (1897) = «Portaria de 20 de setembro de 1897», em: *Diário do Governo* 215 (24 de setembro de 1897).

*Portaria* (1901) = «Portaria de 1 de fevereiro de 1901», em: *Diário do Governo* 31 (8 de fevereiro de 1901).

*Relatório* (1911) = «Relatório da Comissão nomeada, por portaria de 15 de fevereiro de 1911, para fixar as bases da ortografia que deve ser adoptada nas escolas

108 Dado que a parte fac-similada e os textos elaborados por Maria Leonor Carvalhão Buescu se encontram num único volume, nas referências ao fac-símile será indicada a paginação original

[por exemplo Barros (1971: fol. 1 r)] enquanto indicações relativas ao texto não fac-similado são citadas da seguinte forma: Buescu in Barros (1971: 1), etc.

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

e nos documentos oficiais e outras publicações feitas por conta do Estado», em: *Diário do Governo* 213 (12 de setembro de 1911), págs. 3845-3851.

*Bases* (1911) = Ministério do Interior, Direção Geral de Instrução Secundária, Superior e Especial: 1.ª Repartição (1911): *Bases para a Unificação da Ortografia que deve ser adotada nas escolas e publicações oficiais: Relatório da Comissão nomeada por portaria de 15 de fevereiro de 1911*, Lisboa: Imprensa Nacional.

*Portaria* (1920) = «Portaria n.º 2.553 de 29 de novembro de 1920», em: *Diário do Governo* 266 (30 de dezembro de 1920), págs. 1768-1773.

*Acordo* (1931a) = «Acordo firmado entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras, em 30 de abril de 1931, para a unidade ortográfica da língua portuguesa», em: *Diário do Governo: 1.ª Série* 106 (7 de maio de 1931), pág. 827.

*Acordo* (1931b) = «Nova publicação, retificada, do instrumento do acordo firmado entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras, em 11 de abril de 1931, para a unidade ortográfica da língua portuguesa», em: *Diário do Governo: 1.ª Série* 120 (25 de maio de 1931), págs. 907-908.

*Acordo* (1931c) = «Portaria n.º 7.117 de 27 de maio de 1931», em: *Diário do Governo: 1.ª Série* 126 (1 de junho de 1931), pág. 1028.

*Convenção* (1944a) = «Aprova, para ser ratificada, a Convenção Ortográfica Luso-Brasileira, assinada em Lisboa em 29 de dezembro de 1943 entre Portugal e os Estados Unidos do Brasil», em: *Diário do Governo: 1.ª Série* 52 (13 de março de 1944), pág. 307.

*Convenção* (1944b) = «Declaração de ter sido publicada, por lapso, no *Diário do Governo* n.º 52, 1.ª série, de 13 do corrente, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, com a designação de lei n.º 1:997, uma resolução da Assembleia Nacional que devia ter sido publicada pela Presidência da República, e com tal se deve considerar, ficando sem nenhum efeito a indicação do Ministério e o número da lei que lhe foram atribuídos », em: *Diário do Governo: 1.ª Série* 53 (14 de março de 1944), pág. 308.

*Convenção* (1944c) = «Carta de Confirmação e Ratificação da Convenção Ortográfica Luso-Brasileira», em: *Diário do Governo: 1.ª Série* 58 (21 de março de 1944), págs. 327-328.

*Convenção* (1957) = «Decreto Legislativo N.º 9, de 1957», em: *Diário Oficial: Secção I* 125 (1 de junho de 1957), pág. 13577.

*Acordo* (1945) = «Decreto n.º 35:228», em: *Diário do Governo: 1.ª Série* 273 (8 de dezembro de 1945), págs. 1037-1053.

*Acordo* (1973) = «Decreto n.º 32/73 de 1 de fevereiro de 1973», em: *Diário do Governo: 1.ª Série* 31 (6 de fevereiro de 1973), págs. 169-170.

*Acordo* (1991) = «Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa», em: *Diário da República: 1.ª Série* 193 (23 de agosto de 1991), págs. 4370-4388.

1.º *Protocolo* (2000) = «Decreto do Presidente da República n.º 1/2000», em: *Diário da República: 1.ª Série* 23 (28 de janeiro de 2000), pág. 368.

2.º *Protocolo* (2008) = «Decreto do Presidente da República n.º 52/2008», em: *Diário da República: 1.ª Série* 145 (29 de julho de 2008), págs. 4784, 4802-4803.

*Aviso* 255 (2010) = «Aviso n.º 255/2010», em: *Diário da República: 1.ª Série* 182 (17 de setembro de 2010), pág. 4116.

## 40.SUSANA TELES MARGARIDO, ESCRITORA AÇORIANA, ASSISTENTE PRESENCIAL



### AUTORA INFANTOJUVENIL DE

- 2005, *O menino perdido*, bilingue, ilustrações de Fedra Santos, 1ª Ed Junta de Freguesia de Rabo de Peixe,
- 2005, *Quando for grande quero ser pai*, ilustrações Joana Dias, Ponta Delgada, Ed DRIO, Direção Regional da Igualdade de Oportunidades
- 2006, *O discurso de género nos manuais escolares do 1º ciclo*, Ed Instituto Ação Social
- 2007, *Os sonhos de Inês*, ilustrações de Luís Roque, Ana do Rego Oliveira e Rui Costa
- 2008, *Luna E As Ilhas Fantásticas Dos Açores*, Artes E Letras
- 2008, *O menino perdido*, ilustrações de Fedra Santos, bilingue, 2ª Ed Junta de Freguesia de Rabo de Peixe
- 2009, *Minha querida avó*, ilustrações de Sandra Serra, Maia, Ed Livro Direto
- 2009, *De outra cor*, com Marília Ascenso e Fedra Santos, Ed SRTSS, Secretaria Regional do Trabalho e Solidariedade Social, DRIO, Direção Regional da Igualdade de Oportunidades
- 2009, *Um natal encantado*, Maia, Ed Livro Direto
- 2009, *Sou diferente, sou fantástico*, com Marília Ascenso e Fedra Santos, Ed SRTSS, DRIO
- 2009, *Diário do meu segredo*, ilustrações de Abigail Ascenso, Ed SRTSS, DRIO
- 2010, *O anjo do lago*, com Fedra Santos, Maia, Ed Livro Direto
- 2011, *Minha querida avó*. Ed Livro Direto

**TOMA PARTE NAS SESSÕES DE POESIA. PARTICIPA PELA 2ª VEZ DEPOIS DO 21º COLÓQUIO NOS MOINHOS 2014**

## Atas 14º colóquio da lusofonia –



### 41. TATIANA GUZEVA, UNIVERSIDADE AVEIRO, RÚSSIA



**Tatiana Guzeva**, Licenciada em Língua e Literatura Russa - Universidade Humanitária de Bichkek, Quirguistão, e em Linguística Alemã - Universidade Nacional Estatal do Quirguistão. Está a desenvolver o projeto de doutoramento “Educação em Português para falantes de língua russa: as expressões idiomáticas entre línguas e culturas”, coordenado por Professora M<sup>a</sup> Helena Ançã, na área de Português Língua Não Materna, do Laboratório de Investigação em Educação em Português, estrutura do Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores. Projeto aprovado e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, ref. SFRH/BD/69987/2010. Universidade de Aveiro. [tatiana.guzeva@ua.pt](mailto:tatiana.guzeva@ua.pt)

**M<sup>a</sup> Helena Ançã**. Professora Associada com Agregação do Departamento de Educação, Universidade de Aveiro, Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores/CIDTFF

Coordenadora do Laboratório de Investigação em Educação em Português/LEIP, responsável pela linha: Português Língua Não Materna.

Diretora do Curso de Mestrado em Ensino do Português no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário e de Língua Estrangeira [Alemão, Espanhol, Francês] nos Ensino Básico e Secundário [mariahelena@ua.pt](mailto:mariahelena@ua.pt)

**PARTICIPOU NO 20º COLÓQUIO EM 2013 SEIA**

**TEMA 2.1 EDUCAÇÃO EM PORTUGUESA PARA FALANTES DE LÍNGUA RUSSA: INTEGRAÇÃO E INTERCULTURALIDADE, TATIANA GUZEVA, M<sup>a</sup> HELENA ANÇÃ, CENTRO DE INVESTIGAÇÃO DIDÁTICA E TECNOLOGIA NA FORMAÇÃO DE FORMADORES - UNIVERSIDADE DE AVEIRO**

### RESUMO

Com a imigração do Leste Europeu em Portugal, emergiu uma nova situação no cenário educativo português: o ensino de Português Língua Não Materna, para uma comunidade tão diversificada em termos linguísticos e culturais que procura integrar-se no país de acolhimento, onde o conhecimento da Língua Portuguesa (LP) é essencial.

Neste âmbito, desenvolvemos um estudo prévio, parte de um projeto de doutoramento<sup>109</sup>, com a finalidade de refletir sobre a Educação em Português para falantes adultos de Língua Russa (LR). Realizámos entrevistas semiestruturadas a locutores não especialistas: a russosfalantes sobre o português e a portugueses sobre a língua russa. Analisámos o seu perfil sociolinguístico, identificámos e cruzámos os seus comentários ‘vulgares’, na perspetiva de *Folk Linguistics*.

Os russosfalantes demonstram algum domínio da língua aprendida por imersão, no entanto apontam dificuldades linguísticas, sobretudo ao nível morfosintático, lexical e semântico. Apesar da sua prolongada estadia em Portugal, ainda se autorrepresentam como culturalmente diferentes, afirmando necessidade de aprofundar a LP e de se integrarem. Os portugueses sublinham que a falta de domínio linguístico daqueles é o primeiro obstáculo encontrado para a integração social. Revelam, ainda, alguns estereótipos relativos ao ‘Imigrante de Leste’ que dificultam a proximidade entre os grupos. Assim, os comentários de ambos os grupos evidenciam a importância da educação e do contexto (socio)cultural para uma aprendizagem eficiente da LP, promovendo a interculturalidade.

Face a estes resultados, torna-se necessário implementar estratégias didáticas que contribuam para ampliar o conhecimento linguístico e cultural dos russosfalantes de forma a promover a sua integração no país de acolhimento.

### 1. MOVIMENTO MIGRATÓRIO DA EUROPA DE LESTE

No início de século XXI, Portugal conheceu novos fluxos migratórios, passando a ser um país recetor de imigrantes de vários pontos do mundo, nomeadamente das ex-colónias africanas e de países da Europa de Leste e Ásia Central (Arroteia, 2007).

Por movimento migratório entendemos as deslocações de pessoas (não) agrupadas, no espaço, durante um determinado período, por causas económicas, naturais,

<sup>109</sup> O projeto intitulado “Educação em Português para falantes de língua russa: expressões idiomáticas entre línguas e culturas” é desenvolvido no âmbito do LEIP (Laboratório em Investigação

em Educação em Português / Linha 2)/ Universidade de Aveiro, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Helena Ançã, aprovado e financiado pela FCT, SFRH/BD/69987/2010.



## Atas 14º colóquio da lusofonia –

socioculturais, bélicas ou religiosas (Malheiros, 2013). A permanência nos países de acolhimento pode apresentar uma duração variada e ter motivos diversificados. Este recente movimento migratório a que países da Europa como Portugal assistiram foi consequência da consolidação e do alargamento da Comunidade Económica Europeia, mais tarde designada por União Europeia, da queda do muro de Berlim e do desmembramento da União Soviética (ex-URSS). Estes acontecimentos impulsionaram os novos fluxos migratórios, incentivados ainda pela crescente necessidade de mão-de-obra por parte de alguns países europeus. Por outro lado, os países da ex-URSS devido à instabilidade económica dos finais dos anos 90 não conseguiam manter os seus cidadãos, (Baganha, Marques, & Góis, 2010).

Outros motivos apontados para fixação em Portugal de estrangeiros prendiam-se com a facilidade na obtenção de trabalho e na legalização de permanência (Malheiros, 2013), com a entrada em vigor do novo regime de autorizações de permanência, estabelecido em 2001 pelo Decreto-Lei n.º 4/2001. Mais tarde, este fluxo migratório ainda se intensificou mais pela necessidade de reagrupamento familiar e nascimento de crianças no território nacional (Carneiro, 2005). Por todas estas condicionantes, Portugal proporcionava aos imigrantes a sua permanência na Europa, tornando-se um dos países escolhidos por aqueles que procuravam estabilidade económica e melhor qualidade de vida (Baganha, 2007). Ultimamente, os fluxos direcionados para Portugal são diferentes, não apenas pela consolidação da permanência de muitas famílias, mas, sobretudo, por uma prolongada e significativa receção económica marcada pelo empobrecimento e elevada taxa de desemprego (Malheiros, 2013).

De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) (2012), a população estrangeira em Portugal, na última década, cresceu cerca de 1,6%, atingindo o seu auge no ano de 2009, com 454191 estrangeiros residentes em Portugal. Deste universo populacional, cerca de metade são oriundos de países de língua portuguesa (47,9%), a outra metade divide-se entre estrangeiros oriundos da Europa de Leste e Ásia Central, com maior destaque para a Ucrânia (11%) e a Roménia (9%). A comunidade ucraniana é nesta altura a segunda maior comunidade a seguir à brasileira (RIFA, 2009).

A partir de 2009, os Relatórios do Serviço Estrangeiros e Fronteiras (SEF) começaram a apresentar alguns decréscimos na totalidade de população estrangeira residente em Portugal. Destacamos o mais recente relatório datado de 2013, em que se registou um decréscimo de 3,8% com 401320 cidadãos estrangeiros. A comunidade ucraniana deixou de ocupar o segundo lugar como a nacionalidade estrangeira mais representativa em Portugal, passando a ocupar o terceiro lugar. Verifica-se também um decréscimo de imigrantes vindos de todas outras nacionalidades da Europa de Leste e Ásia Central, que, neste momento, representam cerca de 11,6%, cerca de 52143 de estrangeiros (RIFA, 2013).

Apesar deste decréscimo, não significa que, por causa da crise económica, Portugal tenha deixado de ser um país de acolhimento de imigrantes (Peixoto & Lorio, 2010). Mesmo com o decréscimo no fluxo migratório apontado, é ainda evidente a permanência de um grupo numeroso, diversificado, multinacional e multicultural, cujo estatuto de “Imigrante de Leste” tem vindo a ser alterado para o de cidadão português, com nacionalidade adquirida

por naturalização, com base na Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 de abril. Importa ainda destacar que os fluxos migratórios descritos têm sido acompanhados de consideráveis alterações políticas e sociais, que se refletem tanto nos países de emigração, quanto nos países de acolhimento, onde se criam e se estabelecem novos modelos sociolinguísticos e socioculturais para o mercado laboral e económico (Pires, 2007), através do esforço governamental de instituições como a ACIME<sup>110</sup> ou de organizações não-governamentais que promovem planos para o acolhimento e a inserção dos imigrantes na sociedade portuguesa. Para esse efeito, a capacidade de expressão e compreensão da LP e o conhecimento dos direitos básicos são extremamente importantes. Neste sentido, para viabilizar a permanência numerosa de imigrantes de Leste e Ásia Central em Portugal, torna-se essencial o desenvolvimento de medidas ao nível do ensino formal e/ou não formal no sentido de facilitar um maior domínio da LP por parte da população imigrante (Ançã, 2008).

## 2. A LP E A INTEGRAÇÃO

No que diz respeito à natureza geolinguística dos imigrantes vindos da Europa de Leste e Ásia Central, é de referir que são falantes de LR, que, pelo contexto histórico, corresponde ao estatuto de “língua de comunicação internacional” de 160 nações (Piyonov, 2011, p. 55.).

Relativamente à distribuição geográfica, esta população distingue-se da imigração tradicional no território português (Pereira, Reis, Serra, & Tolda, 2010), para quem os problemas de inserção não são idênticos aos dos imigrantes falantes de outro grupo linguístico, nem as dificuldades da aprendizagem da LP abrangem o mesmo tipo de questões e dificuldades. Estas dificuldades envolvem fatores económicos, sociais, culturais e educacionais e as barreiras linguísticas e socioculturais interferem numa inclusão bem-sucedida em diferentes contextos e atividades educacionais, culturais, sociais e de lazer. As dificuldades de inclusão em ambientes linguísticos e culturais desconhecidos, a falta de domínio da LP, o desconhecimento dos valores culturais da sociedade portuguesa, das peculiaridades da vida quotidiana e das normas de comunicação interpessoal são os principais problemas enfrentados por imigrantes vindos destas culturas tão distintas da portuguesa (Matos, 2004; Oliveira, Ferreira, Paiva, & Ançã, 2010), representando a LP uma língua de acolhimento<sup>111</sup>.

Sendo a língua um instrumento de cultura que contribui para a formação da personalidade humana, para a sua visão do mundo, mentalidade e atitude perante as pessoas, a promoção da língua e da cultura portuguesas para o imigrante com uma cultura diferente em Portugal tem sido uma das prioridades de diversas instituições formais e não formais que visam a sua integração linguística e social (Duarte, 2013).

A comunicação em português desempenha um papel fulcral na comunicação e entendimento intercultural, uma vez que o domínio da LP constitui uma importante ferramenta para o desempenho de várias tarefas representadas nas políticas comunitárias nacionais: acesso fácil ao mercado de trabalho qualificado, reagrupamento familiar,

<sup>110</sup> Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas como serviço de coordenação e de natureza interministerial que promove a integração dos Centros de Apoio ao Imigrante (Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante - CNAIS e Centros Locais de Apoio ao Imigrante - CLAIS), que se

constituem como unidades orgânicas de acolhimento e informação para os cidadãos <http://www.acidi.gov.pt/es-imigrante/legislacao/legislacao-portuguesa/acime>.

<sup>111</sup> cf. Ançã (2003).



## Atas 14º colóquio da lusofonia –

residência permanente, estatuto de residente de longa duração e nacionalidade, entre outras.

Em geral, a (não) integração linguística e social dos imigrantes passa por questões relacionadas com as representações sociais da comunidade portuguesa acerca da língua falada e da comunidade de Leste, bem como da comunidade de Leste em relação à LP, sua aprendizagem e integração (Duarte, 2013). Centrar-nos-emos na aprendizagem da LP pelos russofalantes procurando contribuir para tornar o processo de integração deste público mais adequado. Estas representações sociais estão presentes nos ‘comentários vulgares’<sup>112</sup> de sujeitos não especialistas acerca das línguas, sua aprendizagem e dificuldades, e especificamente na aprendizagem da LP, diferenças culturais e integração em Portugal. Assim, os comentários ‘vulgares’ de ambos os públicos passam a ter uma importância social e educativa que permite constituir um conhecimento essencial para o professor de português língua não materna (Ançã, 2009a) e para o público com língua e cultura distintas.

### 3. COMENTÁRIOS ‘VULGARES’ E FOLK LINGUISTICS

O termo Folk Linguistics ou “Naive Linguistics” torna-se um objeto de estudo em linguística nos finais do século XX na Europa Ocidental e América com as suas versões em inglês - *Folk Linguistics* (Hoenigswald, 1966; Niedzielski & Preston, 2003), em alemão – Volklinguistik (Brekke, 1985), em francês *Laienlinguistik* ou *Linguistic Populaire* (Paveau, 2008), referindo-se às ideias espontâneas sobre a língua, vigentes na consciência do indivíduo não especialista em linguística (Garrett, 2010). Estas ideias sobre a língua podem ser consideradas “representações metalinguísticas” ou “consciência metalinguística” (Ançã, 2009a).

Ao interesse pelos aspetos “metalinguísticos” em linguística, os investigadores associam o nome de Jakobson, que destaca o sistema de funções da língua, juntamente com a linguagem comunicativa, apelativa, poética e expressiva (Jakobson, 1975).

As ideias representadas pelos linguistas clássicos sobre a consciência metalinguística de um falante têm importância metodológica para uma investigação moderna. Baudouin de Courtenay (1963) aponta para o uso consciente e inconsciente da língua (metalinguistic awareness), que ocorre a partir da constituição e associação dos conceitos relativos ao pensamento científico sobre os aspetos da linguagem humana e à própria ciência chamada linguística (Baudouin de Courtenay, 2004). O mesmo autor destaca que a “consciência linguística” não é monopólio de estudo, existe também ‘saber sobre a língua’ - knowledge of language, especialmente ‘saber popular’ - folk knowledge:”. O clássico Alexander Potebnaya no seu estudo sobre o pensamento poético e mítico estabelece a compreensão moderna do “mito” como a tecnologia da consciência quotidiana, incluindo a metalinguística (Potebnay, 1989).

Assim, por consciência metalinguística entende-se a manifestação da função epistemológica da consciência linguística e, indiretamente, da própria língua. Como afirmam Jaworski, Coupland, & Galasiński (2004), a língua é sempre moldada pela reflexão metalinguística, meta-pragmática e/ou meta-discursiva, atividades que se constituem por crenças/opiniões sobre a língua ou sobre o que é a língua. Na prática, a consciência

metalinguística quotidiana chama a atenção não apenas dos linguistas, mas também dos didatas, para o facto de ela representar um conjunto de vínculos ligados, por um lado, à língua e consciência, e por outro, à consciência quotidiana e à linguística como ciência, e, ainda, ao domínio mental cuja vida social do indivíduo se associa à língua, neste caso: a aprendizagem da língua, o discurso político-cultural, a utilização da língua em diversas áreas da sua atividade profissional. Deste modo, a problemática relacionada com a consciência metalinguística parece ser importante para a resolução das principais questões teóricas, não apenas em linguística (Golev, 2009), como também na Didática, precisamente no campo da Educação em Português, como refere M<sup>ª</sup> Helena Ançã: “essas convicções e crenças convertem-se em conhecimentos fundamentais para o professor de Português” (2009b, p. 77), face ao público russofalante, aprendente da LP.

Numa análise das representações metalinguísticas ou comentários ‘vulgares’, os autores determinam a sua importância não apenas a nível teórico como também prático, dando uma atenção especial ao facto de que os comentários quotidianos sobre a perceção das línguas e do mundo podem enriquecer o conhecimento científico. Estes comentários ingénuos, por sua vez, coincidem com as teorias que surgem em linguística, diferenciando-se apenas destas últimas, por serem expressos com palavras simples (Hoenigswald, 1966; Preston, 1999).

### 4. METODOLOGIA E RESULTADOS

#### 4.1 O ESTUDO

Este trabalho é um estudo piloto, que teve como ponto de partida o levantamento das perceções/comentários ‘vulgares’ sobre as línguas, entre dois indivíduos russofalantes e dois portugueses não especialistas em linguística ou em didática de línguas. De acordo com os nossos objetivos investigativos, optámos por contactar um Centro de Apoio ao Imigrante, do distrito de Aveiro, para selecionar os sujeitos russofalantes do estudo, em conformidade com os critérios definidos. Selecionámos os sujeitos portugueses que não integravam profissionalmente a didática das línguas e a linguística. Com o objetivo de analisar o perfil sociolinguístico dos sujeitos, identificar e cruzar os comentários ‘vulgares’, elaborámos guiões de entrevistas semiestruturadas, que operacionalizámos num espaço não formal, junto de quatro sujeitos, dois falantes de LR e dois falantes de LP, todos não especialistas.

Após a transcrição das entrevistas<sup>113</sup>, procurámos, no âmbito do estudo dos comentários, encontrar as suas manifestações discursivas na perspetiva de sujeito não especialista (*Folk Linguistics*), acerca de duas línguas e culturas distintas, com maior enfoque, nos russofalantes, sobre a LP, sua aprendizagem e sua perceção da língua como instrumento da cultura, e nos falantes de português sobre a LR, em geral, em particular, sobre o contacto dos russofalantes com a LP e sobre os aspetos interculturais que manifestam os russofalantes e portugueses em relação à LP, enquanto lugar de encontro intercultural.

O nosso objetivo principal era cruzar estes comentários de não especialistas no campo didático e perceber qual o seu contributo para ampliar o conhecimento linguístico,

<sup>112</sup> cf. Ançã (2009a).

<sup>113</sup> Para ser fiel, mantivemos o discurso original dos entrevistados.

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

social e cultural dos imigrantes russofalantes e também promover a sua integração linguística e social no país de acolhimento.

As entrevistas foram realizadas com dois russofalantes em LP (pela escolha dos sujeitos) num Centro de Apoio ao Imigrante, em Aveiro.

Um dos sujeitos é originário da Ucrânia e o outro é da Rússia. Ambos estão legalizados, com permanência no território nacional há cerca de dez anos.

Um deles fez um pedido para a aquisição da nacionalidade portuguesa e o outro recusou a aquisição da nacionalidade portuguesa, porque o Estado ucraniano não permite a dupla nacionalidade. As entrevistas com dois portugueses ocorreram num local informal.

Todos os dados recolhidos foram reunidos, organizados e codificados e, posteriormente, tratados num programa de análise de dados qualitativos (Web/QDA), tendo-se procedido à análise de conteúdo (Bardin, 2009). A apresentação dos resultados centrar-se-á nas categorias da tabela seguinte:

CATEGORIA	SUBCATEGORIA
Identificação dos sujeitos	
Perceções sobre as Línguas	a) A LP na perspetiva dos russofalantes
	b) A LR na perspetiva dos portugueses
Perceção sobre as diferenças culturais	Perceção dos russofalantes
	Perceção dos portugueses

Tabela 1 - As categorias da análise

### 4.2. IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS

Dos dois sujeitos russofalantes entrevistados, um é do sexo masculino e o outro é do sexo feminino, com 31 e 45 anos respetivamente. Um sujeito é de nacionalidade e etnia russas (filho de pais russos nascidos na Rússia), outro sujeito autoidentifica-se como ucraniano de nacionalidade, com cidadania ucraniana, pois os pais são de diferentes origens (pai russo e mãe ucraniana). Um dos sujeitos possui Licenciatura em Gestão e Economia e o outro Licenciatura em Pedagogia em Educação Infantil. Para ambos, Portugal é o primeiro país de imigração, onde se encontram há mais de 10 anos: um deles permanece em Portugal desde 2001 e outro, desde 2002, ambos com residência permanente, em Aveiro, desde a sua chegada. Relativamente à profissão exercida atualmente, o inquirido cuja formação é de Gestão em Economia exerce em Portugal a profissão de animador sociocultural, tendo exercido a atividade de vendedor de jornais num quiosque e trabalhado numa fábrica de caixilharia; o sujeito habilitado em Pedagogia em Educação Infantil exerce a profissão de ajudante de lar. Os dois sujeitos vieram para Portugal na condição de reagrupamento familiar e têm filhos com os quais residem.

Em relação à caracterização sociolinguística, um sujeito fala em/com a família somente em russo e autoidentifica-se como bilingue, tendo o russo como língua materna e o português como língua segunda, além do conhecimento básico do inglês, que foi aprendido em contexto formal, nos ensinos Secundário e Superior. O outro sujeito, apesar de ter nascido na Ucrânia, por razões históricas, também é falante de LR e fala em/com a família maioritariamente em russo, utilizando apenas algumas expressões em ucraniano; autoidentifica-se como plurilingue, tendo o russo e o ucraniano como suas línguas maternas, o português e o inglês como línguas estrangeiras, sendo que o inglês foi

aprendido também nos ensinos Secundário e Superior e o português foi aprendido em Portugal em contexto não formal/associativo.

Dos dois sujeitos portugueses entrevistados, um é do sexo masculino e o outro é do sexo feminino, com 35 e 37 anos, respetivamente. Ambos são de nacionalidade e naturalidade portuguesas, um tem o Ensino Secundário incompleto (com 11º ano de escolaridade) e o outro tem Licenciatura em Teatro e Pós-graduação em Animação Teatral.

O primeiro encontra-se desempregado e o segundo é professor de Teatro. Estes sujeitos nunca estiveram na condição de emigrantes, um deles esteve apenas três meses em Inglaterra através do programa *Erasmus*.

Quanto à caracterização sociolinguística, ambos são nativos de português europeu com conhecimento de línguas estrangeiras: ambos falam Inglês e Francês, aprendidos na escola, sendo que um deles fala, também, Alemão aprendido no colégio alemão que frequentou até aos 16 anos. De seguida, apresentamos os resultados relativos às línguas.

### 4.3 PERCEÇÕES SOBRE AS LÍNGUAS

Esta categoria, por ser aquela que constitui a simbiose dos comentários de não especialistas, encontra-se explícita nas seguintes subcategorias: a) *A LP na perspetiva dos russofalantes* e b) *a LR e russofalantes na perspetiva dos portugueses*.

#### A) A LP NA PERSPETIVA DOS RUSSOFALANTES

Nesta categoria, identificamos as perspetivas de russofalantes em relação à **caracterização da LP e a sua aprendizagem** em contexto de imersão que se desdobram nos seguintes unidades de registo:

Relativamente à **caracterização da LP**, ambos os sujeitos a caracterizam como *objeto estético*, o sujeito R1 refere que a LP “é uma língua bonita”, enquanto para o sujeito R2 a LP “é uma língua balbuciente”.

Como *objeto de aprendizagem*, R1 refere que a LP “é fácil, é completamente diferente de língua russa e ucraniana em termos escrita, oral, por isso nos temos que virar a nossa língua ao contrário para conseguir falar correto”. De forma oposta, R2 refere que a LP “é muito difícil, tem muito exceções e não tem estrutura, há muitos sinónimos, uma palavra tem muitos significativos”.

Verificamos que a LP é caracterizada como *objeto económico* pelos dois sujeitos. R1 refere que “Gostava de melhorar a comunicação em português para subir o nível no meu trabalho”. R2 menciona que “Gostava de trabalhar como educadora, mas para isso, preciso dominar melhor a língua” e “Melhorar a situação profissional”.

Os sujeitos caracterizam a LP como *objeto de valor afetivo*. R1 refere “Adoro português, vivo parece que duas vidas diferentes, distintas. Quando falo em russo ou ucraniano vivo uma vida, quando falo português vivo outra” e R2 refere: “estou a estudar, normalmente, hum com/por curiosidade”.

Por fim, de ponto de vista das representações metalinguísticas os sujeitos caracterizam a LP como *língua distinta da LR*: R1 refere que, apesar de ter algumas semelhanças nas palavras “internacionais”, o português é “completamente diferente” do russo; R2 refere que a LP é diferente da russa, “mas há algumas construção de frases parecidas”.

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

Em relação à sua aprendizagem, os sujeitos referem que a LP é aprendida em ambiente de imersão. R1 refere: “comecei aprender a língua portuguesa em Portugal, quando senti a necessidade de comunicação”; R2 afirma: “vim cá com meu marido para continuar e comecei aprender”.

Em relação aos locais e ao tempo de aprendizagem, verificamos nos comentários dos sujeitos que estes aprenderam a LP no ensino formal e não formal. R1 menciona que fez apenas um curso intensivo de LP, com a duração de um mês, na Universidade de Aveiro; R2 menciona vários locais de ensino não formal, onde iniciou a sua aprendizagem: Associação de Apoio ao Imigrante, durante dois meses, Centro Social, durante seis meses, e Associação Industrial do Distrito de Aveiro, sem referir o tempo.

R2 ainda refere que aprendeu a LP como autodidata.

Verificamos também neste aspeto, as (não) dificuldades no domínio da LP. R1 não apresenta dificuldades nessa aprendizagem, enquanto R2 menciona dificuldades a nível: **fonético** – “as letras <o> pronunciar [u] que em língua russa [o] leva a pronunciar letra [a]; “palavras que começam em <s> e <c>, porque não há regra sobre este escrito; quando <c> e quando <s>; as sílabas – são ou -ção”; **semântico** - “quando nós terminamos [russos] a palavra de letra «a» ou outra letra qualquer a mesma palavra tem mesmos raízes não significa que a palavra tem outro significado e cá encontra-se muitos falados quando se encontra ultima letra «a» já tem outro significado”; **morfológico** - “a declinação é diferente; o género - porque temos três géneros; é difícil aplicar artigos - este mecanismo portugueses aprendem desde nascença e naturalmente, há pessoas que tem que aprender a língua tem que aprender com alguma técnica”; **sintático** – “a construção das frases que são bastante diferentes de construção das frases em russo”. Não encontramos registos para o nível do **léxico**, o que não deixa de ser uma dificuldade para estes sujeitos. Eles apenas afirmam que procuram a solução através da tradução das palavras, utilizando as fontes didáticas ou a própria comunicação com as pessoas nativas.

Na aprendizagem da LP, verificamos no comentário de R2, a existência de uma *língua de apoio*. Este sujeito refere o inglês como língua em que se apoiou na sua aprendizagem: “No início foi inglês, como a língua média, mas foi muito confuso através do inglês perceber a língua portuguesa”; R1 menciona que não se apoiou noutra língua e que aprendeu “o português em português”.

Os dois sujeitos mencionam algumas fontes didáticas utilizadas na sua aprendizagem: os dicionários tradicionais e online, a Internet. R1 refere ainda que recorreu a explicações de nativos portugueses: “considero explicação oral de um português ou os colegas”.

Em relação à autoavaliação do nível da sua proficiência em português, verificamos que os sujeitos atribuem a importância da aprendizagem da LP para as suas *perspetivas profissionais* referindo que o conhecimento, ao nível básico, não é suficiente para exercerem trabalhos profissionalizados, de acordo com sua formação profissional. Assim, R2 refere: “No nível profissional, tenho problemas. Não é dificuldade entender-se e explicar o que eu quero mas dominar certa terminologia em pedagogia, sim”.

Verificamos ainda que o domínio em LP, dos sujeitos entrevistados, apenas é suficiente na *perspetiva sociocultural*, como mostra R1 ao referir que “sem saber a língua não consegue comunicar os portugueses, nem entender a cultura nem explicar a sua “cultura materna”. R2 refere ainda que “a língua em geral é para integrar para sociedade portuguesa”. Constatamos, dessa forma, que para esses sujeitos, o seu nível de

proficiência em LP corresponde somente às suas necessidades de comunicação ao nível dos trabalhos exercidos.

### B) A LR E RUSSOFALANTES NA PERSPETIVA DOS PORTUGUESES

Nesta categoria, identificamos os comentários dos portugueses não especialistas acerca da LR, da comunidade de Leste e seu contacto com a LP, da sua aprendizagem e integração sociocultural. Relativamente ao conhecimento sobre a LR, de ponto de vista das representações metalinguísticas os dois sujeitos caracterizam-na como *língua desconhecida/distinta*. P1 refere: “Concretamente não sei muito. Sei que é uma língua. Oficial. Agora, não sei de onde é que vem, qual é a origem”. P2 menciona que “Sei que está escrita num alfabeto diferente, o cirílico e não sei mais nada”.

Como *objeto estético*, para P1 a LR é: “apelativa, chama a atenção, uma língua agressiva, forte”; P2 descreve a LR como: “Esquisita, estranha, parece bizarra mais de que estranha bizarra, engraçada, o som sonoramente não parece ser diferente do português”.

Os dois sujeitos atribuem *relevância* à LR. P1 refere que “esta língua tem um impacto ao nível mundial”; P2 menciona vários aspetos relevantes: “possibilita e abre a porta para comunicar com muita gente por ser uma área geográfica muito grande mesmo em termos comerciais, de negócio e de organização”.

A LR é caracterizada como *objeto de curiosidade*. P1 afirma que “esta língua tem um impacto ao nível mundial; é uma língua que é apelativa”; para P2, a língua que gostaria de conhecer “seria o russo, porque é maior o que engloba mais gente e mais central”.

Ao questionar os sujeitos se conhecem/sabem algumas *palavras em russo*, P1 menciona a palavra “*nie!*” que significa “não” em português e explica que ouviu esta palavra muitas vezes nos filmes americanos sobre russos. P2 menciona três palavras “*Vodka, Perestroika, Kremlin*” associando estas palavras com a Rússia.

Relativamente à questão de *identificação da língua* falada pelos imigrantes (apresentando-lhes como opções as línguas: russa, ucraniana, bielorrussa, checa, ou ainda cazaque, quirguiz), os sujeitos referem que, entre as línguas mencionadas, não conseguem identificar a língua falada, apenas a distinguem do inglês, do alemão ou do holandês.

Em relação à comunidade de Leste, verificamos que os sujeitos portugueses entrevistados a consideram uma dos *recentes fluxos imigratórios*. Assim, P1 refere que tem conhecimento da chegada, recentemente, de imigrantes de “Descendência dos países PALOP, das ex-colónias e os russos da descendência Soviética”; P2 menciona os imigrantes “das ex-colónias portuguesas, talvez brasileiros, Moçambique, Angola, Cabo Verde e recentemente dos países de Leste”.

Para esses sujeitos, os *Países de Leste* são Rússia, Ucrânia, Moldávia, Quirguistão, Uzbequistão, Cazaquistão Ucrânia, Moldávia, Azerbaijão, Croácia, Sérvia.

Quanto à *caracterização dos imigrantes* de Leste, P1 caracteriza esse imigrante como: Trabalhador, retraído, sociável, em certas situações sociável, um pouco frio”; para P2, são portadores de “Cordialidade, simpatia, educação, trabalhadores”.

Verificamos que entre os *aspetos destacados* no contacto com os imigrantes, a LR falada é referida por ambos os sujeitos: para P1, “se estiver a falar a língua deles; para P2: “a língua com o sotaque”.

Em relação a *integração/inserção dos imigrantes* russosfalantes na comunidade portuguesa, P1 refere: “a maior parte dos imigrantes de Leste, acho-os um bocado

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

recatados dentro da sociedade, não são muito para lidar com as outras culturas”; P2 menciona que “estão mais ou menos integrados porque estas pessoas, parecem-me com a capacidade boa de entrosamento e de luta”.

Verificamos que os sujeitos portugueses consideram que os imigrantes de Leste têm *facilidade na aprendizagem* da LP. P1 refere que “a maioria aprende bem português, as pessoas são empenhadas e têm compreensão que é importante saber a língua para conseguirem trabalhar em Portugal”; P2 explica que “aprendem rápido, talvez porque os sons sejam semelhantes; porque têm uma grande tradição de estudo e do investimento na aprendizagem”.

Observamos também algumas *técnicas de comunicação* que os portugueses utilizam com os russofalantes. P1 refere que procura usar a língua internacional (Inglês) para comunicar com imigrantes; P2 refere que se comunica naturalmente. Ambos os sujeitos referem que utilizam a técnica gestual e têm a preocupação de falar pausadamente, caso os interlocutores estrangeiros não dominem a LP.

Por fim, verificamos que os sujeitos portugueses consideram ainda um outro aspeto positivo na aprendizagem da LP pelos imigrantes russofalantes - a *difusão da LP*.

Para P1 “Apesar de uma língua que já tem uma percentagem de falantes mundiais, se houver outras culturas que sabem falar, é muito bom para o português”, P2 refere: “é muito bom para Portugal, quanto mais gente falar a nossa língua há mais gente conhecer a cultura, a língua é uma forma de abrir a porta”.

Relativamente à aceitação da *LP falada pelos russofalantes*, P1 refere: “Gosto de ouvir porque dá-me realmente a entender que as pessoas tenham a preocupação de conhecer a língua inclusive os imigrantes do leste, vimos que têm os filhos que já nasceram em Portugal que falam em português com os pais e não em russo”. P2 afirma: “Gosto. Engraçado, acho giro, com sotaque”.

### 4.4 PERCEÇÃO DE DIFERENÇAS CULTURAIS

Nesta categoria, importa considerar a percepção dos entrevistados relativamente às características culturais destes dois grupos: russofalantes e portugueses. Relativamente à **perceção dos russofalantes** sobre a caracterização do povo português, cultura portuguesa não erudita (em geral) e sobre o país, observamos que os sujeitos russofalantes caracterizam o *povo português* como: simpático, acolhedor, amigo, aberto para ajudar, educado.

Ambos referem que estão em constante *contacto com a comunidade* portuguesa, a nível profissional e pessoal.

Em relação aos aspetos culturais, observamos *diferenças culturais* referidas pelos sujeitos: para R1, Portugal “tem muita história e a cultura é diferente da nossa.”; para R2 “a história em Portugal é muito rica, a história em si é aquela como se o povo conseguiu preservar esta história, os hábitos antigos, receitas e cultura antiga, que é muito interessante para mim!”.

Quanto às *tradições e hábitos*, observamos que R1 refere apenas “que gosta de comer bacalhau”. R2 menciona vários hábitos entre eles: “gosto muito de ouvir o fado, as festas de medievais, dia de castanhas”.

No que concerne ao hábito (tradição) português de *cumprimentar com beijo no rosto*, obtivemos várias opiniões. R1 refere que “inicialmente foi chocante, depois habituei-

me, temos que respeitar as tradições cá”; R2 menciona que “Para mim, está bem. O meu marido, recusa mesmo, não gosta esta intimidade”.

Ao caracterizar Portugal, em relação às percepções dos russofalantes quanto aos *aspetos positivos* verificamos que estes descrevem o país como sendo muito verde, bonito, com muita história preservada.

Quanto aos *aspetos negativos*, os sujeitos referem a política e o governo; e quanto às palavras associadas a Portugal, R1 menciona a palavra “Obrigada” por ser a primeira que foi aprendida. R2 refere a palavra “Olá”.

Relativamente à **perceção dos portugueses** sobre os *aspetos culturais* e hábitos dos russofalantes, observamos que o sujeito P1 manifesta desconhecimento das culturas de Leste e justifica “Os portugueses não têm muitos conhecimentos da cultura de Leste”, enquanto o outro sujeito, devido à sua profissão, manifesta um conhecimento aprofundado especificamente sobre a cultura erudita “(...) sei por causa do teatro e do *ballet* que é muito rigoroso e muito relacionado com as artes e música; tem a ver com essa educação de rigor, de um sistema de estudo intensivo, de um gosto pelo estudo de um gosto pelas artes e incutir as artes nas pessoas”.

No que concerne à *dimensão geográfica da Europa de Leste e Ásia Central*, conseguem nomear o maior país (Rússia), os outros países integrados (Bielorrússia, Ucrânia, Cazaquistão, Azerbaijão) e sabem situá-los.

Quanto à questão das palavras que associam à Europa de Leste, P1 apresenta a palavra “comunismo” e justifica que “Apesar de não ser o regime atual da Rússia ainda é muito recente historicamente os anos em que foi governada por essa ideologia”. P2 associa a palavra “teatro” e justifica que “Por causa de *Stanislavsky*, teatro de Moscovo foi uma escola do teatro, um sistema de *Stanislavsky* que foi estudado cá. Cá e nos EUA por causa do sistema”.

Relativamente à questão sobre o hábito (tradição) de Leste de *cumprimentar com o aperto de mão* em vez de beijo no rosto, P1 refere que conhece este hábito e explica que “isso tem a ver com o espírito mediterrânico, a cultura é assim. Inclusive em certos países de descendência árabe (...) para mim é perfeitamente normal”. P2 refere que não sabia sobre este hábito e menciona: “*Eu até pensei que vocês* (refere os imigrantes de leste) dessem os beijos nos lábios”.

### 5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As estatísticas apontam que as nacionalidades vindas da Europa de Leste e Ásia Central, neste momento, representam cerca de 11,6% da população estrangeira residente em Portugal (RIFA, 2013).

Este fluxo migratório, nos últimos anos, intensificou-se pela necessidade de reagrupamento familiar e nascimento de crianças no território nacional (Carneiro, 2005).

No caso que analisámos, constatou-se que as respostas dos participantes confirmam a sua vinda em contexto de reagrupamento familiar, e tem sido alterado o seu estatuto de imigrante para a nacionalidade portuguesa por naturalização, em conformidade com a Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 de abril.

Apesar de as estatísticas apresentarem decréscimos da população estrangeira que reside em Portugal, nos últimos anos, constata-se que os estrangeiros, nomeadamente da Europa de Leste, permanecem em número representativo no território português, mas



## Atas 14º colóquio da lusofonia –

necessitam ainda de se integrar. Para esse efeito é muito importante aperfeiçoar as capacidades de expressão e compreensão em LP.

A diversidade dos perfis profissionais dos imigrantes russofalantes nos seus países de origem reduz-se, quando se considera a profissão que exercem em Portugal, devido ao nível das suas competências linguísticas. Poder-se-á também considerar que se trata de um público com algum conhecimento de português, adquirido por imersão, que ainda necessita de atenção, porque apresenta dificuldades linguísticas ao nível fonético, morfosintático, semântico e lexical devido ao desconhecimento inicial que tinham da LP (Ançã, 2008; Ferreira, 2012).

Apesar da prolongada estadia dos russofalantes em Portugal, este público ainda se autorrepresenta como culturalmente diferente, apontando para a necessidade de aprofundar o seu conhecimento linguístico da LP para sua melhor integração profissional na sociedade portuguesa.

Há quase um consenso por parte da sociedade portuguesa acerca da elevada preparação profissional e intelectual dos russofalantes, reconhecendo-lhes superioridade no capítulo da competência e da aprendizagem em LP. No que respeita à atribuição de diferenças culturais, os imigrantes do leste europeu são avaliados pelos portugueses como cultural e socialmente diferentes.

Tendo em consideração as ideias espontâneas sobre a língua, presentes na consciência de não especialistas, nos seus comentários ‘vulgares’, em que as características (socio)linguísticas se cruzam com as características culturais, os comentários dos sujeitos entrevistados representam, de acordo com Garrett (2010), um conjunto de vínculos ligados por um lado à consciência quotidiana que o sujeito associa com a sua vida social e profissional, e por outro lado à aprendizagem da língua do país onde o sujeito está inserido.

As dificuldades no domínio do português e as diferenças culturais observadas no público russofalante constituem aspetos relevantes, uma vez que as barreiras linguísticas e socioculturais tendem a interferir com uma integração/inclusão bem-sucedida nos vários contextos (Ançã, 2009a)

## 6. REFLEXÃO FINAL

Face aos resultados obtidos através dos comentários de não especialistas em linguística ou em didática de línguas, percebemos que a realidade atual deste público russofalante já há muito ultrapassou as dificuldades iniciais de integração e aprendizagem da LP.

Neste momento, esta comunidade está já integrada, ainda que não plenamente, trabalha em Portugal e tem filhos já nascidos neste país. Assim, a preocupação atual prende-se com o aperfeiçoamento da LP, para que a sua integração passe pela progressão profissional, como meio de alcançar a plena integração social.

Deste modo, entendemos que é necessário implementar estratégias didáticas adequadas que poderão contribuir para a ampliação do conhecimento linguístico e cultural dos russofalantes para promover uma integração efetiva em Portugal.

Para que se viabilize esta proposta didática, tendo em consideração a realidade na aprendizagem da LP, em contexto de língua de acolhimento, deve-se prestar uma atenção especial à cultura e à perceção do mundo dos nativos (portugueses), no sentido etnográfico

mais amplo de comportamento e mentalidade nacionais. Dessa forma, torna-se possível a integração pretendida e a própria aprendizagem em LP, uma vez que o conhecimento da língua-alvo contribui para uma comunicação intercultural bem-sucedida. Assim, a Educação em Português tem um papel fundamental na prossecução desta realidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ançã, M<sup>a</sup> H. (2003). “Português - língua de acolhimento: entre contornos e aproximações”, in *Congresso Internacional sobre História e Situação da Educação em África e Timor*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 26-28 de junho.

Ançã, M<sup>a</sup> H. (2008), “Apropriação da Língua Portuguesa: O exemplo de um público ucraniano adulto e jovem adulto”, in Paulo Osório e Rosa M<sup>a</sup> Mayer (eds.), *Português Língua Segunda e Língua Estrangeira. Da(s) teoria(s) à(s) prática(s)*. Aveiro: LIDEL, 115–132.

Ançã, M<sup>a</sup> H. (2009a), “Discursos sobre as Línguas - O Papel dos “saberes vulgares” na educação em português”, in *Metodologias e Materiais para o Ensino do Português como Língua Não Materna*. Lisboa: Instituto de Linguística Teórica e Computacional: Fundação Calouste Gulbenkian.

Ançã, M<sup>a</sup> H. (2009b), “Educação em Português: Representações Metalinguísticas de Cabo-Verdianos”, in M<sup>a</sup> João Marçalo et al. (eds.). *Língua Portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*. Évora: Universidade de Évora.

Arroteia, Jorge C. (2007), “Migrações internacionais: Portugal como destino”, in M<sup>a</sup> Helena Ançã e Teresa Ferreira (eds.), *Atas do Seminário “Língua Portuguesa e Integração.”* 27 de setembro, Aveiro: Universidade de Aveiro.

Baganha, M<sup>a</sup> (2007), “Dinâmicas Migratórias em Portugal”, in *Colóquio Globalização, Pobreza e Migrações, 9 de março*. Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra.

Baganha, M<sup>a</sup> I; Marques, José e Góis, Pedro (2010), *Imigração Ucraniana em Portugal e no sul da Europa*. Observatório da Imigração, Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural/ACIDI.

Bardin, Laurence. (2009), *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Baudouin de Courtenay, Jan (1963), *Избранные труды по общему языкознанию*. Москва. [Izbrannii trudi po obshemu yazikoznaniu. Moskva].

Baudouin de Courtenay, Jan (2004), *Введение в языкознание*. 6-е Издание. Москва. [Vvedenie v yazikoznanie. 6-e Izdanie. Moskva].

Brekle, Herbert E. (1985), *Einführung in die Geschichte der Sprachwissenschaft*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft.

Carneiro, Roberto (2005), *Reunificação Familiar e Imigração em Portugal.*, Lisboa: Observatório da Imigração, Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas/ACIME.

Duarte, José A. (2013), “A promoção da língua e cultura portuguesa”. Consultado em 30 de julho de 2014, <http://www.acidi.gov.pt/noticias/visualizar-noticia/5220aa88c20ac/a-promocao-da-lingua-e-da-cultura-portuguesa>.

Ferreira, Teresa. (2012). “Apropriação do Português por adultos eslavófonos: o Tempo e o Aspeto”, *Tese de Doutoramento em Didática*. Aveiro: Departamento de Educação da Universidade de Aveiro.

Garrett, Peter (2010), *Attitudes to Language*. United Kingdom: Cambridge University Press.

## Atas 14º colóquio da lusofonia –

Golev, Nickolai (2009), *Обыденное метаязыковое сознание как онтолого-гносеологический феномен (в поисках лингвогносеологем)*, Кемерово: Издательство Алтайский Университет. [Obidennoe metayazikovoe soznanie kak ontologo-gnoseologicheskij fenomen (v poiskah lingvosinem), Kemerovo: Izdatelistvo Altaiskiy Universitet].

Hoeningwald, Henry (1966), “A proposal for the study of folk-linguistics”, in William Bright (ed.), *Sociolinguistics*. The Hague: Mouton, 16–26.

Instituto Nacional de Estatística (2012), Pagina consultada em 30 de julho de 2014, [http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine\\_censos\\_publicacao\\_det&menuBOUI=13707294&contexto=pu&PUBLICACOESpub\\_boui=73212469&PUBLICACOES modo=2&selTab=tab1](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&menuBOUI=13707294&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=73212469&PUBLICACOES modo=2&selTab=tab1)

Jakobson, Roman (1975), *Лингвистика и поэтика. Структурализм “за” и “против.”* Москва. [Lingvistika e poetika. Crukturalizm “za” i “protiv”. Moskva].

Jaworski, Adam; Coupland, Nikolas; e Galasiński, Dariusz (2004), *Metalanguage: Social and ideological perspectives*. Berlon/New York: Mouton de Gruyter.

Lei Orgânica Nº 2/2006 de 17 de Abril (2006), Consultado em 30 de julho de 2013, <https://www.portaldocidadao.pt/NR/rdonlyres/8A3641C9-BD86-422D-A3BC-876D8F464D63/0/leinacionalidade.pdf>

Malheiros, Jorge M. (2013), *Diagnósticos da população imigrante em Portugal. Desafios e Potencialidades*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural/ACIDI.

Matos, Isabel A. (2004), “Diversidade Linguística e Ensino de Português”, Texto da comunicação apresentado no Encontro “*Línguas no Espaço Europeu: Novos Desafios para Professores de Línguas.*” Viseu: Instituto Superior Politécnico de Viseu, 30-31 de Outubro.

Niedzielski, Nancy e Preston, Dennis R. (2003), *Folk linguistics*. New York: Mouton de Gruyter.

Oliveira, Aana L.; Ferreira, Teresa; Paiva, Zilda e Ançã, Mª H. (2010), “Comparação interlinguística como recurso didático: a aprendizagem do português por ucranianos, guineenses e cabo-verdianos”, in Mª Helena Ançã (ed.), *Educação em Português e Migrações*. Lisboa: LIDEL - Edições Técnicas. 63-89.

Paveau, Marie-Anne (2008), “Les non-linguistique font-ils de la linguistique? Une approche anti-éliminativiste des théories folk”. *Pratiques*, 139-140, 93–110.

Peixoto, João e Iorio, Juliana (2010), *Crise, Imigração e mercado de trabalho em Portugal: retorno, regulação ou resistência?* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Pereira, Tiago; José Reis; Serra, Nuno e Tolda, João. (2010), *Imigrantes em Portugal. Economia, Pessoas, Qualificações*. Lisboa: Edições Almedina.

Pires, Rui P. (2007), “Fluxos migratórios. Dinâmicas e modos de gestão”, in António Vitorino (ed.), *Imigração: Oportunidade ou ameaça?* Lisboa: Princípia. 45–64.

Potebnay, Aleksander (1989), *Мысль и Язык. Слово и Миф*. Москва. [Misl' i yazik. Clovo i mif. Moskva].

Preston, Dennis R. (1999), “A language attitude approach to the perception of regional variety” in *Handbook of Perceptual Dialectology*. 1, 359–373.

Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo (2009), Consultado em 30 de julho de 2014, <http://www.sef.pt/documentos/56/RelatorioActividades2009.pdf>

Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo (2009), Consultado em 30 de julho de 2014, [http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa\\_2013.pdf](http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2013.pdf)

## GRUPOS TIMOR FURAK E LE ZIAVAL DANÇA E MÚSICA DE TIMOR-LESTE

CÉLIA GRACIELA DO REGO SARMENTO	GRUPOS LE ZIAVAL E TIMOR FURAK
LUÍSA DE MARILAC HOFLOWER	GRUPOS LE ZIAVAL E TIMOR FURAK
SOARES PEREIRA	GRUPOS LE ZIAVAL E TIMOR FURAK
IVETE DE FÁTIMA SARMENTO DE OLIVEIRA	GRUPOS LE ZIAVAL E TIMOR FURAK
MÁRCIA DE JESUS SARMENTO DE OLIVEIRA	GRUPOS LE ZIAVAL E TIMOR FURAK
LÚCIA MARIA DE FÁTIMA COSTA TILMAN	GRUPOS LE ZIAVAL E TIMOR FURAK
LAURINDA DE SOUSA SANTOS ALMEIDA	GRUPOS LE ZIAVAL E TIMOR FURAK
VIRNA ANTÓNIO DE CASTRO NUNES	GRUPOS LE ZIAVAL E TIMOR FURAK
DIONEIA DOMINGAS ANTONIETA SOARES DE CARVALHO	GRUPOS LE ZIAVAL E TIMOR FURAK
REMINGTON ROSÁRIO RIBEIRO SOARES	GRUPOS LE ZIAVAL E TIMOR FURAK
JOÃO PAULO BAPTISTA DA COSTA	GRUPOS LE ZIAVAL E TIMOR FURAK
JOANICO ESPANHOL PINTO	GRUPOS LE ZIAVAL E TIMOR FURAK
CORNÉLIO MAU	GRUPOS LE ZIAVAL E TIMOR FURAK
VICTOR MARIA LOPES GRANADEIRO	GRUPOS LE ZIAVAL E TIMOR FURAK
HELDER LUÍS DE JESUS XIMENES DE OLIVEIRA	GRUPOS LE ZIAVAL E TIMOR FURAK
LUCÉLIA FÁTIMA DE JESUS ARAÚJO HENRIQUES	GRUPOS LE ZIAVAL E TIMOR FURAK
MARIA JOSEFINA DE DEUS DA CRUZ	GRUPOS LE ZIAVAL E TIMOR FURAK
LISETE MATOS GOMES PEREIRA DA ROSA	GRUPOS LE ZIAVAL E TIMOR FURAK
MÁRCIA DE JESUS SARMENTO DE OLIVEIRA	GRUPOS LE ZIAVAL E TIMOR FURAK
JOSÉ MARIA DOS SANTOS XIMENES	GRUPOS LE ZIAVAL E TIMOR FURAK
HELDER LUÍS DE JESUS XIMENES DE OLIVEIRA	GRUPOS LE ZIAVAL E TIMOR FURAK
ISABEL FRANCISCA	GRUPOS LE ZIAVAL E TIMOR FURAK









